Cultura e Lutas Urbanas

editora

AIC
Agência de Iniciativas Cidadãs

Organização:
Natacha Rena
Marcela Brandão
Manuela Carvalho
Carina Castro

indisciplinar
grupo de pesquisa | cnpq-eaufmg

Copyleft © 2024 by Indisciplinar

Capa
João Paulo Souto

Organização
Natacha Rena; Marcela Brandão; Manuela Carvalho; Carina Castro.

Revisão e editoração prévia
Manuela Carvalho; Carina Castro.

Editoração final
Natacha Rena; João Paulo Souto

Diagramação
João Paulo Souto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cultura e lutas urbanas [livro eletrônico] / organização Natacha Rena...[et al.]. -- Belo Horizonte, MG : Agência de Iniciativas Cidadãs, 2024.
PDF

Vários autores.
Outros organizadores: Natacha Rena, Marcela Brandão, Manuela Cristina Rêgo de Carvalho, Carina Castro.

ISBN 978-65-87808-49-9

1. Cartografia 2. Cidades - Brasil 3. Movimentos sociais 4. Ocupação urbana 5. Planejamento urbano I. Rena, Natacha. II. Rena, Natacha. III. Lopes, Marcela Brandão. IV. Carvalho, Manuela Cristina Rêgo de. V. Pedro, Carina Castro.

24-203504 CDD-711.4

Índices para catálogo sistemático:
1. Planejamento urbano 711.4
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/841

[2024]
Editora Agência de Iniciativas Cidadãs.
Rua Aquiles Lobo, 309
Telefone: (31) 3213-8299

Cultura e Lutas Urbanas

editora

AIC
Agência de
Iniciativas Cidadãs

Organização:
Natacha Rena
Marcela Brandão
Manuela Carvalho
Carina Castro

indisciplinar
grupo de pesquisa | cnpq-eaufmg

agradecimentos

Este é um trabalho coletivo de diversos estudantes, pesquisadores, militantes e ativistas envolvidos nas lutas sociais localizadas em vários locais do Brasil. Dessa forma, iniciamos os nossos agradecimentos à professora Maria da Glória Gohn pela sua participação enquanto referência teórica e palestrante, além das muitas contribuições ao longo do webinário Cultura e Lutas Urbanas. Também, aos pesquisadores que foram convidados a contribuir com suas falas e escritas junto ao evento: Ana Carolina Carvalho Farias, Joviano Mayer, Liliane Augusta, Luiz Felipe Velloso Leal, Maíra Ramirez, Mariana Angelis, Mariane Cardoso, Murilo Henrique, Nayara Benatti, Paula Bruzzi, Paulo Stuart, Rafael Goffinet e Rosane Rebeca.

Agradecemos também aos alunos que participaram e construíram conosco uma cartografia dos movimentos e coletivos urbanos: Aline Gonçalves, Ana Beatriz de Almeida Santos, Ana Carolina Castanheira, Angelina Gondim, Carolina Soares Lima, Catarina Vasconcelos, Joao Paulo Araujo Souto, Joao Vitor Florencio, Julia Galindo, Laura Melo, Lucas Augusto Rocha, Lucas Lopes, Lucas Chiconi, Marcia Cordeiro Moreira, Mariana Gico, Marina Kaori, Nina Lavezzo, Pedro Triani, Rosana Yamaguti, Rogerio Ribeiro, Saulo Maciel e Tulio Henrique.

Agradecemos também às instituições que financiam nossas pesquisas e nosso trabalho de extensão como a UFMG, a PROEX da UFMG, o PRPq da UFMG, a Fapemig, o CNPq e à Capes. Nosso agradecimento especial à Escola de Arquitetura da UFMG que nos possibilita espaço físico e uma série de contrapartidas para que nossas ações acadêmicas possam ser realizadas. Também agradecemos à Editora Agência de Iniciativas Cidadãs - AIC - por publicar mais um livro de nossa produção do grupo de pesquisa Indisciplinar e à querida Arlete Soares por nos auxiliar com o processo de realização final deste ebook.

Por fim, a todos os que participaram como ouvintes deste encontro, de forma remota, ao longo dos “dias pandêmicos” e que puderam dividir e compartilhar experiências junto à nossa.

sumário

cartografias das lutas

08 **Apresentação: Webinário Cultura e Lutas Urbanas.**
Natacha Rena; Marcela Brandão Lopes; Manuela Carvalho; Carina Castro.

14 **Cartografia das lutas urbanas**
Maria da Glória Gohn; Transcrição por Carina Castro

levantes, redes e ruas

30 **Uma breve cartografia do novíssimo ciclo de lutas**
Maíra Ramirez Nobre; Natacha Rena

urbanismo tático e intervenções urbanas

68 **Reapropriações cotidianas e urbanismo tático na comunidade do Passo da Pátria, Natal, Brasil**
Manuela Cristina Rêgo de Carvalho, Ruth Maria da Costa Ataíde

88 **Cartografias do Urbanismo Tático na zona oriental de Lisboa: o papel do poder local na indução de práticas táticas**
Ana Carolina Carvalho Farias, Laura Pomessanto

112 **Experiências de urbanismo tático em São Paulo**
Nayara Benatti

movimentos insurgentes de ocupação em bh

132 **Eu coloquei a boca no mundo: Conversa com Glaucia Cristine Martins**
Joviano Maia; Glaucia Cristine

148 **Notas sobre cartografia, transversalidade e co-produção no estudo dos fenômenos urbanos contemporâneos**
Paula Bruzzi Berquó

172 **Insurgência e conservação do patrimônio cultural no Espaço Comum Luiz Estrela**
Liliane Augusta Moreira.

arte contemporanêa e ocupações culturais

194 **Coletivos artísticos no espaço público: uma abordagem ator-rede**
Mariane Cardoso de Santana; David Sperling

214 **Arte contemporânea e ocupações culturais - Centro Cultural Ocupa Ouvidor**
Mariana Angelis Ferreira

238 **Ocupar não rima com gerenciar! Processos de resistência ou ativações de experiências automatizadas nas cidades contemporâneas**
Rafael Goffinet Almeida; Fábio Lopes de Souza Santos

ocupações de moradia

262 **As ocupações verticais e a moradia popular no centro de Belo Horizonte**
Carina Castro Pedro, Maria Cristina Villefort Teixeira

280 **Pensar a autonomia a partir da problemática habitacional em Belo Horizonte**
Luiz Felipe Velloso Lealfacilisis

apresentação: webinário cultura e lutas urbanas

Natacha Rena
Marcela Brandão
Manuela Carvalho
Carina Castro

Este ebook propõe um debate sobre a relação entre as lutas urbanas brasileiras e latinoamericanas com as insurgências em escala global, tendo como base cartográfica os diferentes atores e narrativas presentes na disciplina e webinário Cultura e Lutas Urbanas[1], realizado nos meses de fevereiro e março de 2021. Ainda, objetiva promover uma discussão sobre as novas possibilidades de ensino e pesquisa em rede, a transdisciplinaridade entre esses múltiplos atores e a implementação do Método Cartográfico Indisciplinar frente ao contexto pandêmico marcado pela SARS-Cov-2.

Tal experiência surge vinculada às atividades de pesquisa e extensão do Grupo Indisciplinar (CNPq/UFMG), junto dos projetos de extensão Cartografia das Lutas, coordenado pela professora Marcela Brandão, e Geopolítica e Cidades, vinculados ao programa de extensão IndLab, ambos coordenados pela professora da disciplina Natacha Rena. O grupo de pesquisa Indisciplinar, sediado na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em Belo Horizonte, atua na elaboração de cartografias (mapas, linhas do tempo, registro em redes sociais, textos, eventos) concernentes à produção contemporânea do espaço urbano. Destaca-se como produção material do grupo: (a) cartografias colaborativas e ferramentas de georreferenciamento e interação; (b) levantamento, análise e representação da evolução dos fenômenos investigados em linhas do tempo; (c) produção colaborativa em rede; (d) criação de redes, a partir do uso tático das redes sociais e canais de comunicação de ampla utilização na internet; e (e) incidência política por meio de ações nas ruas a partir de aulas públicas, atividades artísticas e culturais.

O webinário teve por objetivo compreender a territorialização das manifestações coletivas e movimentos sociais no Brasil, a partir das apresentações e discussões dos pesquisadores convidados, muitos desses atuantes

1 A concepção desta disciplina surgiu da iniciativa da Professora Natacha Rena. O interesse pelo projeto decorreu de sua experiência como participante das bancas de qualificação e avaliação final de mestrado e/ou doutorado dos palestrantes convidados, seja como orientadora ou membro avaliador, com a exceção do último apresentador Luis Felipe Velloso, mestrando da professora Marcela Brandão. A disciplina foi realizada dentro do escopo da formação transversal em Culturas em Movimento e Processos Criativos, fornecida pela UFMG sob o codigo UNI088.

ou alinhados com as principais pautas e ações dos coletivos enquanto ativistas e militantes. A experiência contou com a participação da professora Dra. Maria da Glória Gohn (UNICAMP e UFABC) no seu evento de abertura, realizado em 03 de fevereiro de 2021 e, durante a abertura do evento, a convidada e professora atuante junto ao Indisciplinar, Marcela Brandão, mediada pela professora Natacha Rena, apresentou parte da abordagem metodológica utilizada pelo grupo em suas pesquisas – o método cartográfico, genealógico e em platôs – que serviu de base para a construção da cartografia, análise das narrativas e também da avaliação dos alunos da disciplina.

Dando prosseguimento às atividades, nos dias 10, 17 e 24 de fevereiro, a partir da apresentação dos pesquisadores convidados, discutiu-se os seguintes temas: (1) urbanismo tático e intervenções urbanas; (2) movimentos insurgentes de ocupação em Belo Horizonte; (3) arte contemporânea e ocupações culturais; (4) práticas insurgentes em torno das disputas territoriais entre comunidades e o mercado imobiliário; e (5) atuação dos movimentos sociais de luta por moradia; sendo a maioria destes inseridos no contexto da produção neoliberal das cidades brasileiras.

É importante ressaltar que o momento de abertura teve como intuito apresentar o estudo da relação entre as lutas urbanas brasileiras e latino americanas com as insurgências em escala global, tendo como base os diferentes atores e narrativas presentes nos movimentos de ocupação de redes e ruas após o ano de 2008, com destaque para insurgências como a Primavera Árabe (2010), *Occupy Wall Street* (EUA - 2011) e as Jornadas de Junho (Brasil - 2013).

Foram cinco encontros, de quatro horas cada, realizados virtualmente na plataforma Zoom (disponibilizada pela Universidade) e também transmitida ao vivo no canal do Youtube[2]. Junto às apresentações, da abertura e dos demais dias, foram disponibilizados vários artigos e livros como referencial teórico para os alunos em uma pasta no Google Drive. Viu-se a necessidade de um momento assíncrono a ser realizado antes das apresentações como forma de familiarizar os espectadores às temáticas abordadas no webinário. Cada palestrante teve

2 As gravações dos encontros estão disponíveis no canal do grupo Indisciplinar, através do link: https://youtube.com/playlist?list=PL1GPGbMPnSwf1fJ_5U3is_VyKkPVfLfVe&si=dQ4ILHAftfBeNIgn

quinze minutos de apresentação, sendo um total de seis pessoas por noite divididos em dois blocos com três momentos para debate entre os blocos. Como estratégias pedagógica, o método serviu como base de construção coletiva dessas narrativas já mencionadas, mas também como processo participativo entre os alunos, demonstrando as particularidades de interação frente às ferramentas virtuais. A avaliação final foi realizada pela participação nas discussões e elaboração do material final (cartografia) na plataforma colaborativa Miro.

Abrimos este ebook com a transcrição da palestra de abertura no webinário pela professora **Maria da Glória Gohn**[3], onde nos interessa, principalmente, a diferenciação entre os novissimos movimentos sociais e as ações clássicas a partir dos cinco ciclos de protestos apresentados pela autora em seus estudos.

Em seguida, apresentamos o artigo **Uma breve cartografia do novíssimo ciclo de lutas,** por **Maíra Ramirez e Natacha Rena**, que trata parte de um estudo sobre alguns dos levantes que tomaram as redes sociais e as ruas de diversas cidades por todo o mundo entre os anos de 2010 e 2013 (com destaque para Primavera Árabe; 15M - Espanha; Occupy Wall Street - Estados Unidos; Jornadas de Junho de 2013 - Brasil) desenvolvido por pesquisadores do Grupo Indisciplinar há quase uma década. Posteriormente, o artigo **Reapropriações cotidianas e urbanismo tático na comunidade do Passo da Pátria, Natal, Brasil** da autoria **Manuela Carvalho e Ruth Ataíde** apresenta a experiência centrada na atuação de dois coletivos urbanos Viramundo Potiguar e o projeto INarte Urbana, que promovem ações táticas, artísticas e educativas na comunidade do Passo da Pátria, na cidade de Natal - RN.

Na sequência, o artigo **Cartografias do Urbanismo Tático na zona oriental de Lisboa: o papel do poder local na indução de práticas táticas** de autoria Ana Carolina Farias e Laura Pomesano, apresenta o urbanismo tático junto à processos institucionais de participação na construção das cidades, tendo como caso os territórios de Marvila e Beato, em

3 Autora de vinte e dois livros publicados sobre a temática dos movimentos e participação social e referência a diversas publicações realizadas pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar. Atualmente é professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Professora Visitante Senior-UFABC desde 2017 e coordenadora de GT Movimentos Sociais na Contemporaneidade da SBS desde 2008.

Lisboa. Tratando ainda do urbanismo tático, **Experiências de urbanismo tático em São Paulo**, escrito por **Nayara Bennati,** demonstra algumas experiências de urbanismo tático na cidade de São Paulo durante os anos de 2013 a 2017 no Largo da Batata com o grupo A Batata Precisa de Você e na Avenida Paulista com a criação do Programa Ruas Abertas.

Dando sequência nos tópicos, o segundo "participação da arte nas lutas urbanas e a atuação das ocupações culturais" conta com o artigo **Eu coloquei a boca no mundo: Conversa com Glaucia Cristine Martins** por **Joviano Maia** e **Glaucia Cristine** apresentando uma conversa com Glaucia Cristine gravada por Joviano Maia no Kilombo Souza, numa sexta-feira de Oxalá, no dia 14 de agosto de 2020, e posteriormente transcrita e editada pelo segundo que a publicou em sua tese de doutoramento intitulada *De pé na encruzilhada: por uma cartografia contra-colonialista*.

Em **Notas sobre cartografia, transversalidade e co-produção no estudo dos fenômenos urbanos contemporâneos,** a autora **Paula Bruzzi Berquó** insere uma discussão a partir da sua dissertação de mestrado "A Ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte: entre rastros e emergências"desenvolvido entre 2013 e 2015, e que buscou investigar possíveis contribuições do acontecimento "A Ocupação" na cidade de Belo Horizonte. Por fim, a temática se encerra com o artigo **Insurgência e conservação do patrimônio cultural no Espaço Comum Luiz Estrela** de autoria da **Liliane Augusta Moreira**, no qual é discutido a importância dos movimentos insurgentes nas ações que visam a conservação do patrimônio cultural edificado, tendo como objeto de estudo a ocupação cultural Espaço Comum Luiz Estrela na cidade de Belo Horizonte.

O terceiro tópico do webinário, "arte contemporânea e ocupações culturais", traz os artigos **Coletivos artísticos no espaço público: uma abordagem ator-rede** por **Mariane Cardoso** e **David Sperling**; **Arte contemporânea e ocupações culturais - Centro Cultural Ocupa Ouvidor 63** por **Mariana Angelis; e Ocupar não rima com gerenciar! Processos de resistência ou ativações de experiências automatizadas nas cidades contemporâneas** por **Rafael Goffinet** e **Fábio Lopes.** O primeiro trata das imbricações entre os campos da arte e do urbanismo têm ganhado relevância a partir da emergência de coletivos

artísticos que tomam o espaço público como parte constituinte de suas práticas.

O segundo artigo, por **Mariana Angelis**, busca discutir certos pontos da produção artística e cultural contemporânea em algumas de suas múltiplas interseções com os movimentos sociais e, sobretudo, as ocupações culturais. E finalmente, o artigo dos autores **Rafael Goffinet** e **Fábio Lopes** procura indagar os processos de produção do espaço urbano que, ocorridos com maior foça desde meados dos anos 2000 e em diferentes contextos institucionais e geográficos, apresentam em comum a ênfase na participação social através de ações comunitárias e diferentes vertentes de ativismo (nas ruas e nas redes).

Os dois últimos artigo fazem parte da temática "ocupações de moradia" que traz **As ocupações verticais e a moradia popular no centro de Belo Horizonte** por **Carina Castro** e **Maria Cristina Villefort Teixeira**; e **Pensar a autonomia a partir da problemática habitacional em Belo Horizonte** por **Luiz Felipe Velloso Leal**. O primeiro tem como objetivo resgatar e analisar o histórico das lutas dos movimentos populares pelo acesso à moradia por meio das ocupações verticais, na área central de Belo Horizonte o segundo aborda as políticas habitacionais desde a redemocratização e as práticas de assessoria técnica que apostam naautonomia da população pobre para a solução dos problemas da moradia.

Espera-se, com isso, que este ebook promova um encontro entre temáticas e reflexões acerca dos movimentos socias, sobretudo os novos e novíssimos, presentes no espaço urbano das cidades brasileiras. Assim, busca-se, a partir desta sequência de textos, refletir novas possibilidades de cartografar esses movimentos sociais, entendendo-os, muitas vezes como atores fluidos e temporários em determinados eventos e marcos temporais. Encerramos esta discussão com os seguintes questionamentos: Qual o impacto do contexto pandêmico no estudo dos movimentos sociais? Qual o papel da pesquisa e do ensino na formação dessas redes de investigação internacionais e transnacionais? Como analisar esses movimentos a partir da Cartografia Indisciplinar?

cartografia das lutas urbanas

Maria da Glória Gohn

Transcrição por Carina Castro

Boa noite a todos e todas! Eu quero iniciar com um agradecimento pelo convite. É uma satisfação muito grande estar colaborando com a UFMG. Em primeiro lugar porque eu já fui professora da UFMG. A UFMG faz parte da minha trajetória. No início dos anos 1980, eu trabalhei na FAFICH e fui uma das que, com um grupo de paulistas e juntamente com os mineiros, que certamente eram a maioria, organizou o programa de mestrado na sociologia. E a segunda satisfação é de estar especificamente colaborando com uma escola de arquitetura, porque eu também já fui professora da FAU/USP e foi lá que eu fiz a minha tese de livre-docência sobre as lutas pela moradia em São Paulo. A partir daí tenho, desde aquela época, dos anos de 1980, um intercâmbio muito grande com todos aqueles que estudam a questão do urbano e com os colegas de escolas de arquitetura. Esses dois motivos por si só justificam, por dizer assim, o meu dever de ofício de estar presente e aceitar esse convite, porque atualmente se têm convites e mais convites e realmente a gente não consegue dar conta de tudo, e então adota-se alguns critérios. Para mim, esses dois foram fundamentais, porque são acadêmicos e também afetivos com relação à UFMG.

Eu vou fazer minha palestra sobre a questão que vocês focalizam: as insurgências, as lutas insurgentes. E eu vou falar não só das insurgências da atualidade, mas das lutas insurgentes de 50 anos. Um panorama de 50 anos de lutas no Brasil, de lutas sociais, de movimentos, de lutas urbanas, porque eu acho que para se entender o território, para entender o espaço, eu tenho que contextualizar, e contextualizar se faz então usando principalmente uma outra categoria que é o tempo histórico. Para falar hoje das lutas, dos movimentos, da situação, eu tenho que fazer essa retrospectiva, ela é sempre importante para entender. É um giro rápido pela história, 50 anos de história, a qual eu a divido em ciclos. Essa ideia de ciclos vem a partir do Charles Tilly, que é um autor extremamente importante no campo de estudos dos movimentos sociais; ele diz que você pode olhar as ações coletivas segundo repertórios, práticas e performances e que cada ciclo produz uma narrativa, com símbolos e significados novos. Na retrospectiva histórica olha-se os enquadramentos e os momentos de ruptura, e quando se diz "saiu de um ciclo e entrou pra outro", é porque valores, visões de mundo, ideologias especificas acabam também entrando em ação. Eu dividi em seis ciclos

esse período (1960-2021), sendo o primeiro lá na década de 1960 para 1970; o segundo na transição democrática de 1975 até a Constituição de 1988; o terceiro da Constituição de 1988 até 2000, quando os instrumentos participativos - que foram conquistas das lutas sociais inscritas na Constituição, começam a ser implementados. O quarto ciclo são as transformações na primeira década do novo século, com a globalização, redes globais etc.; o quinto ciclo, junho de 2013, um momento de ruptura e ao mesmo tempo de inovações e criatividades; e o sexto de 2018 para cá, os tempos atuais.

Primeiro ciclo: Década de 1960

Inicia-se lembrando que nos anos 60 teve as lutas de estudantes, trabalhadores e grupos sociais em greves; desde as manifestações que antecederam o golpe militar de 1964 e as posteriores. Em toda a história daquele período, pode-se resgatar lutas e resistências, antes e depois do golpe. Um dos marcos da década foi o movimento dos estudantes de maio de 1968, aqui, em Paris, nos Estados Unidos, México, na Argentina, Colômbia e em tantos outros lugares. É interessante lembrar também que que havia uma concepção, naquela época, fundamentado na ideia da participação comunitária local, muito forte no plano das políticas públicas. Lembrar também que estávamos ainda na transição de um Brasil rural para um Brasil urbano. Na década de 1950, mudou a distribuição territorial da população, levando a maior concentração no urbano. Com isso as missões estrangeiras que vinham para o Brasil, sob acordos de colaboração oficial para ajudar, formar novos hábitos etc. trabalhavam com a ideia e a concepção de participação comunitária, de cunho reformista e integrador, e era estimulada em programas oficiais, tanto antes de 1964 quanto depois de 1964.

Chega-se nos anos 1970, neste primeiro ciclo, com uma conjuntura de alto controle social, desde o ato institucional nº 5, com prisões, perseguições a grupos organizados de resistência ao regime militar etc. Mas começa também a aparecer , ao longo da década de 1970, resistências na sociedade civil tais como o movimento pela anistia aos exilados e presos políticos; movimentos advindos das comunidades eclesiais de base (CEBs) com apoio de parte do clero cristão; movimento do novo sindicalismo, primeiro no ABC paulista, depois no Brasil inteiro; movimentos de mulheres em bairros, porque naquela

época não se falava muito em termos de movimentos de gênero, era movimento de mulheres; movimentos populares em bairros reivindicando creches, transporte coletivo, postos de saúde, etc. A partir daí a participação cria-se uma outra categoria, passa a se falar em participação popular. A participação comunitária, integracionista, vai cedendo lugar para ir construindo esse novo consenso e uma nova consciência de participação popular, principalmente de luta de bairros, de regiões periféricas das grandes cidades em busca de condições mínimas de sobrevivência no meio urbano, de luta por direitos sociais, principalmente direitos básicos.

Na década de 1970, se olharmos para a produção acadêmica sobre essas lutas, sobre esses movimentos daquela época, (que certamente não foram os primeiros, eu tenho um outro livro sobre a história dos movimentos sociais no qual registro que as lutas são muito antigas, antes do Cabral). Mas no caso específico da produção acadêmica sobre os movimentos sociais de resistência ao regime militar, é importante registrar a criação das associações acadêmicas, com a criação da ANPOCS, e simultaneamente a ANPG, e depois veio a ANPUR. As associações nacionais tiveram um papel muito importante de agregar os pesquisadores e também foi a época em que começam a aparecer os frutos dos programas de pós-graduação implementados no país ao longo dos anos 1970. Algumas características dessa produção que são importantes de assinalar, tais como: uma grande vitalidade do estudo mais empírico, antes, em geral, as pesquisas de teses etc. eram sobre os grandes autores, ou mais teóricas. Passou-se a ter nos programas a orientação de que, para fazer o mestrado, tinha de fazer pesquisa empírica, pôr o pé no barro, fazer coleta de dados, isso passou a ser valorizado. E no caso das pesquisas sobre os movimentos populares, naquele momento, deu bases para desenvolver a pesquisa militante, a pesquisa participante.

Os estudos assim foram a opção metodológica dominante. Lembrando também toda a pedagogia do Paulo Freire que passou a dar fundamentos e ser aplicada. O segundo ponto é a localização da maioria desses estudos nos programas de pós-graduação, embora centros de pesquisa tenham tido papel fundamental, como em São Paulo, a exemplo do CEBRAP e do CEDEC (este último criado na década de 70). A terceira característica foi o progressivo predomínio das leituras renovadas das teorias marxistas, principalmente advindas das abordagens de Gramsci. Os estudos desenvolveram análises

mais estruturais. Eu mesma fiz o meu mestrado sobre as associações de moradores e depois o meu doutorado foi sobre a luta por creches e estava mais preocupada, nas condições gerais, ou nas contradições urbanas, como se enfatizava na época com a obra no Manuel Castells, etc., para entender essas contradições urbanas, mas também é importante a obra do Hobsbawn, como que ele influenciou toda essa geração que também pesquisou. Quanto ao estudo dos movimentos sociais, eles eram mais, num primeiro momento, estudo de movimentos populares. Vai ser nos 1980 que os estudos sobre movimentos de gênero, afrodescendentes, ambientalistas etc. se desenvolvem na academia. É importante o registro de que as carências nas áreas periféricas urbanas motivavam os movimentos e, consequentemente, os estudos acadêmicos a seu respeito.

Segundo ciclo: a transição para a redemocratização

O segundo ciclo, na transição da redemocratização até a Constituição de 1988, tem-se o retorno de eleições para os governos estaduais num primeiro momento e logo depois, em 1984, o movimento vigoroso das Diretas Já. Surgem inúmeros movimentos de gênero, afrodescendentes, centrais sindicais, movimentos sociais, movimentos no campo (lembrando que se teve a ANAMPOS, que num primeiro momento o "S" juntava sindicatos, que depois viria a ser CUT (Central Única dos Trabalhadores)). É interessante ver como foi o início desse processo. O primeiro ciclo, já no início da década da década de 1970, e o segundo, no início de 1980, têm em comum a visão da luta por direitos básicos como eixo focado na questão da igualdade, com recuperação dos direitos que foram sequestrados pelo regime militar; buscava-se fortalecer a sociedade civil. A questão da construção, ou reconstrução, da cidadania, buscando recuperar a democracia no país, passa a ser um eixo fundamental e comum nesses dois ciclos.

No segundo ciclo, também continuam as abordagens estruturais nos estudos, as abordagens marxistas, mas passa a haver um outro eixo que depois torna-se quase hegemônico no estudo dos movimentos sociais, que é o eixo dos estudos identitários. Essa abordagem acabou gerando o nome que todo mundo chama: novos movimentos sociais. Os novos movimentos eram o movimento feminista, o movimento negro, povos indígenas, ambientalistas etc.;

muitas vezes eles estavam se contrapondo ao que era visto como movimento tradicionalmente, que era o movimento da luta dos trabalhadores, o movimento sindical. Há vários textos, é uma produção grande, nesse período, debates em que se destacaram a obra de Alberto Melucci, Touraine, que já produzia antes, mas que entrou também nessa questão dessa abordagem culturalista e menos estruturalista. O Claus Offe e o Habermas, tiveram textos importantes nos anos 1980 sobre os novos movimentos sociais.

Terceiro ciclo; a construção de instrumentos participativos

O terceiro ciclo data de 1988 pra frente com a construção de instrumentos participativos. Lembrando que a própria Constituição introduziu no associativismo civil instrumentos básicos como o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular. A cidadania, que antes era uma aspiração dos movimentos populares, dos intelectuais e da luta social, passa a ser incorporada nos discursos oficiais próximos ao da ideia de participação civil. Vários dos partidos políticos passam a incorporar a questão dos direitos, mas em contrapartida vem a questão dos deveres. Os direitos e deveres dependem do grupo em questão. Desenvolve-se, nesse período, novos espaços públicos (o público não-estatal) e foi algo bastante debatido. Nesse espaço nós vamos ter os conselhos, redes de articulação da sociedade civil, porque havia uma questão central que se debatia: a social.

José de Souza Martins escreveu muito sobre os excluídos, a necessidade de incluir suas demandas, populações etc. Alguns estudos ainda se apoiavam nas abordagens marxistas, com várias correntes, mas eles decresceram bastante. Coincidentemente, nesse período, ocorreu a a crise do Leste Europeu, desmonte das políticas e estados, tudo isso levou a que os referenciais teóricos fossem revistos e ampliados. Não se teve mais a hegemonia estruturalista, o foco da questão dos direitos sob a perspectiva de Bobbio, Hannah Arendt, cresce muito. Teve-se uma importância maior desses autores na própria produção de quem estava estudando os movimentos sociais. E cresce o foco nos estudos no lado institucional, porque esses espaços, a maior parte deles, eram dentro das estruturas estatais, tais como a do OP (Orçamento Participativo), etc.

Charles Tilly, um autor norte-americano, que produzia desde a década de 1960 nos Estados Unidos, ganha uma importância muito grande nesse período. E nos estudos dos novos movimentos sociais, a questão das mulheres, lembrando também que nesse período se teve bastante apoio da Fundação Ford, apoio de entidades internacionais à pesquisa tais como nos estudos sobre o movimento das mulheres, ou só feminista; constrói-se esse debate. Passou-se a falar mais da questão do gênero. Ao final dos anos 1990, um outro ator emerge na cena política com uma força muito grande, e antes ele estava por detrás dos movimentos sociais, que são as ONGs, lembrando por exemplo que a Ação pela cidadania que tinha uma ONG por trás, o IBASE, que progressivamente, ao longo dos 1990, se fortalece. Em 1998 e 1999, surge a questão institucional de políticas do terceiro setor, de marcos regulatórios, e teve-se um crescimento maior do associativismo nas ONGs do que em movimentos sociais. Mas não quer dizer que os movimentos sociais populares urbanos desapareceram. Ocorre um processo que não foi só no Brasil, foi também no México e em outros países da América Latina, do crescimento dos movimentos populares no rural, como o MST, os Chiapas no México e muito mais.

Esses movimentos do rural passam a galvanizar as atenções muito mais do que os movimentos urbanos, do que as lutas da periferia, que parecem ter ficado um pouco para trás. Nesse terceiro ciclo, então, amplia-se um leque enorme de pesquisadores sobre os movimentos sociais. Eu gostaria de destacar nesse período a obra "Quando novos personagens entraram em cena" do Eder Sader, que foi um marco, efetivamente, publicado em 1988, e toda a influência que teve ao longo dos anos 1990 essa obra do Sader.

Quarto ciclo: movimentos antiglobalização e participação nas esferas públicas

No quarto ciclo vão ter transformações porque a discussão já era sobre globalização e redes. Todo mundo trabalhava em rede, aquela ideia do bairro, de estudar o poder local, que foi algo que galvanizou décadas atrás, acaba ficando secundária, porque passa a se ter a força da globalização, de articular-se nas redes globais. O movimento antiglobalização entra na pauta dos movimentos internacionais, lembrando do Fórum Social Mundial, que aliás completou 20 anos e na semana

passada fez um encontro virtual celebrando esse período desde a criação. Quando surgiu o FSM foi interessante porque ele progressivamente ao longo de uma semana passou a ocupar as primeiras páginas da manchete dos principais jornais do país. Agora, 20 anos depois, eu tomei o cuidado de prestar atenção pelo menos em dois jornais de São Paulo de grande circulação e não teve nem um dia em que eles aparecessem na primeira página.

Teve um artigo do Oded que foi um dos inspiradores, criadores, que foi um pouco um artigo memória, mas não uma pauta. Eu me inscrevi e embora tenha tido uma riqueza, uma diversidade muito grande de atividades em várias partes do mundo, parecia que todo mundo estava cada um na sua rede, nos seus grupos, nas suas discussões. Não teve um impacto de pautar uma grande discussão via mídia, embora eles estivessem usando a mídia e o encontro era completamente online. Deslocou-se nesse período, do quarto ciclo, a ênfase dos debates sobre participação popular para se falar da participação social nas esferas públicas, lembrando também que nesse período, no Brasil, por exemplo, nós tivemos o acesso da oposição ao poder central: pela primeira vez um operário foi eleito, e tudo isso mudou completamente a cena da correlação de forças políticas no país naquele momento. Vários ex-participantes de movimentos sociais se tornaram figuras eminentes na República e vários militantes (tem uma diferença entre militantes e ativistas) passaram para o plano do ativismo, um ativismo institucional dentro das instituições, mais do que propriamente dito um movimento de base como se falava antes junto às comunidades etc.

Esse ciclo foi extremamente importante, também, eu não estou contrapondo, existem várias críticas a esse ativismo institucional, porque ele ficou quase que em uma só esfera. Mas ele é importante, também, pelas conquistas que se teve, por exemplo: Lei Maria da Penha, para a área da arquitetura o Estatuto das Cidades, o qual teve uma contribuição imensa dos profissionais da área que estudam o urbano, algo construído e negociado. O movimento dos estudantes, que teve várias contribuições importantes nos ciclos anteriores nas Diretas Já e nos Caras-pintadas dos anos 1990, na primeira década do novo século atuou, de um lado mais como um movimento interno da categoria, a luta dos bandejões e questões do cotidiano; mas de outro, começam a surgir novidades, e nessas o próprio movimento Passe Livre foi criado nessa década. No quarto ciclo

temos uma plêiade maior de olhares e abordagens, embora tivesse uma certa hegemonia das abordagens institucionalistas, especialmente a teoria da mobilização política, mas tivemos outras: a teoria das redes, teorias decoloniais foram extremamente importantes na América Latina, a discussão do colonialismo e a ampliação das teorias feministas. Foi um período em que se surge uma gama, não dá para falar que tem uma corrente, é enorme dependendo dos autores, um grande crescimento também da discussão ambiental que já tinha sido pautada nos anos 1990 nas grandes conferências internacionais que foram extremamente importantes -tanto em Pequim com a conferência das mulheres, como a Eco-92, no Rio para a questão da participação no meio ambiental.

Quinto ciclo; 2013 - novidades e incógnitas

Logo após o fim da década de 2010, chegou um momento, no Brasil, que eu vejo como o início do quinto ciclo: junho de 2013, que também tem que se dividir um pouco internamente porque não foi homogêneo. No primeiro momento, foi um ponto de inflexão, eu sempre digo que é ainda um enigma a se decifrar: quanto mais se estuda, mais se acha novidades e pontos que se ligam. Para entender a contemporaneidade, tem que olhar lá, o que aconteceu em 2013. O ativismo dos jovens com uso das novas tecnologias alterou-se, do militante ao ativista. Eu diferencio porque o militante é algo que tem uma articulação com uma determinada causa que tenha um partido, um movimento, são relações diretas, muitas vezes podem ter até hierarquias dentro dessas lutas e o ativista não, é um compromisso mais circunstancial. Ele está aqui agora, depois ele está simultaneamente em outra causa. O ativista opera muito via as redes sociais e a internet. Surge, então, um sujeito político, que tinha ganho espaço desde o FSM, e com ele a questão dos indignados. A indignação passa a ser vista como um valor humano essencial para se conquistar a justiça social. Surge também, assim como tivemos nos anos 1990, um crescimento das ONGs, que passam a concorrer na questão da participação com os movimentos sociais, e com os novos coletivos. Estes últimos são a grande novidade.

Num primeiro momento tem-se um número muito grande de coletivos culturais, e atualmente se vê coletivos feministas, coletivos que dão origem aos mandatos coletivos, coletivos autonomistas com uma base mais anarquista, constroem outras trajetórias com uma outra visão de mundo, e os coletivos que

estão dentro da ordem institucional, mas querem uma outra ordem institucional e tentam eleger seus representantes, assim como se tem coletivos até no MST, na sua reestruturação. Vários movimentos também se reestruturaram e tentaram também criar os coletivos, uma forma predominante de ação coletiva, principalmente dos jovens. Essa nova onda de movimentos e os coletivos são diferentes daqueles movimentos identitários organizados na década de 1980, dos novos movimentos sociais. Por isso, num paper que depois virou um livro, eu chamei de novíssimos, porque esses se diferenciam bastante daquelas lutas temáticas que focalizavam: ou na questão de gênero, ou na questão da raça, ou na questão da nação, dos povos indígenas. Os coletivos podem estar inter-relacionados, com movimentos e até com partidos, por exemplo se tem coletivos feministas no PSOL. Então eles poderão ser pontos de ligação entre o movimento e o partido, movimento e estruturas de poder. É um universo, uma reformulação, uma ressignificação da forma do associativismo e da forma das lutas sociais em geral. Não dá para se ter aquele mesmo esquema, aquela mesma visão de como foi nos anos 1980, de como foi no início do século, porque nessa década de 2010 ocorreram grandes reestruturações. Lembrando também de uma reestruturação importante na própria questão dos estudantes e a retomada de lutas, não só agora do movimento dos universitários, mas dos secundaristas com a ocupação das escolas em 2015 e 2016 que foi uma certa novidade, porque nos 1950 e 1960 a JUC (Juventude Universitária Católica) e JEC (Juventude Estudantil Cristã), que eram a juventude da universidade católica, e juventude dos antigos secundaristas, também tinham feito esses movimentos de mobilizados dos estudantes, inclusive dos secundaristas.

Mas desde a década dos 90s, os estudantes universitários passaram a ter uma certa hegemonia no movimento estudantil, e agora, na década de 2010, temos a retomada dos secundaristas. Vemos várias novidades nesse ciclo do ponto de vista da produção acadêmica; a questão relacional, extremamente importante nas redes e mídias sociais, tornou-se interessante para analisar. Ganharam força várias teorias e várias explicações que tinham ficado lá para trás como a do interacionismo simbólico, porque para entender as mídias, para entender o outro, você tem que ter o foco não tanto na relação direta, mas nas relações virtuais, online, nas mídias, autores clássicos foram retomados. Esse quinto ciclo também demarcou a questão das camadas médias nas ruas.

Antes quem saia na rua nos protestos e manifestações eram as camadas populares, lutas da periferia ou lutas rurais dos Sem-Terra ou a luta dos Sem-Teto, o que eu chamo de movimentos clássicos, no eixo dos sindicatos e um certo grupo de movimentos de estudantes e profissionais da educação básica. Os movimentos clássicos têm como fundamento a questão da desigualdade, a luta por direitos, luta pela justiça social, etc. A partir de 2013, entram novos repertórios com a questão da corrupção, contra a política, políticos, porque neste momento se tem uma virada: 2013 é uma coisa, em 2014 outra-vários ativistas que estavam em 2013 formam o que eu chamo de organizações movimentalistas que depois passam a ser genericamente englobados como movimentos de direita: o MBL, o Vem pra Rua. É nesse momento que eles são formados e pautam a questão da luta política por reforma do Estado e o Impeachment da Presidenta Dilma, que foi o que mais aglutinou.

Essas organizações movimentalistas são para alguns contra-movimentos, vão trazer em cena os conservadores, porque antes quando se falava em movimento social, eram sempre movimentos que estavam no sentido emancipatório, na luta por justiça, por direitos, por igualdade. Paralelamente saía um grupo dos movimentos clássicos, e podia sair o outro, dos contra-movimentos no outro dia. Isso demarcou o divisionismo e sair às ruas, segundo dado movimento ou organização, deixou de ser forma de uma prática social de uma ala apenas, mas passou a ser uma forma de protesto de duas correntes antagônicas. Os movimentos neoliberais, conservadores, surgem e são uma das novidades a partir de 2013. Mas também uma outra novidade a partir de 2013 são os autonomistas, são aqueles que saíram nas grandes manifestações e não se identificam com os movimentos clássicos, e poderão ter alguma identificação, ou não, com os novos movimentos sociais, mas de qualquer forma eles têm outras visões de mundo. Nesse momento, os autonomistas, cujas bases são outras, ou no anarquismo ou no socialismo libertário, eles crescem e passam a ter uma certa hegemonia nos novos grupos dos jovens e uma influência muito grande junto aos coletivos. Pode-se ver uma inflexão a partir do Impeachment, quando os movimentos sociais, em geral, têm perda de direitos, ocorre o desmonte de direitos sociais conquistados, desmonte de espaços participativos no interior do aparelho do Estado. Observa-se então um certo refluxo dos movimentos autonomistas, porque por mais que eles fossem autonomistas, sempre tinham alguma articulação com o poder

público via determinados incentivos e apoios que vinham para a atuação de coletivos na área da cultura, por exemplo. Depois tudo isso acaba, concursos, apoios e há um desmonte também de conquistas, toda a legislação no caso LGBTQIA+, todos eles começam também a ter retrocessos dado o conservadorismo que se implanta no poder central.

Sexto ciclo-Desdemocratização

Passa a haver um tensionamento da democracia com o desmonte das políticas públicas participativas, extinção de conselhos que vai ocorrer nesse sexto ciclo, a partir de 2019 com o governo Bolsonaro. Na restruturação das pesquisas também, a luta é mais pra manter a pesquisa em andamento, manter as bolsas, não se vê mais aqueles concursos que tinham, as chamadas para editas da CNPq e outros de apoio a pesquisa em várias áreas e esse corte das verbas públicas vai estrangulando e é uma guerra cultural/ideológica se instalando. Essa desdemocratização vai levando a uma erosão gradual da democracia por meios legais. Há conflito de interesses, conflito de direitos e passa-se, da parte dos conservadores no poder, ao combate à ciência, à diversidade, à liberdade de expressão etc. Nesse período observa-se que houve uma ampliação muito grande do interesse de jovens, nas academias, para estudar os movimentos sociais.

Muitos são ativistas e vieram das políticas de inclusão, que ascenderam à universidade via cotas. Há uma mudança no panorama do perfil daqueles que estudam os movimentos e passa-se, nesse contexto, a se ter a necessidade de leituras renovadas, novos aportes foram mobilizados e ressignificados porque houve uma repolitização da questão dos movimentos sociais, um questionamento daqueles que estavam muito próximos das estruturas estatais, mas ao mesmo tempo, passa a haver, imediatamente, em 2016, um desmonte dessa política e daqueles que estavam próximos e novos paradigmas começam a surgir a partir de utopias antigas que são restauradas ou ressignificadas. Nós estamos nesse momento, da questão do embate de direitos e democracia e esses novos aportes. Eu gostaria de destacar, nas teorias do autonomismo e do socialismo libertário, que elas não foram criadas agora, embora os movimentos atuais possam ser nominados como novíssimos. Estas lutas estavam lá desde o século XIX, na história social das

primeiras décadas do Brasil e mesmo nos anos 1960 e 1970 encontramos também, mas elas estavam sempre em segundo plano, e na década de 2010 ganharam grande destaque. Com isso, chegamos à 2020, nesse período do sexto e último ciclo, com a Covid-19. O mundo se desmonta, se reestrutura, e do ponto de vista das mobilizações, de repente o confinamento, o distanciamento social, mudam as práticas, mudam os comportamentos.

Num primeiro momento, janelas e varandas passaram a ser locais das manifestações via protestos, ou via celebrar a vida, celebrar os profissionais da saúde, eram as formas possíveis. Mas dada a divisão das políticas do ódio, do grupo de cá, do grupo de lá, do conservadorismo ou conservadores contra todos os demais que daí seriam aqueles estavam "querendo acabar o mundo", etc., nessa subdivisão, os conservadores saem as ruas, continuam, fazem carreatas, 'motociatas', manifestações. Tem-se um ciclo de atos antidemocráticos, isso foi algo muito forte no primeiro ano da pandemia. Eu cheguei até a escrever um artigo que foi publicado e está no site da Unicamp também, porque eu articulei isso com uma análise da questão da pobreza, da desigualdade social, agora que a Covid aflorou com muita força. Esses atos antidemocráticos passam a ser tencionados num primeiro momento com um recuo das forças democráticas, progressistas, de não saírem às ruas e os antidemocráticos estavam lá. Isso tudo acaba sendo tensionado por um fato externo, que tem um reflexo muito grande no Brasil, que foi a questão da morte do George Floyd nos Estados Unidos.

O movimento Black Lives Matter, que já tinha toda uma trajetória, toda uma história, ele se reestrutura, ganha uma força enorme, ganha as ruas e isso tem um reflexo no mundo todo e aqui também. Nós tivemos várias manifestações no Brasil e começa-se quase um novo momento da luta contra o racismo estrutural, contra todas as formas de racismo. Isso propicia retomada dos movimento, a luta passa, nesse momento, pela luta por direitos, luta dos progressistas, passa a ter um destaque maior, assim como a luta das mulheres pelas condições que surgem, tanto pelo fato de dupla jornada (tem que ficar em casa, tem que cuidar dos filhos, ser professora dos filhos nas aulas online), como a questão da violência doméstica.

Tudo isso colocou em destaque o papel da mulher na sociedade e levou ao fortalecimento dos movimentos sociais, além da questão das queimadas na Amazônia. Esses três eixos: meio ambiente, feminismo e a questão racial, são os eixos que

durante a Covid-19, foram as frentes de resistência principais que ocorreram ainda em 2020. É interessante observar também que a questão da desigualdade, sempre presente, foi desnudada completamente, e ao mesmo tempo, alguma coisa surgiu que brotou na sociedade que é a questão da solidariedade. Em alguns lugares, por exemplo nas comunidades periféricas, ou nas favelas, termo que muitos ainda utilizam, a questão da solidariedade foi reconstruída. Algumas análises e pesquisas estão trabalhando com hipóteses de que houve uma reconstrução daqueles movimentos populares de bairros lá dos anos de 1970 e começo dos anos 1980 - a reestruturação da solidariedade. É uma categoria não muito estudada, não muito trabalhada, que passou a ser fundamental para entendermos, nos tempos da pandemia, a questão e o poder da solidariedade.

Por outro lado, o uso dos meios de comunicação ganhou uma força maior, porque está todo mundo em casa, os indivíduos desconectados de relações diretas, e conectados virtualmente. O que fazer? Porque não pode ir para rua, "não pode isso, não pode aquilo", houve uma nova articulação das relações sociais. Ao mesmo tempo, esse ativismo ganha força, baseado muitas vezes em dogmas. Um ativismo em função de uma determinada causa que não tem um projeto emancipatório, age segundo a emoção, e não com a razão por que quase não há diálogo. Esse ativismo via as redes sociais não é só nos grupos de direita, ele também tem outras conotações nos grupos emancipatórios de luta por justiça. É necessário destacar também na pandemia categorias sociais que estavam invisíveis se organizaram, porque ganharam projeção, à exemplo dos motoboys que em São Paulo. Eles fizeram greves que chegaram a paralisar a cidade, então é algo que, para se estudar o urbano, sem colocar a questão dos motoboys, é como pôr uma venda nos olhos, é não enxergar esse urbano ou o espaço onde a cidade está fluindo.

A pandemia e a crise gerada deixaram, sobretudo, nua a questão da fragilidade dos sistemas nacionais, na área da saúde, mas também colocou a importância do SUS – Sistema Único de Saúde, que não era valorizado pela sociedade como um todo, parecia que era questão apenas "lá dos pobres". Tudo isso poderia ser pior ainda se não tivesse o SUS. Boaventura Souza Santos chama de crise civilizatória afirmando que se explicitou uma crise ambiental, uma crise ecológica, uma crise econômica, uma crise sanitária, uma crise de saúde, uma crise civilizatória. É interessante observar que esses movimentos que surgem por aí, nem

todos estão na chave do movimento social, porque quando se fala em movimentos hoje tem que se classificar de que movimentos está se falando. Hoje tem muitos que se autodenominam como movimento social, mas realmente tem uma diferença muito grande entre esses movimentos cívicos que partem de ONGs etc., são bastante dialógicos, do ponto de vista midiático, do que propriamente dito movimentos sociais de luta e resistência contra o processo de perda de direitos e desdemocratização do país. E no centro disso tudo estão as polarizações que se estendem para além das diferenças políticas e adentram a questão da raça, cultura, no campo das ideologias, das crenças religiosas, dos costumes, comportamentos; a polarização passa a ser o grande divisor de águas na sociedade. Surgem as guerras culturais que são travadas entre diferentes grupos sociais.

A polarização não amplifica o debate, o exercício da democracia, ela resulta o contrário, o que eu tinha falado, o processo de desdemocratização. Tem-se que ampliar o escopo analítico para entender as ações coletivas a partir desta nova década e, especificamente, dos acontecimentos de 2020, e o leque das formas associativas. Não dá mais para falar só dos movimentos clássicos como os únicos existentes, não dá para ignorar os coletivos que estão se tornando, em termos numéricos, maiores e mais amplos do que os próprios movimentos, e os jovens estão aderindo muito mais aos coletivos do que aos movimentos sociais, e muitos desses coletivos que tem tendências libertárias. Os grupos que defendem as temáticas do feminismo, do racismo, LGBTQIA+, a maior parte das vezes se apresentam como apartidários ou alguns não, porque vários têm marcos em grupos, em partidos, e consideram ainda a importância da via partidária para transformar o Estado, a política etc. Olhar muito a questão desses coletivos formados de mulheres que estão levando a esses mandatos coletivos, Belo Horizonte e São Paulo são exemplos, e para entender essa nova realidade.

Deve-se retomar a questão das teorias estruturais, voltar às classes, porque essa desigualdade não dá para se discutir, se entender, baseado apenas como se fosse algo que surgiu com a pandemia, ou porque perdeu o emprego nesse momento. É algo estrutural que está aí e, portanto, a questão das classes tem que ser posta porque elas ficaram bastante tempo de lado. Inclusive, está se iniciando um debate sobre, em que medida as questões identitárias afastaram, provocaram essa clivagem,

no entendimento do papel das classes na sociedade. Enquanto se falava das análises estruturais, antigamente era tudo só objetividade, hoje em dia o papel da subjetividade é fundamental para entender as comunicações, as interações, porque tem a ver com as emoções. Quando há explosão nas ruas, a ira está presente nesses atos de indignação e tem que entender como se forma a ira e a subjetividade, mas não de um ponto de vista tradicional ou clássico de se pensar a subjetividade como apenas uma coisa psicológica. É claro que a psicologia e a psicologia social são extremamente importantes, mas eu acho que tem que além disso fazer essa articulação de saberes e várias disciplinas para entender a atualidade. Portanto, classes e questões identitárias são relevantes e devem ser abordadas em conjunto, como temáticas interligadas e não dois temas separados.

Eu gostaria de concluir aqui para que se entenda o momento atual, a importância de se colocar a democracia no centro desse debate, porque as lutas culturais, as lutas urbanas, todas elas estão sendo tencionadas. Essa polarização que esgarça o tecido democrático é um dos grandes desafios da atualidade. Colocar a democracia no centro do debate leva a dar visibilidade às demandas, aos movimentos, assim como já foram feitos os clássicos dos estudos sobre os movimentos do passado. Eu gostaria de concluir com uma citação da Donatella della Porta que é uma analista da Itália que tem dado grandes contribuições sobre a questão dos movimentos sociais na atualidade. Quando ela fala que a crise também abre oportunidades políticas, evidenciando a necessidade da responsabilidade pública do censo cívico, de regras, de solidariedade e para isso ela fala: “eu acho que precisamos também desenvolver conceitos e métodos, porque sempre tivemos a sorte de trabalhar e fazer pesquisas empíricas sobre os movimentos sociais de que gostamos, povoados por pessoas legais que normalmente nos acolhem, mas agora é preciso pensar em como atualizar não apenas o conjunto de ferramentas teóricas, mas também as ferramentas metodológicas”. Eu destaco essa citação porque eu senti que, na propaganda que vocês fizeram deste webinário, nos folders do curso, que há essa preocupação de apreender a realidade de uma forma diferente, essa preocupação com teorias e métodos, e não apenas uma leitura superficial da realidade, não apenas como uma casca de que se apresenta. Muito obrigada!

uma breve cartografia do novíssimo ciclo de lutas

Maíra Ramirez Nobre

Arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal de São João del Rei (2010-2016) com período sanduíche na Technische Universität von München pelo Programa Ciências sem Fronteiras. Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pelo Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (2019). Doutoranda pelo mesmo programa. Pesquisadora dos Grupos de pesquisa: Indisciplinar (UFMG); Geopolítica e planejamento Territorial - GEOPT(UFMG); Nova Economia do Projetamento - NEP (UERJ).

Natacha Silva Araújo Rena

Arquiteta e Urbanista, pós doutora pela Universidad de Sevilla, professora da Escola de Arquitetura da UFMG, foi líder do grupo de pesquisa Indisciplinar entre 2013 e 2022. Atualmente, é Líder do Grupo de Pesquisa Geopolítica e planejamento Territorial (GEOPT) desde 2022 e vice-lider do Grupo de Pesquisa Nova Economia do Projetamento (NEP) desde 2022. Professora dos cursos de Arquitetura e Desgin da Escola de Arquitetura da UFMG, assim como dos programas de pós-graduação NPGAU e PACPS da Escola de Arquitetura da UFMG. Finalizando o segundo pós-doutorado no Programa de Ciências Econômicas da UERJ sob supervisão do professor Elias Jabbour. Professora Visitante da Huazhong University of Science and Technology - HUST em Wuhan, China.

Este texto é uma experiência cartográfica coletiva

Este texto é formado, basicamente, pelos conteúdos desenvolvidos em quatro artigos produzidos ao longo dos últimos anos[1] com forte presença do pensamento desenvolvido pela professora Maria da Glória Gohn (1997, 2014a, 2014b, 2017) sobre movimentos sociais.

Estes estudos vêm compondo o processo de uma pesquisa mais ampla denominada "Geopolítica e Territórios"[2], que tem o ciclo de lutas que tomou o mundo após a crise do capitalismo em 2008 como uma de suas ênfases. No centro desta investigação, daremos destaque para o 15M, levante que aconteceu na Espanha em 2011, assim como, para as Jornadas de Junho, que tomaram as ruas brasileiras em 2013. Uma das principais produções vinculadas a esta pesquisa foi a dissertação de Maíra Ramirez Nobre denominada "Levantes urbanos: o ciclo de lutas pós crise do capitalismo de 2008"[3] (2017-2019) sob orientação da professora Natacha Rena, também autora do texto aqui apresentado.

"Por que os sujeitos se sublevam?" Esta é uma pergunta central exposta por Didi-Huberman em seu livro *Levantes,* publicado em 2016 e que vem, também, conduzindo os estudos aqui propostos. Quando somada a outra questão de semelhante livro "o que fazer quando reina na obscuridade?", entende-se parte das inquietações que deram origem às análises a respeito do ciclo de lutas que eclodiu após a crise do capitalismo de 2008.

O estudo sobre alguns dos levantes que tomaram as redes sociais e as ruas de diversas cidades por todo o mundo entre os anos de 2010 e 2013 (com destaque para Primavera Árabe; 15M - Espanha; Occupy Wall Street - Estados Unidos; Jornadas de Junho de 2013

1 Todos sob autoria de Maíra Ramirez em parceria com a orientadora de mestrado e de doutorado, mas também em colaboração de outros pesquisadores do Grupo de Pesquisa Indisciplinar: Henrique Porto, Danilo Caporalli Barbosa, Ana Schoenell e Jessica Borges.

2 Ver em: <https://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Pesquisa>. Acesso em 07 de agosto de 2021.

3 NOBRE, Maíra. Levantes urbanos: o ciclo de lutas pós crise do capitalismo de 2008 . 2019. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Link: <https://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Disserta%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em 07 de agosto de 2021.

- Brasil) vem sendo desenvolvido por pesquisadores do Grupo Indisciplinar há quase uma década. Durante este período, diversos materiais foram produzidos sobre o tema e, ao longo dos últimos anos, as autoras do presente artigo, junto a outros pesquisadores do Grupo Indisciplinar, se debruçaram em semelhante investigação. Danilo Barbosa, doutorando em arquitetura e urbanismo, Jéssica Borges, Ana Luísa Schoenell e Henrique Porto[4], graduandos na mesma área, foram parceiros na elaboração dos textos que foram usados como base para este artigo, são eles: (i) *Das Revoluções aos Levantes*[5]; (ii) *68 e Depois: uma cartografia dos filmes 'Morrer aos 30 anos' e 'O Fundo do ar é vermelho'*[6]*;* (iii) *Entre Redes e Ruas: tecnopolíticas dos novíssimos movimentos sociais*[7]; (iv) *Jornadas de Junho de 2013: tecnopolíticas e territórios*[8]*;* além da dissertação (v) *Levantes Urbanos: o ciclo de lutas pós crise do capitalismo de 2008*[9].

De forma geral, esses textos compõem uma trajetória da pesquisa, que foi se redesenhando ao longo do tempo. A investigação partiu da busca pela compreensão do estado da arte do tema *levantes urbanos* e foi se constituindo numa experiência cartográfica coletiva do conjunto de levantes que ocorreram no mundo a partir de 2010. Esta cartografia assumiu o desafio pretensioso da transescalaridade, atravessando diferentes platôs entre as geopolíticas e os territórios nos quais as múltiplas lutas e as ocupações dos espaços urbanos se deram.

Das revoluções aos levantes

> Há diferentes formas de manifestar indignação em relação à estrutura vigente. No tocante ao poder estabelecido por um Estado ou, até mesmo, organizações morais que controlam os corpos e as ações sociais, a maneira mais comum de manifestar-se ocorre por meio da ocupação das ruas e criação de "palavras de ordem", demonstrando revolta, fazendo uso ou não de bloqueio e/ou depredações do espaço físico. Entretanto, existem diferentes formas de manifestar-se nomeadas por diversos autores (DIDI-HUBERMAN, 2016; FOUCAULT, 1994; ARENDT, 2001; BENJAMIN, 2006; FLORESTAN FERNANDES, 2000; BADIOU, 2012; HOBSBAWM, 1995; CANDIOTTO, 2013). Das revoluções aos levantes, por exemplo, há claras diferenças em relação à organização interna, objetivo e atuação. (NOBRE; RENA, 2018, p. 41)

Das Revoluções aos Levantes é um artigo sobre conceitos. Publicado em 2018 na Revista arq.urb, buscou-se debater diferentes terminologias que atravessam as lutas sociais ao longo dos últimos séculos. Objetivou-se, assim, evitar equívocos ao declinar uma definição sobre determinada situação.

O cuidado desta análise se põe, justamente, na compreensão da importância da narrativa na construção científica, de modo a dedicar tempo às definições primárias. Acredita-se que um equívoco no momento de dar o nome a determinado evento, poderia comprometer toda a sua análise.

Sabe-se que este artigo se ocupou da distinção dos conceitos de *revolução, reforma, contra-condutas, revoltas, insurreições* e *levantes* segundo cinco principais categorias dispostas no quadro abaixo (Figura 1): organização, principais atores, objetivos, duração e resultados. Ao final, indica-se os autores utilizados para a definição de cada conceito.

Este quadro síntese é uma ilustração das relações comparativas entre os conceitos e, caso interesse ao leitor aprofundar em sua compreensão, basta acessar o artigo original, tendo em vista que, neste texto, serão abordados apenas os termos *revolução* e *levantes* e isso se dará de forma menos aprofundada que no original.

Em relação à *revolução*, é fundamental que se compreenda que, em se tratando de um conceito muito complexo, ele é lido de formas distintas por diferentes autores. O historiador Ricardo Oliveira da Silva (2015) coloca que o conceito de revolução como é entendido hoje surgiu na Europa no século XVIII, junto com a concepção de modernidade e segue cinco premissas: (i) aceleração do tempo; (ii) finalidade social dos movimentos

Revolução	Reforma	Contraconduta	
		Revolta	Levante/Insurreição
Organização			
Arbórea	Arbórea	Arbórea	Rizomática
Principais atores			
Mov. Clássicos	Mov. Clássicos e Novos	Mov. Clássicos	Mov. Novíssimos
Objetivos			
Tomada de poder	Mudança gradual na estrutura vigente	Mudança na organização de poder	Sem proposta clara de reestruturação
Duração			
Longa	Muito longa	Média	Curta
Resultado			
Sucedida ou não	Sucedida ou não nas estapas	Se bem sucedida: revolução	Não se avaliam em sucedidos ou não
Autores			
Arendt (2001); Fernandes (2000); Furet (1988); Silva (2015); Benjamin (2006); Harvey (2014); Luxemburgo (2011); Dantas(2013).	Luxemburgo (2011); Dantas (2013); Bernstein.	Arnaut (2017)	Foucault (1994); Candioto (2013); DidiHuberman (2016)

Figura 1 - Apresentação de conceitos.

Fonte: Produzida pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar

políticos; (iii) caráter universal e permanente; (iv) surgimento do novo, do inédito; (v) rejeição do passado como valor no presente. Nesta concepção, para além das características que atravessam o entendimento de modernidade, existe uma ideia da revolução como rompimento, justamente para que seja possível o surgimento deste novo ou inédito. Tal ideia diferencia a utilização do termo no século XVII, que designa um retorno, à sua aplicação no século XVIII, quando se coloca como um apontamento para o futuro. A premissa do rompimento é também abordada por Furet (1988, p.40) em sua definição de revolução: "o espaço histórico que separa um poder de outro poder, e onde uma ideia de ação humana sobre a história substitui-se ao instituído".

Hannah Arendt (2001) concorda com o século XVIII como um momento de transformação no entendimento do termo *revolução*. Segundo ela, até este momento, o conceito era aplicado a eventos astronômicos, passando, então, a designar ações humanas. E isso é muito caro à sua teoria, tendo em vista que o homem é central na ideia da autora de que a revolução é pautada pela liberdade. *Liberdade* é a principal palavra da qual Arendt (2001) vai lançar mão para tratar de revolução. Ela acredita, ainda que, para haver uma revolução, é preciso que grupos políticos que se sublevam se tornem parte da arena política.

> Só podemos falar de revolução quando esta característica de novidade está presente e quando a novidade se liga à ideia de liberdade. É evidente que isto significa que as revoluções são mais que insurreições bem sucedidas e que não temos o direito de chamar revolução a qualquer golpe de estado ou até de vermos uma revolução em cada guerra civil. (ARENDT 2001, p.39).

Vale lembrar que a liberdade defendida por Arendt (2001) está relacionada a um contato de diferentes indivíduos em espaços públicos comuns. Não é uma liberdade individual, mas política. Entretanto, a autora não acredita na necessidade de emancipação das classes populares, no fim da pobreza, ou de um combate ao capitalismo para que haja uma revolução. E estes são pontos que distanciam a sua concepção do pensamento de Walter Benjamin (2006). Para o autor, só ocorreria uma revolução se o capitalismo fosse findado. Ele destaca a importância da luta de classes denunciando ações de apropriação burguesas.

> Assim como o Manifesto Comunista encerra a época dos conspiradores profissionais, também a Comuna põe fim a fantasmagoria que domina o primeiro período do proletariado. Ela desfaz a ilusão de que seria tarefa da revolução proletária concluir a obra de 1789 de mãos dadas com a burguesia. Esta ilusão domina a época de 1831 a 1871, da insurreição de Lyon até a Comuna. A burguesia nunca compartilhou desse erro. Sua luta contra os direitos sociais do proletariado inicia-se já na Grande Revolução e coincide com o movimento filantrópico que a encobre que experimenta sua máxima expansão sob Napoleão III. (BENJAMIN, 2006, p.50).

No mesmo sentido encontra-se o pensamento de Florestan Fernandes (2000). O autor associa a revolução a uma tomada de poder de cunho social e político. Além disso, ele também pontua os perigos de uma associação entre a luta proletária e a burguesa, colocando a segunda no âmbito de uma contra-revolução. Lembrando os acontecimentos da Revolução Francesa, Fernandes (2000) coloca que a tomada do poder pela burguesia vai sempre visar uma manutenção da ordem com pequenas alterações que visem o favorecimento da classe. A revolução em Fernandes (2000) só é real das mãos dos trabalhadores.

> Revolução e contra-revolução constituem, por conseqüência, duas faces de uma mesma realidade. Sob a guerra civil latente, a pressão autodefensiva da burguesia pode ser contida nos limites da "legalidade"; por sua vez, o contra-ataque proletário fica circunscrito à defesa de sua autonomia de classe e de sua participação coletiva no sistema de poder burguês. Em outras palavras, a burguesia afasta-se das tarefas históricas impostas por sua revolução de classe, mas o proletariado não. Ele força e violenta os dinamismos da sociedade capitalista, obrigando os setores estratégicos das classes burguesas a retomar pé na transformação revolucionária da ordem social competitiva. (FERNANDES, 2000, p.62)

Para além da centralidade na classe trabalhadora, para que haja uma revolução, Fernandes (2000) retoma a concepção de Lenin a respeito da necessidade de uma situação revolucionária. Situação esta que é composta por três fatores: (i) uma crise que gere impossibilidade da classe dominante manter seu poder de forma inalterada; (ii) um agravamento da pobreza e miséria; (iii) intensificação, derivada das situações anteriores, da ação das massas. Mas, para Fernandes (2000) essa soma de eventos não é suficiente para uma revolução e ele elenca um quarto, muito caro à análise proposta por este

artigo: é preciso haver uma transformação subjetiva que conduza as massas à tomada de poder. Esta ação sobre as subjetividades que estimula ou inibe os movimentos de luta de forma geral, tem se tornado cada vez mais importantes e são fundamentais para a construção dos movimentos sociais contemporâneos.

Os *levantes*, por sua vez, podem ser entendidos como parte de um espectro maior, as contracondutas[10]. Lado a lado com as insurreições podem ser definidos como um gesto de se levantar. O principal autor que define os levantes é Didi-Huberman, colocando-os como a sobrevivência do desejo "neste espaço concebido para neutralizá-lo". (DIDI-HUBERMAN, 2016, p.16). "As mãos estendidas, o pulso fechado, o movimento dos corpos, a inclinação do tronco, a profanação da palavra. Tudo isso pode ser um levante e não há escala capaz de medir essas ações". (NOBRE; RENA, 2018, p. 54).

> O levante é um pôr-se de pé junto a outros contra uma forma de poder, é se mostrar e se fazer ouvir em situações nas quais, justamente, não é permitido se pôr de pé, se mostrar e se fazer ouvir. O levante não se dá simplesmente pelo valor simbólico de aparecer em público quando esse ato é proibido. Ele se faz com certa energia, força, com uma intenção física e visceral que não é apenas individual, mas compartilhada - o levante se dá com uma determinação que um dia vai pôr fim a uma condição comum por tempo demais suportada. (DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 25).

Enquanto o levante é contra algo, a revolução é por algo e, para além do discriminado na Figura 1 de organização, estrutura e atores, é esta a principal distinção entre os dois eventos. Enquanto um é reativo, o outro é propositivo.

Mas quem são os sujeitos dessas ações?

10 Entende-se por contra-condutas [...] movimentos coletivamente identificáveis, como a sublevação, o levante, a insurreição, a clandestinidade e todas as lutas anárquicas inscritas no interior de uma história imediata, somente para lembrar o texto Le sujet et le pouvoir. Essas modalidades de contracondutas impõem limites à condução da vida e da individualidade de parte dos governantes, sempre que ela envolve abuso de poder, opressão de um povo, utilização de meios questionáveis e de justificativas escusas. (CANDIOTTO, 2013, p.228).

Os movimentos sociais

Se o leitor recorrer novamente à Figura 1, será possível perceber que, dentre a diferenciação dos conceitos encontra-se a sua estrutura: arbórea no caso revolucionário e rizomática no caso dos levantes[11]; e seus principais atores, divididos entre os *movimentos sociais clássicos*, os *novos* e os *novíssimos.* Estas duas camadas se atravessam, já que os movimentos sociais clássicos tendem a se organizar de forma arbórea, enquanto os novíssimos, de forma rizomática.

A diferenciação entre os "tipos" de movimentos sociais é criada pela autora Gohn e explorada em vários de seus livros, dos quais terá destaque, neste artigo, o *Novas teorias dos movimentos sociais*, publicado em 2014, no qual a autora conceitua "movimentos sociais" da seguinte forma:

> Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente eles tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e acessórias – que vão se organizam em articuladores e formam redes de mobilização - ; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham as reivindicações. (GOHN, 2014, p.14).

Gohn (2014) afirma que os movimentos sociais possuem três características comuns: (i) indignação, cultura política; (ii) emulação dos processos subjetivos; (iii) e construção de emoções coletivas (GOHN, 2014). Neste sentido ela reforça aquilo já apontado por Fernandes (2000) a respeito da necessidade (cada vez mais intensa e agora muito apoiada nas redes sociais) de produção de subjetividades para a construção das lutas. Seria, então, esta, parte da resposta à Didi-Huberman, a respeito da sublevação dos sujeitos?

Retomando o supracitado livro de Gohn (2014), após conceituar os movimentos sociais, a autora traça uma linha do tempo indicando as modificações que eles vieram sofrendo ao longo dos anos e que, de alguma forma, possibilitou categorizá-los de acordo com suas principais características conforme indicado na listagem abaixo e na Figura 2.

11 A diferenciação entre estrutura arbórea e rizomática pode ser encontrada em Deleuze e Guattari no primeiro capítulo do livro Mil Platôs denominado Introdução: Rizoma. (2011).

a) Movimentos do século XIX e início do século XX - em sua maioria operários e revolucionários;

b) Movimentos da década de 1960 e 70 - construídos por estudantes e trabalhadores em busca por direitos civis, feminismo, movimentos estudantis, dentre outros - tem como marco Maio de 68;

c) Movimentos surgidos no Brasil e América Latina nos anos 1970 e início da década de 1980 - contando com ampla participação popular, eram movimentos de resistência à ditadura militar e busca por melhorias urbanas - muitas vezes relacionados às CEBs e ao sindicalismo. Inclui-se, aqui, aquilo que se entende por novos movimentos sociais;

d) Movimentos que ocorreram no Brasil após 1988 pautados, principalmente, na participação popular;

e) Movimentos do início do século XXI, fruto das diversas modificações trazidas pela globalização e pelo neoliberalismo e, em sua maioria, herdeiros dos Zapatistas (México - 1994) e do Movimento de Seattle (1999) - denominados novíssimos movimentos sociais. Estes são herdeiros dos *novos movimentos sociais*, construídos entre os anos 1960 e 1990 na luta pelo direito a ter direitos.

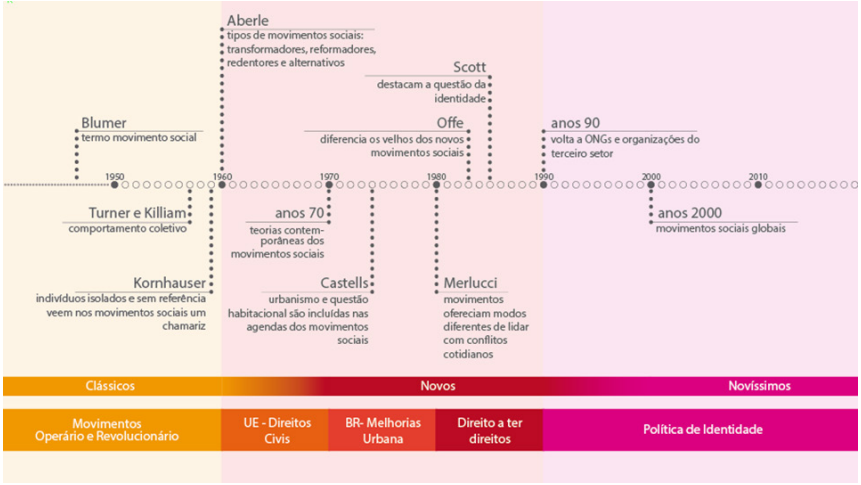


Figura 2: Linha do tempo dos movimentos sociais segundo Gohn (2014).

Fonte: Produzido pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar.

Como pode ser observado na figura acima, Gohn (2014) não diferencia apenas os movimentos segundo a listagem anteriormente apresentada, ou as categorias de clássicos, novos e novíssimos. A autora traz também uma análise das abordagens teóricas traçadas a respeito dos movimentos sociais ao longo do tempo. Neste sentido, ela lembra que o conceito foi cunhado por Blumen, ainda no século XIX, seguido de uma importante análise, já no século XX, de Turner e Killian sobre o comportamento coletivo. Já na década de 1960, Aberle divide os movimentos sociais em diferentes tipos: transformadores, reformadores, redentores e alternativos - atividade totalmente pertinente para o período, tendo em vista que se tratava de um momento de intensa transformação no que tange o desenho das lutas e dos movimentos sociais. Em 1974, Castells observa que o urbanismo e as questões habitacionais passam a compor os debates e reivindicações dos movimentos sociais. Seis anos depois, Merlucci aproxima tais lutas das relações cotidianas. Já em 1983, Offe diferencia os velhos dos novos movimentos sociais e, dois anos depois, Scott destaca as pautas identitárias como parte importante das lutas que vinham se construindo.

Além da linha do tempo que destaca alguns pensadores dos movimentos sociais, Gohn (2014) apresenta as abordagens teóricas que compõem estas leituras. A autora destaca três correntes distintas: (i) histórico estrutural; (ii) culturalista identitária; (iii) institucional/organizacional-comportamentalista. Da primeira corrente fazem parte autores, em sua maioria, marxistas, como o próprio Marx, além de Gramsci, Lefebvre, Rosa de Luxemburgo, Trotsky, Lenin, Mao Tse-Tung. Marx, como tronco desta corrente, não teorizou sobre as ações coletivas, mas delineou o perfil de um movimento social concreto, o do proletariado, dizendo que precisava ser compreendido para que fosse possível mudar o modo como se estrutura a sociedade. Os estudos subsequentes desta linhagem concentram-se na análise do movimento operário, principalmente das lutas sindicais.

> (...) a crise das esquerdas, do marxismo e dos modelos socialistas do Leste europeu, deixaram como saldo um certo abandono das teorias macroestruturais que enfatizavam a problemática das contradições sociais e viam nas lutas e nos movimentos em geral, e no operário/sindical em especial, um dos fatores de acirramento daquelas contradições (...) As novas referências são os pobres, excluídos, apartados socialmente pela nova

> estruturação do mercado de trabalho. A grande tarefa política será incluí-los – tarefa que se desdobrará ao longo da década de 1990 e no novo milênio por meio de políticas sociais compensatórias ou práticas que destacam a justiça social e equidade. (GOHN, 2014, p. 35).

Já nos anos 2000,

> O universo das categorias marxistas fica restrito a alguns autores. Justiça social, igualdade, cidadania, emancipação, direitos, etc. passam a dar lugar a outras categorias como capital social, inclusão social, empoderamento da comunidade, autoestima, hibridismo, responsabilidade social, sustentabilidade, vínculos e laços sociais etc. (GOHN, 2014, p. 44).

Na segunda corrente, Culturalista identitária, estariam inseridos autores como Foucault, Habermas, Bobbio, Arendt, Giddens, Bourdieu, Touraine, Melucci, Offe, K Eder, Scott, Geertz, Pizzorno, Kriesi. Trata-se da construção dos novos movimentos sociais. Os sujeitos envolvidos nas temáticas e nos proprios movimentos não estavam na cena pública e não tinham visibilidade, como mulheres, jovens, negros, índios, etc. (GONH, 2014).

Já a corrente institucional/organizacional-comportamentalista é composta por nomes como Smelser, Wilkinson, Banks, Wilson. Eles analisam as mobilizações segundo uma lógica econômica, onde os fatores tido como objetivos são a organização, os interesses, os recursos, as oportunidades e as estratégias. (GONH, 2014).

Após uma análise aprofundada das teorias, correntes e modificações dos movimentos sociais, Gohn (2014) chega à uma categorização própria que os divide em clássicos, novos e novíssimos. Neste exercício, a autora consegue sistematizar as alterações temporais e teóricas que compuseram este campo de debate ao longo dos anos.

Em resumo, os movimentos sociais clássicos podem ser aqueles relacionados à luta de classes, como o próprio nome já diz e, também, às causas operárias, estando diretamente relacionados à concepção de revolução apontada por Benjamin (2006) e Fernandes (2000). Os novos movimentos sociais, por sua vez, são aqueles que surgem entre as décadas de 70 e 80, relacionados aos direitos à ter direitos com pautas como ambientalismo, feminismo, liberação sexual, dentre outras. Já os novíssimos movimentos sociais, herdeiros dos

descritos anteriormente, se desenvolvem em um contexto de ampla globalização e neoliberalismo e ganham forma a partir dos anos 2000 com as Revoluções Coloridas, tendo destaque aos levantes ocorridos após a crise do capitalismo de 2008. Estes movimentos têm sua base naquilo que se entende como ativismo, que se diferencia da militância devido à sua estrutura arbórea, conforme indicado pela Figura 3.[12]

Figura 3: Diferença entre Militância e Ativismo, Árvore e Rizoma.
Fonte: Neves e Rena (2018).

Sobre os novíssimo movimentos sociais, Gohn (2014, p. 12) aponta que "na atualidade, muitos dos *novíssimos movimentos*, ou *ações civis denominadas movimentos*, não têm mais o universal como horizonte, mas sim o particular, os interesses imediatos e os direitos de sua categoria ou grupo social". Neste sentido, a autora aponta para uma modificação naquilo que anteriormente era tido como uma identidade política, que pautava a luta dos movimentos sociais clássicos, para uma política de identidades, que desenha as pautas dos novíssimos movimentos sociais.

> Transformam-se as identidades públicas desses sujeitos – construídas em processos de luta contra diferenciação e discriminação socioeconômicas – em políticas de identidade, pré-estruturadas segundo modelos articulados pelas políticas públicas. Arquitetados e controlados por secretarias do Estado,

12 Este debate pode ser acompanhado mediante a leitura do artigo Lutas territoriais: resistências ao avanço do urbanismo neoliberal, de Bernardo Neves e Natacha Rena publicado no livro Cidade Estado Capital, organização de Raquel Rolnik, Paula Santoro, Denise Morado, Daniel Freitas, Natacha Rena e Luís Renato Pequeno.

> em parceria com organizações civis – tipo organizações não governamentais (ONGs), que desempenham o papel de mediadores. Criam-se, portanto, novos sujeitos sociopolíticos em cena, demarcados por laços de pertencimento territorial, étnico, de gênero, etc., como partes de uma estrutura amorfa e apolítica. (GOHN, 2014, p. 13).

A Figura 4 apresenta as principais características que distinguem os movimentos sociais clássicos, novos e novíssimos:

Figura 4: Principais diferenças entre os movimentos sociais clássicos, novos e novíssimos.

Fonte: Produzida pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar.

Passado este estudo conceitual, as próximas sessões serão formadas pela análise de alguns movimentos considerados pertinentes para a construção deste pensamento. A princípio aprofundaria-se apenas nos novíssimos movimentos sociais, entretanto, optou-se por incluir os estudos realizados sobre Maio de 1968 neste contexto. A escolha se deu justamente por entender este momento como uma inflexão histórica fundamental que marca uma importante transição na organização, pautas e posicionamentos dos movimentos sociais. Maio de 68 é o momento de ruptura com os movimentos clássicos e surgimento dos novos, ou seja, da base dos novíssimos movimentos sociais.

A figura 5, apresentada a seguir, é uma linha do tempo referenciando este momento de ruptura apresentado pelos

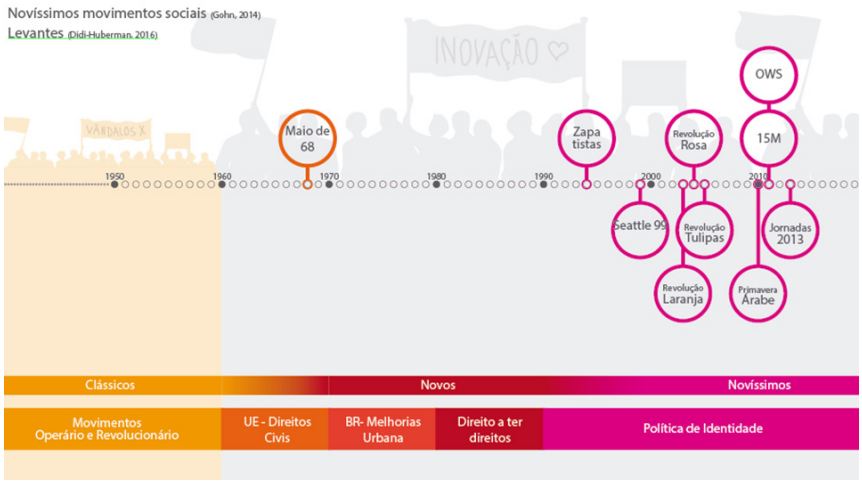


Figura 5: Linha do tempo - Maio de 1968 e novíssimos movimentos sociais.

Fonte: Grupo de Pesquisa Indisciplinar.

eventos de 68, bem como os principais levantes que compõem os novíssimos movimentos sociais.

68 e depois

Localizado na transição indicada por Foucault (1994) das revoluções para as contra-condutas, nas quais se inserem os levantes, Maio de 68 se coloca como um ponto de inflexão na história das lutas.

> Foucault, como coloca o estudioso César Candiotto (2013), viu, neste final de século XX - pós maio de 1968 - o que pode ser entendido como fim dos processos de revolução. Ou pelo menos, o fim da forma como eram entendidos até então. Após o ocorrido em 1968, com destaque para o enfraquecimento do Partido Comunista e aproximação da luta estudantil do cotidiano, da liberdade e do autonomismo, o autor afirma que a nova fase de revoluções não ocorreria no âmbito institucional, dentro dos partidos ou sindicatos, mas no domínio social, por meio do qual outras formas de convívio surgiriam. (NOBRE; RENA, 2018, p. 53).

Este lugar de transição também é colocado por Badiou (2012) quando o autor analisa aquilo que chama de *década de maio*, que durou de 1968 a 1978. Para ele, este período, ainda parte dos adventos de 68, apresenta-se como uma fase de profunda mudança que atinge não só a França, mas boa parte do mundo ocidental, mudando radicalmente sua relação com o oriente, em especial, com a China e o comunismo. Badiou (2012) será o pensador base para as análises propostas a respeito do advento Francês.

Primeiramente cabe uma contextualização da situação interna vivida pelo país naquele momento e de alguns principais eventos internacionais que em muito influenciaram a eclosão do movimento. A França dos anos de 1960 vivia um período de contradições. Sob a figura de De Gaulle, o país passou por uma rápida modernização industrial e econômica que alterou substancialmente a estrutura social francesa. Esse crescimento da indústria fez aumentar o investimento em educação, principalmente entre os anos de 1962 e 1968. Alain Badiou (2012) afirma que, com o crescimento na indústria, não foi possível evitar a criação de universidades de massa, e que "uma ampla fração da pequena burguesia progressista (isto é, tentada a se unir ao proletariado, em razão de sua exclusão do poder) teve acesso ao ensino superior, exercendo uma pressão cada mais forte sobre seu academicismo servil". (BADIOU, 2012, p.28).

> Este fato, influenciado pelos exemplos internacionais de revolução que ocorreram com intensidade durante aquela década, pelo fracasso estadunidense na Guerra do Vietnã e pela complexa situação das universidades criadas, representou um dos grandes potenciais que influenciaram o início das manifestações francesas". (NOBRE; RENA, 2018, p. 49)

De forma geral, a França se encontrava em um momento econômico favorável advindo dos últimos 10 anos de crescimento e industrialização. Como supracitado, este avanço econômico que levou à possibilidade de investimentos em educação, por meio da criação das universidades levou também, àquele governo, alguns conflitos cuja influência internacional é inegável.

A década de 1960 foi marcada por conflitos e movimentos de luta em todo o mundo - algo importante que acontecia ali era o início de uma possibilidade de troca de informações a nível global. A Guerra do Vietnã (1955 - 1975) chocava os jovens pela violência e covardia nela expressa; a Revolução Chinesa (1966) trazia o livro vermelho como símbolo e os ensinamentos de Mao Tse-Tung extrapolaram a muralha e levavam aos jovens uma outra perspectiva de comunismo; a Primavera de Praga (1968) que, por sua vez, trouxe a ilusão de uma transição pacífica de um "regime comunista ortodoxo" para uma "democracia ocidentalizada", foi duramente reprimida em agosto do mesmo ano (após o término das manifestações francesas); diversos movimentos eclodiram em países da América Latina; e, por fim, a conflituosa situação política alemã levou ao assassinato do jovem Rudi Dutschki. "De repente o drama, Rudi Dutschki é atingido a tiro por um fascista. Nesse dia, sentimos isso como o assassinato de um dos nossos. Imediatamente, mobilização geral". (MORRER, 1982).

Para além das influências internacionais e do momento econômico e social de forma geral (principalmente em Paris) positivo, é preciso lembrar que, a partir de 1967, a França começou a sentir a pressão advinda de uma recessão econômica que levou ao fechamento de algumas indústrias. Fechamento este que deu origem a diversas manifestações operárias nas áreas rurais do país.

Observa-se dois grupos distintos ocupando espaços de luta em Paris: (i) os operários, cuja base sindical - vinculada ao Partido Comunista (PC) - foi fundamental para a luta; (ii) e os estudantes, em um momento de negação dos ensinamentos comunistas tradicionais, buscando em Trotsky uma direção de pensamento. Mas Badiou (2012) se atenta à existência de mais dois grupos, ou momentos que compõem o movimento: (i) o

terceiro grupo, vinculado ao primeiro (os estudantes) forma o que o autor chama de Maio Libertário; (ii) enquanto o quarto, já citado neste texto, compõe a *década de Maio*.

Badiou (2012) recorre à tese dos Quatro Maios por compreender a complexidade do evento por saber que explicá-lo, apenas sob uma ótica, seria reducionista e, obviamente, não atenderia às demandas múltiplas de análise necessárias. A Figura abaixo sintetiza os Maios apresentados pelo autor.

Figura 6: Quadro síntese dos Maios de Badiou (2012).
Fonte: Produzido pelas autoras.

Os quatro Maios de Badiou	Principais atores humanos	Pautas centrais	Lugar simbólico
1o Maio - Estudantil	Jovens universitários e secundaristas	Ampliação do acesso à universidade, melhoria do ensino, liberdade política e social	Sorbonne
2o Maio - Operário	Operários das indústrias francesas	Mais nenhuma demissão, aumento salarial e defesa dos direitos dos trabalhadores	Fábricas de automóveis (destaque para Billancourt)
3o Maio - Libertário	Jovens artistas e intelectuais	Liberalização sexual, novas formas de relacionamento amoroso, liberdade individual, emancipação das mulheres e dos homossexuais	Ocupação do Teatro Odéon
4o Maio - Que não acabou (1968 - 1978)	Transversal aos outros três Maios, buscava a participação de todos os atores, ainda que compreendendo suas complexidades	Rearticulação política e rompimento com as velhas estruturas da esquerda	Toda a França

De forma geral, o Maio estudantil é aquele que começou na Universidade de Nanterre - uma das recém criadas pelo governo - quando os jovens aproveitaram a presença do ministro da juventude François Missoffe, que foi ao local com o intuito de inaugurar uma piscina, para fazerem a primeira de um ciclo de manifestações que se estenderia ao longo dos meses seguintes.

> Dos fatos importantes que tocam tais manifestações pode-se citar: (i) 22 de março – ocupação do prédio administrativo da Universidade de Nanterre; (ii) 12 de abril - marcha em solidariedade a Rudi Dutschke, em Paris; (iii) 03 de maio – confronto entre policiais e estudantes visando a desocupação do campus que levou a mais de cem discentes feridos; (iv) 10 e 11 de maio – Noite das Barricadas, na qual o Quartier Latin foi tomado por dezenas de milhares de pessoas. (NOBRE; RENA e BARBOSA, 2019, p. 32).

O Maio Operário, por sua vez, surgiu, como supracitado, devido a um período de estagnação econômica (após longo tempo de crescimento) gerando impactos nas indústrias, como desemprego e reduções salariais. Diante disso, os operários se organizaram junto aos sindicatos e pediam pelo fim das demissões, por salários justos e pelo respeito ao direito dos trabalhadores. As reivindicações e a forma de luta presente neste Segundo Maio ainda seguia os trâmites da "velha esquerda", da causa operária, e possuiam vínculo com o Partido Comunista - muito criticado pelos manifestantes do primeiro e terceiro Maios.

O Terceiro Maio, por sua vez, muito próximo ao Primeiro e contando, inclusive, com atores semelhantes, é o mais famoso e, acaba, muitas vezes, sendo uma explicação reduzida dos eventos franceses. Este Maio, conhecido como *libertário*, era formado por artistas e intelectuais e tinha como palavra central *Liberdade*, seja ela sexual, social, artística, individual, feminina, negra... Era o maio da arte, da festa junto à luta, da juventude e de uma nova esquerda que surgia buscando novas e distintas concepções e formas de fazer política. Distante dos sindicatos, do Partido Comunista, dos textos de Marx, dos governos de Lênin e Stalin, do Livro Vermelho de Mao, este Maio se aproximava de Trotsky e precursionava mudanças profundas que seriam estabelecidas pelo Quarto Maio.

> Em meio a uma década de pensamentos efervescentes surgiu a possibilidade de criação de uma "nova esquerda". Uma espécie de alternativa à esquerda tradicional, muito combatida pelo que se entendia da postura dos líderes soviéticos. Tratava-se de um grupo de composição social diversificada que não defendia o pensamento de Marx, nem mesmo se dizia socialista. A possível libertação destas "amarras" dependia, então, de uma mudança de posicionamento não só político, mas também ético sexual, propondo uma subversão capaz de, ao mesmo tempo, fazer livre a sexualidade e a agressividade reprimidas. Esta nova esquerda via as ruas como o principal espaço de manifestação. (NOBRE; RENA e BARBOSA, 2019, p. 30).

Os três primeiros Maios começaram a se dissolver quando, em 30 daquele mês, De Gaulle anunciou a dissolução da Assembleia Nacional, o nome de George Pompidou como Primeiro Ministro Francês e novas eleições para os dias 23 e 30 de junho. Além disso, o presidente negociou cargos políticos com o Partido Comunista, influenciando no posicionamento sindical em relação às greves. Decisão agravada pelo aumento da repressão policial sobre os trabalhadores e pela realização de uma marcha - a maior e mais numerosa daquele período - composta por apoiadores do

governo enrolados em bandeiras francesas. Eram cidadãos de classe média que pediam o fim das manifestações. O resultado de todo este contexto foi um enfraquecimento da luta estudantil e operária e o retorno dos trabalhadores às fábricas mediante respostas positivas à parte de suas reivindicações. As eleições subsequentes resultaram nas cadeiras mais reacionárias que a França já havia visto.

Entretanto, um dos Maios apontados por Badiou (2012) não acaba nesse momento. A chamada *década de maio* se estende até 1978 e carrega modificações não só na forma de ação de parte da esquerda, como desejada por alguns de seus grupos, mas no fazer e pensar política de modo geral. A pergunta que rege o Quarto Maio é: "O que é política?" (BADIOU, 2012, p. 34).

Para o autor, essas modificações significaram, também, o fim de um ideal comunista. Ele cita que a bandeira vermelha jamais foi hasteada tantas vezes como em Maio de 1968, mas que o movimento também simbolizou a sua morte. A repulsa ao comunismo teria dado, então, brecha para o crescimento e fortalecimento do neoliberalismo. Isso não só porque o fim de uma hipótese comunista significa também a diminuição da resistência aos ditames do capital, nem apenas porque a fragmentação da esquerda a enfraquece, mas também devido ao fato de que parte desta esquerda emergente atende, em discursos e ações, alguns interesses neoliberais.

> O que restou do labor dos "novos filósofos", que nos iluminaram, isto é, emburreceram durante trinta anos? Qual é o último destroço da grande máquina ideológica da liberdade, dos direitos humanos, da democracia, do Ocidente e de seus valores? Tudo isso se reduziu a um simples enunciado negativo, modesto como constatação, nu como uma mão: no século XX, os socialismos, únicas formas concretas da ideia comunista, fracassaram totalmente. Eles próprios tiveram de voltar ao dogma capitalista e desigualitário. Diante do complexo da organização capitalista da produção e do sistema parlamentar de Estado, esse fracasso da Ideia nos deixa sem escolha: devemos aceitar, volens nolens. É por isso, aliás, que hoje devemos salvar os bancos sem confiscá-los, dar milhões aos ricos e nada aos pobres, jogar os nativos contra os operários de origem estrangeira, em resumo, administrar de perto todas as misérias, para que as potências sobrevivam. Não há escolha, escutem o que eu digo! Não que, como admitem nossos ideólogos, a direção da economia e do Estado pela cobiça de uns poucos vigaristas e a propriedade privada desenfreada sejam o Bem absoluto. É que esse é o único caminho possível. Stirner, em sua visão anarquista, falava do homem, agente pessoal da História, como "o único e sua propriedade". Hoje, é "a propriedade como único". (BADIOU, 2012, p.9).

Entre redes e ruas

Se, segundo a concepção de Badiou (2012), Maio de 1968 foi um dos pilares para mudanças políticas profundas nos diferentes âmbitos do pensamento, sendo, de alguma forma - ainda que indesejada -, uma das forças para a conformação de um pensamento neoliberal que se instauraria nas décadas seguintes sob as mãos de Tatcher e Reagan e que viria a se tornar o que Dardot e Laval (2016) chamam de uma razão de mundo, sem dúvidas ele pode ser compreendido como um motor para a transformação dos movimentos sociais que ocorreu no período subsequente. Isso não significa que o modo de fazer política mudou totalmente, alcançando, de forma imediata, a conformação do que chamamos atualmente de novíssimos movimentos sociais. Mas que a ruptura gerada por 68 foi fundamental para uma modificação das esquerdas que, passando pelos novos movimentos sociais e sua luta pelo direito a ter direitos, culminou nos formatos dos levantes contemporâneos. É claro que esta correspondência não se deu apenas pelo desenho dos movimentos sociais, mas também por toda uma rearticulação mundial fortalecida pela globalização, pelo neoliberalismo e pela internet[13].

> Acredita-se, então, que esses três elementos (globalização, neoliberalismo e internet) podem ser entendidos como bases transformadoras dos novos movimentos sociais, de forma a construir os novíssimos, também conhecidos como movimentos sociais em rede. (CASTELLS, 2013).

Tais movimentos, ao contrário do que se possa imaginar, tiveram como forte precursor as Manifestações de Seattle (1999) que, de modo geral, se opunham aos processos de globalização. Entretanto, entrados os anos 2000, iniciou-se uma aposta na possibilidade de subversão de tal estrutura tornando-a favorável às articulações sociais. Esta aposta em uma *outra globalização* (HARDT, NEGRI, 2005) potencializou nos movimentos sociais a crença da possibilidade do uso das redes como elemento fundamental para a formação e organização de um sentimento político anticapitalista que posteriormente extrapolasse as barreiras da internet e tomasse as cidades. A esta ação que

13 Uma explicação mais aprofundada dos conceitos de globalização e neoliberalismo, pode ser encontrada na dissertação Levantes Urbanos: o ciclo de lutas pós-crise do capitalismo de 2008. As bases teóricas para a definição dos termos partem de Bauman (1999) e Dardot e Laval (2016) respectivamente.

relaciona redes e ruas, dá-se o nome de *tecnopolítica.*

Os movimentos que surgiram desta aposta tinham, em linhas gerais, algumas semelhanças: (i) foram impulsionadas pela crise do capitalismo; (ii) possuem organização horizontal, híbrida, multitudinária; (iii) e apresentam tendência à presença de pautas que não tratam especificamente da luta de classes, mas de reivindicações por direitos, em sua maioria identitários. João Teixeira Lopes (2016) acrescenta, a estas características, outras dez: (i) discurso centrado na denúncia do sistema econômico e na captura das instituições e agentes políticos pelo poder financeiro; (ii) exigência de mais ou de uma verdadeira democracia; (iii) a juventude precarizada como catalisadora das lutas; (iv) certa recusa da delegação ou ceticismo com a ação institucional; (v) produção de novas referências plásticas e estéticas; (vi) ocupação transgressiva do espaço público; (vii) valorização da diversidade de expressão nos protestos de rua; (viii) uso intensivo das redes sociais; (ix) importância da cultura audiovisual e das novas tecnologias de informação e comunicação; (x) busca de formas tendencialmente horizontais. Os principais exemplos destes movimentos são a Primavera Árabe, com início em 2010 e eclosão em 2011; o 15M, ocorrido na Espanha em 2011; o Occupy Wall Street que aconteceu em Nova York, no mesmo ano; e as Jornadas de Junho de 2013, exemplo brasileiro do ciclo de lutas. Todos eles tiveram as redes sociais como sua principal base de articulação, já que elas foram (e ainda são) usadas como estratégia para a produção de mobilizações afetivas. (TORET, 2012).

Na mesma linha, Castells (2013) nos lembra da importância da criação de redes de afeto para que se viabilize as atuações dos movimentos sociais. Para eles, o levante só é possível, com a criação de um sentimento suficientemente forte para que se rompa o medo, ou, buscando os termos de Didi-Huberman (2016), para que os sujeitos superem a obscuridade e se sublevem. "Nesse sentido, a ação comunicativa seria um processo de atuação sobre as subjetividades que, por meio de um senso de identificação e estímulo, inibe o medo." (NOBRE; BORGES e RENA, 2020, p. 244) Para Castells (2013), suas ações não estão ligadas apenas a situações sociais críticas, mas também a uma "mobilização emocional" promovida, de um lado, pelo crescimento da indignação e, de outro, pela fomentação da esperança de possíveis mudanças, que podem ser induzidas pela existência de revoltas em outros países. Essa conexão afetiva é maximizada pela divulgação desses levantes na mídia de forma geral e nas redes sociais, onde tendem a ter destaque, gerando, muitas vezes, uma rede mundial de revoltas que envolve atores, pautas e estratégias semelhantes.

Esta articulação com o global que reflete em ações locais é, segundo Castells (2013), uma das principais características dos movimentos sociais em rede ou novíssimos movimentos sociais. Para o autor, esse espelhamento em outro espaço-tempo gera o que ele chama de "tempo atemporal" no qual a mensagem passa a ser muito mais valorizada que os emissores, receptores, ou agentes. Há um certo anonimato nos atores destes levantes, traduzido quase que literalmente, pelo uso da imagem do *Grupo Anonymous* em grande parte dos casos. Este anonimato corrobora, também, com a construção de um quadro no qual lideranças inexistem, ou se furtam a aparecer[14]. A aposta em lideranças sem destaque corrobora com a ideia de que tais levantes apresentam caráter espontâneo. Sendo esta, uma das principais narrativas adotadas pelas mídias e por alguns dos participantes. Ela fortalece, também, um contexto apartidário e até mesmo apolítico construído mediante um discurso de crise de representatividade.

Entende-se o 15M (Espanha, 2011) como um laboratório tecnopolítico das experiências deste ciclo de lutas no mundo ocidental. Lá as redes sociais foram usadas exaustivamente na articulação de um levante que contou, durante o processo de ocupação das praças, com uma massa de indignados que, em sua maioria, se manifestava pela primeira vez. A mobilização dessa população foi facilitada (ou produzida?) pelas articulações via redes sociais. O 15M baseou sua comunicação em plataformas proprietárias, como o Facebook e o Twitter, por exemplo. As hashtags utilizadas desde antes das manifestações, como #SpanishRevolution, #15m, #AcampadaSol, #YesWeCamp, #DemocraciaRealYa e #NoLesVotes, foram cruciais para o crescimento e desenvolvimento da rede 15M e, a partir da primeira ocupação das ruas, perfis oficiais como o @acampadasol surgiram para coordenar as mobilizações. (MALINI e ANTOUN, 2013):

> Como descrevem Lidia Posada, integrante do DRY, e Pablo Padilla, do Juventud Sin Futuro, no documentário 15M: Excelente. Revulsivo. Importante (2012), os primeiros passos da mobilização acontecem primordialmente online, com encontros físicos em pequenos grupos que articulam entre si. A estratégia é levar o movimento para as ruas e praças, relacionando os espaços físicos e virtuais, e levando ao que Toret (2016) chama de contágio tecnologicamente estruturado via tecnopolíticas que ubiquem redes e ruas.
> Esse caminho foi exitoso, já que, segundo o autor, a rede do 15M no Twitter passou de 3.403 seguidores nos dias que antecederam a primeira manifestação para 110.198 na fase de maior alcance. Outro ponto interessante é que, de acordo

14 Pode-se considerar esta, uma forte característica que distingue os novíssimos movimentos sociais, dos clássicos ou novos.

> com informações da Gather Estudios, trazidas por Toret (2016), 71% dos participantes não pertenciam a nenhum partido, sindicato, ou movimento social, e apenas 6% dos envolvidos não faziam parte de nenhuma rede social, demonstrando um alcance incomum em comparação a movimentos sociais clássicos. (NOBRE; BORGES e RENA, 2020, p. 257).

De forma geral, é possível categorizar as questões que levaram os manifestantes a se indignar sob duas perspectivas principais que dialogam entre si: (i) uma crise econômica e social; (ii) uma crise política. A primeira delas diz respeito à complexa situação em que se encontrava o país após a crise do capitalismo de 2008, levando a uma grande indignação contra os processos capitalistas; a relação entre os governantes e os bancos; e o desmonte do Estado de bem-estar social. Já a segunda, muito impulsionada pela primeira, diz de uma descrença nos políticos fortalecida pelo que se entende como uma profunda crise de representatividade.

> A crise, porém, era uma expressão do sistema capitalista, e os bancos eram culpados. Contudo, políticos de todos os partidos, parlamentares e governos foram cúmplices dos banqueiros, cujos interesses defenderam mais que os dos cidadãos que representavam. A opinião geral do movimento era de que os políticos viviam num mundo à parte, fechado, privilegiado, indiferentes às necessidades das pessoas, manipulando as eleições e a lei eleitoral para perpetuar seu poder como classe política. 'Eles não nos representam' é provavelmente o slogan mais popular do movimento e de certo o mais fundamental. Porque não existe uma representação verdadeira, não há democracia, e as instituições devem ser reconstruídas de cima a baixo, como foi na Islândia. A começa pelo Judiciário, altamente politizado e parte do sistema de apoio recíproco que envolvia banqueiros, políticos e altas esfera da magistratura. (CASTELLS, 2013, p. 98).

O governo espanhol se dividia, até então, entre dois principais partidos[15]: o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE)[16] e o Partido Popular (PP)[17]. Tendo estes, de 1982

15 Após o 15M foi criado o Podemos e as plataformas municipalistas Ahora Madrid e Barcelona em Comú, que tiveram boa representatividade logo em sua estreia nas eleições, além do fortalecimento de partidos de esquerda menores. Entretanto nenhum deles chegou à presidência da Espanha.

16 O PSOE foi fundado em 1879 com o objetivo de representar a classe trabalhadora oriunda da Revolução Industrial. A base teórica, originalmente marxista foi sendo modificada ao longo dos anos até que, em 1979 deixou sua origem. Atualmente a lógica de atuação do partido está mais próxima dos partidos sociais-democratas europeus.

17 O PP foi fundado em 1989 e representa a ala conservadora dos espanhóis, se auto definindo, em estatuto, como um partido de centro reformista.

até hoje revezado o poder no país[18]. Tal conformação que se estendia às camadas municipais, foi um dos principais motivos que levaram a indignação social.

Em 2011, quando eclodiram as manifestações, o país era governado por um presidente em seu segundo mandato: Jose Luis Rodriguez Zapatero (PSOE). Os primeiros quatro anos de governo foram marcados por um período de ascensão do Estado de bem-estar social, enquanto, nos seguintes, com o advento da crise do capitalismo de 2008, a situação não se apresentava favorável. Entretanto, havia em 2011 um quadro de decepção geral com a política espanhola como um todo, mas intensificado em relação ao PSOE. A saber, a situação naquele período de fato não era das melhores. A inflação chegara a 3,20%, tendo quase dobrado em relação ao ano anterior (1,80%); as taxas de juros, por sua vez, mantinham-se as mais baixas da década, como medida protetiva aos bancos; o PIB (31.825.113), apesar de maior que o apresentado no ano anterior (30.763.216), estava muito menor que em 2008 (35.521.869), quando Zapatero foi reeleito (de 2004 - primeira eleição do Presidente - a 2008, eles valor tinha crescido de forma relevante). Mas o dado mais problemático era o de desemprego que, após o baixíssimo índice alcançado em 2007, teve alta exponencial com a chegada da crise do capitalismo de 2008. De acordo com Castells (2013) em fevereiro de 2011 o desemprego chegou a 22% entre toda a população sendo de 47% entre os jovens. Além disso, as ações governamentais direcionadas à contenção da crise, não iam no sentido do esperado pelos cidadão, ao contrário, usavam como estratégia cortes orçamentários em setores de interesse social.

Diante deste quadro de decepção intensa, os indignados tentaram viver, nas *acampadas,* a experiência política que acreditavam ser ideal para o país, em busca de uma *democracia real*. Foram várias estratégias que contaram tanto com momentos de votação, quanto com assembleias cujo objetivo era o consenso. Por esta razão, mesmo ao final do movimento, aos olhos de grande parte dos manifestantes as modificações individuais alcançadas foram mais significativas que as estruturais. Para Castells (2013, p. 105) está claro que a finalidade primeira do movimento é a "elevação do nível de consciência de seus participantes e da população como um todo". Entretanto, não é possível se furtar à pergunta: em termos municipais, nacionais e até mesmo globais, quais foram as possíveis reverberações do 15M?

18 Felipe González - PSOE 1982 - 1996; José María Aznar - PP 1996 - 2004; José Luis Rodríguez Zapatero - PSOE 2004 - 2011; Mariano Rajoy - PP 2011 - 2018; Pedro Sánchez - PSOE 2018 - atualmente.

O não envolvimento dos ativistas do 15M com o processo eleitoral, fruto de sua desconfiança com o sistema político, foi tamanho que não houve nenhuma indicação do que deveria ser feito nas eleições municipais e federais. De acordo com Castells (2013) nem mesmo a abstenção ou o voto em branco foram estimulados, deixando a cargo de cada cidadão a avaliação e tática a ser estabelecida no pleito.

A crítica aos partidos políticos e à forma como se estabelecia a democracia na Espanha era tão grande que não foi considerada a possibilidade de criação de um ou mais partidos aptos a representar os ativistas ligados ao movimento. Eles acreditavam em outras políticas, que ocorreriam a longo prazo e por outros meios, diferentes daqueles antigos canais criados e mantidos pelos políticos que tanto criticavam. Entretanto, foram observadas algumas controvérsias neste discurso que serão abordadas em sequência. Dentre elas a criação do Podemos e das plataformas municipalistas (a exemplo da Ahora Madrid e Barcelona em Comú).

Politicamente, o que ocorreu nas eleições de 2011 não foi apenas uma vitória do PP sobre o PSOE, mas uma quase destruição do partido socialista que dominava o quadro político espanhol desde 1982.

> As eleições parlamentares de 20 de novembro foram uma retumbante vitória para o PP, que obteve maioria absoluta em termos de cadeiras no Parlamento. Isso foi considerado pelos conservadores, assim como pela mídia que os apoiava, uma rejeição aos valores do movimento pela maioria silenciosa dos eleitores. Na verdade um exame mais minucioso dos resultados das eleições conta uma história diferente. O fator-chave nas eleições foi o colapso do PSOE, que perdeu 4.300.000 votos em comparação com a eleição anterior, em 2008, enquanto o PP obteve somente 560 mil votos a mais em relação àquele ano. Os votos restantes foram para partidos menores, que, com uma única exceção, cresceram substancialmente em termos de votos. Com efeito, com o número de votos obtidos em 2011, o PP teria perdido as eleições de 2004 e 2008. Foi a derrota dos socialistas, não a vitória dos conservadores, que deu ao PP o controle do parlamento em função da distorcida lei eleitoral que favoreceu o partido com maioria de votos. (CASTELLS, 2013, p. 111).

Em 20 de dezembro de 2011, Mariano Rajoy, integrante do PP, assumiu o governo espanhol. Dentre as primeiras medidas tomadas pelo Presidente estava a redução dos gastos públicos e o aumento de impostos com a finalidade de conter o déficit

orçamentário, ou seja, davam sequências às políticas de ajustes tomadas pelo governo anterior. As opções de Rajoy tiveram repercussão negativa na economia e provocaram uma segunda recessão vinculada à crise de 2008, sendo que esta durou mais que a anterior (de 2009), se estendendo do último trimestre de 2011 até o segundo semestre de 2013. Como consequência, houve um aumento significativo nas taxas de desemprego: de 5,2 milhões para 6,2 milhões de pessoas. Já em abril de 2012, o governo anunciou mais uma redução dos gastos em educação e saúde, totalizando aproximadamente 10 milhões de euros. Em julho, o Ministério da Saúde lançou uma política de co-pagamento dos tratamentos, fazendo com que os cidadãos se responsabilizassem por parte dos gastos com medicamentos. Mesmo com a tomada de medidas impopulares e que iam de encontro com direitos básicos dos cidadãos espanhóis, em prol de uma melhoria econômica, esta não veio e o prêmio de risco do país superou os 600 pontos básicos.

Por fim, as eleições de 2011 e a ascensão do PP ao poder não modificaram a tensão política espanhola e nem mesmo a insatisfação popular. Ao contrário, a crise se agravou quando, em 2014, nem PSOE nem PP alcançaram o resultado esperado nas eleições do parlamento europeu. Em contrapartida, partidos menores ou quase insignificantes até 2011 conseguiram resultados surpreendentes, como é o caso do Podemos, que obteve mais de 8% dos votos.

O que Castells (2013) entende como impacto mensurável dos *Indignados* aparentemente foi pequeno. Nenhuma das propostas se transformou em política e a principal influência acabou sendo a quase destruição do PSOE[19]. Em 19 de dezembro os ativistas declararam greve de sua atividade reflexiva. Uma pergunta pairava: "o que vem em seguida?".

Apesar de as eleições não fazerem parte do programa inicial e do lema *no nos representa* ter sido frequente, emergiram notáveis e exitosos projetos que tinham o pleito como objetivo. Mesmo frente à grande desconfiança de alguns cidadãos que vão às ruas acusar o Podemos de apropriar-se do movimento, não é possível ignorar a conexão entre as inquietações iniciadas em 2011 e seu surgimento, principalmente ao considerar que seu sucesso eleitoral coincidiu com a diminuição das tensões nas ruas.

19 Em 2018 o PSOE voltou ao Governo espanhol.

> O "oportunismo político" do Podemos permitiu criar um partido com fronteiras menos rígidas que os convencionais, demonstrar proximidade ao povo falando de seus problemas em uma linguagem acessível e gerar novas ilusões com a política. Além disso, os demais atores sociais e políticos foram obrigados a se reposicionar, pois novos padrões políticos e temas de discussão emergiram na cena pública. (BRINGEL, 2015, p.61).

O partido chegou a eleger 5 Eurodeputados em 2014 e compõe duas das mais relevantes plataformas municipalistas: Ahora Madrid e Barcelona en Comú. A primeira é uma coalizão com o Ganemos que, com o apoio de 9 votos do PSOE, elegeu Manuela Carmena, que agora governa a prefeitura com 20 concejales, dos quais pode-se citar Pablo Soto, Rita Maestre e Guillermo Zapata, atores fundamentais para o 15M. Na capital catalã, por sua vez, o Barcelona en Comú guarda conexão com os *Indignados* através de sua prefeita, que foi porta-voz e uma das fundadoras do P*lataforma de los Afectados por la Hipoteca* (PAH), movimento muito atuante durante e após os acampamentos. É interessante notar que, apesar de fortalecer-se no rechaço às esferas formais de poder, o 15M acaba por criar vias (outras?) de acesso a essas mesmas instituições.

Jornadas de junho de 2013[20]

> Volto a 2013, de onde parti, para enfrentar a pergunta fundamental se quisermos entender os últimos anos e a situação atual do país: como explicar a explosão de descontentamento ocorrida em junho daquele ano, expressa na maior onda de protestos desde a redemocratização? O desemprego estava num patamar ainda baixo; a inflação, embora pressionada, encontrava-se em nível suportável e corria abaixo dos reajustes salariais; os serviços públicos continuavam em expansão, e os direitos previstos na Constituição seguiam se ampliando. Cabem, ao menos, três reflexões a respeito de 2013: sobre as classes médias, sobre a polícia e sobre as redes sociais. (...) Durante os protestos de 2013 no Brasil, a percepção de alguns estudiosos da rede social já era de que as ações virtuais poderiam estar sendo patrocinadas. Não se falava ainda da Cambridge Analytica, empresa que, segundo relatos, atuou na eleição de Donald Trump, na votação do Brexit, entre outras, usando sofisticados modelos de

20 Optou-se por, neste texto, chamar os ocorridos em junho de 2013 no Brasil de jornada devido à relação do significado do termo ao que se entende por trajeto. Há uma conexão profunda entre as Jornadas e o espaço urbano, portanto, a experiência de um caminhar contínuo como imagem das lutas, diz também de um movimentar-se pela cidade, ou, em perspectiva mais aprofundada, de um deslocamento da compreensão deste espaço tanto em termos de percepção, quanto de tática.

> data mining e data analysis. Mas já naquela ocasião vi um estudo gráfico mostrando uma série de nós na teia de comunicação virtual, representativos de centros nervosos emissores de convocações para os atos. O que se percebia era uma movimentação na rede social com um padrão e um alcance que por geração espontânea dificilmente teria tido o êxito obtido. Bem mais tarde, eu soube que Putin e Erdogan haviam telefonado pessoalmente para Dilma e Lula com o propósito de alertá-los sobre essa possibilidade. (...) Tenho para mim que o impeachment de Dilma não ocorreria se não fossem as Jornadas de Junho. (HADDAD, 2017, não paginado).

O ciclo de lutas aqui analisado chegou ao Brasil em 2013, dois anos após o movimento espanhol e, como supracitado, compartilha as características que compõem os novíssimos movimentos sociais, das quais pode-se destacar: (i) as estratégias tecnopolíticas de articulação entre redes e ruas; (ii) as pautas difusas; (iii) a aparente espontaneidade; (iv) o batismo político de parte significativa dos ativistas que pertenciam, em sua maioria, à classe média; (v) a crítica generalizada ao sistema político nacional; (vi) o caráter apartidário e muitas vezes apolítico; (vi) estrutura rizomática, relacionada ao entendimento de ativismo e não militância; (vii) viés multitudinário.

> Deve-se observar, entretanto, que as manifestações de junho no Brasil não são 'nacionalistas'; ao contrário, mostram-se como modos e formas de agir coletivo, especialmente adquirido/ construído via redes sociais e telefonia móvel, e advêm de ondas globais, internacionais. (...) Os manifestantes de junho no Brasil atuam em coletivos não hierárquicos, com gestão descentralizada, produzem manifestações com outra estética; os participantes têm mais autonomia, não atuam sob coordenação de uma liderança central. São movimentos com valores, princípios e formas de organização distintas de outros movimentos sociais, a exemplo dos sindicais, populares (urbanos e rurais), assim como diferem dos movimentos identitários (mulheres, quilombolas, indígenas etc.). (GOHN, 2014, p.11).

O levante brasileiro eclodiu após anos de estabilidade política, crescimento econômico e boas relações internacionais que vinham sendo construídas desde 2003, principalmente por meio de articulações entre o sul global visando a formação de arranjos contra-hegemônicos. As associações Sul-Sul se apresentaram fundamentais na busca por um posicionamento unitário frente às posturas neocolonialistas impostas pelo

cenário internacional. Dentre estas articulações, destaca-se: (i) as relações com países do continente africano como Angola, Moçambique e África do Sul, com os quais realizou intercâmbio de tecnologias, ciência e financiamento de grandes obras via BNDES; (ii) a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da União de Nações Sul-americanas (UNASUL), além do fortalecimento do Mercosul estreitando o diálogo latino americano; (iii) e a criação dos BRICS, bloco que reuniu as cinco maiores e mais populosos países do globo em busca de novos arranjos. Este bloco fundou, também, um grande banco de investimentos, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), mecanismo de blindagem contra as flutuações da economia internacional. (NOBRE; SCHOENELL e PORTO, 2019).

Estas estratégias acabaram gerando vários impactos territoriais e políticos para o Brasil. Boa parte destes impactos podem ser vistos como brechas para a construção e eclosão do levante de 2013 - as principais delas estavam relacionadas à questão das cidades. O crescimento do número de automóveis nas ruas; o aumento significativo do tempo de deslocamento nas grandes metrópoles; a construção de grandes conjuntos populares nas franjas metropolitanas; e, principalmente, o relativo interrompimento do sonho da Reforma Urbana; superaram a situação econômica estável de um país cujo índice de desemprego encontrava-se próximo a zero. Nem mesmo o sucesso das relações internacionais foi capaz de conter a panela de pressão que vinha se tornando o debate urbano no Brasil. O quadro abaixo (Figura 7) apresenta um breve comparativo da situação brasileira entre os anos de 2002 e 2013.

	2002	2013
PIB	R$ 1,48 trilhões	R$ 4,84 trilhões
PIB per capita	R$ 7,6 mil	R$ 24,1 mil
Dívida líquida do setor público	60% do PIB	34% do PIB
Lucro do BNDS	R$ 550 milhões	R$ 8,15 bilhões
Lucro do Banco do Brasil	R$ 2 bilhões	R$ 15,8 bilhões
Lucro da Caixa Econômica Federal	R$ 1,1 bilhões	R$ 6,7 bilhões
Produção de Veículos	1,8 milhões	3,7 milhões
Safra agrícola	97 milhões de toneladas	188 milhões de toneladas
Investimento estrangeiro direto	16,6 bilhões de dólares	64 bilhões de dólares
Reservas Internacionais	37 bilhões de dólares	375,8 bilhões de dólares
Índice Bovespa	11.268 pontos	51.507 pontos
Taxa de desemprego	12,2%	5,4%
Salário Mínimo	R$ 200 (1,42 cestas básicas)	R$ 724 (2,24 cestas básicas)
Exportações	60,3 bilhões de dólares	242 bilhões de dólares
Investimento público em saúde	R$ 28 bilhões	R$ 106 bilhões
Investimento público em educação	R$ 17 bilhões	R$ 94 bilhões
Risco Brasil	1.446	224

Figura 6: Quadro síntese dos Maios de Badiou (2012).
Fonte: Produzido pelas autoras.

> (...) pode-se observar que enquanto o governo de Fernando Henrique Cardoso gerava uma média de 327 mil empregos por ano, os governos de Lula e Dilma geraram em média 1, 79 milhões; entre os dois governos, a inflação reduziu de 9,1% para 5,8%; os governos petistas criaram 6427 creches; o Programa Minha Casa Minha Vida beneficiou 1,5 milhões de famílias; o Programa Luz Para Todos, 9,5 milhões de pessoas; o Fies deu 1,3 milhões de financiamentos universitários e o Programa Ciência sem Fronteiras chegou a 100 mil beneficiados; foram criadas 18 Universidades Federais e 214 Escolas técnicas; a dívida externa entre 2002 e 2014 reduziu de 557% para 81%, enquanto a taxa de pobreza caiu de 34% para 15%; o IDH, entre estes anos, subiu de 0,699 para 0, 730 e a mortalidade infantil reduziu, no mesmo período de 25,3 para 12,9 crianças a cada mil; por fim, a Petrobrás subiu seu valor de mercado de 15,5 bilhões para 104,9 bilhões de reais, gerando um lucro médio de 25,6 bilhões de reais por ano. Neste sentido, a descoberta do Pré-sal na Bacia de Santos em 2006 é ainda um ponto fundamental que garantiria um amplo desenvolvimento da indústria e da economia, além de uma enorme geração de empregos e renda. Por fim, o Brasil deixa de ser, em 2002, a 13ª economia do mundo, passando a ocupar, e 2014, a 7ª posição. (NOBRE, 2019, p. 241).

Estas informações apontam para uma importante diferença entre as Jornadas de Junho de 2013 e o 15M anteriormente analisado: a situação econômica e social do país se encontrava não só estável, mas com os melhores índices da última década. Mesmo diante destes dados, muitas pessoas atribuem as Jornadas de Junho de 2013 a uma inabilidade política da Presidenta Dilma Rousseff, destacando sua impopularidade. Entretanto, de acordo com o IBOPE[21], o índice de aprovação do Governo Dilma, em março de 2013, era de 63%, enquanto a aprovação pessoal da Presidenta era de 79%, índice que superou os ex-Presidentes Fernando Henrique Cardoso e o Presidente Lula. E por que os sujeitos se sublevaram?

Para Rolnik (2013), o aumento do poder aquisitivo da população, não lhe dava o acesso à urbanidade e o debate sobre como promover esta urbanidade passava, em grande parte, pela questão da mobilidade. Entretanto, esta, que foi a faísca originária das Jornadas, logo se tornou mais uma entre muitas pautas, em sua maioria reativas e, quase nunca propositivas. "As ruas das grandes cidades brasileiras foram ocupadas por uma massa de descontentes, composta por grupos inéditos no espaço público brasileiro." (NOBRE; SCHOENELL e PORTO, 2019, não paginado). Questões como fim da corrupção e melhoria na saúde e educação ilustravam grande parte dos cartazes nas ruas e das hashtags nas redes, entretanto a disponibilidade ao diálogo com o governo, seja na escala municipal, seja na nacional, mostrava-se reduzida e apoiada, sobretudo, na construção de um movimento sem liderança. Nem mesmo quando as respostas governamentais mostravam-se efetivas como, por exemplo, no direcionamento de 75% dos Royalties do recém descoberto Pré-Sal para a educação e 25% para a saúde[22], havia impacto expressivo nas manifestações.

> O problema de locomoção não se faz suficiente para explicar o começo dos levantes e pode-se trazer uma análise mais global considerando uma insatisfação geral no âmbito urbano (MARICATO, 2013). Como lembra Harvey (2013), "a globalização e o neoliberalismo

21 Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm; https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-03-19/popularidade-de-dilma-bate-novo-recorde-e-sobe-para-79-diz-ibope.html. Acesso em 30 de maio de 2019

22 Disponível em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/camara-destina-75-dos-royalties-para-educacao-e-25-para-saude.html. Acesso em 30 de maio de 2019.

> enfatizam, ao invés de diminuir, as desigualdades sociais. (...) Os resultados foram indelevelmente gravados nas formas espaciais de nossas cidades, que cada vez mais tornam-se cidades de 'fragmentos fortificados'". (HARVEY, 2013, p. 28 - 29). As desigualdades na sociedade brasileira manifestam-se por uma segregação socioespacial que reflete no cotidiano da população pobre, tornando a própria cidade em mecanismo para exclusão. Tal cenário agrava-se, ainda, pelo grande aumento da quantidade de automóveis adquiridos pela classe média, que se vê acometida na mesma barreira que os mais pobres.
> (...)
> Logo, a expectativa da melhoria das condições urbanas e de vida foi aos poucos rompida e a desaceleração do crescimento econômico muito em função dos respingos da crise global começou a gerar uma grande aflição na classe média, que já se sentia deixada de lado pelos governos do PT. O cenário se transformou do utópico ao anticíclico, gerando assim uma das fissuras que viriam a eclodir nas Jornadas de Junho de 2013. (NOBRE; SCHOENELL e PORTO, 2019, não paginado).

De acordo com Gohn (2014), os noticiários davam pistas de prováveis motivos que deixaram os brasileiros indignados, são elas: (i) os altos gastos com as construções e reformas de estágios para a Copa do Mundo de 2014 e com a Copa das Confederações, que ocorreu em Junho de 2013; (ii) altos gastos de dinheiro público com megaeventos, em contraste com prestações de serviço público de baixa qualidade, principalmente saúde, educação, segurança e transporte; (iii) denúncias de corrupção; (iv) persistência dos índices de desigualdade social e inflação; (v) criação do Projeto de Emenda Constitucional 37 (PEC 37), cujo objetivo era acabar com o poder de investigação do Ministério Público (MP); (vi) criminalização de movimentos sociais; (vii) tramitação no Congresso de um projeto sobre "cura gay".

Independentemente das políticas de inclusão social realizadas pelo governo, da posição de destaque internacional alcançado nos anos anteriores e mantida até então, havia um sentimento de insatisfação para grande parte da população que foi crescendo e se transformando em revolta. Esta transformação tem relação direta com a amplamente divulgada repressão policial sobre os manifestantes que foi, segundo Gohn (2014a), um dos principais motivos para o inchaço das ruas.

Como pode ser observado, a pauta da mobilidade, ainda que colocada enquanto faísca originária das Jornadas, não tardou a se perder dentre as dissonantes vozes da multidão. Entretanto, se é na mobilidade e no Movimento Passe Livre

(MPL) que estão os principais indícios da eclosão do levante, é preciso investigá-los de forma mais cuidadosa. E é a isto que se dedicam os próximos parágrafos[23].

> O Movimento Passe Livre é conhecido por ter sido pioneiro nas Jornadas de Junho de 2013. O que inicialmente era uma demanda local contra o aumento das passagens de ônibus foi, aos poucos, ocupando parte significativa do país. Observa-se desde janeiro de 2012 a ocorrência frequente de manifestações em algumas cidades brasileiras: Natal, Goiânia, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. Em resposta aos levantes, no dia 31 de maio de 2013, o Governo Federal, buscando conter o aumento das tarifas e o avanço da inflação, desonerou o PIS e COFINS dos serviços de transporte coletivo - tentativa que não obteve êxito no tocante à contenção dos protestos. Em 3 de junho, manifestantes ligados ao MPL queimaram uma catraca em frente a uma subprefeitura de São Paulo. Este acontecimento estava vinculado a um ato de caráter aparentemente espontâneo, mas que havia sido organizado por militantes do Movimento que, na noite anterior, construíram uma barricada de pneus bloqueando parte do trânsito paulista, o que levou muitas pessoas a se deslocarem por um longo trecho a pé. Assim, "espontaneamente" foi iniciada uma manifestação com aproximadamente 30 mil indignados. No dia 06 de junho, eclodiram as Jornadas. O que inicialmente era motivado pelo transporte, antes da metade do mês recebeu o slogan: não é por vinte centavos. (NOBRE; SCHOENELL e PORTO, 2019, não paginado)

A luta do MPL pela mobilidade urbana se constrói no Brasil desde 2003, o que leva a crer que as manifestações que antecederam as Jornadas não representaram um cenário inédito. No artigo do próprio movimento, publicado no livro *Cidades Rebeldes*, de organização de Ermínia Maricato, os ativistas apresentam uma linha do tempo de sua história adaptada e ilustrada a seguir (Figura 8).

23 Na dissertação Levantes Urbanos: o ciclo de lutas pós-crise do capitalismo de 2008 conta com uma cartografia, ao molde da Cartografia das Controvérsias de três levantes: Occupy Wall Street, 15M e Jornadas de Junho de 2013. Esta cartografia conta com a construção de uma linha do tempo dos movimentos composta por um rastreamento dos atores envolvidos, dentre os quais, o MPL. As informações seguintes, bem como os diagramas, foram retiradas desta linha do tempo.

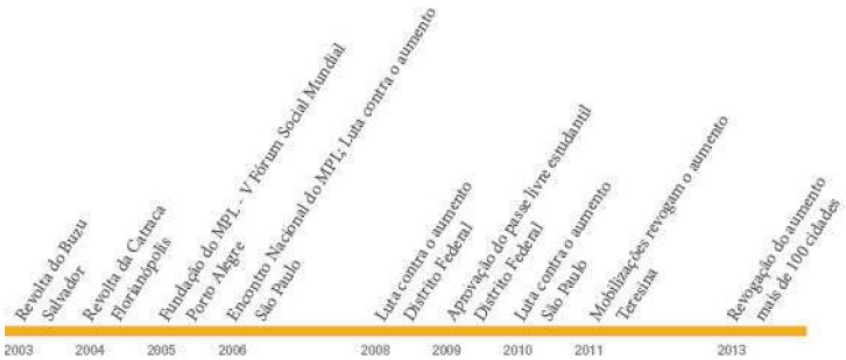


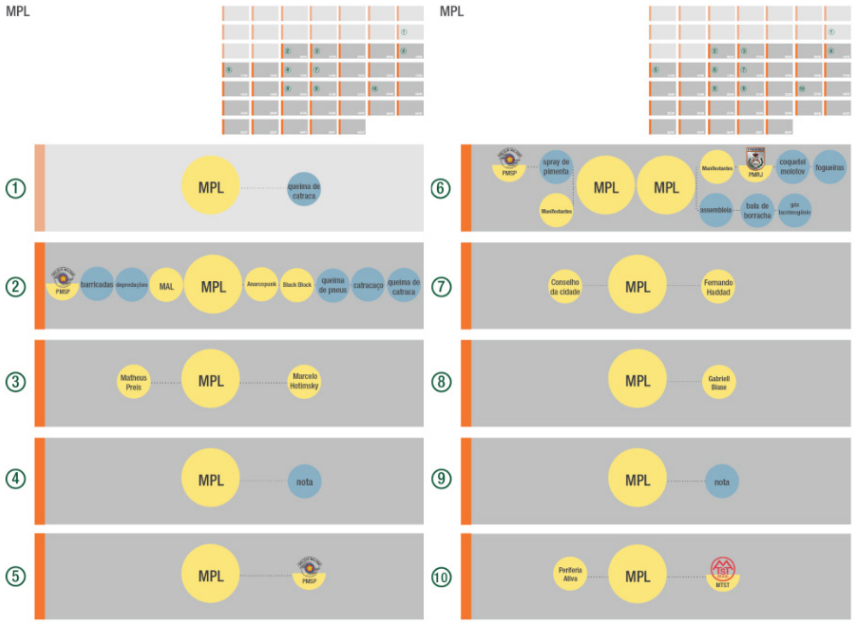
Figura 8: Levantes pelo transporte de 2003 a 2013.
Fonte: Nobre (2019).

Tendo em vista que a luta do MPL se encontrava-se na luta há dez anos, a questão sobre a sua relação direta com as Jornadas coloca-se em um posicionamento de destaque. Questionados a respeito da origem das manifestações, os ativistas do Movimento se esquivam do protagonismo e respondem com o que se colocava claro nas ruas: as razões das manifestações eram as mais diversas.

O diagrama, apresentado na figura abaixo, ilustra a participação do MPL nas Jornadas segundo a dissertação *Levantes urbanos: o ciclo de lutas pós crise do capitalismo de 2008* (Figura 8). O calendário no canto superior do diagrama está marcado com os dias em que o MPL foi figurado nas narrativas que compõem a linha do tempo completa presente na dissertação de mestrado. Abaixo, cada um desses dias foi ampliado mostrando os atores com os quais o MPL estava conectado nas respectivas narrativas.[24] Tendo em vista que a luta do MPL se encontrava-se na luta há dez anos, a questão sobre a sua relação direta com as Jornadas coloca-se em um posicionamento de destaque. Questionados a respeito da origem das manifestações, os ativistas do Movimento se esquivam do protagonismo e respondem com o que se colocava claro nas ruas: as razões das manifestações eram as mais diversas.

O diagrama, apresentado na figura abaixo, ilustra a participação do MPL nas Jornadas segundo a dissertação *Levantes urbanos: o ciclo de lutas pós crise do capitalismo de 2008* (Figura 8). O calendário no canto superior do diagrama está marcado com os dias em que o MPL foi figurado nas narrativas que compõem a linha do tempo completa presente na dissertação de mestrado. Abaixo, cada um desses dias foi ampliado mostrando os atores com os quais o MPL estava conectado nas respectivas narrativas.[24]

24 Mais informações sobre a composição destes diagramas podem ser encontradas na dissertação supracitada e no artigo Jornadas de Junho: geopolítica e território.



A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso. Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano. (MPL, apud Rolnik, 2013, p. 10).

Figura 9: Arranjos estabelecidos pelo MPL ao longo das Jornadas de Junho de 2013.

Fonte: Nobre; Schoenell e Porto (2019).

Observando os diagramas produzidos pela pesquisa, é possível perceber uma atuação mais efetiva do ator ao longo dos primeiros dias de levante. A sua retirada das ruas pode estar relacionada a dois principais fatores, ambos provenientes de negociações governamentais. O primeiro deles é a revogação do aumento das tarifas incentivada por uma ação do Governo Federal. O segundo é a participação em uma reunião extraordinária do Conselho das Cidades convocada pelo Prefeito de São Paulo Fernando Haddad no dia 14 de Junho de 2013.

Entretanto é preciso pontuar que, enquanto as ações do Movimento que antecederam as Jornadas se davam no sentido de propiciar um diálogo com o Estado, em 2013 a postura era outra. A agenda política do recém eleito Fernando Haddad contava com medidas voltadas para a mobilidade urbana, como o bilhete mensal, o ônibus 24h e a criação do Conselho dos Transportes. Ainda assim, os manifestantes tinham planos de ações amplas e, muitas vezes, mais radicais que as anteriores. O que, naquele momento, significava uma não abertura ao

diálogo evitando, por exemplo, reuniões com o governo a portas fechadas. “Segundo membros do grupo, tratava-se de uma espécie de proteção contra possíveis cooptações por estas instâncias e, até mesmo, uma forma de não reforçá-las.” (NOBRE; SCHOENELL e PORTO, 2019, não paginado).

Em 20 de junho de 2013, quando o levante alcançou seu ápice, o MPL se retirou das manifestações antes de seu encerramento, o que significava, também, o fim da atuação do movimento no levante. “De acordo com seus membros a missão já estava cumprida, já que o aumento das tarifas havia sido contido e aquela manifestação simbolizava a comemoração deste êxito. Mas alertavam que a luta continuaria em direção à tarifa zero.” (NOBRE; SCHOENELL e PORTO, 2019, não paginado). Entretanto, passados três dias observa-se mais uma aparição do grupo em ações vinculadas à 2013, está, de fato, derradeira. A mobilização ocorreu mediante chamado do Movimento de Trabalhadores sem Teto (MTST) para que diversos movimentos se reunissem na periferia de São Paulo. Para além da luta pelo transporte público gratuito, outras pautas foram levantadas, tais como: (i) desmilitarização da Polícia; (ii) mais investimentos em saúde e educação; (iii) oposição à realização da Copa do Mundo; (iv) controle sobre o valor dos aluguéis; (v) oposição às remoções; (vi) redução dos custos de vida.

Resumindo, após os dois principais dias de protesto e repressão policial, 17 e 20 de junho, as manifestações foram se esvaziando e tiveram seu fim em aproximadamente 13 dias. O que acontece depois disso? Em 2014 a Presidenta Dilma é reeleita com votação apertada contra Aécio Neves (PSDB) que anuncia não aceitar a derrota. Em 2016 a Presidenta sofre um Golpe e seu cargo é ocupado pelo vice-presidente Michel Temer. Em 2018 é eleito Jair Bolsonaro presidente do Brasil.

> Aquele golpe começou a ser preparado em 2013 quando a Rede Globo de Televisão usou sua concessão pública para convocar manifestações de rua contra o Governo e até contra o sistema democrático. Tudo valia para tirar o PT do Governo, inclusive a mentira e a manipulação pela mídia. Isso aconteceu quando nossos governos tinham alcançado nossas maiores marcas: multiplicamos o PIB por várias vezes, chegamos a 20 milhões de novos empregos formais, tiramos 36 milhões de pessoas da miséria, levamos quase 4 milhões de pessoas às universidades, acabamos com a fome, multiplicamos de modo espetacular a produção e o comércio da agricultura familiar, multiplicamos por quatro a oferta do crédito, isso em meio a uma das maiores crises do capitalismo da história. (LULA, 2019, transcrito pelas autoras).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. Tradução de I. Morais. Lisboa: Relógio D'Água. 2001.

BADIOU, Alain. **A Hipótese Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Organização de Willi Bolle. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

CANDIOTTO, Cesar. Política, Revolução e Insurreição em Michel Foucault. **Revista de Filosofia**: Aurora. Curitiba, v. 25, n. 37, jul./dez. 2013, p. 223-264.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar. 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova Razão do mundo**: Ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs**: vol.1. São Paulo: Editora 34, 2011.

DIDI-HUBERMAN, Georges (Org.). **Levantes**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

FAGIOLI, Júlia. O cinema de Chris Marker e o duplo gesto de retomada em O fundo do ar é vermelho. **Devires**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 28-51, jan/jun 2015.

FAGIOLI, Júlia. **Por que as imagens se põem a tremer? Militância e montagem em O fundo do ar é vermelho, de Chris Marker**. 2017. 270 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

FERNANDES, Florestan. O que é revolução. In: PRADO Jr., Caio; FERNANDES, Florestan**. Clássicos sobre a revolução brasileira**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000. cap. 3, p. 55 - 148.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos**, III. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1994.

FURET, François. **Pensar a Revolução Francesa**. Portugal: Edições 70, 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2014a.

JORNAL IG. Popularidade de Dilma bate novo recorde e atinge 79%, diz Ibope . São Paulo, 19 de março de 2013. Disponível em: https://ultimosegundo.ig.com.br /politica/2013-03-19/ popularidade-de-dilma-bate-novo-recorde-e-sobe- para-79-diz-ibope.html. Acesso em 30 de maio de 2019.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido!. In: MARICATO, Ermínia et al.. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Carta Maior, 2013, p. 19 - 26.

MORRER aos trinta anos. Direção: Romain Goupil. Produtora: MK2 Productions. França, 1982.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In NOBRE, Maíra. **Levantes urbanos: o ciclo de lutas pós crise do capitalismo de 2008** . 2019. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

NEVES, Bernardo; BRANDÃO, Marcela; MARQUES, Luis; RENA, Natacha. Lutas territoriais: resistências ao avanço do urbanismo neoliberal. In: ROLNIK, Raquel; SANTORO, Paula; MORADO, Denise; FREITAS, Daniel; RENA, Natacha; PEQUENO, Renato. (Org.). **Cidade Estado Capital**. São Paulo: FAU USP, 2018. P. 222-241.

NOBRE, Maíra. **Levantes urbanos: o ciclo de lutas pós crise do capitalismo de 2008** . 2019. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

NOBRE, Maíra.; BORGES, Jéssica ; RENA, Ntacha . Entre redes e ruas: Tecnopolíticas dos novíssimos movimentos sociais. **Revista Indisciplinar**, v. 6, p. 234-269, 2020.

NOBRE, Maíra Ramirez; RENA, Natacha Silva Araújo. Das revoluções aos levantes. **Arq.urb,** São Paulo, n. 23, p. 41-63, set-dez. 2018.

NOBRE, Maíra; RENA, Natacha ; BARBOSA, Danilo . 68 e depois: Uma cartografia dos filmes “Morrer aos 30 Anos” e -O Fundo do Ar é Vermelho. **Cadernos Benjaminianos**, v. 15, p. 15-52, 2019.

NOBRE, Maíra.; SCHOENELL, Ana Luísa ; PORTO, Henrique . Jornadas de Junho de 2013: geopolítica e territórios. In: **Arquisur**, 2019, Belo Horizonte. Arquisur, 2019.

O FUNDO do ar é vermelho. Direção: Chris Marker. França: 1998.

RENA, Natacha; NOBRE, Maíra; BARBOSA, Danilo; PORTO, Henrique. Estrangeirização: a dimensão geopolítica, imperial e neoliberal do golpe que eclodiu em 2016 no Brasil. **Revista Indisciplinar** , Belo Horizonte, 2018, v. 4 n.2, p. 210 - 243. Disponível em: http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=.download/007.pdf. Acesso em 31 de maio de 2019.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas; as revoltas de junho e suas interpretações. In MARICATO, Ermínia et al.(org.) **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Carta Maior, 2013, p. 7 - 12.

SILVA, Ricardo Oliveira. Revolução, história e tempo. **História**: Debates e Tendências, Passo Fundo, v. 15, n. 1, jan./jun. 2015, p. 251-267.

TORET, Javier. 15M: Acontecimento, emoções coletivas e movimentos na rede. In: RENA, Alemar; BAMBOZZI, Lucas; RENA, Natacha (Org.). **Tecnopolíticas do comum**: artes, urbanismo e democracia. Belo Horizonte: Fluxos, 2016. Disponível em: <http://www.editora.fluxos.org/LivrosPDFDownload/Rena_Bambozzi_Rena_ELTNK_Cidade_Baixa.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

reapropriações cotidianas e urbanismo tático na comunidade do passo da pátria, natal, brasil.

Manuela Carvalho

Arquiteta e Mestre em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFMG) e colaboradora no grupo de pesquisa Indisciplinar.

Ruth Maria da Costa Ataíde

Arquiteta e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); mestre e doutora em Pensamiento Geografico y Organización del Territorio pela Universidade de Barcelona (2005; 2013). É professora titular do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (graduação e pós graduação), membro do grupo de pesquisa EcoHabitat, pesquisadora na Rede INCT/Observatório das Metrópoles - Núcleo Natal e atualmente coordena o projeto de extensão Fórum Direito à Cidade.

Introdução

É por meio da criação de novos lugares que as pessoas exprimam o real sentido da coletividade na cidade, necessária à obtenção de uma identidade única. São esses espaços que mantém a vida urbana ativa, legitimando o que propõe Henri Lefebvre (1974) sobre o direito à cidade. Para o autor, tal direito "não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais, mas sim um direito à vida urbana, transformada e renovada" (LEFEBVRE, 1974, p. 118). Pensando no direito à cidade no próprio cotidiano, o corpo se instaura e torna essa experiência como forma de resistência a um modelo de cidade cada vez mais opressor: ocupando, movendo-se, criando novas formas de usos, gerando novas vivências, promovendo cultura de forma coletiva ou individual, de forma temporária ou não.

Compreender o espaço e o lugar, e acima de tudo, o direito ao acesso à cidade, é reconhecer que esse não pode ser visto a partir de fragmentos – moradia, lazer, privada, transporte –, mas sim como um significado único. Novamente, é necessário recuperar Lefebvre (1974) quando afirma que o direito à cidade se baseia nas necessidades sociais, opostas e complementares: "na necessidade de segurança e de abertura, de certeza e aventura, de organização do trabalho e do lazer [...] de isolamento e de encontros, de trocas, de comunicação imediata ou à longo prazo" (LEFEBVRE, 1974, p.105). Sobre essa necessidade do uso coletivo da cidade, dos lugares de simultaneidade e de encontro, o autor também afirma que:

> Através dessas necessidades específicas vive e sobrevive um desejo fundamental, do qual o jogo, a sexualidade, os atos corporais tais como o esporte, a atividade criadora, a arte e o conhecimento são manifestações particulares e momentos, que superam mais ou menos a divisão parcelar dos trabalhadores. Enfim, a necessidade da cidade e da vida urbana só se exprime livremente nas perspectivas que tentam aqui se isolar e abrir os horizontes (LEFEBVRE, 1974, p. 105).

Para Lefebvre (1974) o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à

apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 1974, 2008b). Para Ana Fani Carlos (2017), em uma releitura e contextualização da obra de Lefebvre (1997), o direito à cidade surge das situações de conflitos da vida urbana, na esteira dos novos carecimentos em função da mudança das condições sociais, e se situaria na criação de novos direitos, impondo-se aos já estabelecidos pelos modos de reprodução do capital, sendo essa construção essencial para a efetivação da democracia e dos mecanismos de controle que se impõem à propriedade privada (CARLOS, 2017).

Nesse mesmo sentido, Carlos (2007) também considera que é a partir dos lugares na cidade que se pode conferir as experiências humanas e o espaço vivido pelo corpo, que se traduz nos lugares do cotidiano, no modo de vida com o qual o homem se apropria, trabalha, realiza, denota significado e adquire o direito ao acesso à cidade. É o espaço imediato da vida nas relações cotidianas mais finas — "as relações de vizinhança, o ir às compras, o caminhar, o encontro dos conhecidos, o percurso reconhecido de uma prática vivida" e consiste na "base de reprodução da vida", revelando-se como o local entre o sujeito e o espaço ocupado, passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (CARLOS, 2007, p.17-18).

Acredita-se, assim, que o uso temporário do espaço pelas intervenções táticas, apresenta-se como a simples expressão da vida urbana ativa, movida pela arte, pela cultura, ou mesmo pela potência do uso e da apropriação pelo corpo nos espaços públicos de uma cidade, que cada vez mais se recria sob os ditames do capital. A partir de ações simples que evidenciam problemas e necessidades da cidade e dos seus moradores, elas podem promover uma reativação e criação de novos lugares, que passam a reafirmar os direitos democráticos e sociais no espaço urbano. Com isso, nota-se que a ocupação temporária de espaços livres, subutilizados por movimentos sociais ou grupos diversos, surgem como uma relutância a um modelo de cidade que exprime a convivência citadina e contribuem para a impressão de um outro sentido e identidade ao espaço público.

É nesse contexto que se inscrevem intervenções temporárias discutidas por Adriana Sansão Fontes (2011), definidas como ações que transformam o espaço de forma transitória, sendo em sua maioria pequenas, particulares em relação aos territórios ocupados, subversivas e estimulantes

de uma nova socialização. A autora as classifica como apropriações espontâneas, intervenções de arte pública ou festas locais. Essas manifestações aparecem como formas de apropriação e ocupação de espaços residuais na cidade, que por meio da arte, da cultura, da música, ou dos simples encontros e derivas casuais, são capazes de agitar e recriar lugares, fomentar novas relações e promover diversas práticas colaborativas, contribuindo para o espaço da cidade. A partir de ações táticas, essas intervenções traduzem uma nova forma de apropriação dos espaços públicos, que remodela a vida urbana com base nas necessidades de diferentes pessoas e grupos diversos.

Essas intervenções são consideradas táticas por não se associarem a uma dimensão espacial do lugar. Elas não se subvertem aos usos comuns e às formas de ocupação já programadas para os locais dos quais se apropriam, criando novas formas de utilização e possibilitando a criação de novos lugares (LEITE, 2002). Esse modo de ser "tático" é então tratado por Rogério Proença Leite (2002) como contra-usos, representados como ações pontuais que subvertem o habitual da cidade, além de resistirem e se moverem de forma efêmera pelo espaço, que contribui para a legitimação do acesso à cidade.

A partir dessa perspectiva, este artigo busca discutir e evidenciar o impacto dessas intervenções táticas no cotidiano de uma comunidade em situação de vulnerabilidade social, o Passo da Pátria, localizada na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, Brasil, a partir de dois casos de estudos: o coletivo Viramundo Potiguar e o projeto INarte Urbana. Para evidenciar essas experiências são apresentadas algumas abordagens sobre o que se denomina o urbanismo tático, a partir do conceito de "contra-usos" trazido por Rogerio Proença Leite (2002), da diferenciação entre "táticas" e "estratégias" por Michel de Certeau (1994) e dos estudos recentes apresentados por Mike Lydon e Anthony Garcia (2011;2012;2013;214) na coletânea *Tactical Urbanism: Short-Term Action for Long-Term Change.* Após a elucidação dos estudos de caso, esta reflexão também faz um exercício crítico sobre a dicotomia evidenciada nessas táticas em "ações de resistência versus produção capitalista" a partir dos escritos de Neil Brenner (2018).

O uso tático na criação de novos lugares na cidade

Parte-se da premissa que, dentro da dinâmica da cidade contemporânea, as intervenções temporárias são capazes de criar lugares e permitir, o direito ao acesso à cidade, acrescentando vida, dinamismo e transformando espaços à medida em que se aproximam da afirmação de uma identidade coletiva. Para Adriana Sansão Fontes (2011) essas ações são táticas de reconquista do espaço, pois revelam a dimensão ativa, à medida que proporcionam novos potenciais na cidade, ressignificam lugares e poetizam o espaço público colocando-o em ação (FONTES, 2011, p.232).

Trazendo para o universo de estudo a apropriação de espaços subutilizados na cidade pelas intervenções temporárias, admite-se que estas permeiam o imaginário das pessoas e potencializam a dinâmica dos seus entornos ao levarem a corporeidade às ruas e gerarem, mesmo que temporariamente, novos focos de vitalidade por meio da ressignificação do "lugar". Tomando de empréstimo a concepção de Lefebvre (1974) sobre direito à cidade, podemos admitir que essas ações produzem nos vazios, nos espaços esquecidos, os chamados lugares do possível. Para ele "a força social é capaz de sintetizar a arte, a técnica e o conhecimento, concebendo o direito à cidade que só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada" (LEFEBVRE, 1974, p.118).

Com isso, retomamos Carlos (2001) ao afirmar que, são esses pequenos atos de resistência na modernidade que nos revelam a perda de referências urbanas, evidenciando que o cotidiano nem sempre necessita de regras ou um modelo fixo e que a vida, as trocas no espaço público, são atos importantes e democráticos para a reprodução das relações sociais. Ao realçar o exemplo do uso temporário e variável da Avenida Paulista, em São Paulo, a autora descreve que

> [...] há também lugares delimitados onde as ações não se fixam de forma contínua pois o uso é esporádico, o que marca o que poderíamos chamar de uma "territorialidade móvel". Isto é, como a forma do espaço é também aquela do encontro-reencontro e contempla a simultaneidade, pode-se falar em formas de apropriação de "uso temporário" e irregular no tempo, mas que guarda uma territorialidade marcante no plano simbólico dos habitantes da metrópole como é o caso da Avenida Paulista, em São Paulo, que acabou ganhando significado do encontro, da comemoração, da reivindicação, da festa, e que para o cidadão da metrópole dá a sensação de pertencer ao lugar e a uma comunidade (CARLOS,

2001, p. 48).

Para Leite (2002) as intervenções temporárias podem ou não resultar na construção de um espaço público democrático a depender das práticas sociais que implicam nas diversas ações traduzidas na apropriação desses espaços. Para este autor quando as ações atribuem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos [...] estes podem se constituir como espaços públicos (LEITE, 2002, p.116), os quais podem ser compreendidos a partir de duas esferas – o uso público, a partir da ação coletiva; e o espaço urbano na referência espacial. Nesse sentido, este último ultrapassa as relações da rua e só se converte em verdadeiramente "público" a partir da ação social, dos seus significados.

Nessa perspectiva, a intervenção em determinado espaço e os simples usos do cotidiano não lhes conferem de imediato o sentido do público. Ou seja, mesmo que ações ocorram em espaços subutilizados, isso não lhes confere o caráter coletivo, a menos que as pessoas se apropriem e participem delas (LEITE, 2002, p.119). O autor denomina tais ações como "contra-usos", ou "contra-sentidos", que diferem daquelas esperadas pelo espaço concebido, nos termos de Lefebvre (1974), e contribuem para a diversificação dos sentidos de lugar, ampliando as possibilidades de interação entre aqueles que os utilizam (LEITE, 2002, p.121).

Importa aqui reconhecer que elas são contra-usos, táticas e resistentes, capazes de politizar, ainda que de forma efêmera, o espaço, produzindo um sentido público único e demonstrando a importância do direito à cidade. Sobre a relação dos contra-usos e os lugares, Leite considera que:

> [...] os contra-usos transformaram um espaço moldado predominantemente para as práticas econômicas e simbólicas de consumo e lazer em um espaço político de visibilidade pública e contestação [...] onde os lugares, quando erguidos pelos contra-usos no interior dos processos de gentrification, podem representar formas táticas – especializadas e simbólicas – de criar singularidades, expressar dissensões e reivindicar direitos. Direitos de pertencer à cidade, de estabelecer itinerários próprios, de fazer do espaço público contemporâneo, enfim, um legítimo espaço político da diferença (LEITE, 2002, p.130).

Para Michel de Certeau (1994) essas práticas excedem o conhecimento científico dado, regendo uma lógica que contrapõe o formalismo, mas que dependem das condições estabelecidas. O tático surge como insurgência ao poder, à

valorização da cultura posta em prática, no real, na cidade, e seguindo o encaminhamento do autor, "as táticas apresentam continuidades e permanências [...] e se multiplicam com o esfarelamento das estabilidades locais [...] como se saíssem de órbita e se tornassem errantes" (CERTEAU, 1994, p. 47). O autor diferencia essas ações entre táticas e estratégias, especificando que: são estratégias as práticas que buscam distinguir um lugar de "poder" do querer próprio, criando assim espaços de poder - demarcações físicas por meio das quais o poder se consolida. Estas dominam o tempo em função de um lugar autônomo, dominam o espaço a partir de uma visão (uma espécie de panóptico – um espaço controlado) e a partir de um "saber" específico transformam incertezas em narrativas legítimas

Certeau (1994) denomina de táticas as ações que "são calculadas a partir da ausência de um próprio", ou seja, ela não possui um projeto de poder e um lugar instituído de controle, opera "golpe a golpe, lance por lance", ação por ação (CERTEAU, 1994, p. 99). A sua fluidez lhe permite uma maior flexibilidade em suas atuações, diversas possibilidades por instante, surpresas, imprevistos e poder trabalhar com as adversidades convertendo-lhes em novas ferramentas. Assim, quanto menores forem as forças de poder sobre um determinado espaço, em sua direção estratégica, mais forte será a atuação tática nele. "A tática é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder" (CERTEAU, 1994, p. 101).

Para Leite (2002) as ações táticas, quando associadas à dimensão espacial do lugar, de maneira vernacular, constituem-se em contra-usos capazes, não apenas de subverter os usos esperados de um espaço regulado, mas também de possibilitar que o espaço resultante das "estratégias" se cinda para dar origem a diferentes lugares, a partir da demarcação socioespacial da diferença e das ressignificações que realizam. Dessa forma, "as ações táticas ocorrem no interior dos espaços estratégicos, subvertendo sentidos por não serem coerentes com esses espaços e são responsáveis pela criação de lugares" (LEITE, 2002, p.122).

O termo urbanismo tático é admitido por Mike Lydon e Anthony Garcia (2011; 2012; 2013; 214) que o definem como ações pontuais que buscam transformar pequenas localidades por meio de intervenções rápidas, de baixo custo e movidas pela participação coletiva. Essas ações podem ser dirigidas por órgãos governamentais, planejadores urbanos ou simplesmente de forma espontânea, regidas por grupos pequenos ou de

grandes proporções, em espaços menores como no pedaço de uma praça ou mesmo na mancha de um bairro. Para os autores, o urbanismo tático consiste em "melhorias incrementais na pequena escala", que encenam orçamentos mais substanciais, ou seja, demonstram outras possibilidades de uso e investimento em um local (LYDON e GARCIA, 2011, p. 01). Assim

> [...] esta abordagem permite que uma série de atores locais testem novos conceitos antes de assumir compromissos políticos e financeiros substanciais. Às vezes sancionado, às vezes não, essas ações são comumente referidas como "urbanismo de guerrilha", "urbanismo pop-up", "reforma da cidade" ou "D.I.Y. urbanismo". No momento, gostamos de "Urbanismo Tático", que é uma abordagem que apresenta as seguintes cinco características: Uma abordagem deliberada e em fases para instigar mudança; a oferta de soluções locais para os desafios do planejamento local; compromisso de curto prazo e expectativas realistas; baixo risco, possivelmente com uma alta recompensa; e o desenvolvimento do capital social entre os cidadãos junto à construção de uma capacidade organizacional entre instituições público-privadas, sem fins lucrativos e seus constituintes (LYDON e GARCIA, 2011, p. 01).

Trata-se, portanto, de uma forma de uso e apropriação que pode ser utilizada em diversos espaços da cidade, como estacionamentos, vias e becos sem saída, embora os melhores exemplos, como afirma o próprio autor, tenham sido encontrados em vilas e cidades subutilizadas, pois forneciam um tecido habitável. Os autores referidos defendem que o tático pode criar "lugares na escala humana, onde o capital social e a criatividade são mais facilmente catalisadas" e argumentam que, ainda que o urbanismo tático seja uma intervenção de pequena escala, tem o potencial de melhorar a habitabilidade e qualidade de nossas comunidades.

Nesse sentido, Lydon e Garcia (2012) traduzem que a produção das ações táticas pode ser atribuída a três recentes tendências sobrepostas: a grande recessão que ocorreu após 2008 (crise do capitalismo), as mudanças demográficas (migrações) e a própria internet como um meio de criar uma economia criativa. Dessa forma, eles acreditam que os urbanistas táticos mais diligentes usam a web como uma plataforma de partilha gratuita de manuais de "como fazer" visando ajudar os cidadãos a replicar táticas na sua cidade (LYDON E GARCIA, 2012, p.03).

Mas, apesar do reconhecimento dessas ações como expressões de coletividade e resistência, cabe também destacá-

las como parte integrante de um processo de produção neoliberal das cidades, onde muitas vezes uma ação que teve início com a participação coletiva ao receber investimentos e capital, privado ou do Estado, passa a reformular suas práticas e instituir-se como um bem de mercado. Nesse contexto cabe um diálogo com a reflexão de Neil Brenner quando questiona: "de que forma intervenções relativamente pequenas no desenho urbano poderiam enfrentar a tarefa de curar as divisões sociais em raça, classe e etnia" (BRENNER, 2018). Esta também é uma das reflexões desenvolvidas no presente artigo.

Aproximações cotidianas: Experimentações coletivas no Passo da Pátria, Natal-RN

O município de Natal está localizado na zona costeira brasileira e envolve uma área de aproximadamente de 168,53km^2 e tem como limites os municípios de Extremoz, ao norte; Parnamirim, ao sul; São Gonçalo do Amarante à leste e Macaíba à oeste, estando o seu território estruturado em quatro Regiões Administrativas e 36 bairros. A comunidade do Passo da Pátria é um assentamento de origem informal localizado na Região Leste e nos bairros da Cidade Alta e Alecrim – núcleo central da cidade, estando delimitado pela escadaria da Pedra do Rosário, Avenida do Contorno, Base Naval de Natal e Rio

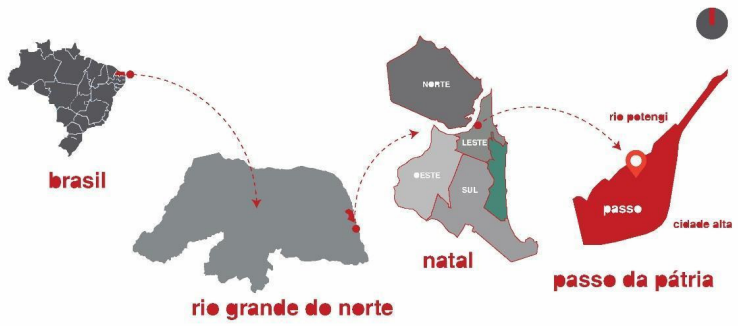


Figura 1 - Localização da comunidade do Passo da Pátria na cidade de Natal, Rio Grande do Norte.

Fonte: Produzido pelas autoras a partir de Semurb (2018).

Segundo Ruth Ataíde (2005) o Complexo Favelar Passo da Pátria reúne quatro favelas - Pedra do Rosário, Passo da Pátria, Areado e Pantanal - e sua ocupação teve o início na passagem do século XIX para o século XX, estando localizado em uma área de fragilidade social e ambiental, às margens do Rio Potengi e nas proximidades da via férrea (Avenida do Contorno). Delimitado Delimitada como Área Especial de Interesse Social - AEIS pelo

Plano Diretor de Natal (2007), o complexo de favelas, aqui tratado como comunidade, se configura como um território marcado pela presença do tráfico e bastante estigmatizado pela mídia e pelo poder público em razão da alegada violência ali existente. Nesse contexto, coletivos como o Viramundo e o INarte urbana têm conseguido realizar ações integradoras na comunidade, no esforço de contribuir para a criação de narrativas diferentes do Passo: de inclusão, sociabilidades, arte e cultura.

A modo de apresentação, cabe destacar que a pesquisa que deu origem a este artigo partiu de uma observação direta, levantamento e catalogação de quinze intervenções temporárias e dos respectivos espaços ocupados na cidade de Natal, que foram objeto de uma classificação tipológica, cujos elementos espaciais formais foram associados às práticas cotidianas da comunidade a partir de conversas informais, entrevistas semiestruturadas e cartografias sociais com participação dos seus principais atores. Os encontros para a realização das entrevistas e cartografias ocorreram nos meses de outubro e novembro de 2019 e tinham como principal objetivo discutir as principais ações táticas nos espaços públicos, assim como as motivações e as demandas expressas pela população, de modo a compreender o impacto desses movimentos no cotidiano dessas comunidades. Trata-se, agora, de evidenciar como esses dois coletivos estão superando os novos caminhos impostos pela Pandemia da Covid-19.

Música e arte pelo Coletivo Viramundo Potiguar

Com sede na própria comunidade do Passo da Pátria, o Coletivo Viramundo Potiguar surgiu em 2017 por iniciativa de jovens integrantes da Banda Viramundo e até o final do ano de 2019 (antes da pandemia da Covid-19) realizavam diversas ações culturais a partir da música, da arte e da educação para crianças e jovens. Em entrevista realizada em outubro de 2019 com os integrantes do coletivo, Wendel da Silva, Robson Rodrigues e Julia nos foi relatado que a ideia das ações do grupo surgiu da percepção das necessidades dos próprios jovens, também moradores do Passo, do desejo de gerir um espaço educativo que pudesse envolver as crianças em atividades formativas complementares, como por exemplo o xadrez.

Até o momento da entrevista o coletivo possuía nove integrantes fixos que se reuniam semanalmente às segundas-

feiras, seguindo um cronograma pré-estabelecido para o mês. Dentre as várias ações realizadas no Passo, os entrevistados destacam o cinema na praça e as batalhas de hip hop, que acontecem em média duas vezes por mês. Segundo Robson, integrante do coletivo, o coletivo objetivava sempre realizar ações e se revezavam, contribuindo coletivamente de acordo com cada vivência individual e compondo um grupo plural de professores, músicos, entre outras atribuições.

Ainda em 2019, quando questionados sobre a motivação para a criação do coletivo os jovens afirmaram que tudo se relacionou à vivência no Passo da Pátria, em um contexto de violência e de como estavam as crianças em meio este contexto. Para eles, as intervenções associadas a promoção da arte, cultura e opções educativas surgem como novas referências: "seja com música, ou jogando xadrez, trocando uma ideia com as pessoas pensam diferente na comunidade, a motivação é essa, salvar a criança daquele meio hostil" (CARVALHO e ATAÍDE, 2020). A figura 2 registra uma ação realizada em 19 de outubro de 2019, envolvendo crianças em uma oficina

Figura 2 – Ação realizada pelo coletivo Viramundo no Passo da Pátria.
Fonte: https://www.facebook.com/coletivoviramundopotiguar/photos/1337546659752237

com bolhas de sabão junto da cooperativa artística Universo Bolhástico e do grupo de batuque Troça do Boi Mulambo.

Julia também destaca que são realizados festivais musicais para captar recursos e manter o espaço que pagam aluguel, como o Festival Viramundo, lançado em setembro de 2019. O coletivo também oferece gratuitamente aulas de violão para as crianças, aulas e oficinas de xadrez, de dança de rua, além de promover eventos culturais como sarais poéticos, mostras de filmes, de livros e exposições de cordéis. Em sua sede, que também abriga uma biblioteca comunitária, realizam diversas ações como o Cine Passo, por meio do qual exibem filmes, curtas e documentários nacionais, incentivando o debate sobre o cinema brasileiro.

Com relação à interação com a comunidade, Robson cita que é comum as próprias mães das crianças se dirigirem até eles pedindo ajuda e propondo atividades. Também realizam parcerias com o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e com outros profissionais moradores ou trabalhadores do lugar que se dispõem a ajudar, realizando atividades formativas de distintas naturezas, inclusive ministrando aulas no contraturno, por exemplo. Apesar da disponibilidade e apoio da comunidade do Passo, o coletivo não possui nenhum incentivo da Prefeitura ou de empresas, e mesmo já tendo concorrido a vários editais culturais somente em 2019 conseguiu obter algum apoio, no caso, do Banco Itaú por meio do Edital RUMOS.

Para o coletivo, a principal dificuldade está no financiamento das ações, como descreve Robson: “a gente faz o evento e arrecada, morando lá dá para saber a pessoa que está mais necessitada, dá para direcionar”, ao demonstrar que parte do que é coletado também é transformado em doações para os moradores. Apesar dos poucos recursos, cabe destacar o apoio da comunidade que acontece por meio da participação, dos financiamentos coletivos ou mesmo como colaboradores voluntários nas atividades. Um bom exemplo dessa parceria foi a ação realizada na Praça do Horto, que recebeu bancos e um palco de bambu, proporcionando, segundo os entrevistados, uma maior apropriação pelos moradores. Wendel comenta que a partir dessa ação, as batalhas de hip hop passaram a ocorrer aos domingos no espaço e, segundo Robson, após a construção do palco a própria comunidade se organizou e fez melhorias para criação de um palco fixo em cimento.

Grafitando o Passo da Pátria com o Inarte Urbana

De acordo com o Portfolio INarte Residências (2015, 2017) o INarte Urbana é um projeto de vivência, reflexão, experimentação e criação onde artistas selecionados e convidados tem a oportunidade de dialogar diretamente com o público e artistas locais por meio da realização de murais e intervenções artísticas originais. O projeto, proposto pela Casa Vermelha em parceira com a associação franco-brasileira Pixo[1], acontece na comunidade do Passo da Pátria e atualmente é coordenado por seis pessoas, entre elas Saionara Pinheiro Barbosa (coordenadora local), entrevistada em outubro de 2019.

Segundo Saionara o projeto teve início no ano de 2015 com o intuito inicial de promover o reconhecimento do grafite urbano como arte. Neste mesmo ano o INarte organizou uma ação que consistiu em uma exposição de grafites no Palácio da Cultura, realizada em 2016. O projeto manteve a sua atuação nos murais do Passo da Pátria, por meio de batalhas de grafites, que resultaram numa nova exposição na galeria da Capitania das Artes em Natal. Neste mesmo ano foi realizada uma oficina na escola Mauricio Gomes e em 2017 conseguiram aprovar um projeto pela associação PIXO financiando as ações até o ano de 2019.

Ainda em 2016 o projeto INarte Urbana convidou a artista e arquiteta francesa Mademoiselle Maurice, referência por suas intervenções urbanas em vários países, que orientou a construção de uma intervenção por meio de um brinquedo-escultura no Passo. O mobiliário, que permaneceu na comunidade por algum tempo, devido à sua materialidade efêmera (construída em pallets) se deteriorou em meio à ação do tempo e uso cotidiano. Apesar disso, a ação demonstrada na figura 3, mobilizou a comunidade a interagir melhor com o coletivo, entre si e fomentou a construção de mobiliários fixos no local.

1 Segundo Saionara Pinheiro o coletivo Casa Vermelha é uma residência de artistas que trabalham com o grafite e a associação PIXO é uma organização sem fins lucrativos que trabalha com intervenções urbanas, com ocupação de espaços públicos e grafites em Paris.

Figura 3 – Intervenção realizada no Passo da Pátria pelo INarte Urbana.
Fonte: https://www.facebook.com/inarteurbana/photos/a.262613704129987/357330861324937.

Com relação às residências de grafites, Saionara explica que estas funcionam num modelo de festivais de grafites, em forma de mutirão e imersão durante quinze dias. Os artistas se hospedam na sede do coletivo Casa Vermelha, localizada no bairro de Ponta Negra, e realizam as atividades na comunidade do Passo durante todo o dia (sete da manhã às cinco da tarde). O objetivo principal do coletivo é trocar conhecimento e experiências com a comunidade e entre os artistas, redescobrindo os lugares existentes que são, tanto para os grafiteiros como para a comunidade, o produto resultante destas ações.

Os locais de realização das artes (paredes, muros, medianeiras) são pré selecionados pelos artistas, que conversam com seus proprietários de modo a conciliar uma solução. A entrevistada conta que nem sempre essa conciliação ocorre de forma simples, exigindo diálogo e paciência entre as partes e em alguns, os artistas demoram bastante a encontrar o suporte ideal: "alguns preferem paredes velhas; outros, as novas; outros, as chapiscadas". No final de cada residência ocorre uma exposição com os resultados, que são apresentados por meio de fotografias e rodas de conversas destinadas à compreensão dos lugares construídos durante as ações.

Sobre o funcionamento e patrocínio das suas ações,

o Inarte Urbana possui um cronograma anual que é definido a partir da disponibilidade das artistas que participam da Residência, realizada quase sempre em agosto. Este cronograma também é influenciado pelos seus patrocinadores, atualmente limitado a instituição PIXO, responsável pelo local (sede) e material dos grafites. Cabe ressaltar que o projeto também já contou com o apoio de outras instituições, como: Fondation Air France, Aliança Francesa de Natal, Consulado Geral da França em Recife, Instituto Francês, Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Fundação José Augusto, Pinacoteca Potiguar e da ADIC - Associação para o Desenvolvimento de Iniciativas de Cidadania do RN[2].

Sobre as intervenções urbanas, a entrevistada defende que o maior interesse do Inarte é proporcionar à comunidade do Passo vivências e ações que ao longo do tempo lhes permitam realizar suas próprias gestões, de forma independente. Ela conta que em 2016 o coletivo também entrou em contato com o coletivo Viramundo Potiguar e trabalharam em parceria por um período nos espaços públicos mais utilizados da comunidade, como é o caso da Praça da Maré e a Praça do Horto. Sobre a ação promovida junto a Praça do Horto, a entrevistada relata:

> [...] a praça da entrada do Passo, que tinha uma pessoa lá que tinha uma oficina de placas de ferro e aí convencemos a pessoa a ceder o espaço, fizemos várias reuniões com a comunidade, de que a gente ia ocupar o espaço. Aí na primeira conversa a comunidade tinha uma preocupação com o circo, que todo ano ia lá, daí pensamos juntos e construímos um anfiteatro, bancos, brinquedos, plantamos algumas mudas de flores. Então, como é em comunidade tudo é muito lento, você tem que respeitar o movimento do lugar, aí eu sei que chegou o circo, depois que a gente plantou e ele armou por cima das plantas. Depois que o circo foi embora, com o tempo, eles começaram a sentir a necessidade de um palco maior e construíram um palco. Aí construíram um palco e agora não se chama mais Praça do Horto, se chama Praça da Cultura (CARVALHO E ATAÍDE, 2019).

Saionara acredita que o Inarte Urbana proporciona às pessoas do Passo da Pátria "outros possíveis", outras possibilidades para os espaços, para a vida pública, para o coletivo, enxergando a periferia longe dos estigmas da violência e inseguranças que são repercutidos pela mídia diuturnamente. Para ela, outra consequência positiva do projeto é o potencial

2 Informações sobre os apoios disponível na descrição do projeto na sua página oficial do facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/inarteurbana/about/?ref=page_internal. Acesso em 11 de abril de 2020.

para transformação de espaços públicos existentes a partir de pequenas ações coletivas, como na intervenção realizada na praça do Horto:

> Na Praça do Horto que agora virou Praça da Cultura, virou um lugar de churrascos à noite que as pessoas agora vão se encontrar. E na Praça da Maré que é mais interessante que as pessoas vão mesmo lá, tem um pôr do Sol lindo mas as pessoas não iam, e agora eles vão lá conversar, jogar dama, trocar conversa. E os brinquedos também, porque o outro que a gente fez no início deteriorou porque era de pallet e agora estamos reativando os balançou, escorrego, junto com o pessoal de arquitetura (CARVALHO E ATAÍDE, 2019).

Por fim, além dos resultados efêmeros trazidos pelas intervenções na memória e no cotidiano dos moradores do Passo, como resultados concretos, o INarte promoveu ações que envolveram mais de 80.000 participantes diretos e indiretos desde a criação do projeto. No período de 2016 a 2019 foram realizadas cerca de 30 oficinas de pintura, desenho e grafite; instalados oito bancos públicos e recuperados dois espaços artísticos e de convivência na comunidade, além da realização de três exposições coletivas e mais de setenta murais (grafites) na comunidade a partir da residência artística.

Reflexões para além da pandemia da Covid-19

Os últimos acontecimentos associados ao surto do Coronavírus, nos têm permitido refletir sobre a instabilidade das nossas cidades e sobretudo a produção de subjetividades frente ao avanço do neoliberalismo. A Covid-19, que eclodiu no mundo e no Brasil em meados do final de 2019, expôs de maneira brutal todas as desigualdades sociais, econômicas e políticas existentes o mundo, especialmente no Brasil. Entre tantas outras reflexões, a pandemia evidenciou o que realmente está em jogo: as contradições impostas pela acumulação do capital e as suas consequências para as cidades, que se materializam nas desigualdades de gênero, raça e classe, na política, na geografia e em todas as relações sociais.

Neste artigo apresentamos a atuação dos coletivos Viramundo Potiguar e INarte Urbana e das suas intervenções no Passo da Pátria a partir dos estímulos à criação de laços de solidariedade e de colaboração entre os moradores da comunidade, quando da apropriação de espaços já consagrados e da criação de novos lugares a partir de memórias e desejos

pré-existentes e que estavam sufocados. Isso demonstra a potência do urbanismo tático quando contribui para afirmar e fortalecer as relações de afeto existentes e necessidades já presentes nos espaços ocupados, de modo a reconfigurar narrativas e ressignificar esses lugares, proporcionando novas possibilidades de uso.

É no cenário de pandemia da Covid-19, que podemos observar a necessidade de reafirmação do espaço público na configuração de cidades mais justas e democráticas, onde, mesmo já inseridos nas redes sociais, nota-se a grande dificuldade dos coletivos e movimentos sociais urbanos em integrar os diversos atores presentes em suas ações, onde a maioria desses não possuem acesso à internet. Observou-se que encontros como a exibição de curtas metragem na Kombi, realizada pelo coletivo Viramundo Potiguar, mesmo divulgado nas redes, só foram efetivados no modo presencial, ocupando o espaço das ruas para a sua realização, tomando as medidas necessárias de distanciamento e número reduzido de pessoas. Enquanto o InarteUrbana manteve-se distante todo o ano de 2020 da sua atuação pelo grafite, não conseguindo realizar nenhuma intervenção, tendo limitado a sua ação a um evento online em maio do mesmo ano.

Diante disso, cabe destacar aqui a atuação desses coletivos durante o ano de 2020, de forma remota, é as suas enormes capacidades de articulação em redes para a promoção de ações virtuais, organizadas a partir de eventos e grupos no Facebook, da divulgação dessas intervenções no Instagram e de outras conexões estabelecidas e fortalecidas antes e durante a pandemia. Nota-se, a partir da observação nos seus canais de comunicação[3], que os dois coletivos se mantiveram em "ação" durante a pandemia, participando a partir de editais de fomento à cultura e com grande engajamento junto ao seu público. Podemos considerar tais ações como novas formas de resistências comunais, com foco em pautas mais indenitárias e locais, articuladas em redes e nas ruas, e principalmente, organizadas a partir de uma participação ativista.

Outro aspecto a destacar diz respeito a evidente contradição do uso temporário do espaço e do próprio urbanismo tático, expressa na constatação de que, apesar dessas ações se apresentarem enquanto movimentos contestatórios às reais

3 Observações publicadas nas páginas do Facebook dos dois coletivos ao longo do ano de 2020. Página do coletivo Viramundo Potiguar disponível em: https://www.facebook.com/coletivoviramundopotiguar; página do projeto INarte urbana disponível em: https://www.facebook.com/inarteurbana.

necessidades de uso e apropriação dos espaços públicos, elas também se revelam como espaços do poder de manipulação e "disfarce" do projeto de cidade neoliberal. Muitos coletivos, que dependem de financiamentos externos e organizações privadas, se submetem a editais e a própria capitalização das suas ações. Mas, como bem afirma Brenner (2018), seria um tanto difícil para os próprios atores, coordenadores e participantes, desses movimentos fugirem das tentações dos que detém "os fluxos de investimentos, propriedades e decisões" políticas do espaço urbano (BRENNER, 2018).

Compreendemos, portanto, que a atuação desses coletivos no Passo da Pátria a partir do urbanismo tático torna-se insurgente à medida que contesta a produção normativa dos espaços livres públicos na cidade e que também tornam públicos elementos culturais presentes nas minorias – como a dança de rua, o grafite, as batalhas de rap - que destoam daquilo que é esperado como "arte e cultura" no contexto social em que vivemos. Acredita-se que tais ações não são capazes de impactar o modo de produção capitalista, mas sim, em meio a crises como a escancarada pela Covid-19 e as contradições inerentes a produção do urbano, expressas também no planejamento e na gestão das cidades, podem ser capazes de demonstrar novas possibilidades de apropriações e, principalmente, revelar soluções e ferramentas que podem nutrir essa construção de forma participativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATAIDE, R. M. C. **Regulação pública e acesso a moradia. Uma análise da experiência de Natal / RN (Brasil).** Geocritica/Scripta Nueva Revista Eletronica de Geografia y Ciencias Sociais, Barcelona, 2005. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-87.htm. Acesso em 25 fev. 2021.

BRENNER, Neil. **Espaços de Urbanização.** O urbano a partir da teoria critica. 1 ed. Rio de Janeiro: Observatório das metrópoles, 2018. 356 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007a. 85p.

CARVALHO, Manuela Cristina Rêgo de; ATAÍDE, Ruth Maria da Costa. **Estratégias de reapropriação cotidiana na cidade de Natal/RN por intervenções temporárias.** 2020. 334f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** Artes de fazer. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes,1994.

DAVYS, Lhaliff. **Can Pop-Up Shops Improve My Community?** Exploring the Linkages between Tactical Urbanism and Community Development Applied Research Paper. Faculty Advisor: Daniel Immergluck. 2015.

FONTES, Adriana Sansão. **Intervenções temporárias, marcas permanentes. A amabilidade nos espaços coletivos de nossas cidades.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PROURB-FAU/UFRJ, 2011.

GOHN, Maria da G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

HOU, Jeff. **Ativismo no espaço público e o espaço dos novos comuns:** Diretrizes para o engajamento social por meio do design, planejamento e placemaking. In: Revista eletronica de arquitetura e urbanismo. USJT: 2018. n.23. Disponível em: https://www.usjt.br/arq.urb/numero- 23/arqurb23-integral.pdf. Acesso em 11 junho. 2019.

_____ . **Insurgent Public Space:** Guerrilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities. London and New York: Routledge, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008b [1966]. 141 p.

LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos e espaço público.** Notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. In: Revista brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49. São Paulo: Junho, 2002. p. 115-134.

LYDON, Mike, & GARCIA, Antony. **Tactical Urbanism.** Short-term Action for Long-term Change. Washington: Island Press, 2011.

_____. **Tactical Urbanism vol. 2**: Short-term Action for Long-term Change. Washington: Island Press, 2012.

_____. **Tactical Urbanism vol. 3:** Casos Latinoamericanos. Washington: Island Press, 2013.

_____. **Tactical Urbanism vol. 4**: Australia & New Zeland. Washington: Island Press, 2014.

SEMURB. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. **ReHabitar**. Natal: 2007.

SEMURB. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. **Anuário de Natal:** 2017-2018. Natal: 2018.

cartografias do urbanismo tático na zona oriental de lisboa: o papel do poder local na indução de práticas táticas

Ana Carolina C. Farias

Investigadora no ISTAR-IUL, doutoranda no Programa Arquitectura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos, Especialidade em Arquitectura Digital, no ISCTE-IUL, com a tese 'Co-desenho de interfaces tecnopolíticas: Interfaces digitais para o desenvolvimento local em Lisboa'. Mestre em Projeto e Cidade, FAV/ UFG, com a dissertação 'Taxonomia do urbanismo tático: uma proposta para leitura, compreensão e articulação das táticas urbanas emergentes'. Co-fundadora do estúdio de micro urbanismo Sobreurbana, em Goiânia/BR.

Laura Pomesano

Formada em Arquitetura em Alghero na "Università degli Studi di Sassari" com tese "A relação entre a paisagem industrial e a paisagem natural do Iglesiente: um projeto de um sistema arquitetônico de ligações". O fenômeno da desindustrialização, contextualizado na metrópole contemporânea, é sempre tema de investigação na tese de doutoramento intitulada "Cartografias da indústria demitida no contexto metropolitano de Lisboa: a influência da arte performativa na definição de políticas públicas de regeneração urbana" que desenvolve ao abrigo do ISTAR-IUL, como investigadora, e do curso em Arquitectura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos, como doutoranda, no ISCTE-IUL.

Introdução

Em oposição ou complemento às práticas do urbanismo estratégico hegemónico, as práticas do urbanismo tático (UT) são compreendidas por intervenções urbanas incentivadoras do engajamento cívico na apropriação coletiva e voluntária de espaços públicos, geralmente temporárias, informais e contestadoras em diferentes graus (FARIAS, 2018), reunidas sob um vasto léxico que inclui urbanismo de guerrilha (HOU, 2010), urbanismo open source (SIENA, 2014), urbanismo biopotente (RENA et al., 2016) práticas sociais criativas (ROSA, 2011), e outros termos.

Constante consequência do urbanismo estratégico nas metrópoles contemporâneas, a gentrificação caracteriza o deslocamento de uma população, geralmente à escala do bairro, substituída por outra com maior acesso econômico e cultural (SMITH, 1996; GAETA, 2006). Essa dinâmica se traduz em um enriquecimento econômico que não se reflete em um desenvolvimento urbano sustentável aproveitado por todos os atores envolvidos na transformação do lugar. Nesse sentido, vários autores sublinham o envolvimento do Estado nessa dinâmica que, querendo aproveitar do aumento do capital, adota a gentrificação como estratégia urbana global (SMITH, 2006).

Vários estudos discutem o papel de práticas artísticas, criativas, culturais, engendradas em sentido bottom-up - características das táticas urbanas - nos processos de gentrificação de territórios decadentes, que ganham, com elas, vitalidade e visibilidade. A partir de um abrangente panorama conceitual que procurou cobrir a complexidade dessas práticas, a Taxonomia do Urbanismo Tático (FARIAS, 2018) elenca várias categorias e subcategorias de análise para facilitar sua leitura e articulação entre ideias, agentes e objetivos.

As freguesias de Marvila e Beato, na zona oriental de Lisboa, oferecem um contexto exemplar para a observação das dinâmicas citadas, enquanto territórios que, em consequência do processo de desindustrialização, têm suas identidades ameaçadas pelo atual processo de gentrificação. Desde a década de 2000, atividades artístico-culturais têm reconvertido o antigo patrimônio industrial, revitalizando o lugar. Nos últimos anos, o território vem sendo ressignificado pelo conceito de 'cidade criativa', sob os esforços do poder local e de investimentos estrangeiros, especialmente do mercado imobiliário e tecnológico (MENDES et al., 2018).

As relações entre atividades artísticas e o património herdado da desindustrialização nas freguesias de Marvila e Beato, bem como, de forma mais abrangente, as dinâmicas participativas fomentadas por financiamento público direcionado aos territórios de intervenção prioritária em Lisboa, são temas das teses de doutorado das autoras deste estudo.

Tendo em conta a complexa relação de forças nas práticas táticas das cidades contemporâneas, a partir da observação dos territórios supra delimitados, procurou-se compreender o papel do poder público no UT. Para tanto, utilizou-se uma metodologia em três fases: 1) identificação de práticas táticas a partir da consulta a documentos e sítios eletrônicos de instrumentos de financiamento público à iniciativa local e de visitas ao território; 2) elaboração de cartografias digitais para a visualização dessas práticas no território e sua relação com outras dinâmicas urbanas; 3) caracterização das práticas mapeadas segundo a Taxonomia do Urbanismo Tático.

A partir dessa leitura, o estudo traz como resultado a proposição de uma nova categoria de análise, incorporada à TUT, identificando os vários papéis que o poder público desempenha nas práticas mapeadas. Se, por um lado, tal análise demonstra uma possível articulação entre as táticas com os espaços institucionais da participação, por outro, questiona se a apropriação das táticas pelo poder local não irá reduzir a capacidade de mobilização e reivindicação da iniciativa local.

Urbanismo Tático

A ação tática, segundo Certeau (2014), é aquela que ocorre pela oportunidade, na ausência de poder e autonomia, onde o sujeito não está isolado do ambiente. Agindo em um terreno que lhe é imposto, não acumula ganhos, depende de forças alheias, do tempo, e parte de uma decisão, não de um discurso. O oposto da ação estratégica, onde o sujeito age como se estivesse de fora do terreno, com uma visão e um poder abrangente sobre o espaço e o tempo.

Nas últimas décadas, a abordagem do UT tem sido utilizada como contraposição ao urbanismo estratégico, por sua dificuldade em amenizar os grandes e complexos problemas urbanos contemporâneos. No entanto, tais práticas criativas e inovadoras, sejam elas protagonizadas pela iniciativa local, pelo mercado ou pelo poder público, muitas vezes, acabam por produzir diferenciação de territórios e

as consequentes valorização e gentrificação (MOULD, 2014; REVON, 2015; CRISMAN, KIM, 2019; STEVENS et al., 2019). Ainda, a precariedade das intervenções táticas, efêmeras e pontuais, deixam dúvidas sobre a sua real capacidade em combater os profundos problemas da cidade contemporânea e enfrentar o avanço do urbanismo neoliberal (BRENNER, 2016).

No início da década de 2010, coincidindo com a crise financeira mundial e a consequente precarização dos investimentos urbanos e do trabalho dos arquitetos, diversas publicações de e-books e toolkits com guias *how to do*, passaram a divulgar o UT enquanto intervenções 'mais rápidas, mais baratas e mais fáceis', que facilitam processos graduais de mudanças de baixo risco (LYDON, 2012). São exemplos as publicações do estúdio liderado por Mike Lydon (2012), The Street Plans Collaborative, tendo alcançado alguma influência em circuitos governamentais e acadêmicos. Tal abordagem tem contribuído para a articulação do UT com instrumentos participativos institucionalizados e sua adoção por diversos governos de cidades.

Exemplos recentes, têm sido as intervenções leves e graduais para ampliação do espaço pedonal, de ciclovias e para a reorganização de espaços públicos, na adequação das cidades para o contexto de isolamento social imposto pela pandemia de COVID-19, desde 2020 (BATISTA, CORRÊA; 2020). O poder público, antes indiferente ou meramente reativo às reivindicações e subversões do UT tem, cada vez mais, assumido novos papéis nessas práticas.

Tendo em conta a definição da ação tática do Certeau (2014) e a diversidade de experiências dessas práticas, é possível compreender o UT sob uma perspectiva ainda mais ampla: práticas de autoprodução; práticas características das culturas DIY, hacker, maker; práticas artísticas e ativistas; placemaking; práticas de participação no planejamento urbano que aspiram a institucionalização de processos; práticas que vão além daquelas autodenominadas como táticas.

Refletindo tal complexidade, a Taxonomia do Urbanismo Tático (TUT) (FARIAS, 2018) propõe uma metodologia para leitura e articulação das táticas urbanas. Partindo da identificação de uma amostra representativa da diversidade do tema, com quarenta práticas de UT realizadas nos cinco continentes, a TUT elenca onze categorias que procuram caracterizar: quem são os agentes dessas práticas,

quais desejos e subjetividades os movem e qual o tipo de ativismo desencadeiam; quais são os campos de ação, sua escala e localização intraurbana; como são essas práticas, quais os métodos empregados, tipo de financiamento e nível de participação que permitem; e, por fim, de que forma essas práticas enfrentam o urbanismo neoliberal. Cada categoria dá origem a subcategorias que refletem as características encontradas nas práticas analisadas.

Com apoio de ferramenta digital para visualização de big data em formato de grafos - pontos nodais e linhas de conexão - a TUT permite observar redes comuns articuladas entre as práticas analisadas, e agrupá-las por similaridades ou diferenças. O estudo conclui que as práticas com maior potencial de fazer frente ao urbanismo estratégico e neoliberal, são aquelas que levam a tática para além da tática, ou seja, que articulam arranjos políticos capazes de garantir maior penetração e perenidade no território, influenciando políticas públicas para o redesenho não só de territórios, mas também de instituições (FARIAS, 2018).

Atualmente, as práticas de UT ganharam ainda maior complexidade, com o isolamento social imposto pela pandemia de COVID-19. Por um lado, tem-se a expansão do espaço digital como o único espaço público possível para as várias esferas da vida (CASTELLS, 2020); por outro, a necessidade de adequar, rapidamente, os espaços públicos físicos para a situação de isolamento social. Enquanto isso, observa-se em inúmeras experiências - desde os tradicionais comitês de bairro na China (AKFIRAT, 2020) até os desafios hackers online (GAMA, 2020) - a importância da ação coletiva e comunitária, na mobilização de redes de ajuda mútua e de reimaginação da cidade, para a superação da atual crise sanitária, econômica e humanitária.

Assim, governos de cidades em todo o mundo têm adotado o UT como uma forma ‘mais rápida, mais barata e mais fácil’ de fazer as necessárias adequações no espaço físico das cidades - ampliação do espaço pedonal, ciclovias, desafogamento dos espaços públicos - a exemplo da capital portuguesa (PINCHA, 2020).

O caso das Freguesias de Marvila e Beato em Lisboa

O território pertencente às freguesias de Marvila e Beato, na zona oriental de Lisboa, é o resultado da expansão da cidade através do chamado Caminho do Oriente, eixo ribeirinho entre Madre de Deus e Poço do Bispo (SILVA, 2019) (Fig. 1). Ao longo desse percurso, a partir de 1840, foi ativada a primeira de uma série de fábricas que constituíram aquela paisagem industrial.

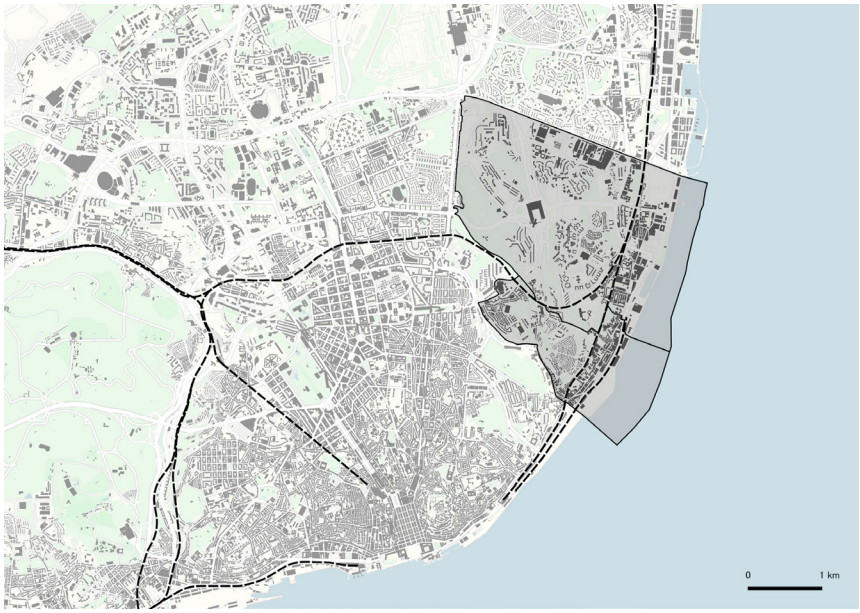


Figura 1:As Freguesias de Marvila e Beato e a linha do trem.

Fonte: Map tiles por CartoDB, sob CC BY 3.0. Dados por OpenStreetMap, em ODbL. https://cartodb.com/basemaps/

Editado pelas autoras a partir de http://geodados.cm-lisboa.pt/

A expansão da atividade produtiva foi impulsionada pela construção, desde 1856 (GASPAR, 1996), da linha de ferro que conectava o centro da cidade com a zona Oriental. A realização desta obra, por um lado, ligou as áreas produtivas urbanas, mas, por outro, contribuiu para dividir aquela localidade entre a parte interna (a maior parte do território de Marvila e Beato) e a frente ribeirinha, onde se instalou a maioria das indústrias. A intensa atividade industrial caracterizou a área até 1980, quando se iniciou o processo de desindustrialização que fechou todas as fábricas, restando apenas o testemunho de prédios abandonados que lembram o passado produtivo do lugar (FOLGADO, CUSTÓDIO, 1999) (Fig. 2).

Figura 2: Edifícios e áreas industriais.

Fonte: Map tiles por CartoDB, sob CC BY 3.0. Dados por OpenStreetMap, em ODbL. https://cartodb.com/basemaps/

Editado pelas autoras a partir de http://geodados.cm-lisboa.pt/.

O processo de desindustrialização tem vindo a determinar uma mudança do sistema econômico da área, com o crescimento da indústria criativa, criando novas atratividades e formas de lazer para a área (MARTINS, MOURATO, 2020) (Fig. 3). Os maiores exemplos são: a associação Fábrica Braço de Prata, que usa os escritórios e a área envolvente da antiga indústria de munições, armas e veículos, para promover projetos culturais e novos artistas, tornando o lugar num dos mais importantes centros da cultura alternativa de Lisboa (MARTINS, MOURATO, 2020); e a instalação do HUB Criativo do Beato, pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), na antiga indústria da Manutenção Militar, atraindo startups e empresas do ramo tecnológico, com abertura prevista para o final de 2021 (FAUSTINO, 2020).

Figura 3: Lugares envolvidos em atividades artísticas e culturais.

Fonte: Map tiles por CartoDB, sob CC BY 3.0. Dados por OpenStreetMap, em ODbL. https://cartodb.com/basemaps/

Editado pelas autoras a partir de http://geodados.cm-lisboa.pt/.

Por toda a cidade, e sem fazer exceção à área de estudo, o financiamento BIP/ZIP tem contribuído para o fortalecimento da iniciativa local e de processos participativos que incluem, em suas práticas, ações táticas. Somadas, elas têm tido impacto na paisagem urbana, na vida comunitária e nas disputas de forças territoriais. Também o Orçamento Participativo (OP), que em Lisboa existe desde 2008, e, mais recentemente, os OP a nível de freguesia - em Marvila, desde 2018 - têm contribuído para fomentar a ação local de base comunitária e práticas de UT.

Por sua diversidade territorial, pelo volume de investimentos públicos e privados que têm vindo a receber e pela efervescência de ações comunitárias e práticas artístico-culturais, parte das freguesias de Marvila e Beato foram alvo do projeto europeu H2020 Regeneration and Optimization of Cultural Heritage in Creative and Knowledge cities (ROCK), desenvolvido em parceria entre o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e a CML, entre 2017 e 2020. A área de intervenção (Fig. 5) foi escolhida considerando as delimitações físicas marcantes do território: o rio, o museu dos Azulejos, a Fábrica Braço de Prata, e a região de grandes vazios urbanos e bairros sociais em torno da Biblioteca Municipal de Marvila (MARTINS, MOURATO, 2020).

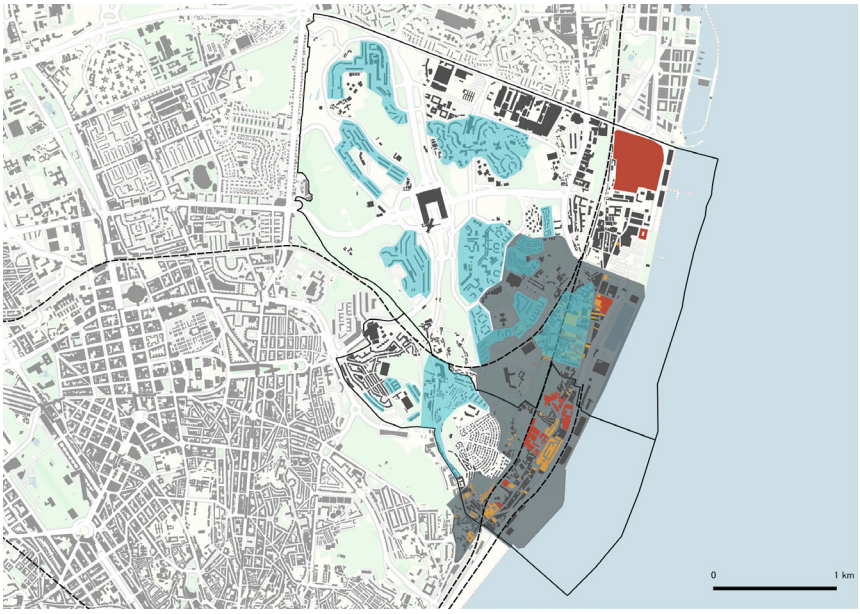


Figura 5: Área de intervenção do projeto ROCK.
Fonte: Map tiles por CartoDB, sob CC BY 3.0. Dados por OpenStreetMap, em ODbL. https://cartodb.com/basemaps/
Editado pelas autoras a partir de http://geodados.cm-lisboa.pt/.

Com o objetivo de promover estratégias de regeneração urbana através da conservação e valorização do património cultural da cidade, a abordagem do ROCK cruzou métodos participativos com a utilização de tecnologias de informação e comunicação (TIC). Os métodos participativos implementados pelo projeto procuraram envolver a população através da realização de eventos e encontros que reuniram residentes, associações locais, o poder público e a comunidade científica, contribuindo para a articulação de ações táticas no território (NUNES et al., 2020; FALANGA, NUNES, 2019; VERHEIJ, 2020).

Os esforços de regeneração urbana dedicados pela CML, os grandes investimentos privados, como o condomínio de luxo Prata Riverside Village[1], projetado pelo *star arquitect* Renzo Piano (Fig. 6), e a presença cada vez maior de pessoas, organizações e pequenos negócios voltados para atividades artísticas, culturais e de lazer, atraídos pelo aspecto decadente e pela experiência urbana oferecida pelos bairros desindustrializados, já deixam visível na paisagem e nas dinâmicas urbanas o processo de gentrificação em curso e a disputa de forças e narrativas. Como consequência, observa-se o aumento dos valores dos aluguéis e dos preços em geral, ameaçando a estadia dos residentes originais e das atividades peculiares do lugar.

1 Ver site do escritório responsável pelo projeto Snohetta https://snohetta.com/projects/327-times-square

Figura 6: Alguns dos edifícios do Prata Riverside Village.
Fonte: Das autoras, 2021

A concentração de interesses políticos, econômicos e atores de diferentes âmbitos sociais constitui polarizações nas expectativas sobre a transformação em curso. A percepção da rápida transformação do território tem provocado reações na iniciativa local, organizada de forma coletiva e comunitária, na reivindicação e reimaginação do lugar, tendo as práticas do UT como método. Dados os arranjos institucionais para a participação em Lisboa, essas práticas ainda conseguem algum apoio e financiamento público, o que lhes garante, por vezes, maior alcance e perenidade, mas, por outras, lhes ameaça a capacidade de contestação. Nesse sentido, considera-se pertinente averiguar o papel exercido pelo poder local na indução das práticas de UT, evidenciando tanto as potencialidades da articulação entre tática e estratégia, quanto os riscos de instrumentalização das mesmas pela política hegemônica de atração de investimentos para o território.

Metodologia

Com o objetivo de compreender o papel do poder local nas práticas de UT, o estudo considera uma amostra de práticas identificadas nas Freguesias de Marvila e Beato, zona oriental de Lisboa, e utiliza a TUT como metodologia de análise.

A seleção das práticas foi definida em duas etapas. Primeiro, uma pesquisa nos sítios eletrônicos dos principais programas de financiamento de projetos comunitários: o programa BIP/ZIP, que disponibiliza as fichas de candidaturas dos projetos; o OP de Lisboa, que dispõe de um mapa digital e uma breve caracterização dos projetos financiados; o OP da Freguesia de Marvila, que divulga relatórios dos concursos; e, pela recente atuação focada no território de estudo, o programa ROCK, que disponibiliza relatórios e estudos reflexivos das ações realizadas. Depois, uma incursão ao terreno, para visualização das práticas e levantamento de mais informações que se façam pertinentes para a análise.

A caracterização de cada uma das práticas mapeadas teve em conta a TUT (FARIAS, 2020), permitindo abordar os vários aspectos da complexidade do UT, segundo suas categorias e subcategorias, identificadas na Fig. 7.

CATEGORIA	COR	SUBCATEGORIAS
AGENTE		[indivíduo] [comunidade] [associação] [academia] [iniciativa privada] [artistas / profissionais] [governo]
ATIVISMO		[mobilização] [reivindicação] [negociação] [contestação] [pluralização] [transgressão] [apropriação]
CAMPOS DE AÇÃO		[vazio urbano] [mobiliário] [infra obsoleta] [áreas verdes / rios] [espaços de transição] [praça] [rua / passeio] [infra-estrutura para transporte coletivo] [centro cultural / prédio público] [depósito / triagem de lixo] [prédios comerciais / serviço] [estacionamento] [habitação] [redes]
DESEJOS E SUBJETIVIDADES		[participar] [comum] [anti-consumismo] [pertencer] [singular] [transitoriedade] [cotidiano] [imaginar] [empatia] [igualdade]
ESCALA		[local] [rua] [bairro] [cidade] [regional]
LOCALIZAÇÃO INTRAURBANA		[centro privilegiado] [centro decadente] [periferia rica] [periferia pobre] [nômade]
MÉTODOS		[bricolagem] [novas tecnologias] [arte] [formação] [participação] [direito]
NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO		[manipulação] [terapia] [informação] [consulta] [pacificação] [parceria] [poder delegado] [controle cidadão] [espectador] [DIT]
TÁTICO X NEOLIBERAL		[reforço] [entrincheiramento] [neutralidade] [contingência] [subversão]
TIPO DE FINANCIAMENTO		[individual] [privado] [coletivo] [comunitário] [público] [terceiro setor]
TIPO DE PRÁTICA		[redes de economia] [suprir falta de infraestrutura] [agenda verde / agenda marrom] [explorar a cidade / pesquisa] [ativação de espaços públicos / micro ambiências] [estilos de vida] [táticas estratégicas] [arte / ativismo] [arranjos políticos]

Figura 7: Categorias e subcategorias de análise que formam a TUT.
Fonte: FARIAS, 2018, p. 144.

As informações levantadas foram organizadas em uma tabela, que traz as categorias da TUT e outros dados essenciais para as descrever, tais como: nome da prática e breve descrição, identificação de seus promotores, parceiros e fontes de financiamento, ano de início da realização da prática, identificação do território em que ocorre, imagem e referências bibliográficas.

Essa tabela organizou a informação para sua visualização em dois métodos cartográficos. Primeiramente, de forma georreferenciada, demonstrando a relação geográfica entre as práticas e as principais características e dinâmicas dos territórios. Para tal, foi utilizado o software open-source Qgis onde cada sinal gráfico corresponde a uma gama de informação quantitativa e qualitativa. Para a finalização do mapa digital foi ainda utilizada a plataforma CartoDB, um *cloud computing software as a service.* Foram importadas para o mapa diversas camadas: as atividades artístico-culturais incluídas no território

de estudo do projeto ROCK (POMESANO, 2020); o Património Industrial; as áreas BIP/ZIP que se encontram no interior da área de estudo; e a delimitação da área de influência do projeto ROCK.

O segundo método cartográfico utilizado procurou demonstrar as relações de rede entre as práticas e as várias categorias e subcategorias da TUT. Para tanto, foi utilizada a aplicação kumu.io[2], que facilita o agenciamento de grande quantidade de dados e fornece uma visualização em formato de grafo.

Os métodos cartográficos adotados tiveram como objetivo fornecer informação relacional sobre as práticas mapeadas, entre elas e com o território, permitindo identificar o papel do poder local nas práticas mapeadas. Como resultado, obteve-se a proposição de uma nova categoria de análise para a TUT, permitindo abordar tal questão.

Resultados

A metodologia estabelecida resultou em uma amostra de 22 práticas de UT identificadas nas freguesias de Marvila e Beato, construída como segue.

Para a identificação das práticas de UT dentre os projetos BIP/ZIP realizados na área de estudo, foi feita leitura de todas as candidaturas direcionadas para as duas freguesias, chegando a uma amostra inicial de dezoito práticas que, ao longo de todas as edições do programa (2011 a 2020) propuseram algum tipo de intervenção física no espaço público. No programa ROCK, foi identificada uma prática articulada pelo programa, e outras quatro identificadas nas cartografias produzidas pelo projeto. Não foi identificada, no sítio web do OP Lisboa, nenhuma prática enquadrável como UT para a área de estudo. No OP Marvila foram identificadas onze práticas enquadráveis, ao longo de todas as edições (2018 e 2020). No entanto, os relatórios disponibilizados no sítio web da Junta de Freguesia de Marvila trazem somente o nome e uma breve descrição do projeto; não oferecem a identificação de seus proponentes, nem a localização da proposta. Tendo, a pesquisa, decorrido em período de confinamento social, a busca por outras fontes fiáveis de informação sobre essas práticas mostrou-se inviável.

2 Disponível em http://tacticalurbanismguide.com/about/

Com essa primeira etapa do levantamento, procedeu-se com a visita de campo, quando foram acrescidas novas práticas visualizadas in loco e eliminadas outras práticas antes mapeadas, por não ter sido possível visualizar seus efeitos no território. Ressalta-se que, apesar de a definição de UT incluir práticas de caráter efêmero e transitório, optou-se, para a análise pretendida, trabalhar somente com práticas sobre as quais fosse possível confirmar no terreno as informações obtidas primeiramente nos sítios web pesquisados.

A Tabela 1 identifica as práticas da amostra de estudo. Estão incluídas práticas iniciadas espontaneamente, como as hortas comunitárias presentes desde sempre no território de estudo; práticas comunitárias de criação e manutenção do espaço público; intervenções mais duradouras, incluindo a construção de equipamentos ou a reforma de infraestruturas; práticas efêmeras e algumas ainda em preparação; e outras protagonizadas pela CML sem o envolvimento da população (Fig. 8).

NOME	PROMOTORES
MURO - Festival de Arte Urbana LX 2017	GAU-CML
Festival Pôster	Departamento
Avós e Netos da Quinta do Ourives	Junta de Freguesia do Beato
C BAIRRISTA – FASE I	Rés do Chão; BLX - Biblioteca de Marvila; Gebalis
Construir Redes em Marvila	Xerém
Cultivar Futuros	Serve the City
Desenhar Redes	Xerém
Hortas comunitárias	Indivíduos, comunidade, organizações, CML
Laboratório de Participação	Associação de Moradores do Bairro do Vale Fundão
Na minha Praceta	Rés do Chão

Tabela 1: Identificação das práticas reunidas na amostra de estudo.
Fonte: Das autoras.

Nascimento da EnCosta - Fase II	Junta de Freguesia do Beato
Nascimento na EnCosta	Junta de Freguesia do Beato
O lugar para a participação	Associação de Moradores do Bairro da PRODAC Norte (1ª Fase)
Prodac Norte - Fora de Portas	Associação de Moradores do Bairro da PRODAC Norte (1ª Fase)
Prodac Sul: Espaço comum	Associação de Moradores do Bairro do Vale Fundão
Quinta do Ourives	Junta de Freguesia do Beato
Talude da Sorte Grande	Junta de Freguesia do Beato
Transformar Marvila com Jardim e Ciclovias	4 Crescente
Um Jardim para Todos	EU Project H2020 ROCK, CNL, ICS-IUL
Viver Melhor: Requalif. de Espaços	Junta de Freguesia do Beato
Altar das bonecas	Desconhecido
Ciclovia pós-pandemia	CML

Figura 8: Algumas das iniciativas de UT mapeadas.
Fonte: Das autoras.

Com a amostra consolidada, partiu-se para o mapeamento das práticas, cruzando-as com outras camadas de leitura do território (Fig. 9). O mapa digital resultante está disponível no endereço web <http://bit.ly/2NNgRIN>, com uma navegação interativa que mostra de imediato informações de cada elemento. Com o CartoDB foi possível criar mapas temáticos e adicionar gráficos, por exemplo,

sobre o ano de abertura das atividades culturais, que demonstra como a maioria delas foi ativada a partir de 2010, em paralelo ao processo de revitalização da área. Outra observação interessante que o mapa digital forneceu foi a coincidência de localização das práticas mapeadas nas áreas de maior concentração de atividades artístico culturais e investimentos públicos e privados, e sua baixa ou nenhuma incidência nas áreas mais carenciadas e que recebem menos investimentos.

Figura 9: Localização das práticas de UT, marcadas em pontos vermelhos.

Fonte: Map tiles por CartoDB, sob CC BY 3.0. Dados por OpenStreetMap, em ODbL. https://cartodb.com/basemaps/

Editado pelas autoras a partir de http://geodados.cm-lisboa.pt/.

Depois da espacialização das práticas em mapa digital, procedeu-se com a caracterização de cada uma delas, segundo as categorias da TUT (Fig. 10). Tal cartografia está disponível no endereço web <http://bit.ly/3ui6Mod>. A mancha resultante tem posicionada em suas bordas as subcategorias menos utilizadas e, ao contrário, ao centro, aquelas com maior número de relações.

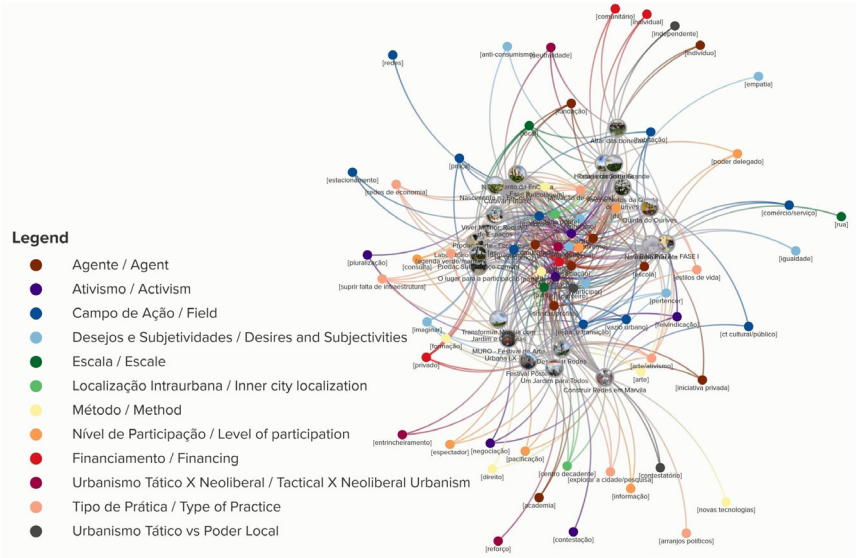


Figura 10: Visualização da vista inicial do grafo gerado pela TUT aplicada à amostra de estudo.

Fonte: Das autoras, a partir de kumu.io

A aplicação utilizada oferece uma visualização interativa, que permite tanto destacar quaisquer práticas ou características e dispor de informação mais detalhada em painel lateral, como analisar o comportamento da rede, aferindo, por exemplo, quais as subcategorias são mais frequentes na amostra. Nesse sentido, tem-se que o agente mais frequente é a [associação], o tipo de financiamento mais utilizado é o [público], a escala mais usual das práticas é a do [bairro] e, na relação entre UT x Urbanismo Neoliberal, a situação mais frequente é a de [contingência], ou seja, quando a prática oferece experimentações em âmbito regulatório e novos arranjos institucionais, mas cujos impactos são incertos e suscetíveis a condicionantes externos.

Em relação aos tipos de agentes, é importante destacar a significativa participação das Juntas de Freguesia, tanto de Marvila como do Beato, enquanto promotoras e parceiras das práticas. Representantes do poder local, esses agentes estão classificados na TUT como [governo]. Ainda, tendo em conta que uma composição taxonômica deve refletir a amostra estudada, foram criadas duas subcategorias para satisfazer a caracterização das práticas segundo seus agentes, incluindo [escola] e [fundação] dentre eles, os dois também muito frequentes na amostra.

Tendo em conta o papel dos agentes [governo] nas práticas mapeadas, os propósitos dessas práticas identificados nos documentos pesquisados e nas evidências encontradas em terreno, permitiu uma classificação da relação entre as práticas e o poder público local. Essa análise resultou na criação de uma nova categoria para a TUT, como definida na Tabela 2.

Categoria: UT x PODER LOCAL	
[independente]	Quando a prática acontece independente de qualquer parceria com o poder local.
[contestatório]	Quando a prática procura contestar o poder local, disputando forças ou revelando contradições.
[parceiro]	Quando a prática tem algum apoio do poder local, seja enquanto agente promotor, parceiro ou financiador.
[apropriado]	Quando a prática é iniciada e conduzida pelo poder local, sem o envolvimento da comunidade em sua gênese.

Tabela 2: Proposição de nova categoria para a TUT.
Fonte: Das autoras.

A Fig. 11 exemplifica, com imagens, práticas enquadradas em cada uma das subcategorias referentes à relação entre UT x Poder Local. As hortas comunitárias, quando iniciadas pela população, mantendo hábitos trazidos de seus locais de origem e aproveitando os grandes vazios urbanos da região, são exemplo de práticas de UT [independentes] da agência do poder local[3]. Já a prática 'Desenhas Redes' é de natureza [contestatória] em relação ao poder local, ao promover uma mobilização da população e construção de capacidade de tomada de decisão em resistência à gentrificação, na busca por melhorias dos espaços públicos. Todas as práticas financiadas pela estratégia BIP/ZIP, da CML, representam a [parceria] entre o UT e o poder local. Também financiada pela CML, mas destituída de qualquer discussão pública, a construção das ciclovias nem período de pandemia são exemplo de práticas de UT [apropriadas] pelo poder local.

Figura 11: Fotos de práticas exemplificativas das subcategorias da Categoria: "UT x PODER LOCAL", da esquerda para a direita: independente, contestatória, parceira, apropriada.
Fonte: Das autoras.

A aplicação utilizada ainda permite destacar elementos

em relação a outros, de modo a oferecer visualizações centradas em questões específicas. Por exemplo, a vista contida em <http://bit.ly/2ZysI0j> e ilustrada na Fig. 12, com a triangulação entre as categorias UT x Poder Local, Agentes, Tipo de Financiamento e UT x Urbanismo Neoliberal. Nela é fácil perceber como a [parceria] é a relação mais frequente entre o UT x Poder Local, situada ao centro da mancha. Nas bordas, as outras subcategorias da relação UT x Poder Local demonstram pertinente relação entre as subcategorias da relação UT x Urbanismo Neoliberal: as práticas [apropriadas] e algumas [parceiras] definem-se pelo [entrincheiramento] e [reforço]; as práticas [independentes] pela [neutralidade]; e, curiosamente, as [contestatórias], nesta amostra, são também [parceiras].

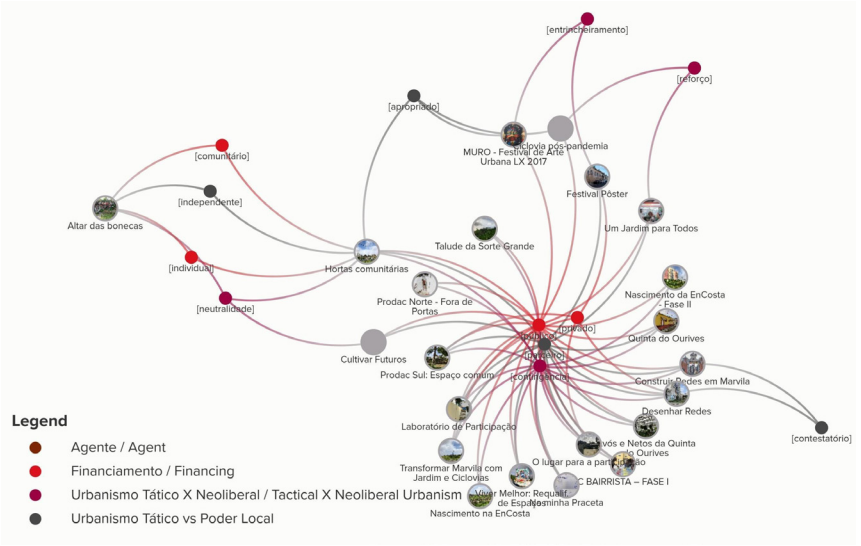


Figura 12: Imagem da triangulação em torno da nova categoria "UT x PODER LOCAL".
Fonte: Das autoras, a partir de kumu.io.

Conclusões

O estudo torna visível a sobreposição das práticas táticas nas áreas de maior pressão da gentrificação revelando as disputas de poder existentes nesses territórios, os quais são também grande foco da ação e investimento do poder local. O poder local, nas práticas mapeadas, é o principal [parceiro] e grande indutor das transformações territoriais, na macro e micro escalas.

Tendo identificado a atuação do poder local em práticas por ele [apropriadas], considera-se necessária a realização de novos estudos que observem como se dará tal relação ao longo do tempo: será uma forma de atualizar os espaços institucionais da participação ou será uma forma de eliminar a participação?

Será uma forma de empreender mudanças graduais no desenho urbano ou uma forma de precarizar os espaços públicos?

Reconhece-se, por um lado, a contribuição da metodologia adotada, com a expansão da TUT para mais uma camada de análise. Por outro, reconhece-se a necessidade de uma análise mais aproximada das práticas, sublinhando a fragilidade de análises 'classificativas', que correm o risco de tornarem-se muito generalistas e atropelarem detalhes para a compreensão desses fenômenos.

Sublinha-se, também, a importância das ferramentas digitais para a obtenção das informações utilizadas no estudo. Inerentes às práticas táticas, como meios para comunicação e organização da ação coletiva, as ferramentas digitais são, também, importantes aliadas para o registro e documentação das práticas, permitindo que suas experiências sejam partilhadas e observadas por terceiros, especialmente em contexto de restrição de encontros sociais.

Por fim, destaca-se a dualidade potência x fragilidade do UT. Se, de certa forma, contribuem para o processo de gentrificação, densificando uma estética criativa, inovadora e artística típicas desses processos; se contribuem para a visibilidade e atratividade do território, reforçando uma estratégia de marketing urbano; por outro, ainda é o espaço da luta e da ação bottom-up, capaz de uma mobilização que os processos participativos tradicionais não alcançam sempre.

Agradecimentos

Esta investigação tem financiamento da Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT), através da bolsa de investigação individual 2020.05376.BD de Laura Pomesano e do projeto FCT UIDB / 04466/2020. Também recebeu apoio pela bolsa de mérito concedida pela ISTA - Escola de Tecnologias e Arquitetura do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, para o desenvolvimento da tese de doutoramento de Ana C. C. Farias. As autoras agradecem ao Iscte - Instituto Universitário de Lisboa e ao ISTAR-IUL, pelo seu apoio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKFIRAT, Adnan. The Secret of China's Success: Neighborhood Committees. **United World** [em linha]. Category Politics, Region China. 04 out. 2020. Disponível em: https://bit.ly/37uB3X9. Acesso em: 20 fev. 2021.

BATISTA, Bruno; CORRÊA, Fernando. Com urbanismo tático, cidades enfrentam COVID-19 priorizando pedestres e ciclistas. **Archdaily** [em linha], 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/940531/com-urbanismo-tatico-cidades-enfrentam-covid-19-priorizando-pedestres-e-ciclistas>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRENNER, Neil. Seria o "urbanismo tático" uma alternativa ao urbanismo neoliberal? In: **e-metropolis** - Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, nº 27, ano 7, 2016. ISSN 2177-2312. Disponível em: <https://goo.gl/fIHWNm>. Acesso em: 04 mai. 2017.

CASTELLS, Manuel. Digital. La Vanguardia [em linha]. **Opinión**, 25 Abr. 2020. Disponível em: <http://bit.ly/2MKgBqf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CML (Câmara Municipal de Lisboa). **Carta dos BIP/ZIP: Bairros e Zonas de/ Intervenção Prioritária de Lisboa**. Relatório - Metodologia de identificação e construção da carta dos BIP/ZIP. Lisboa, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2IGWRUX>. Acesso em: 20 fev. 2021.

_____. **Ciclo e Regras do Programa BIP/ZIP Lisboa 2019 - Parcerias Locais.** Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2019. Disponível em: <https://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2019>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CRISMAN, Jonathan; KIM, Annette. Property outlaws in the Southland: The potential and limits of guerrilla urbanism in the cases of arts gentrification in Boyle Heights and street vending decriminalization in Los Angeles. **URBAN DESIGN International**, v. 24, n. 1, p. 159–170, 2019. https://doi.org/10.1057/s41289-019-00086-6.

FARIAS, Ana Carolina Carvalho. **Taxonomia do urbanismo tático: Uma proposta para leitura, compreensão e articulação das táticas urbanas emergentes**. 2018. 273 f. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

FAUSTINO, Susanna Lopes. Hub Criativo do Beato: O primeiro edifício abre este ano e vai ter um miradouro-jardim. **VISÃO sete** [em linha], 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2NOP8aH>. Acesso em: 20 fev. 2021.

FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge. **Caminho do Oriente: guia do património industrial**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

GAETA, Luca. La letteratura sulla gentrification. Stato dell'arte e prospettive di ricerca. **XXVII Conferenza italiana di scienze regionali**. Politecnico di Milano, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3k8LGUr>. Acesso em: 28 abr. 2020.

GAMA, Kiev. Successful Models of Hackathons and Innovation Contests to Crowdsource Rapid Responses to COVID-19. **Digital Government: Research and Practice**, v. 2, n. 2, p. 20:1-20:7, Dec. 2020. https://doi.org/10.1145/3431806.

GASPAR, Jorge. Da Lisboa Oriental. O oceano, o Tejo e o Mar da Palha. Três entradas para explicar Lisboa. In: TRIGUEIROS, L.; SAT, C. (Orgs.). **Lisbon World Expo 98 Projects**. Lisboa: Blau, 1996. p. 13-16.

HOU, Jeffrey (edit.). **Insurgent Public Space. Guerrila urbanism and the remaking of contemporary cities.** New York: Routledge, 2010.

HUB CRIATIVO DO BEATO. **MISSÃO E VISÃO [em linha]**, [s.d.]. Sobre Nós. Disponível em: <https://hubcriativobeato.com/sobre-nos/#fact-sheet>. Acesso em: 20 fev. 2021.

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. **Regeneration and Optimisation of cultural heritage in Creative and Knowledge cities**, 2017. Projetos. Disponível em: <http://bit.ly/2NgUjR9>. Acesso em: 20 out. 2018.

LYDON, Mike (org.). **Urbanismo Tático 2 – Ação a curto prazo**

/ **Mudança a longo prazo**. Miami/New York: The Street Plans Collaborative, 2012. Disponível em: <http://goo.gl/kXf9E1>. Acesso em: 13 set. 2015

MARTINS, João Carlos; MOURATO, João. **Marvila/Beato. Research Report**. Lisboa: ROCK (Regeneration and Optimization of Cultural heritage in creative and Knowledge cities). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2020. http://hdl.handle.net/10451/44502.

MENDES, Luís et al. Apresentação do Dossiê: As novas fronteiras da gentrificação no mundo ibero-americano. **Sociabilidades Urbanas**, v. 2, n. 6, p. 15–29, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/37zsp9H>. Acesso em: 28 abr. 2018.

MENTORING VISIT REPORT AND ROADMAP. Lisboa: ROCK (Regeneration and Optimization of Cultural heritage in creative and Knowledge cities), 2018.

MOULD, Oli. Tactical Urbanism: The New Vernacular of the Creative City. **Geography Compass**, v. 8, n. 8, p. 529–539, Ago. 2014. https://doi.org/10.1111/gec3.12146.

NUNES, Mafalda Corrêa; POGGEMANN, Tim; POMESANO, Laura. **Encontro com Agentes Culturais de Marvila e do Beato. Research Report World Café.** Lisboa: ROCK (Regeneration and Optimization of Cultural heritage in creative and Knowledge cities). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2020. http://hdl.handle.net/10451/444

PINCHA, João Pedro. Mais ciclovias, menos estacionamento e obras em 100 locais: o plano de Lisboa para o pós-covid. **Público** [em linha]. 03 Jun. 2020. Disponível em: <http://bit.ly/2N7fx3z>. Acesso em: 20 fev. 2021.

POMESANO, Laura. **Cartografia Interativa dos Agentes Culturais de Marvila & Beato**. Lisboa: ROCK (Regeneration and Optimization of Cultural heritage in creative and Knowledge cities). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2020. Disponível em: <http://bit.ly/3k9iixw>. Acesso em: 30 jul. 2020.

_____. **Políticas públicas para a cultura nos lugares da industrialização: uma proposta de pesquisa. Research note**. Lisboa: ROCK (Regeneration and Optimization of Cultural

heritage in creative and Knowledge cities). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2020. http://hdl.handle.net/10451/44497.

PRATA RIVERSIDE VILLAGE. Uma obra de arte arquitetónica assinada pelo Atelier RPBW, c2019. O Projeto. Disponível em: <https://www.pratariversidevillage.com/project/>. Acesso em: 20 fev. 202.

RENA, Natacha. et al. Grupo de pesquisa Indisciplinar: método, ativismo e tecnopolítica na defesa dos bens comuns urbanos. In: **Congresso Internacional Contested Cities**, Article nº5-524, Madri, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/noowhg>. Acesso em: 10 mar. 2018.

REVON, Stéphane. Airbnb: arma de destruição em massa da vida de bairro?. **Carta Maior** [em linha]. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3booRbv>. Acesso em: 18 jan. 2018.
ROSA, Marcos L. (org.) **Micro planejamento: práticas urbanas criativas**. São Paulo, Ed. de Cultura, 2011.

SIENA, Domenico di. Open Source Urbanismo, Open Source Cidade . **Medium** [em linha]. Civic Innovation & Collective Intelligence. 21 fev. 2014. Disponível em: http://bit.ly/3umcncY. Acesso em: 20 fev. 2021.

SILVA, Margarida Reis e. Para onde a indústria os levou: crescimento urbano de Marvila e Beato a partir de 1835. **Cadernos do Arquivo Municipal**, 2. série, n. 12 , p. 117-140, 2019.
SMITH, Neil. **The New Urban Frontier. Gentrification and the Revanchist City**. London: Routledge, 1996.

_____. Gentrification generalized: from local anomaly to urban 'regeneration' as global urban strategy. In: FISHER, M.S.; DOWNEY G. (Eds.). **Frontiers of capital: ethnographic reflections on the new economy**. Durham: Duke University Press, 2006. p. 191–208. https://doi.org/10.1215/9780822388234-010.

STEVENS, Quentin; AWEPUGA, Fauster; DOVEY, Kim. Temporary and Tactical Urbanism in Australia: A Review of Current Practice, Policy and Practitioner Perspectives. **9th State of Australian Cities National Conference and PhD Symposium. Perth**, Western Australia, 2019. https://doi.

org/10.25916/5eb3508590d9b.

SUNG, HeeKyung. UNESCO Framework for Cultural Indicators. In MICHALOS, A. C. (Ed.). **Encyclopedia of Quality of Life and Well-Being Research**. Dordrecht: Springer, 2014. p. 6768–6772. https://doi.org/10.1007/978-94-007-0753-5_3079.

VERHEIJ, Jessica. **"Global Innovation Labs" and research on green space development: caveats in Marvila. Research Note.** Lisboa: ROCK (Regeneration and Optimization of Cultural heritage in creative and Knowledge cities). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2020. http://hdl.handle.net/10451/44499.

experiências de urbanismo tático em são paulo

Nayara Benatti

Doutoranda e mestre pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e pesquisadora do Núcleo de Estudos das Espacialidades Contemporâneas (NEC-IAU). Investiga inquietações políticas e sociais que disputam a construção de narrativas imagéticas e discursivas nas ruas de cidade em novas formação de ocupações urbanas e se estendem a outros suportes de manifestações com o uso de espaços de interface entre o privado e o público, o físico e o digital, sendo por meio delas organizadas e amplificadas.

Este artigo é resultado da dissertação de mestrado "Redes e Ruas – Ocupações híbridas na cidade de São Paulo"[1]em que foi investigada algumas experiências de urbanismo tático na cidade de São Paulo durante os anos de 2013 a 2017 no Largo da Batata com o grupo A Batata Precisa de Você e na Avenida Paulista com a criação do Programa Ruas Abertas. A cidade, enquanto espaço de representatividade e, portanto, de lutas entre diferentes grupos ideológicos, é objeto de uma constante e atual disputa em relação à forma de construí-la e ocupá-la.

Em São Paulo, desde 2011, as ruas já vinham sendo testadas como campo de disputa por diferentes grupos sociais e suas respectivas bandeiras políticas, com destaque para experiências como o Churrascão de Gente Diferenciada realizado nas ruas do bairro nobre paulistano de Higienópolis, quando cerca de 2 mil pessoas fizeram um churrasco/manifesto/deboche contra o abaixo assinado criado pelos moradores do bairro, contrários à criação de uma estação de metrô na região, temendo a presença dos "diferenciados", referindo-se à classe trabalhadora.

Em 2012, durante as campanhas eleitorais para prefeitura de São Paulo, surgiu o movimento #ExisteAmoremSP, com diversas ações online e a realização de um festival de artes na Praça Roosevelt com a presença de 20 mil pessoas, enquanto uma crítica às falas do candidato à prefeitura Celso Russomanno (PRB) e um apoio velado à candidatura de Fernando Haddad (PT).

Aconteceu ainda o Festival Baixo Centro, ocupando a região cortada pelo polêmico Minhocão, que compreende os bairros de Santa Cecília, Campos Elíseos, Barra Funda e Vila Buarque, sendo um festival financiado coletivamente com ações de intervenção artísticas de diversas linguagens, oferecidas gratuitamente ao público e ocupando as ruas ao longo de toda uma semana. Esses eventos trouxeram insumos para a discussão sobre as formas de ocupar a cidade, especialmente após a explosão das grandes Manifestações de Junho de 2013, seguido da criação e fortalecimento de diversos coletivos e ações de intervenção nos espaços urbanos da capital paulista.

1 BENATTI, Nayara Araujo. Redes e ruas - ocupações híbridas na cidade de São Paulo. 2018. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018. doi:10.11606/D.102.2019.tde-18022019-104345. Acesso em: 2021-02-26.

O trabalho desses grupos propõe pensar pela perspectiva dos moradores e seu cotidiano ao habitar a cidade e vivenciá-la, sem negar os problemas estruturais da vida urbana. Para isso, promovem-se novos mecanismos de participação na construção de espaços urbanos menos inóspitos, promovendo maior sentimento de pertencimento, consciência civil e responsabilidade compartilhada entre moradores e poder público em relação à manutenção e criação de espaços públicos.

Essa agenda urbana defende o direito à cidade, conceito cunhado pelo francês Henri Lefebvre, pouco antes de maio de 1968, como o direito à vida urbana, estabelecendo que a cidade é constituída também pelas diferentes formas de apropriação de seus moradores, suas ações, dinâmicas, modos de vida, contextos sociais e econômicos, e deve ser, portanto, construída para e pelo seus moradores. (LEFEBVRE, 1968; LYNCH, 1982; JACOBS, 2000;GEHL, 2010).

Direito à cidade perpassa também a necessidade de conhecer seus moradores, acompanhar as dinâmicas daqueles que moram na cidade e optam por vivê-la, interferindo nas dinâmicas dos espaços, estabelecendo códigos de conduta, experiências individuais e coletivas. No contexto brasileiro, o direito à cidade vem sendo construído paralelamente às disputas políticas com ideais que por vezes defendem o oposto, por meio de rupturas políticas, econômicas e alianças antagônicas à defesa de quaisquer direitos fundamentais.

Consequentemente, defendem a privatização e ausência de participação social na construção da cidade, restando aos moradores o papel de viver e habitar a cidade conforme o planejamento produzido verticalmente e sem nenhuma participação do morador, usuário destes espaços.

No período analisado, movimentos da sociedade civil buscaram, ainda com dificuldades, a construção de possibilidades de diálogo e exposição de demandas sociais e suas discordâncias quanto à situação política do país. E é na criação, por vezes forçada, deste espaço de diálogo, que o espaço físico da cidade entra em pauta enquanto território de disputa de diferentes discursos e perspectivas de uso.

A produção capitalista do espaço, ou produção neoliberal atualmente, nega o direito à cidade do precariado urbano (MARICATO, 2002). As Manifestações de Junho trouxeram à tona este debate, tendo o direito ao acesso ao transporte público como pauta, e se expandindo posteriormente para

acessos a outros espaços da cidade, como o espaço público de lazer. No espaço da cidade, o direito à acessibilidade, à mobilidade urbana, ao lazer, incorporou o debate pós 2013, exatamente dialogando com a agenda política em defesa de um novo modelo de sociabilidade na cidade, pensando na produção, circulação e compartilhamento de experiências no espaço público, ainda que marcada por processos de gentrificação e exclusão urbana social.

A gestão de Fernando Haddad em São Paulo (2013 a 2016) apostou no fomento em políticas que incentivassem a relação entre a sociedade civil e o planejamento urbano, criando ferramentas de gestão que fossem mais participativas e horizontais. Na corrente dos defensores das ciclovias e de ações voltadas à qualidade de circulação de pedestres, aumentaram as pressões de grupos organizados para que o poder público limitasse o acesso de veículos durante os finais de semana na Avenida Paulista para que ela pudesse ser ocupada pelas pessoas em suas atividades de lazer.

A proposta foi iniciada em 2014, a partir da articulação em plataformas digitais do movimento Sampa Pé e da Rede Minha Sampa na campanha "Queremos a Paulista inteira Aberta ao lazer aos domingos!", um abaixo assinado online buscando dar visibilidade ao movimento e pressionar a prefeitura para dialogar sobre o assunto. Após quase dois anos, em junho de 2016, foi oficialmente criado o "Programa Ruas Abertas", promovendo no formato de lei a abertura de ruas aos domingos e feriados para a livre circulação de pedestres. O fechamento da Avenida Paulista para veículos foi criticado por diversos grupos, como o Ministério Público Estadual e a Associação Paulista Viva, esta última representada por entidades privadas, apesar da aprovação da maioria dos comerciantes e moradores da região.

Paralelamente ao movimento que debatia a abertura da Avenida Paulista aos pedestres, em meio ao cenário de manifestações e discussão sobre o direito à cidade, teve início também ocupações na zona oeste, no Largo da Batata. O Largo da Batata é um grande espaço público entre a Avenida Brigadeiro Faria Lima, as ruas dos Pinheiros, Teodoro Sampaio e Cardeal Arcoverde, todas importantes ruas comerciais do bairro de Pinheiros, onde está localizada a Estação Faria Lima, da linha amarela do metrô, e o terminal de ônibus intermunicipal, conectando diferentes regiões da grande São Paulo.

Exatamente em meados de junho de 2013, em meio às manifestações, chegaram finalmente ao fim as obras da Operação Urbana Faria Lima, criada em 1995, objetivando transformar a região de Pinheiros em um polo de escritórios. Ao final da reforma, o Largo da Batata tornou-se um grande vazio cimentado e árido, utilizado como um ponto estratégico de concentração das Manifestações de Junho, com os manifestantes dividindo espaço entre amontoados de material de construção.

Na esteira desse vazio, no início de 2014, foi criado o movimento A Batata Precisa de Você, se apresentando como um laboratório aberto de mobiliário urbano, propondo a gestão aberta e compartilhada entre moradores e poder público desse novo território. As atividades no Largo da Batata buscaram desenvolver uma relação afetiva com o lugar, potencializando-o como espaço de convivência e testando novas possibilidades de ocupação que reivindicavam uma estrutura permanente e de qualidade enquanto espaço de lazer aberto para o público.

Os dois espaços possuem determinadas características em comum, além do contexto em que foram criadas, que definem também seus desenvolvimentos: ambas as ocupações estão alinhadas a práticas emergentes de urbanismo, baseado em intervenções urbanas que defendem maior participação social na construção de cidade mais humanas; o perfil dos envolvidos na gestão dessas ocupações é de maioria jovens, com formação universitária, profissionais relacionados com áreas de produção cultural e artísticas, primordialmente de classe média, e consequentemente, na realidade brasileira, pessoas brancas; os dois locais estão em regiões centrais da cidade, com alto custo de vida, fácil acesso à transporte público e privado, e estabelecimentos comerciais e culturais dialogando com o desenvolvimento de demandas locais.

Esse modelo de ocupação urbana defende o direito à cidade em sua concepção mais utópica, a cidade como espaço que se pode produzir, governar e usufruir coletivamente (ROLNIK, 2000). Para esse modelo de urbanismo, a utopia seria alcançada pela via da participação no planejamento das cidades, articulando situações que ofereçam mais conforto para o usuário, maior possibilidade de espaços voltados para permanência e lazer, privilegiando o transporte público e coletivo, em processos de gestão em que haja a construção de diálogos entre moradores e busca de formas de convívio saudável com a diversidade do público.

Operando na perspectiva de construção de uma cidade mais humana, somam-se as múltiplas facetas que o espaço urbano assume e as disputa de diferentes forças políticas, econômicas e sociais no modo de gerir e ocupar a cidade - desde as cidades mercantilizadas, privatizadas, espetacularizadas, às cidades que se tornaram também espaço de protesto, diálogo, reflexão, embates ideológicos. Além, e especialmente no contexto brasileiro, dos problemas estruturais da cidade que é também espaço de trânsito intenso, de violência, de desigualdades sociais, de luta por moradia e por espaço para os mais diferentes atores e seus diversos discursos.

As ocupações tanto da Avenida Paulista quanto do Largo da Batata são exemplos importantes de práticas inseridas no conceito do urbanismo tático (LYDON, 2011), em diálogo direto com o que acontecia em países da Europa ao se pensar no melhoramento da vida urbana.

O universo das ações de intervenção urbana do urbanismo tático defende a criação de novas formas de apropriações e práticas urbanas que estimulem a construção de significados e usos construídos pelos usuários desses espaços. Essas ações se apresentam como processos para a construção coletiva de espaços públicos, especialmente no entorno de bairros residenciais, e por esse motivo, a defesa da maior participação dos moradores na construção dessas ações.

Por esta via, a sociedade civil, a população urbana, o morador, o usuário, o ator político e urbano se tornaram peças chave na construção de práticas que constituem modos de vida na cidade e de ocupação dos espaços públicos. O espaço público, assim, é visto para além de suas instâncias físicas, mas também pelo seu caráter reflexivo dado pelas dinâmicas sociais e culturais do seu entorno (SANTOS, 2012), sendo tema unificador dessas ações o ideal de restauração, recuperação e resgate do espaço público na construção de autonomia dos moradores em relação à construção da cidade.

Estas práticas de intervenção urbana tomam como base a defesa do direito à cidade ao vislumbrar processos simbólicos que buscam retomar a capacidade dos moradores de (re)construir a cidade, atuando enquanto atores políticos, e não apenas sujeitos às decisões do Estado, propondo novas formas de organização da sociedade. Para estas práticas, discutir o planejamento urbano é um ato intrínseco ao ato de morar na cidade, sendo um poder coletivo de moldar o modo de ocupação do espaço urbano de forma compartilhada com o poder público, setores econômicos e sociedade civil.

A defesa do direito à cidade neste contexto se depara com o poder econômico de setores como o mercado imobiliário que determina o planejamento urbano, formas e lugares para uso desse espaço, negligenciando o direito ao acesso à cidade, à mobilidade urbana, à moradia da população que não faz parte desse mercado consumidor.

É neste cenário de atuação da sociedade civil na reestruturação de espaços urbanos que surgem conceitos práticos para um novo modo de urbanismo, na forma do urbanismo tático, urbanismo de guerrilha, urbanismo bottom-up, urbanismo P2P, urbanismo DIY (Do It Yourself, ou Faça Você Mesmo), pop up urbanismo, urbanismo insurgente, urbanismo open source, urbanismo espontâneo e outras nomenclaturas similares (BENATTI, 2018).

O urbanismo tático (LYDON, 2011, MOULD, 2014; ALISDAIRI, 2014; ROBINSON, 2015) é o termo mais usado na corrente destas práticas emergentes, agregando a premissa de outras correntes semelhantes, valorizando a promoção da mudança na cidade de forma gradual, agindo nos espaços urbanos em escala local, buscando ideias que possam ser executadas a curto prazo, com baixo orçamento, e realizadas pelos moradores do entorno e usuários desses espaços (desde a concepção até execução do projeto, passando inclusive pelo seu financiamento).

Há o intuito de valorizar os espaços urbanos locais, as comunidades que moram em seu entorno e usuários dessas regiões, desenvolvendo o capital social dessa população e fomentando o diálogo entre as diferentes esferas de poder local.

Apesar de seu caráter temporário e efêmero, muito devido a escolha de materiais por questões financeiras, estão inseridas na aplicação dessas táticas urbanas noções de pertencimento e empoderamento que podem gerar mudanças a longo prazo, inclusive, possuindo um caráter político ao pautarem as políticas públicas aplicadas na região.

O termo foi utilizado pela primeira vez durante as ações de reformulação da Times Square, em Nova York, executados pelo Departamento de Transportes (DOT) em 2009. A Times Square abriga o escritório da NASDAQ, uma das principais bolsas de valores do mundo, a sede dos estúdios da rede de televisão americana ABC e MTV, os famosos teatros da Broadway e diversas lojas de grandes marcas, sendo um dos pontos turísticos mais visitado do mundo e um representante da estética capitalista no coração de Manhattan.

A reestruturação, desenvolvida pelo escritório norueguês Snøhetta, foi iniciada em 2009 e segue até hoje, tendo com preceito fundamental a criação de espaços para circulação de pessoas, eliminando calçadas e ruas, inserindo novos mobiliários urbanos e pavimentações sem obstáculos para os pedestres, criando-se nichos urbanos como pequenas praças ao longo da Times Square. Inicialmente em um modelo temporário, o projeto se mostrou tão efetivo que se tornou uma política pública permanente na região.

Assim, foi possível englobar ideais do capitalismo em seu modelo mais consumista, oferecendo ao redor destes espaços diversos produtos, vitrines e possibilidades de consumo, ao mesmo tempo que se ofereceu espaço para o lazer e permanência, naquela rua que antes era marcada por congestionamentos, poluição e insegurança.

No projeto de apresentação dessa reestruturação é mencionado o "impacto positivo mensurável na segurança pública, na qualidade do ar e na produção econômica" do projeto pensado para "encontros democráticos" de seus usuários, e ainda que "a nova praça da Broadway reinventou a Times Square como um palco contemporâneo para o espetáculo da vida pública, revivendo seu lugar no coração da cidade de Nova York"[2].

Com a melhora do projeto de design da região, objetivou-se criar espaços mais confortáveis para permanência de seus consumidores/pedestres, criando novas atividades de entretenimento paralelos às funções de consumo da região - sem, ainda, questionar a participação da sociedade civil na construção de espaços públicos. A partir desta experiência,foi criada uma empresa de design e planejamento urbano "The Street Plans Collaborative" por um grupo de urbanistas, produzindo uma coleção de livros em modelo de cartilhas intituladas "Urbanismo tático: ação a curto prazo, mudanças de longo prazo"[3].

Essas cartilhas estabeleceram uma tipologia deste modo de atuação definida por cinco critérios fundamentais, sendo 1. promover o interesse das pessoas em participar das ações 2. um processo coletivo de análise de problemas e possíveis soluções de uma determinada região, sempre trabalhando em escala local 3. ações de curto prazo 4. ações de baixo custo (gerando

2 Ver site do escritório responsável pelo projeto Snohetta https://snohetta.com/projects/327-times-square

3 Disponível em http://tacticalurbanismguide.com/about/

grande recompensas em nível emocional) 5. desenvolvimento de capital social e capacidade institucional, ou seja, estabelecer diálogos entre sociedade civil e organizações públicas, privadas e o terceiro setor.

O urbanismo tático nasce como uma forma de organização e sistematização de processos de aprendizagem e criação de ideias que auxiliem na solução de desafios em escalas locais (LYDON, 2011), e se fortalece com o entrelaçamento de três situações do contexto americano: a grande recessão, as mudanças demográficas e a internet e sua "economia cívica".

Primeiro, a grande recessão se refere ao que ficou conhecido como Crise do Subprimes, com início em 2007 e estouro em 2008, motivada pela concessão de créditos imobiliários de alto risco e brusca quebra de grandes instituições financeiras. A crise no setor imobiliário forçou a população a mudar seus hábitos de moradia, ocupando bairros que eram até então desvalorizados e imóveis antigos que estavam vazios.

Essa situação gerou o segundo movimento, das mudanças demográficas e o aquecimento econômico e social dessas regiões de novas moradias, além de processos de requalificação urbana e novas dinâmicas comerciais.

A terceira situação insere o campo da internet e a "economia cívica", definida como o "espírito de empreendedorismo combinado com a aspiração de renovação cívica" (LYDON, 2012), na defesa de um modelo econômico que reflita a respeito dos modos de construir uma sociedade mais sustentável e assim compartilhar prosperidade entre todos.

O urbanismo tático segue essa linha ao utilizar ferramentas, tanto online quanto físicas, de compartilhamento de conhecimentos e práticas como o uso de blogs, redes sociais, e-books e atividades nos espaços físicos que possibilitem trocas, com oficinas e construções coletivas.

O urbanismo tático, a partir da união dessas três situações políticas, sociais e econômicas, tem como pilar fundamental o ideal de compartilhamento, entendido enquanto uma tática para distribuição de conhecimento visando o aprimoramento de sistemas, produtos, situações e etc, ao contrário da lógica proprietária em que o conhecimento é dominado por uma empresa/especialista, e apenas ela é capaz de oferecer melhoramentos à situação proposta.

Uma das táticas fundamentais é inverter a ordem do planejamento urbano tradicional, alterando assim a centralidade da questão financeira. Abrindo a segunda edição

da cartilha de Urbanismo Tático, uma frase de Jaime Lerner, arquiteto e urbanista, ex-prefeito de Curitiba-PR, fala sobre essa questão:

> A falta de recursos não é mais uma desculpa para não agir . A ideia de que a ação só deve ser tomada depois de todas as respostas e de todos os recursos serem encontrados é uma receita certa para a paralisia. O planejamento de uma cidade é um processo que permite correções; é extremamente perigoso acreditar que o planejamento pode ser feito somente depois de cada variável possível ter sido controlada (LYDON, 2012).

A proposta do urbanismo tático, e de seus similares, é baseada na experiência do usuário para apontar problemas e soluções que podem ser executadas a baixo custo. Esta é uma das diferenças do urbanismo tático em relação ao urbanismo tradicional: enquanto o primeiro busca táticas aplicadas local e temporariamente, de baixo custo e execução rápida direcionados aos problemas identificados pelos usuários, o segundo trabalha na lógica do planejamento estratégico em larga escala e a longo prazo. Neste modelo, na grande maioria das vezes, o usuário final do espaço que será requalificado não tem nenhuma participação no processo de planejamento da ação que será executada.

Este modelo tradicional tem como resultado os diversos espaços públicos presentes em quase todas as cidades: em um extremo, a presença de obras que demoram anos para serem iniciadas ou entregues por falta de recursos e questões burocráticas, e do outro, diversos espaços que não são utilizados por falta de demanda da população, por problemas de gestão e outras questões da rotina de uso desses lugares que não havia sido prevista durante sua construção. Ou ainda, espaços que são construídos para um determinado fim, e na prática, são usados para outros usos e públicos, muitas vezes criando incômodos como moradores do entorno, comerciantes ou poder público.

Estas situações demonstram o descompasso entre planejamento urbano e a rotina de uso dos espaços urbanos, uma vez que são grupos de pessoas diferentes que fazem parte destes dois momentos do pensar a cidade.

As ações táticas são processos de revitalização urbana em seu sentido de uso público, e não econômico, buscando a participação da população que se apropriará, ao longo do processo, desse espaço urbano (JACQUES, 2004). Neste sentido, o planejamento urbano deixaria de tentar ser capaz de dar

respostas a longo prazo, o que não consegue na prática, para ter maior capacidade de maleabilidade conforme a necessidade do público, sendo necessário o diálogo contínuo com os usuários do espaço e a compreensão dos motivos que fazem com que determinados espaços sejam pouco convidativos - e passam a se tornar pontos inseguros ou vazios urbanos.

Com uma bibliografia bastante extensa de compartilhamento de experiências táticas, com diversos e-books, blogs e divulgação nas redes sociais, o urbanismo tático se tornou uma marca referente a um modo de organizar moradores e ações em espaços públicos e/ou coletivos.

Esse modo de agir, somado à indicação de lugares e formatos de ações, criou uma rede de "cartilhas" online, algumas construídas de formas bastante didáticas organizadas em itens como onde/ como/quem, seguindo a linha do Faça Você Mesmo (Do it yourself) em tutoriais práticos de modos de fazer.

No contexto de São Paulo, essas práticas e táticas podem ser vistas em diferentes praças e espaços públicos das regiões centrais da cidade, em ações que têm tido forte crescimento nos últimos anos, como os já citados casos do Largo da Batata e da Avenida Paulista.

A região central da cidade também possui diversas praças que foram "adotadas" por moradores ou grupos organizados a fim de melhorar sua manutenção, como o grupo WikiPraça, uma plataforma digital na construção de redes de cuidados com praças e espaços públicos das cidades. Essa rede possui ação em outras cidades do país por sua estrutura virtual e aberta, sendo possível adequar seu conteúdo de acordo com as demandas específicas.

Em São Paulo, o grupo WikiPraça teve forte ação no Largo do Arouche, tendo sido um projeto piloto do Plano de Ocupação do Espaço Público pela Cidadania, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, com diversas atividades realizadas entre o início de 2014 até 2016, mas diminuindo consideravelmente suas ações no local em 2017.

Existe ainda o Projeto de Lei 289/2013, que trata da gestão participativa das praças, aprovado no dia 12 de maio de 2015; o Movimento Boa Praça, nas praças Paulo Schiesari e Antônio Resk, a praça Amadeu Decome e a praça François Belanger, todas na zona oeste de São Paulo, e o grupo Praças, que também trabalha com a ideia de adoção das praças pelos moradores, atuando com as praças Vilaboim, Higienópolis e Horácio Sabino, na Vila Madalena.

Outra tática urbana bastante utilizada é a Jardinagem de Guerrilha, que promove a melhoria de praças e também é uma forma de ocupação de lotes abandonados, como o Bosque da Batata e o Largo das Araucárias, entre as ruas Paes Leme e Butantã.

As ações voltadas à mobilidade urbana, principalmente relacionadas ao ciclismo, tem grupos como Bike Anjo, Sampa Pé, Vá de Bike e outros coletivos que promovem eventos para conscientização sobre o ciclismo na cidade, ações de intervenção em locais que poderiam ter uma ciclovia e conscientização sobre aspectos de segurança com motoristas de veículos particulares e ônibus.

Entre as ações táticas, estão aquelas que transitam por processos de legitimação e autorização, como o caso de vendedores ambulantes. Nos dois casos de estudo deste trabalho, os ambulantes são tratados como um problema a ser eliminado: no caso do Largo da Batata, antes da Operação Urbana Faria Lima reestruturar a região, a presença de vendedores ambulantes era uma parte constituinte de sua formação e sua história. Após a reforma, eles foram expulsos do grande centro do Largo, e passaram a montar suas barracas do outro lado, na praça sentido Rua Teodoro Sampaio - que aliás, em seu início, também é ocupada por diversas barracas de ambulantes de forma permanente.

A mesma situação se repete no caso da Avenida Paulista. São dois modelos de vendedores ambulantes, alguns que montam suas barracas nas calçadas com ou sem autorização (há regras que gerem sua presença, mas nem todos mantêm essas documentações atualizadas) e outros vendedores que andam com seus carrinhos vendendo bebidas e alimentos.

Em frente ao bar conhecido como “Praia da Paulista”, ao lado do Parque Trianon, acontecem rodas de samba aos domingos, e é lá a presença regular de carrinhos de churrasco, além dos tradicionais vendedores de bebidas. Alguns domingos, segundo os vendedores, a polícia faz vista grossa e os deixa trabalhar, em outros dias a fiscalização é mais severa, e esses vendedores são expulsos da Avenida e tem seus produtos recolhidos.

Não é difícil presenciar essa cena: vários policiais, de carro, moto ou a pé, em ações violentas contra os vendedores ambulantes, causando uma confusão na circulação de pessoas. Algumas se assustam e se afastam, outras correm em direção à cena para registrar com seus celulares. Segundos depois, os

policiais encerram sua ação, deixando para trás vendedores gritando consternados enquanto socorrem seus amigos que foram agredidos, normalmente com uso de gás lacrimogêneo que permanece irritando os olhos durante alguns minutos e apreensão dos produtos à venda.

Um rapaz entrevistado durante evento no Largo da Batata, o Batata Eletrônica, resumiu esse tipo de situação dizendo que "o braço do sistema só chega na repressão", ao falar sobre o papel do Estado nas ações de ocupação desses espaços. Não à toa, durante as Manifestações de Junho, especialmente no fatídico dia 14 de junho após a maior repressão policial contra os manifestantes na Rua Augusta, o grito de guerra que mais se ouvia era "Que coincidência, sem polícia, não há violência".

O Estado, mesmo quando apoia as ações de ocupação urbana organizadas pela sociedade civil, nos moldes do urbanismo tático e seus semelhantes, é o mesmo aparelho estatal que executa a violência e repressão contra os cidadãos quando estão se manifestando nestes espaços. Quando se está em pauta o uso de espaços públicos para fins que não se enquadrem em regras ou que causem algum tipo de desconforto, como a presença de vendedores ambulantes, a repressão é rápida e violenta.

Ainda que o urbanismo tático tenha início a partir de uma cartilha de boas práticas voltadas para o uso da sociedade civil, várias de suas estratégias passam a ser assimiladas enquanto experiências de mercado ou mesmo políticas públicas. Por exemplo, a revitalização de espaços públicos tem sido de grande importância na cidade de São Paulo, mesmo que não necessariamente para fins de lazer ou por demandas populares.

Na prática, muitas delas acontecem para que regiões em processo de valorização se adequem às novas demandas do mercado econômico, e nesse processo, muitas ações identificadas como táticas têm servido para fins que são, de fato, econômicos. Algumas das ações apontadas nas cartilhas do urbanismo tático estão presentes em São Paulo, como a criação de parques e revitalização de praças, oficialização de espaços de food truck, regularização de vendedores de rua (ou comércio pop up, na linguagem tática), os parklets, ciclovias, revitalizando ruas e criando novos formatos de ocupação do espaço urbano.

O exemplo mais tradicional é a implantação dos parklets tanto no centro quanto na periferia da cidade enquanto uma política pública em parceria com estabelecimentos comerciais.

Os parklets são áreas de lazer montadas no espaço de vagas de estacionamento em frente a padarias e bares. Geralmente sua estrutura e mobiliários são feitos em madeira e é utilizada vegetação de fácil manutenção para criação de um espaço confortável para permanência das pessoas, funcionando como uma extensão da calçada.

No caso de São Paulo, inicialmente, os parklets autorizados pela prefeitura, mas sob responsabilidade de estabelecimentos privados, foram assimilados com grande concentração em regiões centrais da capital paulista, como o Jardim Paulista, Itaim Bibi, Pinheiros e a Rua Oscar Freire. A partir de dezembro de 2015, objetivando difundir a política dos parklets para outras regiões da cidade, a prefeitura, em parceria com as subprefeituras, passou a adotar os chamados parklets públicos, instalados em vias de grande fluxo de pedestres, próximas a equipamentos públicos municipais e comércios locais.

Apesar da tentativa de levar a proposta para regiões periféricas com o apoio do poder público, os parklets privados tiveram melhor desempenho, no sentido de utilização pelo público, nas parcerias com comércios localizados em áreas de maior poder aquisitivo. Foi bastante comum o caso de parklets construídos na periferia, sem relação direta com pontos comerciais, rapidamente se deteriorem por falta de manutenção ou maus usos.

Os parkets são um exemplo de alguns limites da política do urbanismo tático no caso da cidade de São Paulo. Se tornou um fator fundamental para o sucesso dos parklets a relação direta com o setor privado, uma vez que o poder público não deu conta - ou não teve de fato um política de atendimento - para dar manutenção à essas estruturas.

A partir deste exemplo, é possível identificar como o grande trunfo do urbanismo tático se voltou diretamente contra ele, ao defender uma retórica muito semelhante ao neoliberalismo, eliminando ou diminuindo o papel do Estado na gestão, neste caso, do espaço urbano, ao atuar nos espaços em que há falhas de governança, sem, no entanto, atuar para que essas falhas sejam corrigidas. Ou ainda, as táticas são assimiladas pelo neoliberalismo e passam a fazer parte de sua agenda enquanto um produto de publicidade, como os parklets que rapidamente passaram a se tornar extensões dos empreendimentos econômicos e não extensões de espaços públicos, como é sua proposta.

O urbanismo tático é utilizado, ou ao menos defendido pelos seus entusiastas, como uma ferramenta que busca oferecer respostas à situação urbana atual: alto crescimento populacional, adensamento das cidades, infraestruturas urbanas insuficientes e/ou inadequadas, polarização das classes sociais, empresariamento das cidades, alienação popular, rearranjos entre público e privado (Estado e mercado), problemas sociais, políticos, estruturais, em suma, uma crise da urbanização planetária em processo de intensificação (BRENNER, 2016).

No entanto, eles não conseguem se apresentar enquanto ferramenta de superação estrutural da política urbana. Os espaços públicos onde ocorrem as táticas urbanas ainda se limitam àqueles espaços em regiões centrais da cidade e táticas de construção de mobiliários urbanos, hortas urbanas e práticas de melhoria apenas física desses espaços.

A estrutura ideológica que circunda esses espaços ainda é discriminatória, funcionando em uma lógica de continuidade do modelo de exclusão social enraizado em nossa sociedade.

A base fundamental para a ação do urbanismo tático é trazer os moradores da cidade como protagonistas do planejamento urbano, especialmente em relação aos espaços públicos da cidade, pensados enquanto espaços de convivência.

Contudo, no formato atual, o lugar das táticas é no centro de São Paulo, e não em outro lugar qualquer da cidade. O que acontece na prática, e é uma realidade em diferentes países, é o uso de ações táticas absorvidas pelo mercado imobiliário acarretando em processos de gentrificação desses locais.

Desta forma, o urbanismo tático se torna uma ferramenta gentrificadora, mesmo que esse não seja o objetivo dos atores envolvidos. A requalificação do contexto urbano torna essa região mais atrativa economicamente e com potencial para aumentar os valores de moradia, comércios e serviços, sendo comum áreas que passam por processos de requalificação urbana, no contexto do direito à cidade, sofrerem simultaneamente severos processos de gentrificação.

Sutilmente, ou as vezes de forma bastante dura, os antigos moradores são expulsos dessas áreas quando seu custo de vida começa a elevar, seja pelo valor dos aluguéis, que afeta diretamente a economia familiar, seja o custo de outros setores do bairro, como os comércios locais, o transporte, as possibilidades de lazer.

O crescimento de modos de ação tática quase simultaneamente em diversas partes do mundo está sendo incorporado como forma de atuação política e econômica nos modos de vida e de consumo urbano. Isso é feito a partir da defesa de espaços que oferecem como produto uma nova experiência ao consumidor, mas mantendo ainda a ideia do morador da cidade como consumidor na cidade; a cidade enquanto mercadoria, e não a cidade como espaço de fruição e o morador enquanto um agente de construção destes espaços.

Neste processo, no caso do Largo da Batata, os tradicionais bares passaram a ser chamados de cervejarias (comercializando cervejas artesanais e produtos importados); as padarias se tornam "coffee shops"; os mercados aderem à economias específicas como produtos vegetarianos, veganos, sem lactose, sem glúten, orgânicos e outros produtos que passam por um remanejamento de produção e conceito, e consequentemente, aumento de preço.

Na Avenida Paulista, já estabelecida enquanto uma região de alto custo de vida, a discussão em torno de temas como o ciclismo se limita a uma forma de lazer, não aprofundando o debate do uso de transportes alternativos enquanto mobilidade ativa, incluindo motoristas, pedestres e ciclistas, e a discussão a respeito de um sistema cicloviário na cidade - interligando a periferia, onde se concentra os maiores usuários de bicicleta como meio de transporte oficial, aos centros da cidade, onde se encontram os principais postos de trabalho.

Esses processos tão similares, apontam como esses movimentos podem estar, mesmo que de forma involuntária, sendo mobilizados a serviço do Estado neoliberal (NOGUEIRA, 2016) e servindo para fins urbanos econômicos, e não sociais como sua atuação busca defender - e de fato, as pessoas envolvidas estão na grande maioria das vezes motivadas em prol de uma melhora social em suas ações.

Neste cenário, as funções sociais das ações táticas de requalificação do espaço urbano se tornam ferramentas de aceleração de processos de gentrificação, trabalhando em lógica semelhante ao urbanismo de políticas neoliberais. Estas, por sua vez, defendem o planejamento urbano tradicional baseado na segregação social, visualizando os espaços públicos da cidade como espaços de trajetos e não de permanência.

As respostas trazidas pelo urbanismo tático para a crise do urbanismo se limitam, em muitos casos, às ações efêmeras e pontuais, mas não enfrentam uma discussão política sobre a cidade (BRENNER, 2016).

Na prática, fundamental na aplicação das táticas do urbanismo, muitas ações vêm corroborando com os modelos neoliberais de gestão em processos que se tornam motores de gentrificação, além de terceirizar para a sociedade civil o que deveria ser responsabilidade do Estado, e este, ao perceber que não é preciso sua presença, terceiriza para o setor privado a gestão de espaços e pessoas. Assume-se a lógica neoliberal: sob a chancela da participação da sociedade civil, diminui-se o papel do Estado e legitima-se a agenda de privatizações.

Sem um debate político estruturado que defenda táticas de reorganização dos parâmetros de gestão do espaço público, o espaço das táticas urbanas se limita àquele tolerado pelo Estado, o administrador da cidade, em uma lógica de gestão pública visando interesses privados - que não condizem com as necessidades da população (RENA, 2014).

Neste contexto, um dos limites do urbanismo tático é sua falta de discussão política e a busca em seu processo por formas consensuais de gestão (especialmente nas parcerias com o poder público), ignorando conflitos e defendendo a colocação de mobiliários como formas físicas para atrair o público para frequentar esses espaços, sem discutir socialmente os motivos de seu esvaziamento (BRENNER, 2016; DURAN, 2016).

Esses processos defendem espaços públicos de mais qualidade, porém internamente atuam na mesma lógica da estratégia urbana gentrificadora para valorização de espaços urbanos, expulsando camadas sociais mais baixas e impondo novos padrões de consumo local, sustentando e apoiando lógicas de desigualdades sociais.

A partir do contexto atual, de pandemia e isolamento social, em que a vida urbana tem sido limitada ao uso de espaços privados, fica aberta a indagação em como poderemos retomar nossa vida social em espaços públicos de forma coletiva e quais serão esses espaços depois deste longo (e ainda não encerrado) período de distanciamentos entre pessoas e o espaço público.

E nos é trazida também a possibilidade de um recomeço, em que seja possível valorizar o convívio social, físico e presencial nos espaços públicos da cidade, a partir de alternativas que façam com que as táticas urbanas sejam utilizadas como ferramentas de construção de experiências e debates para o enfrentamento e combate do autoritarismo não apenas das cidades enquanto estrutura física, mas também da sociedade que compõem o cenário urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALISDAIRI, Lana K. **A Cry and a Demand: Tactical Urbanism and the Right to the City.** 2014

BENATTI, Nayara Araujo. **Redes e ruas - ocupações híbridas na cidade de São Paulo**. 2018. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018. doi:10.11606/D.102.2019.tde-18022019-104345. Acesso em: 2021-02-26.

BRENNER, Neil. **Seria o "urbanismo tático" uma alternativa ao urbanismo neoliberal?**. E-metropolis, n.27, ano 7, p.6-18, 2016.

DURAN, Sabrina. **Direito à Cidade: o hipster defende, o banco capitaliza e a construtora incorpora**. Debate "Civilização e Barbárie" SESC Sorocaba, 2016.

GADANHO, Pedro. **Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities.** New York: The Museum of Modern Art, 2014.

GEHL, Jan. **Cidade para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** São Paulo: Mar- tins Fontes, 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes. Breve histórico das errâncias urbanas.** Arquitextos, São Paulo, ano 05, n. 053.04, Vitruvius, out. 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito À Cidade.** Tradução de Rubens Frias. Primeira Edição, Editora Moraes, São Paulo. 1991 (1968)

LYDON, Mike; BARTMAN, Dan; GARCIA, Anthony; PRESTON, Russ; WOUDSTRA, Ronald.. **A Tactical Urbanism 2 - Short Term Action | Long Term Change**. Island Press/Center for Resource Economics, 2012.

LYDON, Mike; GARCIA, Anthony. **A Tactical Urbanism-Short Term Action | | Long Term Change**. Island Press/Center for Resource Economics, 2011.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1982.

MARICATO, Ermínia. **Erradicar o analfabetismo urbanístico.** Revista Fase: São Paulo, 2002

MOULD, Oli. **Tactical Urbanism: The New Vernacular of the Creative City.** Geography Compass, 2014.

NOGUEIRA, Pedro C. E.; PORTINARI, Denise B. **Urbanismo tático e a cidade neoliberal.** Arcos Design. Rio de Janeiro: PPD ESDI - UERJ. Volume 9 Número 2 Dez 2016.

RENA, N. ; BRUZZI BERQUÓ, Paula. ; CHAGAS, F. A. . **Biopolíticas espaciais gentrificadoras e as resistências estéticas biopotentes**. Lugar Comum (UFRJ) , v. 1, p. 71-88, 2014.

ROBINSON, Jennifer. **Thinking cities through elsewhere: Comparative tactics for a more global urban studies,** 2015.

ROLNIK, R. . **O lazer humaniza o espaço urbano.** In: SESC SP. (Org.). Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** 7ª Edição. São Paulo: Edusp, 2012.

eu coloquei a boca no mundo conversa com glaucia cristine martins

Joviano Maia

Arte-educador, advogado popular, doutor em arquitetura e urbanismo pela UFMG.

Glaucia Cristine

Mulher negra, mãe, avó e liderança do Kilombo Souza, é filha da matriarca mais velha viva da sua comunidade ancestral, Mãe Lídia, e neta da matriarca Maria de Souza Martins (in memoriam). Esta última, por sua vez, filha da Dona Elisa (in memoriam), matriarca fundadora do Kilombo Souza, no início do século XX, no bairro de Santa Tereza, em Belo Horizonte.

> O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser um guerreiro. E também é o recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz, mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias da destruição.
> (Beatriz Nascimento)

Joviano: Glaucia, primeiro agradecer muito pela disponibilidade da gente fazer essa conversa. Queria lhe dizer inicialmente que a resistência do Kilombo Souza, onde minha cartografia, minha pesquisa me levou, foi uma das lutas mais simbólicas e mais importantes de que eu pude participar. Pela ancestralidade envolvida, a força da memória, da tradição, e sou muito grato por estar com vocês nessa batalha, que ainda não foi ganha. Nós estamos numa encruzilhada, em certo sentido, entre a permanência definitiva e a ameaça de retirada, mas a minha pesquisa também me levou pra esse lugar da encruzilhada, até o nome do trabalho vai ser *De pé na encruzilhada*, por isso.

Assim, de entender a importância de se buscar outros caminhos, outras alternativas e acreditar que Exu, como o senhor das encruzilhadas, nos orienta, nos auxilia, também, a poder trilhar esses caminhos e fazer da encruzilhada um lugar de encantamento, de potencialização. E esse quilombo é uma potência, né? Conseguir impedir o cumprimento de uma ordem que estava transitada em julgado há tantos anos e com todo aparato da polícia montado para fazer aquele despejo, demonstra também a potência dessa encruzilhada aqui e a quantidade de aprendizado que nós tivemos ao longo dessa luta que ainda está em curso. Então agradecer muito por poder fazer parte disso, eu tô doido que volta a tocar para os Orixás aqui no quilombo. Enfim, são muitas possibilidades abertas, muitos caminhos, são muitas encruzilhadas. Mas o importante é que a gente venceu até agora e eu me sinto um filho deste território, honrado por estar aqui.

Meu aniversário no ano passado, aqui com vocês, no *Dia da Consciência Negra*, foi um dos aniversários mais bonitos e mais felizes, só tenho a agradecer, só tenho muito a agradecer a todos vocês aqui, por essa confluência, né? Tão pertinho da minha casa. E agradecer também pela

possibilidade de estar aqui com vocês no dia da minha defesa de tese, no dia 26 de outubro. Bom, pra gente abrir o papo, é isso.

Glaucia: Ô Jovi, é um prazer imenso tá aqui te recebendo. Nessa luta você também é muito importante pra gente, na sua entrega nas nossas lutas, junto com a gente, fazendo parte, levando adiante, buscando caminhos, né? Essa rede de proteção que você nos trouxe também faz parte dessa nossa resistência. E de estarmos aqui até hoje, né? Aguardando uma decisão definitiva, que seria o mais importante. Porque é muito difícil ficar com essa faca no pescoço, sem saber ao certo o que essa justiça tão desigual, tão racista, preconceituosa, que a gente vem sofrendo ao longo desses anos. Nesse processo, na realidade, nós fomos muito prejudicados pelo preconceito mesmo e é muito difícil continuar nessa maneira. Mas, como eu sou também uma pessoa de muita fé e acredito muito na força dos nossos antepassados, nossos ancestrais, dos nossos espíritos protetores, eu mantenho também a firmeza de que vamos resistir, vamos ficar. Aquela história da encruzilhada é bem assim, a gente não sabe para qual lado que vai acontecer, porém eu tenho muita fé. E vamos resistindo nesse processo todo.

> Do ponto de vista espacial, quando duas ruas se encontram num ponto, diz-se que elas se cruzam - esse ponto é um cruzamento. (...) Por desterritorialização entendo aqui o fenômeno no qual dois territórios se sobrepõem no tempo. (...) A imagem- passado e a imagem-futuro coexistem num presente que as torna indiscerníveis: o presente pertence à imagem-passado ou à imagem-futuro? (...) Esse encontro entre a noção de encruzilhada e o conceito de desterritorialização, sob uma determinada imagem-tempo, talvez não seja tão gratuito quanto possa parecer até aqui. (Anjos, 2006, p. 33).

Joviano: Gláucia, é... vamos começar falando desse momento da pandemia que atravessou nossas vidas e como é que tem sido aqui na comunidade passar por esse momento? Quais têm sido as reflexões que você tem feito, nesse momento tão desafiador das nossas existências?

Glaucia: Essa pandemia é um momento que realmente requer reflexão. Mas, como sempre, descobrimos dois caminhos, né? O lado solidário de várias pessoas, de vários órgãos, e também um lado discriminatório, onde se sofre muito com a falta do auxílio, da testagem. Assim, você

não sabe se você sai para ganhar o pão, ou se você fica se resguardando para ter saúde. Então, é realmente uma faca de dois gumes. Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. Mas essa pandemia mexe também muito com a cabeça da gente. Porque, ao mesmo tempo que você fica ansioso, aguardando, quais que são os passos, sofrendo por causa de tantas vidas perdidas, né? E, ao mesmo tempo, o medo. O medo muito grande, porque a gente não tem ainda um preparo, nós não fomos preparados para esse esse tipo de acontecimento.

Essa pandemia, a gente não estava preparado para isso. Para ficar recolhido, ficar sem os abraços, sem contato com os mais velhos, sem essa convivência. Aqui a gente gosta muito de festa, de farra, de abraço, de riso... e ter que dar uma parada, né? Por isso ficou meio difícil. Muitos também são autônomos, têm que enfrentar esse fechamento, e com um pouco de receio de correr esse risco. Mas é complicado.

Na realidade, na pandemia a gente se sente um pouco desprotegido. Mas também tem um lado, onde que a gente tem recebido a cesta básica para o quilombo, o banco de alimentos para o quilombo, que ameniza um pouco a nossa situação. Isso também foi um dos passos que ganhamos por sermos quilombo. Porque, se não fosse esse reconhecimento, aí eu nem sei o que seria. Então, a luta é diária, todos os dias. A gente tem que enfrentar esse medo do contágio. A minha mãe teve durante essa quarentena internada duas vezes, uma até com suspeita de Covid, foi muito tenso.

Joviano: Ela está com 82 anos?

Glaucia: Com 81. E depois teve uma outra internação. Que saiu recentemente, mas anda com medo, não quer ser internada mais, não quer sair do cantinho dela, porém está muito temerosa ainda com essa doença. Então, a gente procura mantê-la mais afastada de todos, mas é enquanto aguardamos alguma solução de vacina, alguma coisa nesse sentido. Mas essa pandemia acho que pegou todos com surpresa, porém você nunca sabe o que tá aberto, o que não tá. Isso é um dos pontos que eu venho me questionando.

Porque a gente tenta fazer quarentena, aí você vai ver umas ordem de despejo em meio a essa pandemia. Ficamos sabendo que o nosso processo está andando de maneira ainda informal. Então, a gente fica com medo. Eles estão aproveitando, como se diz, para “passar a boiada”, né? Estão passando a boiada e a gente não vai percebendo.

Então, é triste.

> Enquanto isso, no âmbito geral, a sociedade pseudo brasileira, ou melhor euro colonialista mantém todas as formas de discriminação, demonstrando que o estado democrático de direito, é nada mais, nada menos, que a legitimação da sociedade colonialista e a constituição dita cidadã e seus instrumentos legais, ao nos citar como sujeitos de direitos, não garante nossas condições de vidas, ao contrário, tem sido uma tentativa de revogar as nossas defesas. (Silva, 2019, p. 79).

E quanto a esse governo nosso, eles acham que têm que fazer o que é melhor. A prefeitura não, ela tá fechando, abrindo só essencial, o estado não está acompanhando, e o essencial, em algumas áreas para mim não é essencial, seria essencial a justiça prisional, alguma coisa nesse sentido, agora julgando essas causas é meio complicado. Você vê, uma Cemig fechou, o governo falou que não era para cortar a luz; quando se abriu a ordem que poderia, já cortaram a luz. Aí fechou novamente, e aí? As coisas são meio contraditórias, a situação hoje em dia é muito contraditória. Então você não sabe o que que vai acontecer, né?

Joviano: Você falou que tá sentindo falta dos momentos de celebração, de festa aqui. E eu lembro que as festas, os momentos de celebração do quilombo foram importantes na elaboração do parecer e da caracterização como comunidade quilombola, né? Fala um pouco dessas festas que acontecem aqui e do sentido delas, e de como que elas foram se consolidando como algo perene, que faz parte do cotidiano ao longo dos anos da comunidade e que criou também um forte vínculo com o entorno. A festa junina do ano passado aqui tinha umas duas a três mil pessoas, né? A rua estava lotada. Fala um pouco desse lado também para a gente não falar só de pandemia, pandemônio e coisa, dessa dimensão festiva do território, a tradição, né? A festa aqui me parece que tá muito ligada à tradição também.

Glaucia: É, as festas aqui já é uma tradição de muitos anos, uma das festas mais fortes que tem aqui são as festas juninas, ligadas a São João, Santo Antônio, São Pedro, sempre a gente costuma fazer. Antigamente era melhor, tinha fogueira, algodão doce, fazia bem a raiz mesmo. Aí foi crescendo. Antes era dentro do nosso quilombo, né? Aí foi pra rua. Então, há mais de 10 anos a gente faz na rua essa festa junina, onde que juntou com outras pessoas, e a gente faz um Arraial todo ano que é muito bom, com quadrilha, sanfoneiro, comidas típicas, é uma festa maravilhosa. E esse ano não teve.

Aí, a princípio, a gente achou que podia adiar. E por fim foi estendendo e esse ano não vai passar em branco porque nos dias

nós fizemos uma canjica, fizemos um quentão. Fizemos, assim, entre nós. Uma coisa para não deixar de prestigiar a nossa crença. Que é tão forte nessa época. E tem agora, vem a festa de Cosme e Damião, também que a gente tá pensando. E na realidade que não vai ser igual antes, acho que a gente vai só mesmo fazer um…

Joviano: 27 de setembro?

Glaucia: É. Nós vamos fazer só mesmo um saquinho de lembrancinha, de bala, e distribuir sem aglomeração. Entregando para as crianças do entorno. Vai ter que ser uma coisa assim, mais simples, né? Mas a gente não pode deixar de comemorar, né? São festas que já vêm se mantendo, onde que era pela minha tia, pela minha mãe, e que a gente continua trazendo essas festas que a gente não pode deixar. E agora esse ano, realmente é um ano onde que essas festas a gente pode até fazer uma comemoração, mas não tem o mesmo encanto, né?

Porque também eu acho que esse ano ninguém vai conseguir ter aquela alegria e felicidade sabendo que outros estão em situação tão triste. Eu particularmente, a gente até comemora, porque gosta mesmo de festa e tudo, mas tá com um astral diferente. Então, é muito importante a gente saber que a vida tem que continuar e tudo, mas você não pode esquecer daqueles que se foram.

Eu espero que o ano que vem seja um ano com mais tranquilidade nesse sentido, para que possamos nos organizar, né? E não perder. Esse mês é um mês de Obaluaê. A gente faz as nossas homenagens ao Santo, tudo mais. A gente vai mantendo as nossas tradições, porém tudo reservado, para não ter aglomeração. E não deixar de cumprir as nossas missões. Que tem que servir, né?

> Aqui, a força cultural apresenta-se como a melhor forma de resistência. (Gonzales, 2018, p. 327).

Joviano: Ô Gláucia, já que você tocou também na coisa da resistência, fala um pouco assim de como que foi o processo aqui. Quais aprendizados você acha importante destacar da luta aqui contra a desterritorialização, contra uma ordem judicial absurda, cheia de ilegalidades. Como é que foi? Fala um pouco.

Glaucia: Essa luta nossa foi... na realidade, essa ordem a gente foi pego meio de surpresa. Porque a gente tinha o conhecimento de uma ação, que na realidade pra gente começou em 1983, porém eles falam que foi desde 1970. Porém, a minha avó já tinha apresentado sua defesa em 1983. A gente não achou que estaria ainda dentro desse processo. Que teve vários... foi suspenso, voltou. Então, a gente ficou meio que perdido nesse

andar, né?

Quando chegou pra gente, já tava trânsito em julgado e não tinha mais defesa, nenhuma possibilidade da gente sair desse processo. Porém, eles tinham, esses ditos herdeiros, grileiros, sei lá como que chama, porque não são donos e queriam ganhar posse de um lugar que eles nunca ocuparam. Eles já tinham ganhado em cima do Oásis Clube. Tinham fechado o clube e o Oásis falou simplesmente assim: "Vocês têm que pegar a parte de baixo, esse terreno era lá da parte de baixo". E jogou a gente na fogueira, pra ordem de despejo. Quando demarcaram o clube. E simplesmente a oficial de justiça que estava fechando o Oásis veio e tirou foto do interfone, dos números e mandou para o juiz dizendo que teria que tirar a gente também.

Então, quando chegou pra gente sair, e na realidade, foi muita irregularidade porque nem notificado nós fomos, né? Que teríamos que sair. Quem recebeu a notificação foi o clube. E um homem simplesmente veio na minha porta e me mostrou um documento. Mas eu não recebi nada e eu tirei uma foto pra ver o que se tratava. Então, aí começou a batalha muito grande.

E, com isso, o que deu muita força foi a gente sair daquele anonimato, de números, e buscar os nomes, né? E com isso eu coloquei a boca no mundo, e fui encontrando pessoas que me apoiaram, que me ajudaram e que deram visibilidade pra gente. E aí eu arrumei uma rede de proteção muito grande que no ano passado (2019) foi fundamental essa rede de amigos, de proteção. E, com isso, fomos conseguindo ganhar tempo, que quando chegou essa ordem aqui, eu simplesmente falei assim: eu não vou sair daqui.

> (...) nasceu em mim um anseio de falar, de ter uma voz, e não qualquer voz, mas uma que pudesse ser identificada como pertencente a mim. Para construir a minha voz, eu tinha que falar, me ouvir falar - e falar foi o que fiz -, lançando-me pra dentro e pra fora de conversas e diálogos de gente grande, respondendo a perguntas que não eram dirigidas a mim, fazendo perguntas sem-fim, discursando. (hooks, 2019, p. 32).

E eu acreditava que eu não ia sair e resolvi enfrentar. Mas fomos ganhando tempo pra que, com isso — por isso que eu falo que a gente é muito abençoado, muito iluminado, temos uma proteção —, conseguimos achar documentos e ser reconhecidos com quilombo. Então, isso tudo encaminhando, né?

> Foram essas mulheres que transmitiram para suas descendentes do sexo feminino, nominalmente livres, um legado de trabalho duro, perseverância e autossuficiência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual - em resumo, um legado que explicita os parâmetros para uma nova condição da mulher" (Davis, 2016, p. 41)

Joviano: Se fosse com o atual presidente da Fundação Palmares hoje, né? Estaria lascado. **Glaucia:** Ah, com certeza. Mas, como tudo tem um propósito, eu acho que foi tudo no seu tempo, que, se eu contar como que foi esse reconhecimento, a visita da Fundação Palmares aqui, foi uma coisa tão encaminhada divinamente, que foi tudo encaminhado, dá até uma história, né?

Joviano: Dá uma história linda, e, inclusive, eu acho que a gente poderia aproveitar esse momento de elaboração do dossiê pro Conselho Municipal de patrimônio pra criação de um livro do território, né? Um livro de vocês. Porque tem muita coisa bonita aqui que, na minha opinião, pode inspirar outros quilombos ainda não reconhecidos. E quem sabe também impedir outras situações de ameaça de desterritorialização que nem vocês passaram aqui. Mas, dentro dessa rede de apoio... Eu agora tô preferindo falar teia, acho que eu tô cansado de rede, por causa de rede social, eu acho que é uma teia também, né? Eu gosto das aranhas. Dentro dessa teia de solidariedade, a gente também, você já falou isso algumas vezes, contamos com a presença e a força da ancestralidade.

Foi muito forte pra mim, na época eu estava morando com Patrícia Brito, um dia nós fomos tomar café da manhã juntos, e ela me falou de um sonho lindo que ela teve com a Dona Elisa, né? Sua bisavó, mãe da senhora Maria Martins, que é mãe da Mãe Lídia, que é sua mãe. E você é mãe da Ingrid que tá fazendo trabalho de formatura dela em direito sobre o caso aqui, né? Olha que bonito essa continuidade ancestral da defesa do território pelas mulheres, da tradição, dos modos de ser. Esse caso aqui é bonito demais. Merece sim não um livro apenas, mas muitos livros. Mas fala um pouco dessa força ancestral que se fez atuante na luta contra o despejo.

Glaucia: É, na realidade essa força ancestral se confunde com a força espiritual. Vou dar um exemplo. No dia 23 de abril, dia de São Jorge, dia de Ogum, nós conseguimos suspender o processo por 100 dias. No dia de São João nós conseguimos a certidão de batismo do meu bisavô Petronillo, no livro dos escravos.

Joviano: Dia de Xangô.

Glaucia: Então, na realidade se confunde a proteção dos nossos ancestrais com a proteção espiritual dos nossos Orixás. São datas que vêm em nosso auxílio. São vários outros se for pegar que conseguimos conquistar. Cada passinho sempre era essa presença muito forte do mundo espiritual e ancestral. E aí a gente sempre agradece também, porque a gente tem sempre que agradecer cada conquista. Entendo e às vezes penso que é por merecimento também, sabe? De modo a resgatar o sofrimento dos nossos antepassados. E isso não porque é só luta, tem merecimento, às vezes de uma dívida passada. Às vezes eu fico meio pensando assim pra esse lado. É por aí. Mas são várias datas. Porque não existe coincidência. Não são coincidências. Na realidade é porque tinha que ser.

Essa luta às vezes também eu sinto que veio para mostrar a força que a gente tem, e também uma união, sabe? E o resgate de coisas que estavam ficando perdidas, paradas, que foram deixadas assim meio de lado pelo atual, porque muitas vezes eu já ouvi falar: "Isso é muito antiquado, isso nem existe mais". Então essas tradições estavam ficando esquecidas e isso serviu para o resgate. Como um resgate mesmo. E ensinamento. Foi um aprendizado muito grande e esse ano, o ano passado, que realmente o ano de 2019 foi um ano de batalhas e mais batalhas. Então eu sinto que é um resgate. E tenho fé e tenho firmeza que vamos vencer. Mas a luta é grande, e a gente tem que ir com segurança e firmeza, e crendo, né? Que a gente vai continuar a ser iluminado por essa nossa força. Que tá bem presente em todos os dias.

Reza pra teus orixás
Guarda o toque do tambor
Pra saudar tua beleza
Na volta da razão
Pele negra, quente e meiga
Teu corpo e o suor
Para a dança da alegria
E mil asas pra voar
Que haverão de vir um dia
E África, em nome de deus
Cala a boca desse mundo
E caminha, até nunca mais
(Milton Nascimento)

Joviano: E dá pra falar que tem uma Gláucia antes e uma Gláucia depois de toda essa resistência? E o que mudou na sua vida?

Glaucia: Ah, tem. Tem uma Gláucia antes e depois. Eu passei a ser mais participante nas lutas, não só do quilombo, mas da cidade. Eu acho que a gente tem que ajudar a construir um país melhor. Então, eu tô mais participativa, eu vou na câmera, eu vou na SUAS, eu vou em órgãos, eu procuro sempre falar o que que eu tô precisando. Porque eu conheci órgãos que eu nem sabia que existia, né? Porque a gente, a população, ela não tem o conhecimento, falta o conhecimento dos direitos que ela tem. Dos deveres o povo mostra mais, mas dos direitos não.

Então eu passei a conhecer órgãos que eu nem sabia que existiam e sempre vou, procuro saber, procuro tá mais atenta às modificações, políticas, né? Porque antigamente, eu particularmente achava que não adiantava a gente contar com políticas. Eu achava que a política era para os grandes e que a gente não conseguiria mudar as coisas, né? Mas não. Eu vi que tem sim políticas públicas que a gente tem que correr atrás, buscar, se alinhar.

E eu sou da esquerda. Ai, tenho pavor desses governantes. Filiei ao Psol. Participo agora das Brigadas Populares. Sou da Assistência Social aqui da Regional Leste. E fico participando em busca de melhor entendimento. Porque a gente tem que saber. Tem que ter uma maneira de conhecer, está sempre atento aos acontecimentos. Porque se não, a gente não tem visibilidade. Sozinho a gente não tem essa visibilidade. Então, eu passei a ser mais atuante, buscando mais, aprender, entender, conhecer e assim a gente vai, né? Então, tem uma Glaucia mais atuante.

> A ênfase feminista na busca da voz pode parecer clichê às vezes, especificamente quando se insiste em que as mulheres compartilham uma fala comum, ou que todas as mulheres têm algo significativo a dizer o tempo todo. Entretanto, para as mulheres de grupos oprimidos que têm reprimido tantos sentimentos - desespero, fúria, angústia -, que não falam, como escreve a poeta Audre Lorde, "pelo medo de que nossas palavras não serem ouvidas nem bem-vindas", encontrar a voz é um ato de resistência. (hooks, 2019, p. 45).

Joviano: Teve um momento muito bonito que eu até lembrei o Pai Ricardo na conversa que eu tive com ele, que foi quando ele veio aqui, nós entramos no quartinho dos santinhos, ele viu uma imagem de Pai Jacob do Oriente. Essa dimensão, que você falou também, da importância dessa dimensão espiritual, e agora pra frente? Desde o final da década de 1990, salvo engano, que não toca aqui pra Umbanda, esse resgate também faz parte do desejo de vocês agora?

Gláucia: É. Tem muitos anos que houve essa parada dos toques dos tambores. Porque minha mãe adoeceu, ficou meio difícil, e também houve a perda do Pai de Santo de cabeça dela. E aí foi se perdendo. Nessa visita mesmo, do Pai Ricardo, foi realmente muito bonita. Ele reconheceu porque a minha mãe também trabalhava com os guias da linha do Oriente, então ela sempre colocou uma mesa também dos guias do Oriente pra gente fazer as nossas firmezas. A gente vem trabalhando já, internamente, né?

> Pontuado pelo ritmo candente dos atabaques, aqui e ali, marcadamente, o brado eco vibrante, arremetendo contra "descivilização ocidental", etnocida em sua "universalidade" ditatorial, letal em seu unitarismo sectário [...]. Por tudo isso, há que desfraldar a bandeira tricolor, não aquelas do imperialismo ocidental, mas do pan-africanismo [...]. (Gonzales, 2018, p. 219, destaque no original).

Nós nos reunimos, fazemos as nossas firmezas, acendemos nossas velas, fazemos toda semana, mas uma coisa assim mais só entre nós. Porque, como a minha mãe não vai poder tomar a frente, aí nós estamos esperando o momento de se retornar, retomar, né? Essa prática, igual tinha, de atendimento que minha mãe dava aqui. A gente ainda tá trabalhando. Porque é, igual eu te falei, tudo tem o momento certo.

Então, nós estamos aguardando a ordem, e ver quem que vai tocar e ver como que vai ser feito esse trabalho espiritual. Que na realidade não depende da gente, mas depende da força espiritual. Mas a gente continua trabalhando essa espiritualidade e atendendo. Que, na realidade, o atendimento que eu falo assim não é um passe e tal, mas uma vela, uma oração, a gente tem feito esse procedimento. Entre nós, mantendo a tradição. Mas só entre nós ainda.

Joviano: Glaucia, qual é o seu horizonte de desejo? Os seus sonhos pra esse território, que ainda está na luta, como você disse, o processo voltou a tramitar na justiça estadual. O juiz federal negou a competência e mandou para justiça

estadual, mesmo antes do recurso do Ministério Público Federal ser apreciado. Mas, então, o que você, para além da conquista da segurança da posse, quais são seus sonhos?

Glaucia: Ai, meus sonhos, é complicado, né? Porque o maior sonho é que a gente encerra esse processo de uma vez por todas e possa ficar em paz. Porque isso é uma coisa que eu almejo, acabar esse processo, isso resolver e fazer às vezes algum projeto social. Às vezes a gente pensa em fazer algum projeto social que é uma coisa que minha mãe sempre fez com a gente. De sempre procurar ajudar. Então, eu penso às vezes num trabalho social.

E eu acho que um dia, nosso sonho, é meio utopia, não termos mais que ficar sempre afirmando ao mundo e pedindo os nossos direitos. Eu acho que um país mais igual. E eu acho que isso que seria de grande importância. E que os quilombos pudessem sempre viver em harmonia. Eu acho que a gente precisa, pra ter paz, ter harmonia. Uns com os outros, mais união, sabe? Eu acho que é o importante. É uma paz. Então eu acredito que a gente vai conseguindo buscar essa paz olhando para o outro.

A gente tentar sempre ajudar do jeito... porque eu acho assim: do mesmo modo que eu fui ajudada, a gente tem que passar isso para frente, sabe? Se ajudar nesse reconhecimento. Que ainda nós temos um caminho grande, né? Porque não basta ser reconhecido pela Palmares, tem o INCRA, tem o IEPHA, tem vários órgãos que a gente ainda tem que trabalhar e é uma coisa muito lenta.

> Ainda que inseridas no universo capitalista, estas comunidades operam uma lógica contrária, ao estabelecerem através do pleito de caráter inalienável e coletivo do território, o direito comunal sobre suas propriedades. No desempenho de suas funções sociais, se organizam estrutural e culturalmente, zelando em termos de assistência dos seus e dos agregados, através de seus saberes tradicionais. A reciprocidade com o meio ambiente é outro elemento de valorização deste segmento, uma vez que, além de assegurarem a manutenção de mananciais, aqüíferos e espécies da fauna e flora relevantes no balanceamento do ecossistema. Em contexto urbano, tais características se destacam, além de apresentar relevância sócio-histórica, ao serem identificados como pólos culturais da cidade. (Pereira, 2018, 158)

Joviano: São muitos caminhos.

Glaucia: São muitos caminhos ainda a se percorrer e às vezes, quem sabe um dia, desburocratizar essas coisas e se você

é reconhecido por um órgão, se torna para todos, né? Então, às vezes tem uns caminhos assim, mas eu sempre acho que a gente vai conseguir, porém a gente tem sempre que perseverar. Que a todo dia é perseverar mesmo, buscar com muita, muita força e fé.

> Então, fundamentalmente o que eu quero procurar no meu trabalho é trazer à luz essa capacidade do negro de empreender uma organização social, de empreender uma vida própria deles, com cultura própria, com relações próprias, e mostrar que hoje em dia talvez eles ainda tenham esse tipo de organização própria, de relações próprias, e uns dos grandes trabalhos que ele tem que fazer seja realmente de se concientizar dessa sua posição diante do mundo e tentar botar para fora essa organização que ainda persiste ao nível das relações entre si e dos grupos negros, então, o quilombo, eu quero ressaltar aqui mais uma vez, é hoje em dia, muito mais um instrumento ideológico, para a luta do negro do que um instrumento, como foi no passado, de rebelião. É um instrumento de autoafirmação, um instrumento de compreensão de que voce, de que o homem negro, é um homem capaz como qualquer homem, que ele formou quilombos, não somente por causa dos castigos corporais. Ele fugiu, ele matou, ele matou senhores, ele se suicidou, as mulheres abortavam, houve várias formas de luta, mas a organização quilombo, que tem uma raiz africana no sentido que significa, no sentido que significa união, união daqueles que são iguais, então, o quilombo ainda existe hoje e é ele quem vai nos dar toda a possibilidade de repensarmos o nosso papel dentro da História do Brasil, como homens capazes de serem livres e que realmente lutaram pela sua liberdade de todos os meios possíveis através das rebeliões, através da alforria e através da luta política, no final do século passado, pela Abolição. (Nascimento, 2018, p. 131).

> Nisto, afirmamos que o viver aquilombado é a defesa mais potente contra as lógicas de poder colonial. A negritude de todos os lugares deste planeta quando conectarmos pela afirmação ancestral, quebraremos todas as estruturas coloniais e veremos a superação daquilo que nos condiciona (...) Diante, disto invoca-se a conectividade da revolta daqueles que não se conformam com tal representação. (Silva, 2019, p. 91).

Joviano: Quer falar mais alguma coisa? Que você acha importante...

Glaucia: Ai, Jovi, eu quero é agradecer a gente fazer parte, que pra mim é uma honra fazer parte desse seu trabalho, saber que a gente vai constar lá, né? Da importância. Você fez até uma tatuagem com a minha Elisa. Minha bisa. Achei ótimo.

Aqui o povo ninguém ainda fez, falou que ia fazer e não fez, fica: "Eu tenho medo". Então, é muito bom, sabe? E saber que a gente faz parte desse grupo, né, de pessoas que fazem a diferença, pessoas especiais, com isso um mundo cada vez melhor, né? Então só gratidão mesmo por tudo. Você sabe vários apoios que você já me deu. E, sempre que eu preciso, você está ali, então é muito importante.

Joviano: Ô Glaucia, também quero agradecer muito. Dizer que para mim é uma honra também. Quero dizer que o meu vínculo com esse território é um vínculo orgânico, pra vida, né? E sempre que eu puder estar aqui e puder contribuir... Pode contar comigo mesmo, inclusive na construção desse livro aí. Eu já tô querendo pegar as entrevistas da tese e publicar um livro seus, aí vai ser um livro seu, do Pai Ricardo, do Nêgo Bispo e da Sarah Marques, lá de Recife, que ela você não conhece ainda, né? É uma grande amiga, liderança comunitária lá do Recife, cabulosa, uma mulher incrível também.

Assim, e agradecer muito mesmo, eu gosto demais... por isso que o meu trabalho me levou para as encruzilhadas, porque eu adoro mesmo uma encruzilhada, porque a gente aprende demais, a gente se reedita também, né? Se transforma diante dessas encruzas aí da vida, e eu tenho certeza que, nas encruzilhadas que nós compartilhamos, nós na resistência do Kilombo Souza, Exu tava conosco. E nós caminhamos pelos melhores caminhos.

Glaucia: É isso mesmo.

Joviano: E que a gente possa continuar assim. Laroiê!

Glaucia: Laroiê Exu!

Joviano: Exu é Mojubá! Que Pai Oxalá nos proteja! E que a gente possa alcançar essa paz que você falou, né? Que bom que você chegou nisso assim, de entender a importância também de favorecer outros territórios, outros quilombos e essa consciência que faz com que você hoje seja essa liderança quilombola tão importante aqui em Belo Horizonte, com essa história tão potente, para poder contar e inspirar outras mulheres, outras lutas, outras pessoas, enfim, eu só tenho a agradecer também.

Glaucia: E dia 26 é aqui, né? 26 de outubro. Vamos estar aqui te esperando para te abraçar nessa apresentação, desta... como que é?

Joviano: É banca de doutorado.

Glaucia: Ah, da banca de doutorado (risos).

Joviano: Obrigado.

Nesse país, eu sinto e nós sentimos as chibatas que deram, que estão tentando perpetuar. Nesse país temos visíveis a compreensão que eles não morreram. Eles, aqueles escravizadores dos navios negreiros dos anos 1500. Estão vivos nos seus descendentes. Assim como os quilombos estão vivos na resistência. Temos certeza que existem descendentes deles que estão do nosso lado, e muitos dos nossos que estão do lado deles, outros que estão de ambos os lados, outros que não decidiram os lados. Nos tiraram a força do nosso primeiro território, o africano, nossa existência é milenar e transatlântica. Analogicamente o século XVI ainda não acabou, tempos de escolhas de lados, tempos de decidir-se: aquilombar ou colonizar. Quilombo lugar de existência. (Silva, 2019, p. 92).

Figura 1: Registro fotográfico com Glaucia e Joviano, comemorações do Dia da Consciência Negra, acervo Kilombo Souza, 2019.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, José Carlos Gomes dos. **No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro- brasileira.** Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2006.

CARVALHO, José Jorge de. **Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras.** In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSSFOGUEL, Ramón (org.). **Decolonidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 79-106.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras:** Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

HOOKS, bell. **Erguer a Voz. São Paulo:** Editora Elefante, 2019.

MAIA MAYER, Joviano. **De pé na encruzilhada:** por uma cartografia contra-colonialista. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Tese de doutorado. Belo Horizonte, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e intelectual: possibilidades nos dias de destruição**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

PEREIRA, Miriam Aprigio. **Luízes, um Quilombo em contexto urbano:** história, memória, travessia e re-existência dos pretos das Piteiras. Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável (PPG-PDS), Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais, UNB, Brasília, 2018.

SILVA, Ana Claúdia Matos da. **Uma escrita contra-colonialista do Quilombo Mumbuca, Jalapão-TO. 2019.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

notas sobre cartografia, transversalidade e co-produção no estudo dos fenômenos urbanos contemporâneos

Paula Bruzzi Berquó

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG (2013), mestre pelo Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG (2015), mestranda em História e Filosofia da Arte na Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne.

O presente artigo foi construído com base na dissertação de mestrado "A Ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte: entre rastros e emergências". Desenvolvido entre 2013 e 2015, o trabalho buscou investigar possíveis contribuições do acontecimento "A Ocupação" para o engendramento, no contexto de Belo Horizonte, de espaços biopotentes – ou modos de espacialização singulares, alternativos àqueles calcados na mera reprodução dos modelos de sujeição capitalísticos.

O ato "A Ocupação" foi realizado em 7 de julho de 2013 no Viaduto Santa Tereza. Na ocasião, o local foi ocupado por uma série de atividades culturais simultâneas, promovidas de maneira colaborativa e autônoma por artistas, estudantes e militantes da cidade. Alimentada tanto pelas experimentações político-estéticas historicamente realizadas na área quanto pelas manifestações de rua ocorridas na cidade em junho de 2013, a ação envolveu um emaranhado heterogêneo de processos, pautas e atores. Apesar da presença de alguns objetivos imediatos – provocar questionamentos em torno ao projeto da Fundação Municipal de Cultura "Corredor Cultural da Praça da Estação" e levantar possíveis formas de resistência à gentrificação da área – qualquer tentativa de enquadramento do ato em uma unidade identitária mostra-se demasiadamente redutora. Frente a tal situação, o trabalho em questão encontrou um desafio metodológico fundamental: como encontrar caminhos investigativos que não esvaziassem a ação de sua multiplicidade – característica na qual apostávamos residir, justamente, o seu caráter biopotente.[1]

Do reconhecimento da frequência com que tal desafio se apresenta no estudo dos fenômenos urbanos contemporâneos – os quais parecem se dar de forma cada vez mais fragmentária – decidimos assumir a questão metodológica como um segundo ponto de interesse teórico do trabalho. De forma transversal à análise propriamente dita de "A Ocupação", nos dedicamos, portanto, à investigação das próprias táticas investigativas a serem utilizadas em seu estudo:

1 O conceito de biopotência é aqui considerado com base nas ideias desenvolvidas por Gilles Deleuze e Felix Guattari (1995) e retomadas por Peter Pal Pelbart (2011)

estratégias que nos possibilitassem acompanhar o ato sem enquadrá-lo em um formato que, excessivamente objetivo, privassem-no daquilo que nos havia justamente motivado a abordá-lo.

Para tanto, partimos da cartografia, tal como proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari em sua obra Mil platôs (1995), e dividimos o trabalho em três eixos: "Pistas", "Rastros" e "Emergências". No primeiro eixo delineamos os conceitos e teorias que nos serviriam como balizas ao longo do trabalho investigativo. Com base nestas realizamos, no segundo eixo, uma ação de rastreio das dinâmicas que configuravam o multifacetado ambiente do nosso objeto-sujeito, "A Ocupação". No terceiro, finalmente, nos detemos nas conexões que, em meio a esse processo, emergiram como possíveis "nós" entre e a tessitura do fenômeno e o engendramento de espaços biopotentes na cidade.

No presente artigo, nos limitaremos à retomada do primeiro eixo. Mais do que abordar os processos estético-políticos envolvidos em "A Ocupação", interessa-nos aqui enfatizar questionamentos relativos especificamente às táticas utilizadas para o seu estudo. Para isso abordaremos, primeiramente, os conceitos de rizoma e cartografia, tais como desenvolvidos por Deleuze e Guattari (1995). Em seguida, discorreremos a respeito da "reversão metodológica" implicada na prática cartográfica, tomando-a como possível caminho para o estudo de fenômenos urbanos contemporâneos. Posteriormente, apresentaremos o conceito de transversalidade proposto por Felix Guattari na década de 1960 para, ao final, delinearmos as táticas utilizadas, no âmbito do estudo de "A Ocupação", para a realização de ensaios do que chamamos "co-produção transversal".

Rizoma-cartografia

Na Introdução da obra Mil Platôs (1995), Félix Guattari e Gilles Deleuze tomam de empréstimo a noção de rizoma à Botânica para nomear uma forma de pensamento reticular e não-hierarquizada, contrária aos sistemas cognitivos "unitários". Nessa perspectiva, as "estruturas" ou "bases" sobre as quais o conhecimento seria supostamente construído dão lugar a processos horizontais de produção, nos quais a teoria é constitutiva da prática. O funcionamento desse sistema, que se apresenta por si só como um manifesto,

dá-se – a exemplo de como ocorre nos vegetais rizomórficos – por meio de ramificações planas que se propagam livremente, estabelecendo múltiplas conexões. A cartografia constitui, segundo os autores, um de seus princípios – fato que torna o entendimento do modelo rizomático incontornável para o estudo, que aqui pretendemos realizar, da prática cartográfica. De forma a abordarmos os modos de funcionamento do rizoma, apresentaremos dois modelos de pensamento a ele relacionados: o sistema-raiz e o sistema-radícula. Veremos que se, como explicitam os autores, o rizoma difere-se tanto de um quanto de outro, é porque em tais modelos, ainda que de maneiras distintas, persiste uma forte ideia de unidade.

De forma a abordarmos os modos de funcionamento do rizoma, apresentaremos dois modelos de pensamento a ele relacionados: o sistema-raiz e o sistema-radícula. Veremos que se, como explicitam os autores, o rizoma difere-se tanto de um quanto de outro, é porque em tais modelos, ainda que de maneiras distintas, persiste uma forte ideia de unidade.

No caso do sistema-arborescente (ou sistema-raiz), modelo no qual se baseia grande parte do pensamento filosófico ocidental, isso se deve à presença de uma estrutura principal, cuja expansão ocorre por meio de uma lógica binária (o Uno torna-se dois, que tornam-se quatro, e assim sucessivamente). Como exemplo desse tipo de raciocínio, Deleuze e Guattari apontam a árvore sintagmática proposta por Noam Chomsky no âmbito da linguística generativa. Neste modelo, todo o conjunto de pares, dicotômicos e sucessivos, derivam e dependem da Sentença (S), que funciona como raiz principal. Sem ela, extinguem-se todas as formas de combinação possíveis; não há sistema.

No modelo-radícula, por sua vez, a lógica binária é substituída por uma estrutura que comporta um grande número de derivações. Neste modelo, amplamente utilizado pela ciência moderna para a produção de séries expansivas, a raiz-principal é extinta, dando lugar a raízes secundárias das quais emergem um vasto conjunto de ramificações. A ideia de que tal processo ocasionaria necessariamente a abolição da noção unitária é, contudo, ilusória. As parcelas resultantes da eliminação da raiz principal apenas atestam a presença de uma unidade ainda mais abrangente: é como se as partes descolassem-se de um primeiro patamar normativo para atrelar-se a outro, situado em um nível ainda mais alto. Tal como apresentado por Deleuze e Guattari (1995), os aforismos

de Friedrich Nietzsche, no âmbito filosófico, e as "raízes múltiplas" de James Joyce, no campo literário, configuram possíveis exemplos dessa "falsa ruptura" característica do sistema-radícula.

No caso de Nietzsche, se os aforismos assinalam um rompimento com o que poderíamos chamar de "unidade linear" do saber, só o fazem à medida que remetem, com isso, à unidade cíclica do eterno retorno. Na obra de Joyce, as raízes múltiplas também rompem com a unidade da palavra, mas apenas à medida que acrescentam uma outra unidade, também cíclica, ao texto. O modelo estrutural da raiz dá lugar, portanto, a uma espécie de sobrecodificação velada, que, apesar de não configurar uma base tal qual, faz-se presente em cada parcela do sistema. "É nesse sentido que a obra mais deliberadamente parcelar pode ser também apresentada como Obra Total ou o Grande Opus" (DELEUZE; GUATTARI, 1980, p. 14). Neste modelo, portanto, assim como ocorre no sistema-raiz, a multiplicidade encontra-se igualmente atada a uma instância suplementar e é, assim, também limitada no que se refere às possibilidades de conexão.

No rizoma, ao contrário, toda ideia de unidade é diluída. Diversamente dos sistemas descritos acima, nos quais os pontos e os seus próprios canais de conexão encontram-se condicionados à forte presença de uma unidade principal, em um tal sistema qualquer ponto pode (e deve) ser conectado a qualquer outro, independentemente de sua posição ou natureza. Ao contrário da árvore sintagmática de Chomsky, que tem início em um ponto (S) e cresce por meio de derivações dicotômicas, em um rizoma, regimes de signo e cadeias semióticas de naturezas fundamentalmente diversas (sociais, biológicas, mas também políticas, econômicas, dentre outras) são postas em relação sem qualquer sorte de hierarquia. Trata-se de fazer o múltiplo, "não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas, ao contrário, de maneira simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões de que se dispõe, sempre n-1 (é somente assim que o Uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele)" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 14-15).

A multiplicidade emerge, portanto, não como derivação do Uno, ou resultado de uma situação na qual este encontra-se incluído (n + 1), mas a revelia de qualquer tentativa de totalização e unificação. O rizoma não condiciona a sua proliferação, limitando-a a combinações finitas de conexão,

seja por meio de uma lógica binária (Uno torna-se dois) ou supostamente expansiva (Uno torna-se três ou mais); ele opera por contaminação.

Em um tal sistema, as próprias noções de ponto e posição tendem a se extinguir. Mais do que um conjunto passível de análise topológica, trata-se, assim, de uma circulação de estados. As marcações estáticas, tão caras aos modelos estruturais, dão, nele, lugar a um movimento constante, que com suas velocidades variáveis, fazem do ponto, linha, e dos lugares fixos, vetores de passagem. Nesse processo, a unidade (sujeito individuado), dissolve-se em prol da emergência de uma ação em fluxo: no lugar de uma energia concentrada, surge uma intensidade múltipla e expansiva. "Quando Glenn Gould acelera a execução de uma passagem não age exclusivamente como virtuose; transforma os pontos musicais em linhas, faz proliferar o conjunto" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 17). A música, possível imagem desse sistema, ajuda-nos a perceber sua natureza essencialmente cambiante, bem como a relação, que nele se estabelece, entre movimento e conexão. Num rizoma, a velocidade dilui o ponto e expande a rede; nele não há unidades, mas dimensões cujo crescimento depende, necessariamente, do estabelecimento de novas conexões.

A expansão de tais dimensões não ocorre, contudo, sem que a própria multiplicidade mude de natureza. Esse processo, ao qual Deleuze e Guattari deram o nome de "agenciamento", dá-se por meio das chamadas linhas de fuga, e ocorre "fora de todas as multiplicidades", em meio ao que os autores denominaram "plano de consistência" (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Diferentemente das pseudomultiplicidades presentes nos sistemas arborescentes, cuja definição (totalizante) dá-se pela presença de um significante hegemônico e de uma condição estável, a multiplicidade (ou rizoma) só pode ser definida a partir de sua correlação com o fora, das conexões que estabelece no plano de consistência, e das variações sofridas em meio a esse processo. Em outras palavras, a conexão é a própria condição de existência da multiplicidade, e a linha de fuga, a única capaz de defini-la enquanto tal.

Poderíamos intuir, neste ponto, que o rizoma se refere aos constantes processos (coletivos) de formação de uma ideia ou de um mundo (operada por meio de desterritorialização), enquanto, de maneira oposta, as formas estabelecidas, organizadas e estruturadas (os territórios)

remetem aos sistemas-raiz. O que ocorre, no entanto, é que ambas as dinâmicas não poderiam ocorrer senão de maneira entrelaçada. "Como é possível que os movimentos de desterritorialização e os processos de reterritorialização não fossem relativos, não estivessem em perpétua ramificação, presos uns aos outros?" (GUATTARI; DELEUZE, 1995, p. 18). E, assim, a relação entre o rizoma e a raiz (árvore ou radícula) atinge um outro nível de complexidade. Não se trata de um dualismo, o qual iria, inclusive, contra toda a ideia de multiplicidade, mas de uma contínua inter-relação.

O próprio rizoma compreende, além das linhas de segmentaridade – divididas entre segmentaridade dura (linhas molares), e segmentaridade flexível (linhas moleculares) – as próprias linhas de fuga. Se as primeiras engendram formas, por meio das quais o rizoma passa a ser atribuído, estratificado e significado; e as segundas arrancam dos contornos partículas em velocidade, fazem correr, entre os segmentos, fluxos de desterritorialização e geram "embaralhamentos" ou micro-fissuras em meio às hierarquias, pelas últimas operam-se fugas que desestruturam tais atribuições, levando-as a um estado processual, a uma condição de gerúndio permanente (em-formação) rumo ao desconhecido. Segundo Deleuze e Guattari,

> há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Estas linhas não param de se remeter uma às outras. É por isto que não se pode contar com um dualismo ou uma dicotomia, nem mesmo sob a forma rudimentar do bom e do mau. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 18).

Não devemos, portanto, entender o rizoma e a árvore-raiz como modelos opostos. Se a árvore configura um modelo ou uma forma atribuída (pontos localizáveis), em que se operam, contudo, fugas contínuas, o rizoma, diversamente, atua como um processo imanente (linhas), por meio do qual o próprio modelo é revertido – mesmo que no seio desse movimento possam surgir formas próprias de hierarquia[2] É assim que, se a árvore age como um decalque, uma tradução palpável dos processos rizomáticos, ou ainda, um modelo

2 De fato, segundo Deleuze e Guattari (1995), "existem nós de arborescência nos rizomas, empuxos rizomáticos nas raízes. Bem mais, existem formações despóticas, de imanência e de canalização, próprias aos rizomas. Há deformações anárquicas no sistema transcendente das árvores; raízes aéreas e hastes subterrâneas" (p. 31).

passível de reprodução, o rizoma, ao desestruturar tais modelos, esboça o que Deleuze e Guattari chamaram de cartografia.

Compor um mapa (ou uma cartografia) não significa, assim, re-produzir ou re-apresentar uma situação já dada, mas, ao contrário, implicar-se em sua própria produção; contribuir, em meio aos seus processos, para o desbloqueio dos fluxos e a conexão das multiplicidades. Diferentemente do decalque, que opera por tradução, estabilizando e neutralizando as multiplicidades, o mapa interfere em seu movimento, age em meio as suas intensidades, potencializando, assim, os agenciamentos. Nas palavras de Deleuze e Guattari, "se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 22). Se o decalque extrai imagens estáticas de uma certa realidade, o mapa implica no seu próprio traçado.

Fazer uma cartografia é, portanto, atuar por meio de "performance" e não de "competência"; é agir "entre as coisas", no plano dos afetos que pedem passagem, e não a partir de figuras já codificadas. Trata-se, por fim, de fazer não árvore, mas rizoma – e de permitir, assim como este, múltiplas entradas e saídas[3].

O termo adquire, portanto, um sentido fundamentalmente diverso daquele que lhe é atribuído no âmbito da geografia, apesar de ter ali a sua origem. Diferentemente da cartografia geográfica, em que territórios tais quais se desenham no campo do visível, o mapa ou a cartografia são aqui entendidos como o estudo das maneiras,

3 Neste ponto deve-se destacar, contudo, o fato de que, tal como o sistema rizoma-raiz, o binômio mapa-decalque também não compõe uma dicotomia, apresentando, ao invés disso, variadas possibilidades de agenciamento. Dentre as combinações possíveis, destaquemos duas: o mapa conectado ao decalque, e o decalque projetado sobre o mapa. Ora, a primeira possibilidade não se efetua pelo simples fato de que um mapa conectado ao decalque é, necessariamente, outro decalque. O decalque é incapaz de reproduzir um mapa. O que reproduz é uma imagem, sua versão do mapa, estabilizada, estruturada e fragmentada. Nesse processo, do mapa tem-se apenas os impasses, germes de estruturação, entraves e pivôs incipientes. O segundo caminho possível, em que o decalque é reconectado ao mapa, pode e deve ser realizado. Segundo Deleuze e Guattari, "seria necessário sempre ressituar os impasses no mapa e por aí abri-los sobre linhas de fuga possíveis" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 24). Os decalques, com seus impasses e estruturações embrionárias, configurariam, assim, uma dentre as múltiplas entradas possíveis de um mapa. Nesse caso, observadas – como pontuam os autores – as devidas precauções, a entrada ocorreria por meio dos próprios territórios enrijecidos, os quais serviriam, ao menos em um primeiro momento, como uma espécie de apoio. Outra opção, contudo, seria adentrar a cartografia diretamente pelas linhas de fuga, ou seja, justamente por aquilo que, nela, rompe com as estruturas, explode as zonas estratificadas e opera agenciamentos.

invisíveis, com que se agenciam potências ativas de criação e expansão da realidade[4]. Dessa maneira, também os territórios não correspondem, como na geografia, a contornos utilizados para representar fronteiras fixas. Ao contrário, trata-se de todo e qualquer processo de "tomada de forma" de uma ideia, ou, em outras palavras, de sua constituição em "matéria" apenas temporariamente instável, já que apta a sofrer contínuas desterritorializações ou desmanchamentos. Nessa perspectiva, um espaço pode constituir um território, assim como uma língua, uma ideia ou um determinado modo de pensamento.

Finalmente, a cartografia tal como a entendem Deleuze e Guattari (1995)baseia-se no estudo e na problematização das composições (sempre em processo) dos fluxos que constituem um rizoma. Cartografar um processo seria, nessa perspectiva, não definir, mas apresentar e experimentar, identificar as possibilidades que, nele, um rizoma encontra para se expandir. Trata-se de investigar como, em meio às suas dinâmicas, operam as linhas de segmentaridade duras e flexíveis; reconhecer os momentos em que há enraizamentos e obstruções, os processos de tomada de poder por parte de um significante, mas também as micro-fissuras, os desvios e os fluxos que os subjazem; salientar os momentos em que diferenças de intensidade promovem desterritorializações absolutas, perceber as linhas de fuga.

Assim, a cartografia só pode ser realizada em situações concretas. Traçar um mapa é habitar um território, desbravar uma realidade que já se apresenta, ela própria, como uma espécie de "mapa móvel", instável, acêntrico e assignificante. Para tanto, é preciso render-se aos fluxos e, como bem pontua Suely Rolnik (2006), "deixar o corpo vibrar". Pois não seria precisamente este o desafio dos cartógrafos: dar vazão às intensidades que pedem passagem?

Ora, no caso do estudo de "A Ocupação", para que a realização de um tal traçado fosse possível, era necessário lançar mão de uma conduta necessariamente diversa daquelas tradicionalmente utilizadas em pesquisas científicas. Era preciso, em outras palavras, encontrar caminhos que se baseassem não na composição a priori de metas (capazes

4 A análise de "A Ocupação" que aqui propomos é cartográfica no sentido que propõem Deleuze e Guattari. Trata-se de uma tentativa de apreender os fluxos que subjazem os atos ocupatórios, entendendo-os como potencialmente capazes de ativar a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte. As cartografias geográficas utilizadas serão, assim, tomadas como forma de auxiliar esse processo.

de nos conduzir a determinado resultado), mas na própria experiência do ato e, principalmente, na aceitação das possíveis interferências que tal gesto pudesse ocasionar. É ao afrontamento das diferenças entre uma tal conduta e as metodologias comumente utilizadas na investigação de fenômenos urbanos que dedicaremos o item que se segue.

Hódos-metá: o caminho como meta

Segundo Passos, Kastrup e Escóssia,

> a metodologia, quando se impõe como palavra de ordem, define-se por regras previamente estabelecidas. Daí o sentido tradicional de metodologia que está impresso na própria etimologia da palavra: metá-Hódos. Com essa direção, a pesquisa é definida como um caminho (Hódos) predeterminado pelas metas dadas de partida. Por sua vez, a cartografia propõe uma reversão metodológica: transformar o metá-Hódos em Hódos-metá. Essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento – um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado, assumido como atitude. (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009, p. 10

Neste item, abordaremos a cartografia sob a ótica dessa reversão metodológica. O nosso intuito é apontar as diferenças entre o que chamamos "percursos cartográficos" e as estratégias científicas nas quais, tal como descrevem Passos, Kastrup e Escóssia (2009), a metodologia impõe-se como palavra de ordem. Trata-se de uma tentativa de encontrar espaço, no campo dos estudos urbanos, para investigações performativas, nas quais o interesse seja voltado para o próprio caminho (Hódos-metá).

Conforme aponta Alfredo Veiga-Neto (1996), o paradigma da ciência moderna baseia-se nas ideias de racionalidade, consciência, sujeito soberano, progresso e totalidade. Segundo o autor, tais princípios, apesar de ainda muito presentes na contemporaneidade, remontam ao longínquo século XVI, quando estudiosos como Descartes, Newton e principalmente Galileu criam, com suas investigações empíricas, as bases da racionalidade científica. Inspirado pelas notáveis descobertas destes pensadores, Auguste Comte toma de empréstimo as diretrizes da Nova Ciência por eles fundada para estruturar, no século XIX, as bases do que veio a se chamar "positivismo". É principalmente por meio dessa corrente de pensamento que o paradigma

científico, antes restrito às Ciências Exatas e da Natureza, consolida-se também no âmbito dos estudos sociais, impondo-se, ao menos na cultura ocidental, como forma hegemônica do saber (VEIGA-NETO, 1996). Assim como os cientistas do século XVI, os positivistas sustentavam que o acesso à "realidade" ou à "verdade" seria possível apenas por meio da análise quantitativa e da observação neutra e repetitiva dos fatos, sendo as demais "formas de conhecimento" imprecisas e, portanto, ilegítimas.

Tais ideias ecoaram de maneira decisiva nas então recém-criadas Ciências Humanas e no próprio Urbanismo, o qual repetiu e, em grande medida, repete ainda hoje, os seus preceitos. É assim que o dispositivo experimental como meio de provar hipóteses, e a própria ideia de diagnóstico como a única via possível para a elaboração destas últimas, apresentam-se, ainda neste momento, como princípios-guia amplamente utilizados para se afrontar os fenômenos urbanos – enquanto estes, por sua vez, parecem relutar cada vez mais (dadas as novas possibilidades aportadas pelas redes digitais) em responder com a esperada exatidão e coerência.

A popularidade de tal procedimento no âmbito urbano deve-se principalmente à ressonância encontrada pelo método científico no chamado Urbanismo Modernista – o qual assume ainda hoje, e especialmente no Brasil, papel de referência. O livro "Urbanismo" (1924), escrito por Le Corbusier com o declarado objetivo de formular "leis" para o estudo da cidade, é um dos mais simbólicos indícios dessa influência. O livro divide-se em três partes, as quais correspondem a cada um dos procedimentos indicados por Galileu: diagnóstico, teorização e experimento.

Na primeira parte, o uso do termo "diagnóstico" mostra-se sintomático. Herdado das práticas higienistas do século XIX – por meio das quais operaram-se movimentos de verdadeira "limpeza social" nos centros urbanos da época – o termo remete à ideia de "doença" e insinua a necessidade de um "tratamento". Este teria como intuito restaurar uma suposta "saúde" da cidade, ou, em outras palavras, um modelo urbano asséptico, tratado como ideal. O diagnóstico apresenta-se, assim, como prática voltada especificamente para o reconhecimento de deficiências (em sua maioria de ordem técnica) com relação a certo "modelo ideal" – e não ao contrário, para a apreensão de possíveis potencialidades. A segunda parte do livro corresponde à teorização e análise

dos problemas "diagnosticados" e à formulação de hipóteses. Finalmente, o "experimento" indica propostas de aplicação prática das teorias.

Observa-se que grande parte dos estudos urbanos de "caráter experimental" realizados atualmente têm como princípio a atestação de hipóteses, formuladas, geralmente, por meio de "diagnósticos". Por meio destas, após a realização in loco do experimento, são produzidos dados estatísticos, a partir dos quais faz-se uma análise – em geral estritamente quantitativa – observando-se as diferenças e convergências entre as condições apresentadas em cada uma das situações.

A cartografia, de maneira diversa, não pressupõe diagnósticos, hipóteses ou técnicas de averiguação. Como vimos, a ideia que a norteia é, ao contrário, a de "acompanhar processos", ou, em outras palavras, de seguir "linhas" já em curso, implicando-se no campo de forças que definem as suas trajetórias. A primazia que nas metodologias acima descritas é delegada ao resultado, nesse tipo de prática volta-se, portanto, para o próprio caminho, em meio ao qual mais do que objetivos rígidos ou regras pré-definidas, o que se observa é uma condição de constante abertura.

Ora, para que tal conjuntura de abertura seja possível parece-nos necessário lançar mão de uma atitude necessariamente transversal. É precisamente à tentativa de delineamento de uma tal atitude que nos dedicaremos no item a seguir.

Transversalidade e co-produção

> A transversalidade é uma dimensão que pretende superar os dois impasses, o de uma pura verticalidade e o de uma simples horizontalidade; ela tende a se realizar quando uma comunicação se efetua entre os diferentes níveis e sobretudo nos diferentes sentidos. (GUATTARI, 1985, p. 96).

A transversalidade configura, no pensamento de Felix Guattari, um terceiro eixo possível, nem vertical (entendido como hierarquia), nem horizontal (entendido como homogeneização) – que desestabiliza e embaralha as lógicas hegemônicas de organização do campo social, inserindo, em meio ao plano bidimensional que as abriga, uma espécie de coeficiente de desestabilização. Para elucidarmos o funcionamento de tal processo, recorreremos, com base nas ideias de Eduardo Passos e Regina Benevides (2009), à análise de um sistema de coordenadas.

Segundo os autores, podemos considerar a forma hegemônica de organização do socius como um plano cartesiano em que linhas verticais e horizontais produzem-se por meio do rebatimento de variáveis maiores em variáveis menores – e no qual a operação de transversalização opera entre uma e outra direção, desestabilizando-as em prol da emergência de outros tipos de conexão. Em um tal plano, as linhas verticais são formadas por variáveis maiores – homem, adulto, rico, heterossexual – as quais, rebatidas em variáveis menores – mulher, criança, pobre, homossexual – dão origem à linha horizontal. No cerne da constituição desse metro-padrão de equalização das relações sociais temos a expressão de duas lógicas principais: de hierarquização e de corporativismo. A hierarquia encontra-se expressa pela diferenciação entre os dois tipos de linhas (homem x mulher, adulto x criança) entre as quais há uma relação de assujeitamento (as segundas estão assujeitadas às primeiras). Ao mesmo tempo, contudo, observa-se um processo de achatamento das diferenças em prol da constituição de conjuntos homogêneos. Isso ocorre tanto na linha vertical, da qual emerge uma espécie de conjunto ideal (homem-adulto-rico-heterossexual), quanto na linha horizontal, que acaba por configurar, ao contrário, uma sorte de bloco dos "diferentes".

Entretanto, em meio a essa organização rígida, fragmentos se descolam, gerando processos de

transversalização. Nesse movimento, "as variáveis menores se tornam o meio (medium) de um devir minoritário dotado de potência heterogenética ou de diferenciação (o que Simondon (apud PASSOS, BENEVIDES, 2009, p. 29) designou de energia potencial)" (PASSOS, BENEVIDES, 2009, p. 29). Em outras palavras, tem-se momentos em que a típica dinâmica de rebatimento ou de oposição das variáveis do metro-padrão dá lugar a um movimento de caotização por meio do qual novos arranjos do socius são potencialmente produzidos[5].

Voltemo-nos, com isso, ao delineamento do plano de transversalidade a partir da perspectiva da prática cartográfica. A pergunta que nos colocamos é: como a cartografia pode nos ajudar a acessar os momentos quentes de uma dada rede, de forma a expandir a energia potencial dos seus devires minoritários?

Tomemos tal pergunta sob a ótica específica do estudo de "A Ocupação". Para que conseguíssemos abarcar os possíveis vetores de desarranjo do status quo presentes em meio ao ato era preciso, antes de mais nada, assumirmos uma postura que possibilitasse o acesso, ainda que incipiente, ao plano das forças coletivas que o constitui. Para isso, era necessário proceder a um tipo de análise alternativa tanto ao modelo vertical/hierárquico – em que o pesquisador analisa o objeto de cima para baixo – quanto ao modelo horizontal/homogeneizante – em que as dinâmicas em questão são tomadas da perspectiva de um fechamento identitário. Era preciso, em outras palavras, assumir uma abordagem ela própria transversal, por meio da qual a produção-investigação se desse a partir da implicação de pontos de vista variados.

Passos e Eirado (2009) abordam a transversalidade a partir desse viés. Com base nas teorias desenvolvidas por Felix Guattari, os autores consideram tal conceito a partir da perspectiva da comunicação e, mais especificamente, como relativa à emergência de um plano comunicacional ampliado entre sujeitos e grupos[6].

---

5 Segundo Passos e Benevides, a estes movimentos de desarranjo Guattari deu o nome de "caosmose". Cf. (I) PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCOSSIA, Liliana. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009; (II) GUATTARI, Félix. Caosmose. Um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1992.

6 Ao formular o conceito na década de 1964, Guattari o descreve como referente ao aumento dos quanta comunicacionais entre sujeitos e grupos em uma instituição: uma

O que eles denominam quanta de transversalidade refere-se, assim, ao "grau de abertura" apresentado por determinada dinâmica comunicacional intra ou intergrupal. Esses quanta podem variar de um nível mínimo (expresso, em um processo comunicativo, pela hegemonia de um ponto de vista proprietário) até um máximo (em que aexperiência comunicacional "encarna" as próprias flutuações do plano de comunicação), passando por níveis intermediários marcados pela emergência de pontos de vista múltiplos e não proprietários.

Se considerada do ponto de vista da prática cartográfica, tal ideia configura uma possível referência para a constituição, em meio à investigação-percurso, de um plano atravessado, no qual a primazia do ponto de vista do observador dá lugar à emergência de um plano compartilhado por vozes múltiplas.

Segundo os autores

> a transversalidade como princípio metodológico dá direção a uma experiência de comunicação que faz variar os pontos de vista, mais do que aboli-los. Na verdade, trata-se da possibilidade de habitar os pontos de vista em sua emergência, sem identificação e sem apego a qualquer um deles. (...) Ser atravessado pelas múltiplas vozes que perpassam um processo, sem adotar nenhuma como sendo a própria ou definitiva conjurando o que em cada uma delas há de separatividade, historicidade e fechamento tanto ao coletivo quanto ao seu processo de constituição.(EIRADO; PASSOS, 2009)

É nesse sentido que propusemos tomar a transversalidade como ethos da prática cartográfica, considerando-a como caminho para a emergência de uma dinâmica investigativa ela própria conjunta. Se, na perspectiva dos autores, tal ideia "deve ser pensada sob a base de uma comunidade, ou seja, de um ser-comum" (EIRADO; PASSOS, 2009), a nossa proposta foi pensá-la como referente à criação do que chamamos "plano de co-produção" no seio da própria pesquisa. Foi assim, finalmente, que intentamos acessar possíveis vetores de transversalização – ou, dito de outro modo, de desestabilização dos eixos hegemônicos do socius – presentes em "A Ocupação": a partir de uma sua abordagem ela mesma coletiva e transversal. Para tanto, utilizamos dois recursos principais, os quais encontram-se

espécie de tentativa de ir sempre do Uno ao coletivo, entendendo o coletivo não como agrupamento homogêneo, mas como terreno marcado pelas diferenças. Cf. PASSOS, Eduardo; BENEVIDES, Regina. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009, p. 17-31.

delineados a seguir: a realização de três pequenas assembleias – às quais chamamos Roda de Conversa #1, #2 e #3 – e a construção do que denominamos "Diagrama Espaço-Tempo-Processo".

A Roda de Conversa surgiu como estratégia do Grupo de Pesquisa Indisciplinar (Escola de Arquitetura da UFMG) em 6 de novembro de 2014. Nesta data foi realizada uma primeira experiência que, com o objetivo de gerar conteúdo para a escrita conjunta de um artigo acadêmico, envolveu diversos integrantes de movimentos culturais e sociais da cidade.

As três Rodas de Conversa que integraram a dissertação em questão foram realizadas entre 2014 e 2015, com base no aprendizado adquirido com essa primeira experiência. O seu objetivo foi o de reunir pessoas envolvidas em "A Ocupação" para uma discussão aberta a respeito das percepções e questões surgidas em meio aos seus processos. A ideia era, em outras palavras, criar condições para que a produção de conhecimento a respeito do ato fosse feita, assim como este, de maneira colaborativa.

Por isso o formato de Roda, e não de entrevista. O objetivo não era alimentar um ponto de vista (no caso, o de quem escreve) com outros, expressos um a um por meio de conversas bilaterais. Mais do que isso, tratava-se de gerar condições para a emergência de um plano compartilhado, em que pontos de vista variados pudessem afetar-se mutuamente. Ao invés de recolher dados, esperou-se, assim, produzi-los transversalmente – intentando ampliar as condições de comunicação para além de uma verticalidade hierárquica ou uma horizontalidade homogeneizante.

A Roda de Conversa #1 foi realizada na tarde do dia 8 de dezembro de 2014, na área do baixio do Viaduto Santa Tereza, e contou com a presença de Silvia Andrade, Gabriel Murilo, Drica Mitre, Cléssio Cunha e Thálita Motta. A Roda de Conversa #2 realizou-se no mesmo local, no dia 19 de dezembro de 2014 e teve como participantes Gabriel Murilo, Francisco Cereno, Thálita Motta e PG Rocha. A terceira e última Roda de Conversa foi realizada em 27 de janeiro de 2015, no Viaduto Santa Margarida, no Barreiro[7]. Trata-se do local de ocorrência da quinta edição de "A Ocupação", em 14 de dezembro de 2013. Dela participaram cinco das pessoas envolvidas na articulação do ato: João Paiva,

7 O Barreiro é uma das nove regionais do município de Belo Horizonte. Localizada em sua porção sudoeste, a região faz limite com os municípios de Contagem, Ibirité, Brumadinho e Nova Lima. Conforme levantamento do Censo 2010, ela é formada por 54 bairros, 18 vilas, possui 70 mil domicílios e 283.544 habitantes (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2015)

Isabela, Juliana, Pedro e David Narvaez (responsável também pelos registros fotográfico e audiovisual do encontro). A ideia, com tal Roda, era percorrer os desvios territoriais realizados pela própria "A Ocupação", adentrando o universo de grupos que passaram a fazer parte do movimento após a realização de sua primeira edição no Viaduto Santa Tereza.

O conteúdo sonoro registrado durante os três encontros foi transcrito pela autora e compartilhado com os demais participantes por meio da plataforma GoogleDocs. A ideia era que cada um deles pudesse intervir livremente em suas falas, completando ou reelaborando as informações presentes no registro oral. O material resultante dessa dinâmica, incluído na íntegra como Apêndice da Dissertação, foi utilizado em diversos trechos do texto – de maneira entrecruzada a considerações da própria autora, fatos históricos e citações teóricas utilizadas para a abordagem do ato

Diagrama Espaço-Tempo-Processo[8]

O Diagrama Espaço-Tempo-Processo é a base a partir da qual desenvolveu-se o trabalho de "rastreio" empreendido no segundo eixo do trabalho em questão, denominado "Rastros". Para a sua concepção partimos da análise das próprias dinâmicas de "A Ocupação" e da tentativa de, desviando-nos da redução de seu conteúdo a um sistema pré-definido de códigos e representações, desenvolvermos um tratamento ele próprio heterogêneo. A ideia era criar, para isso, uma espécie de composição entre os seus espaços, tempos e processos.

Iniciamos o trabalho pela construção de uma legenda (imagem 1), por meio da qual cada ator-processo identificado no ato assumiria uma cor própria[9]. Foi com base neste sistema

8 O diagrama em questão é fruto de um trabalho de co-produção do grupo de pesquisa Indisciplinar e contou com a colaboração dos pesquisadores Marília Pimenta, André Victor Ramos e da estudante Ana Cecília Souza. A sua execução ocorreu transversalmente aos projetos de pesquisa desenvolvidos pelo grupo e integrou as ações de extensão empreendidas pelo eixo "Cultura e Território".

9 As cores da legenda foram pensadas não apenas como instrumentos de identificação, mas também como elementos simbólicos. O amarelo, por exemplo, foi utilizado para identificar os "Protestos" (ocorridos na cidade em junho de 2013) por ser a cor-símbolo do Comitê dos Atingidos pela Copa. Já a cor laranja foi usada para a identificação das "Manifestações Culturais de Resistência" por ser a cor-símbolo do movimento "Fora Lacerda", importante exemplar de tais experiências na cidade. Com o uso de tais cores pretendemos nos aproximar das lutas emplacadas por tais atores – a partir do reconhecimento de que tais lutas se dão, em grande medida, também por meio de tais símbolos.

10 A Legenda de Cores foi desenvolvida com a colaboração da pesquisadora e estudante de arquitetura Marília Pimenta

de identificação que desenvolvemos, posteriormente, os três elementos que formariam, juntos, o diagrama: as Linhas Textuais (imagem 2), os Mapas (imagem 3) e a Linha do Tempo (imagem 4). As Linhas Textuais foram inseridas à margem esquerda de cada uma das páginas do eixo "Rastros", dando a ver as dinâmicas abordadas em cada uma de suas partes. Os Mapas, por sua vez, foram colocados pontualmente em meio ao texto, e tiveram por objetivo localizar territorialmente tais processos. A Linha do Tempo, finalmente, foi incluída ao fim do referido eixo, configurando uma espécie de referência temporal para os assuntos abordados.

As cores funcionam como elo de conexão entre as diversas partes do Diagrama: a cor laranja que aparece nos Mapas indicando os espaços de atuação das "Manifestações Culturais de Resistência", por exemplo, aparece também na Linha do Tempo e nas Linhas Textuais, sinalizando a presença desse mesmo ator-processo. No caso da Linha do Tempo tal presença refere-se a uma ordem temporal, isto é, indica em quais períodos do processo analisado as "Manifestações Culturais de Resistência" mostram-se atuantes. No caso das Linhas Textuais, a sua presença indica que estamos discorrendo, ao longo do texto, a respeito de processos nos quais as "Manifestações Culturais de Resistência" encontram-se de alguma forma implicadas.

Img. 1 Legenda de Cores.

Fonte: própria autora.[10]

processo. A sua transposição, em cortejo, de uma ocupação a outra, configurou um gesto fortemente simbólico de conexão entre ambos os atos[63].

Figura 15: Bandeirão "ônibus sem catraca" na Câmara Municipal de Belo Horizonte

Fonte: MÍDIA NINJA, 2013.

No que se refere aos pontos de confluência entre a Ocupação da Câmara e A Ocupação, um momento anterior ao de realização do cortejo entre um e outro movimento precisa, contudo, ser destacado. Trata-se da própria ocasião em que se decide, dentro desta primeira, pela realização da última: a Reunião Extraordinária da Assembleia Popular Horizontal – ocorrida no dia 2 de julho.

Na ocasião, os integrantes do Comitê Popular de Arte e Cultura e de cada um dos dez Grupos Temáticos que compunham, à época, a Assembleia Popular Horizontal, reuniram-se em meio ao jardim da Câmara, a fim de destacar pautas prioritárias dos Protestos a serem abarcadas, naquele momento, pelo grupo (Figura 16). Ora, foi justamente neste momento, especificamente nas discussões realizadas pelo Comitê, que, como descrito no texto publicado em 5 de julho na **Fanpage A Ocupação no Facebook** (ver Figura 04), que "O Evento", então previsto para realizar-se no baixio do Viaduto Santa Tereza, pelo coletivo Família de Rua e os alunos da disciplina UNI 009 Cartografias Críticas da Escola de Arquitetura da UFMG – voltada para a análise dos possíveis efeitos gentrificatórios do programa urbanístico Corredor Cultural Praça da Estação – foi amplificado, dando origem a A Ocupação.

[63] Voltaremos a abordar este ponto no item 2.14 do presente trabalho.

Figura 16: Reunião do Comitê Popular de Arte e Cultura na Ocupação da Câmara em 2 de julho de 2013

Fonte: ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL, 2013.

Voltaremos a este ponto mais adiante. Antes disso é preciso desenredar as muitas linhas que aqui confluem. Referentes aos diversos *ambientes*, *atores* e *processos* pelos quais A Ocupação permeia, elas revelam que o ato, apesar de intrinsecamente conectado aos Protestos ocorridos em junho – e à Ocupação da Câmara, que é um de seus desdobramentos – abrange diversas outras pautas, algumas das quais lançadas muito antes de sua eclosão. De forma a fazer-nos compreender, propomos um recuo no tempo, mais especificamente ao início do ano de 2013, época em que o Programa Corredor Cultural da Praça da Estação, ao ser apresentado publicamente pela Fundação Municipal de Cultura, torna-se uma das principais pautas de discussão dos movimentos sociais e culturais da cidade.

2.3 Programa Corredor Cultural da Praça da Estação

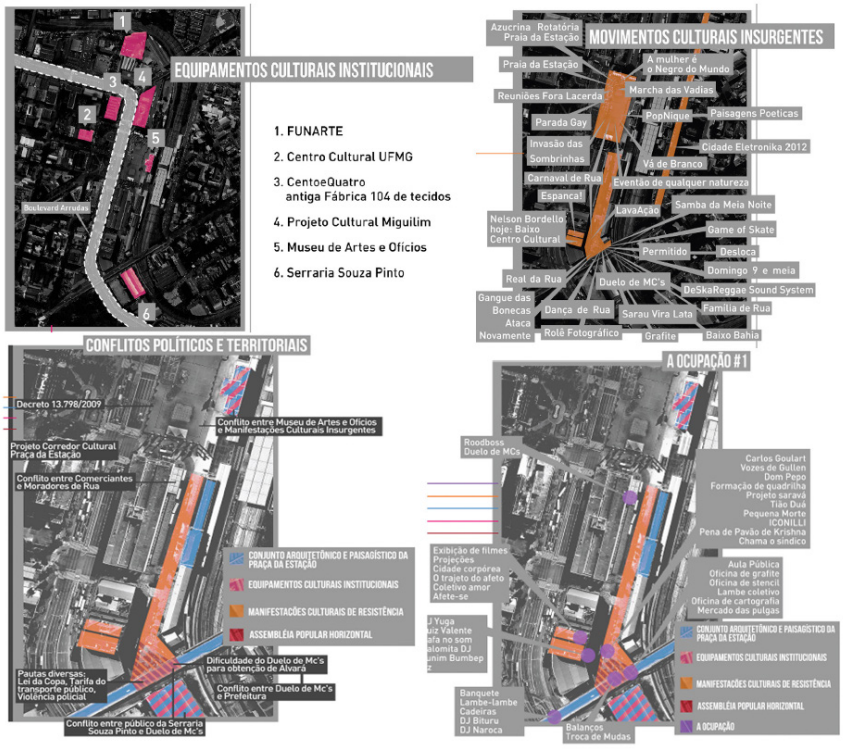
O Programa "Corredor Cultural Estação das Artes", posteriormente denominado "Corredor Cultural da Praça da Estação"[64], havia sido instituído pela Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte (FMC) ainda no fim de 2012. Criado com o intuito de

[64] Desde a sua apresentação inicial, o nome do programa sofreu diversas alterações. De "Programa Corredor Cultural Estação das Artes", este alterou-se, já nas primeiras reuniões públicas, para "Programa Corredor Cultural Praça da Estação" e, mais recentemente, para "Programa Zona Cultural Praça da Estação".

Img. 2 Linhas Textuais .

Fonte: própria autora

As Linhas Textuais foram desenvolvidas em colaboração com a pesquisadora e estudante. de arquitetura Marília Pimenta



Img. 3 Mapas.

Fonte: própria autora

Os Mapas foram desenvolvidos com a colaboração da pesquisadora e estudante de Arquitetura Marília Pimenta.

Img. 4 Linha do Tempo.

Fonte: própria autora

A Linha do Tempo foi desenvolvida com a colaboração da pesquisadora e estudante de Arquitetura Marília Pimenta, do pesquisador e estudante de design André Victor Ramos e da estudante de design Ana Cecília Souza.

Tomemos o caso das Linhas Textuais. Se analisarmos o seu papel a partir do conteúdo da escrita veremos que estas funcionam como uma espécie de "fator de referenciamento". Isto equivale a dizer que, mesmo que o texto não corresponda a uma ordem cronológica ou siga uma lógica necessariamente voltada para a posição espacial das "Manifestações", tanto uma quanto a outra poderão ser convocadas: basta que o leitor identifique as cores das Linhas Textuais e as compare com aquelas da Linha do Tempo e dos Mapas. Nessa operação, as informações antes supostamente "soltas" no texto, podem ser re-situadas, por parte do leitor, em uma espécie de quadro de referência: sabe-se, ora, de onde e de quando se está falando.

Tal processo funciona também ao inverso. Se partirmos da perspectiva da Linha do Tempo e do Mapa, nos quais os atores-processos encontram-se sistematicamente enquadrados e referenciados, as Linhas Textuais funcionam como uma espécie de "agente desestabilizador". Em outras palavras, ao direcionar, por meio das cores, os atores-processos antes presos a amarras cronológicas-espaciais a uma escrita em grande medida fragmentária, propensa a ritmos variados (relativos, em muitos casos, mais à experiência afetiva do que a qualquer outro fator regulatório), elas operam de modo a "caotizar", por assim dizer, a regularidade da Linha do Tempo e do Mapa.

Notas finais

Se com este artigo o nosso objetivo foi sugerir alternativas não "arborescentes" ao estudo dos fenômenos urbanos contemporâneos, é porque acreditamos não haver qualquer razão para pensarmos os seus caminhos tortuosos por meio de linhas retas ou "árvores". Parece-nos mais assertivo, ao contrário, pensá-los por meio de seus desvios e de suas dimensões cambiantes, pelas linhas que neles se ligam, se alastram, se confundem e através das quais as suas conexões se multiplicam. No estudo de "A Ocupação", o nosso desafio foi precisamente este: empreender formas de "apresentação" ou "experimentação" que, mesmo que de maneira incipiente, fossem capazes de ativar intensidades por meio das quais as dinâmicas do ato pudessem continuar a reverberar.

Para isso, os conceitos rizoma, Hódos-metá e transversalidade funcionaram, juntos, como uma sorte de baliza. Foi a partir desse conjunto teórico fragmentário que construímos as táticas investigativas utilizadas ao longo do percurso – as Rodas de Conversa e o Diagrama Processo-Espaço-Tempo. Pensadas, antes de mais nada, como exercícios conectivos, tais táticas tiveram como objetivo abrir caminhos para que entrecruzamentos contínuos se operassem entre os territórios engendrados pelo ato. Se no presente artigo nos empenhamos em retomá-las, foi na expectativa de contribuir para a busca – cada vez mais urgente – por estratégias que, ao invés de renderem-se a um simples "achatamento" da multiplicidade característica dos fenômenos urbanos contemporâneos, considerem-na como elemento-chave para a construção de discursos a seu respeito.

REFERÊNCIAS

BERQUÓ, Paula. **A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte:** entre rastros e emergências. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2015, 507 f.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia, vol. 1. Editora 34: São Paulo, 1995 (1980).
GUATTARI, Felix. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**. Um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1992.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PELBART, P. P. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2011.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo. Olhares... In: COSTA, Marisa (org.). **Caminhos investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre: Mediação, 1996, p.19-35

Notas sobre cartografia, transversalidade e co-produção no estudo dos fenômenos urbanos contemporâneos

insurgência e conservação do patrimônio cultural no espaço comum luiz estrela

Liliane Augusta Moreira

Turismóloga pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri(2010), mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Universidade Federal de Minas Gerais (2018) e especialista em Políticas Públicas pela mesma instituição (2014). É educadora em museus no Circuito Liberdade em Belo Horizonte. (lilianesxp@yahoo.com.br).

Introdução

Este estudo visa discutir a importância dos movimentos insurgentes na conservação de bens culturais edificados, a partir de práticas como as ocupações urbanas que, pautadas em aspectos coletivos e horizontalizados, buscam restituir a função social de imóveis, os quais dotados de grande valor histórico, parecem ser negligenciados intencionalmente pelo poder público.

Sobre este tema, Castriota e Braga (2016) cunharam o conceito de patrimônio insurgente, o qual evoca a significância das ações coletivas contemporâneas como medidas significativas no cuidado e permanência de bens patrimoniais.

Em Belo Horizonte, ocorreu em outubro de 2013, no prédio do antigo Hospital Militar, no bairro de Santa Efigênia, o surgimento da ocupação cultural Espaço Comum Luiz Estrela, a qual é inclusive reconhecida nacionalmente, conforme será tratado. No ano de 2020, a iniciativa completou sete anos de resistência e vem promovendo arduamente, durante este período, além da construção de um centro cultural autogerido, a restauração coletiva do imóvel que a abriga, o qual é tombado pelo poder público municipal e se encontrava fechado desde 1994 numa constante degradação.

Ressaltamos ainda que, a partir deste aspecto, o artigo tem como ponto norteador o "direto à cidade", termo cunhado pelo filósofo francês Henry Lefebvre no final da década de 1960. Conforme trata o autor, a sua definição refere-se ao entendimento da vida urbana na era industrial, evocando ainda as disputas que circundam a cidade entre grupos distintos, os quais defendem causas específicas baseadas nos lugares que ocupam. Além disso, destaca o valor de uso e o valor de troca como fatores que transformam o ambiente construído. De acordo com Lefebvre:

> No sistema urbano que procuramos analisar se exerce a ação desses conflitos específicos: entre valor de uso e valor de troca, entre a mobilização da riqueza (em dinheiro, em papel) e o investimento improdutivo na cidade, entre a acumulação do capital e sua dilapidação nas festas, entre a extensão do território dominado e as exigências de uma organização severa deste território em torno da cidade dominadora. (LEFEBVRE, 2008, p. 14)

Percebeu-se nas insurgências ocorridas na última década, além dos efeitos de crises econômicas e de representação política, a reivindicação do pertencimento à cidade como um espaço múltiplo e democrático, seja nas lutas globais deflagradas em outras partes do mundo como no Oriente Médio, Europa e Estados Unidos, entre 2010 e 2012, ou nos levantes ocorridos no Brasil durante as Jornadas de Junho de 2013.

Salienta-se que este estudo é de caráter qualitativo, tendo como suporte metodológico a pesquisa bibliográfica e documental, além de consultas às redes sociais na internet relacionadas a ocupação cultural Espaço Comum Luiz Estrela e a pesquisa de campo, com visitas semanais a ocupação entre 2017 ao início de 2019.

Para tratar do que se propõe o estudo se divide em duas sessões, nas quais abordamos respectivamente as insurgências globais ocorridas entre 2010 a 2012 e num segundo momento as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. Já no segundo tópico apresentamos a trajetória da ocupação Espaço Comum Luiz Estrela, a história do prédio ocupado, e por último as ações empreendidas pelos ativistas no restauro coletivo do imóvel.

As insurgências globais contemporâneas, uma breve explanação

As insurgências globais ocorridas na última década constituíram-se em ações híbridas de protesto, pois se utilizaram dos espaços públicos e convocações através de postagens frequentes nas redes sociais, como *Facebook* e *Twiter,* sendo estes recursos compreendidos como meios mais democráticos de comunicação (CASTELLS,2013 p. 13).

As redes sociais permitiram uma cobertura bastante fiel dos levantes, ao contrário do que foi percebido nas divulgações realizadas pela mídia (SILVA; ZIVIANI, 2018 p.30), além disso, houve o uso de modos criativos de protesto que utilizavam a arte como forma de luta (ALVES, 2012 p. 33).

Outro fator refere-se às características relativas ao perfil dos sujeitos inseridos nos movimentos coletivos, conforme Giovanni Alves (2012) estes formavam um grupo múltiplo em aspectos sociais, etários, acadêmicos e laborais:

> Podemos salientar algumas das características desses novos movimentos sociais. Primeiro, constituem-se de densa e complexa diversidade social, exprimindo a universalização da condição de proletariedade (os 99%). No caso europeu, muitos dos manifestantes são jovens empregados, operários precários, trabalhadores, desempregados e estudantes de graduação subjugados pelo endividamento e inseguros quanto ao seu futuro - eles constituem o denominado "precariado"; incluem-se também, no caso do Occupy Wall Street, veteranos de guerra, sindicalistas, pobres, profissionais liberais, anarquistas, hippies, juventude desencantada, trabalhadores organizados etc. (ALVES, 2012, p. 32)

Os movimentos protagonizados por estes indivíduos representaram os efeitos da crise econômica de 2008 e tiveram como marco o ano de 2011, o que, para o professor Thomas Tufte (2013, p.63): "foi um ano seminal, que deu origem a muitos movimentos sociais de importância contínua".

Assim podemos mencionar os seguintes levantes: a Revolução no Egito que ocupou a Praça Tahir, no Cairo, em 25 de janeiro (CASTELLS, 2013 p.39), as manifestações populares em Portugal, denominadas de Geração à Rasca ou M12M, as quais se deram em 12 de março de 2011, e outros marcos em seu ciclo de protestos, como o Movimento Que se Lixe a Troika, em 15 de setembro de 2012 (SOEIRO, 2014, p. 66-69), o Movimento dos Indignados, conhecido também como 15-M, ocorrido na Espanha em 15 de maio (BRUM; CARGUINELUTTI, 2015, p. 76) e, por fim, o Occupy Wall Street, ocorrido em 17 de setembro com a ocupação ao Zuccotti Park (SAUVIAT, 2012, p. 146).

Ressalta-se que tais movimentos foram inspirados por protestos ocorridos na Islândia em janeiro de 2009 e na Tunísia entre janeiro a outubro de 2011, conforme já destacaram Castells (2013, p. 20-29) e Alves (2012, p. 31).

As insurgências até aqui mencionadas denunciaram uma lógica de domínio do capital financeiro, resultando em fortes abalos econômicos, além de uma crise de representação política, na qual tanto ditaduras quanto democracias, foram vistas como elementos que faziam parte de um velho arranjo que primava por tentativas de apagamento dos direitos básicos da sociedade. Tal afirmação nos remete a Deleuze (2013, p. 215) ao assinalar que: "a única oportunidade dos homens está no devir revolucionário, o único que pode conjurar a vergonha ou responder ao intolerável".

O próximo tópico trata das Jornadas de Junho de 2013 ocorridas no Brasil, momento que levou uma multidão às ruas, com pautas variadas, numa época em que o país se preparava para sediar grandes eventos esportivos, fator que gerou projetos urbanos gentrificadores e evidenciou ainda mais as fragilidades da política de desenvolvimento urbano e social no país.

O Brasil e as Jornadas de Junho de 2013

As Jornadas de Junho em 2013 no Brasil tiveram como ponto inicial o aumento no preço das passagens do transporte público em algumas capitais do país, sendo os protestos ligados a tal causa encabeçados pelo Movimento Passe Livre - MPL.

> Tomando as ruas, as Jornadas de Junho de 2013 rasgaram toda e qualquer perspectiva técnica acerca das tarifas e da gestão dos transportes que procurasse restringir seu entendimento aos especialistas e sua "racionalidade", a serviço dos de cima. Ao reverter o aumento das passagens em mais de cem cidades do país, as pessoas deslocaram momentaneamente – e com impactos duradouros – o controle político da gestão do transporte. Forjou-se, no calor das barricadas, uma experiência de apoderamento que não se resume à ocupação física das cidades, mas estende-se à maneira como se organizam os transportes no país. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 38-39)

Contudo, de acordo com a pesquisadora Maria da Gloria Gohn (2014), havia uma gama de outros motivos que culminaram na ocorrência dos protestos. "Com a adesão de multidões às manifestações, as demandas ampliaram-se mais ainda, e o alvo passou a ser "contra tudo", além da denúncia sobre a violência da polícia" (GOHN 2014, p. 433).

Outros autores como Souza (2016, p.138) e Moreira (2013, p.254) afirmam que a questão urbana, ponto de disputas recorrentes no Brasil, no momento das Jornadas de Junho, ainda tinha como agravante os preparativos para os eventos esportivos que ocorreriam no país, sendo eles a Copa das Confederações, realizada em 2013, a Copa do Mundo de Futebol, a qual se deu em 2014 e, por último, os Jogos Olímpicos de 2016.

Um fato bastante marcado nas explanações de Maricato (2014, p. 5), Rolnik (2013, p. 54-55) e Vainer (2013, p. 58), que também chamam a atenção para os projetos urbanísticos e arquitetônicos que pouco diálogo demonstraram com aspectos paisagísticos, culturais e sociais das cidades sedes dos eventos.

Como uma das graves consequências deste processo, tem-se a expulsão de populações vulneráveis para áreas periféricas, sem que fosse oferecido qualquer apoio mais efetivo, além de valores irrisórios utilizados para quitação de aluguéis sociais.

Assim, deu-se o advento de organismos autônomos como a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa- ANCOP, cuja participação nas Jornadas de Junho, aliada ao Movimento dos Sem Teto, serviu para provocar ainda mais indignação diante dos efeitos ocasionados pelos grandes eventos. Logo, foram realizadas por estes sujeitos manifestações em Brasília, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (GONDIM, 2016 p. 9).

Em Belo Horizonte, notou-se que a constituição das Jornadas de Junho era forjada por uma série de lutas já existentes na cidade, de início, pode ser mencionada a Praia da Estação.

De acordo com Migliano (2013, P.45), o movimento surge quando o antigo prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, proíbe a realização de eventos populares na Praça da Estação, instaurando o Decreto número 13.798/2009.

As discussões iniciadas na Praia da Estação geraram os seguintes resultados: a suspensão do decreto após três meses de atos de resistência e debates oriundos do movimento (MIGLIANO, 2016 p. 3) e o incentivo a outras insurgências na cidade. Ocorreu o "Fora Lacerda!" no ano de 2011, descrito como "um movimento independente e suprapartidário que surgiu dentro da Praia, com o intuito de reunir pessoas insatisfeitas com a atuação elitista do prefeito Márcio Lacerda, em Belo Horizonte". (RENA; BERQUÓ; CHAGAS, 2013 p. 12). Além disso, houve também o fortalecimento do carnaval, festa que, na capital mineira, ocorria com pouca expressividade até o ano de 2010, quando nasce o bloco Praia da Estação, responsável por reunir diversos grupos ativistas conscientes de seu papel na cidade, cumprindo mais uma vez o direito de ocupar seus espaços públicos (MIGLIANO, 2016 e RENA; BERQUÓ; CHAGAS, 2013).

Assim, as Jornadas de Junho de 2013 ocorrem em meio a um cenário de lutas urbanas já consolidadas na capital mineira, os protestos se deram no período de 15 a 29 de junho, ocasião que gerou em alguns momentos graves confrontos com a polícia (RICCI e ARLEY, 2014). Em duas datas específicas, nos dias 17 e 22, cujos atos envolveram respectivamente a participação de cerca de 30 mil e 60 mil pessoas, ocorreram dois jogos da Copa das Confederações na cidade, os manifestantes seguiam da Praça Sete de Setembro, localizada no centro, para o estádio do Mineirão

na região da Pampulha, os confrontos iniciaram quando eles tentavam passar pela tropa da Polícia Militar para chegar ao estádio, houve muita violência, depredações e saques (FERREIRA, 2016, p. 11).

As Jornadas de Junho de 2013 estimularam o poder coletivo da sociedade na reivindicação por seus direitos, demonstrando que é possível se organizar de modo autônomo, elaborando diálogos potentes. A seguir, elucida-se o caso da ocupação cultural Espaço Comum Luiz Estrela, a qual nasce em Belo Horizonte em outubro daquele ano, trazendo para o centro da discussão das lutas urbanas na capital mineira, a autonomia na conservação de um bem arquitetônico e cultural tombado e em vias de destruição.

O Espaço Comum Luiz Estrela, arte na ocupação de um bem arquitetônico e cultural abandonado

A ocupação cultural Espaço Comum Luiz Estrela foi empreendida por ativistas com perfis e formações variados, advindos de múltiplas lutas urbanas em Belo Horizonte, os quais ocuparam de modo festivo e performático um casarão em ruínas, visando construírem ali um centro cultural autogerido. Ao mesmo tempo esta ação escancarou as memórias de um espaço tombado, esquecido pelo poder público.

No contexto de Belo Horizonte, construída sob os moldes republicanos, com um traçado urbano projetado para ser organizado e moderno, em sua essência, pareceu sempre abominar o que era antigo, assim, construções e espaços dotados de grande importância histórica eram logo substituídos, diante da máxima recorrente do valor de troca em sobreposição ao valor de uso (PENNA, 1997, p. 110; PIMENTEL, 1997, p. 61).

Desta forma, registram-se na história desta cidade algumas iniciativas populares em defesa do patrimônio histórico, cultural e paisagístico, as quais ocorreram entre 1970 e 1980, período em que se verificam perdas importantes para a memória urbana, tais como: a destruição de parte do amplo jardim da Igreja São José, no centro da cidade, que deu lugar a um prédio comercial (MAGNI, 2012, p. 64); o aniquilamento gradativo de pontos importantes da Serra do Curral, área bastante explorada pela mineração, apesar de possuir uma parte tombada a nível federal desde 1960 (MENDES; GONTIJO, 2015, p. 4); a venda e destruição do antigo Cine Metrópole

(LOTT; JESUS, 2005, p. 2) e, por fim, a ameaça de demolição do conjunto histórico e arquitetônico da Praça Rui Barbosa, mais conhecida como Praça da Estação (MIRANDA, 2007, p. 67).

Assim, o advento da ocupação cultural Espaço Comum Luiz Estrela em outubro de 2013, gera reflexões quanto ao abandono que segue condenando à destruição espaços históricos importantes em Belo Horizonte. Conforme ressaltou o advogado e ativista Joviano Mayer (2015), as reuniões que serviram para organizar a ocupação se iniciaram em abril de 2013, tornando-se cotidianas até culminarem nos arranjos finais:

> O plano de entrada no casarão, coletivamente construído, constitui no seguinte: na noite do dia 24 de outubro de 2013, uma quinta feira, foi realizado um "ensaio geral "do "espetáculo que teria estreia nos próximos dias. Nesta noite de quinta-feira, duas pessoas entraram no casarão, utilizando os elementos cenográficos como cordas e escada, enquanto as cenas eram repassadas pelas atrizes e atores, sem despertar qualquer suspeita na vizinhança que nem passou por lá no momento do ensaio para que no alvorecer do dia 26 de outubro, um sábado de primavera pudessem ser recebidas de portas abertas as pessoas que atuaram na estreia da montagem que apresentou para a cidade o Espaço Comum Luiz Estrela. Essas duas pessoas que ficaram todo o tempo conectadas com o grupo externo depois de adentrar no casarão, fariam ao longo do dia 25 de outubro um desenho com a planta do imóvel, com a descrição da situação de todos os cômodos, metragem, fotos, apuração de danos estruturais etc. Além disso, estariam responsáveis pela abertura por dentro das portas principais do casarão. (MAYER, 2015, p. 203)

O nome adotado para a ocupação, homenageia Luiz Otávio da Silva, popularmente conhecido como Luiz Estrela, o qual era homossexual, usuário do CMT - Centro Mineiro de Toxicomania, artista e morador de rua, foi também integrante da Gang das Bonecas, um coletivo de homossexuais em situação de rua que, através de ações performáticas em espaços públicos discutia questões de gênero e direitos humanos. O artista foi morto em 26 de junho de 2013 (ANDRÉS, 2013, p. 2), data em que ocorria em Belo Horizonte uma das diversas manifestações referentes as Jornadas de Junho, a qual neste dia reuniu 50 mil pessoas e que, ficou marcada por diversos confrontos com a Polícia Militar. (CRUZ, 2016 não paginado)

Já a respeito do imóvel ocupado, destaca-se que tem como característica arquitetônica o estilo eclético tardio, com influência do neoclássico e se localiza na Rua Manaus no

bairro de Santa Efigênia. Foi construído em 1913 para ser o Hospital Militar, o qual permaneceu no endereço até 1947, quando então suas atividades foram transferidas para a Avenida do Contorno (LIPP, 2015 p. 12).

A seguir, a edificação passa por algumas reformas, sendo utilizada para abrigar o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil- HNPI, criado na década de 1940 através do Decreto Lei 2.094 junto com o Instituto de Psicopedagogia, os quais eram subordinados à Divisão de Assistência Neuropsiquiátrica do Estado de Minas Gerais (MORETZSOHN, 1989 p.139). Em 1979 o HNPI tem suas atividades encerradas e as últimas crianças internas são transferidas para o Centro Psicopedagógico da Adolescência e Infância -CEPAI, (MOREIRA, 2015). Por fim o imóvel passa a abrigar a Escola Yolanda Martins, especializada na educação de crianças com dificuldades de aprendizado, a instituição permaneceu no local até o ano de 1994, época em que o casarão tem suas portas fechadas, sendo ainda tombado em fachada e volumetria pelo Departamento Municipal de Patrimônio de Belo Horizonte.

Outro dado marcante é que o imóvel é de propriedade da FHEMIG – Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, instituição que apesar de algumas tentativas, nunca executou uma ação concreta (NUNES FILHO, 2007 p. 10), que permitisse uma destinação plausível para o casarão a qual abarcasse a conservação de sua história.

Em julho de 2013, a FELUMA - Fundação Educacional Lucas Machado solicitou à FHEMIG a sessão de uso do imóvel, pois tinha planos de transformá-lo em um museu para homenagear o ex-presidente da república Juscelino Kubitscheck, fato que também não se concretizou (ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA, 2015, p. 9).

Logo, ao realizarem a ocupação, os ativistas enfrentaram uma série de disputas envolvendo o governo do Estado e FELUMA. No dia 31 de outubro foram surpreendidos pela presença de policiais militares e um oficial de justiça, que estiveram no local com objetivo de cumprir o mandado de reintegração de posse do imóvel. Um dos advogados da ocupação, Joviano Mayer, salientou que a decisão era arbitrária uma vez que não ocorreu a sua publicação, e que o "verdadeiro crime era a omissão do poder público quanto a proteção do bem tombado." (MAYER, 2015 p. 201; FONSCECA, 2013). Em 1 de novembro foi agendada uma reunião entre os ativistas e o Governo do Estado de Minas Gerais. No dia posterior, na página

do Espaço Comum Luiz Estrela no Facebook foi realizado um convite para que toda a cidade participasse de um grande ato em apoio à ocupação.

Já em 5 de novembro, ocorre uma reunião aberta à comunidade, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com a participação de ativistas, representantes da FHEMIG, FELUMA, Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais, Secretaria de Saúde do Estado, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais-IEPHA, Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de BH/ Fundação Municipal de Cultura-FMC e Comissão de Participação Popular da Câmara Municipal de Vereadores. Por fim, no dia 18 de dezembro, após 54 dias de ocupação, foi concedido pela FHEMIG o termo de cessão de uso aos ativistas do Espaço Comum Luiz Estrela, cujo prazo de duração é de 20 anos, cancelando-se o termo anteriormente concedido à FELUMA, que não se opôs à decisão.

A respeito deste resultado favorável aos ativistas, elencamos alguns aspectos, os quais parecem ter sido de grande influência: a frequente cobertura da imprensa nos primeiros meses da ocupação, que inclusive denunciava o abandono a que fora submetido por vinte anos o imóvel ocupado, o momento de fragilidade política após as Jornadas de Junho, uma robusta articulação nas redes sociais do Espaço Comum Luiz Estrela, fato que construiu um amplo elenco de apoiadores e por fim a coesão entre o grupo de ativistas.

Este último ponto foi percebido a partir dos registros colhidos em visitas ao campo de pesquisa, nas quais objetivou-se compreender a forma utilizada pelos ativistas para se organizarem, tanto na construção do centro cultural autogerido como nas ações de restauro do imóvel ocupado. Desta forma, observou-se que o Espaço Comum Luiz Estrela se ordena sob princípios anarquistas, sendo a horizontalidade e autogestão e, a partir daí, são estabelecidas práticas que objetivam a construção de um diálogo sempre democrático, para tanto, existem as assembleias horizontais, reuniões e núcleos de trabalho[1]. A seguir abordamos o restauro do casarão ocupado, um processo afetivo que vem incentivando de modo vigoroso a participação da cidade.

1 As assembleias ocorrem uma vez ao mês ou quando surge algum assunto urgente a ser deliberado, já as reuniões realizam-se uma vez por semana. Sobre os núcleos de trabalho são ao todo seis: Permacultura, Criar, Cura? Cine Estrela, Trupe Estrela (antigo núcleo de Teatro), Escola Comum e por fim o Núcleo Restauração e Memória (EVOÉ, 2020)

Afetos e coletividade no restauro do casarão da Rua Manaus

Ainda no final de 2013, logo que obtiveram o termo de cessão de uso do imóvel, os ativistas se reuniram formando uma equipe multidisciplinar que tinha como tarefa principal a elaboração do projeto de restauro do prédio. Assim, foi realizado um levantamento histórico detalhado da edificação, com pesquisa documental e bibliográfica, identificação de remanescentes de usos antigos e por fim um registro criterioso de todas as patologias existentes. Além disso, foram promovidas campanhas de financiamento coletivo e demais ações que visavam sensibilizar a todos para a conservação do casarão da Rua Manaus:

> NASCE UMA ESTRELA EM BELO HORIZONTE. Sábado de primavera, 26 de outubro de 2013. Nasce hoje o Espaço Comum Luiz Estrela. Com amor e afeto, convidamos os moradores do bairro Santa Efigênia e de toda a cidade de Belo Horizonte a partilharem dessa nova experiência de criação artístico-cultural autônoma, autogestionada, construída por pessoas comuns que acreditam na memória viva da cidade e na construção coletiva. Somos artistas, educadores, comunicadores, profissionais autônomos, livres-pensadores e ativistas de diversos setores da sociedade. O Espaço Comum Luiz Estrela deu vida a um antigo imóvel público abandonado, um casarão construído no início do século 20, que abrigou enfermarias do Hospital Militar na década de 30. Desde 1980, a linda casa Eclética, localizada à Rua Manaus, 348, se encontrava em estado de completo abandono, em descumprimento à função social da propriedade (art. 5º, inc. XXIII) e ao dever constitucional do Poder Público de proteção do patrimônio histórico cultural (art. 216, § 1º). Daremos vida a essa casa pública com atividades formativas, vivências artísticas, culturais e políticas abertas, propostas por todas as pessoas interessadas em participar desta construção colaborativa. Tudo isso em harmonia e em conjunto com nossos vizinhos. Dessa maneira, convidamos a todos para adentrarem nesta casa e experimentarem, nesse espaço o comum. (ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA, 2013)

Como primeira medida de cuidado com o casarão, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2014, os ativistas executaram inicialmente o trabalho de escoramento do imóvel, o qual envolveu a estabilização das fachadas frontal e lateral e da parte interna. [2]

2 BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. Diagnóstico laudo técnico - Análise do Estado de Conservação do imóvel localizado na Rua Manaus 348 nº V/ MG. Belo Horizonte, MG: Diretoria de Patrimônio Municipal v. 11, Pasta: 2087.

Figura 1: Escoramento da fachada.

Fonte: Liliane Augusta Moreira, 2017.

Figura 2: Escoramento da parte interna.
Fonte: Liliane Augusta Moreira, 2017.

Para este momento foram captados recursos através da Plataforma Catarse, cujo montante recolhido foi de R$ 52.122,00, valor que ultrapassou a meta inicial de R$ 45.000,00, nesta campanha o total de apoiadores foi de 800 pessoas. Um outro montante oriundo do Programa Adote um Bem[3], cujo total foi de R$ 38.000,00, foi reservado junto ao valor excedente da campanha de financiamento virtual e teve como destinação as obras do telhado[4]. Após o escoramento, foi realizada também uma obra emergencial para separar uma das paredes do casarão do Lar Abrigado[5], que afetava sua estrutura.

Ressalta-se que o restauro do casarão possui diretrizes importantes, as quais defendem o cuidado mais afetivo com as memórias presentes no imóvel e, ao envolver a comunidade em sua conservação, reforça o que aponta o artigo 216 da Constituição Federal de 1988 quanto à participação da

3 O Programa Adote um Bem foi desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e objetiva incentivar parcerias entre a iniciativa pública e privada nas ações de cuidado e promoção dos bens culturais protegidos pelo município. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2020)

4 Conforme postagens no site da Plataforma Catarse e facebook da ocupação cultural Espaço Comum Luiz Estrela.

5 O Lar Abrigado fundado em 1998, trata-se de uma residência terapêutica com estrutura que vem acolhendo sete adultos com graves transtornos neurológicos, os quais na infância foram pacientes do antigo Hospital Colônia de Barbacena e chegaram ao HNPI sem qualquer estímulo social, psíquico ou registros de familiares (FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1998. não paginado).

sociedade nas práticas que visam a defesa do patrimônio cultural. Desta forma, destacamos a partir do Projeto de Restauro do Espaço Comum Luiz Estrela em seu memorial descritivo, os seguintes princípios:

a) Manutenção das camadas históricas e estéticas e ainda elementos que denunciam o processo de arruinamento que a edificação vivenciou por longo período de esquecimento;

b) As intervenções no imóvel devem ser realizadas de modo coletivo através de oficinas colaborativas a serem realizadas no local;

c) O projeto de restauro deve envolver o reaproveitamento de materiais já existentes no casarão.

Tais medidas comportam aspectos singulares dentro do campo do patrimônio cultural. O restauro da edificação não se dá em obediência às regras estéticas, já que conforme tratou uma das arquitetas do núcleo de Restauro do Espaço Comum Luiz Estrela: "o casarão deve ter cara de denúncia"[6].

Além disso, a partir do restauro coletivo percebe-se uma aproximação genuína entre a sociedade e o bem cultural em processo de conservação, através do planejamento e implementação de oficinas colaborativas, constroem-se trocas nas quais privilegia-se o contato com a história do casarão e com as fragilidades estruturais do imóvel.

Desta forma podem ser mencionadas as seguintes oficinas: serralheria, marcenaria e esquadrias ocorridas em 2017, restauro de portas e janelas, cujo início se deu também no mesmo ano e na atualidade segue ativa, sendo interrompida momentaneamente desde 2020 devido à pandemia do Coronavírus, por fim ocorreram em 2019 as oficinas de mapeamento de danos e vistoria estrutural[7].

Outra atividade foi o levantamento arqueológico realizado no corredor que fica no primeiro piso da edificação, o qual abriga alguns dos vestígios referentes ao antigo HNPI, sendo as pequenas salas pouca arejadas, as quais podem ter servido como quartos de contenção, cujas paredes apresentam desenhos atribuídos às crianças internas do antigo hospital. Além disso, foram coletados objetos como pequenos calçados, fragmentos de brinquedos e frascos de remédios, os quais foram catalogados sendo também expostos na oficina de arqueologia ocorrida no ano de 2017.

---

6 Relato oral Arquiteta Priscila Musa em 2018.

7 ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA. Restauração e Memória, nossas oficinas. Disponível em: https://espacocomumluizestrela.org/nucleo-restauracao-e-memoria/. Acesso em: 15 fev.2021

Devido a todos os fatos descritos, que fazem do processo de restauro uma ação notável dentro das práticas de conservação do patrimônio cultural no Brasil, o Espaço Comum Luiz Estrela foi um dos agraciados com o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade na categoria IV, ligada às iniciativas que promovem o compromisso e a responsabilidade compartilhada para com a preservação ou salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro e, de acordo com o parecer da comissão julgadora:

> Patrimônio em processo: restauração do Espaço Comum Luiz Estrela, ganhou o prêmio por aplicar um conjunto de ações preservacionistas, focado no compromisso social, na mobilização comunitária e investimento no potencial humano e comunitário. A iniciativa realiza um trabalho de restauração de um prédio histórico abandonado no município de Belo Horizonte (MG), transformando o local num ponto de cultura, onde são realizadas atividades de formação cultural (INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTISTICO NACIONAL, 2017).

Conforme registrou uma das ativistas, quando questionada a respeito do legado deixado pelo Espaço Comum Luiz Estrela, confirmou não um, mas vários deles, desde a diversidade do grupo e das múltiplas demandas que o espaço carrega. Já sobre a conservação do casarão ressaltou o seguinte:

> (...) e tem também o legado do patrimônio, pensar também no papel da sociedade civil, no papel das pessoas do resgate do cuidado do patrimônio histórico e cultural, assim, também essa é uma experiência de referência para o país de um grupo que ocupa um imóvel tombado para restaurar esse imóvel(...) (informação verbal)[8].

Percebe-se que a missão do Espaço Comum Luiz Estrela reside no acolhimento das memórias do casarão, a partir da sensibilidade dos ativistas com o lugar ocupado e na potência do comum, que transforma o restauro de um imóvel antes condenado a destruição, num processo no qual a sociedade se percebe como um agente importante.

8 Uma história crítica sobre esta "virada social" da arte contemporânea pode ser verificada entre o referido trabalho de Kwon (2008) e o de Claire Bishop, especialmente no livro "Artificial Hells: Participatory Art and Politics of spectatorship" (2012).

Considerações finais

A ocupação cultural Espaço Comum Luiz Estrela vem se tornando uma iniciativa notável tanto em Belo Horizonte quanto no Brasil, que reflete no papel das insurgências como uma prática que serviu para construir medidas mais autênticas na conservação de um bem tombado. Ao acionar o poder coletivo no restauro do casarão ocupado, os ativistas vêm convocando a sociedade para que participe da causa, seja através das oficinas colaborativas ou por meio das campanhas para angariar recursos em plataformas virtuais de financiamento coletivo.

Notou-se que esta iniciativa suscita reflexões quanto a reafirmação do papel da sociedade na salvaguarda de bens históricos e arquitetônicos, fortalecendo o sentido de pertencimento, fator que evoca a necessidade de tornar o campo do patrimônio cultural mais dinâmico e democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉS, Roberto. **A hora do Estrela- Saraus, bordado e kung fu na ocupação de um velho manicômio.** Revista Piauí, dezembro de 2013. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-hora-do-estrela/. Acesso em: fev. 2021

ALVES, Giovanni. **Ocupar Wall Street... e depois?** ***In***: HARVEY, David. *et al.* (ed.). *Occupy*: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. p. 31-38.

BRUM, Maurício Marques; CARGNELUTTI, Camila Marchesan. **Os indignados da Espanha: um olhar sobre a cobertura e as repercussões dos atos do Movimento 15-M no diário *El País*.** *Revista Temática*, João Pessoa: Núcleo de Arte, Mídia e Informação Digital – UFPB, v. 11, n. 1, p. 75- 86, jan. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/22681/12546. Acesso em: 02 fev. 2021.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zarar, 2013. Original espanhol.

CASTRIOTA, Leonardo Barci; BRAGA, Gabriel. **Patrimônio Insurgente: estetização e resistência cultural no Brasil do início do século XXI.** *In*: CONGRESSO CONTESTED CITIES, IV-5B, [Barcelona], 2016. *Anais [...]*, Barcelona: [*s.n.*], jul. 2016. Disponível em: http://contested-cities.net/working-papers/wp-content/uploads/sites/8/2016/07/WPCC-165549-BarciBraga-PatrimonioInsurgente.pdf. Acesso em: 5 jan. 2021

CRUZ, Márcia Maria. **EM traz fotos inéditas das manifestações que incendiaram BH em 2013.** Jornal Estado de Minas .Jun. 2016. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/06/28/interna_gerais,777570/em-traz-fotos-ineditas-das-manifestacoes-que-incendiaram-bh-em-2013.shtml. Acesso em: 02 fev. 2021.

DELEUZE, Gilles. **Conversações 1972- 1990.** Tradução de Peter Pál Pelbart. 3. ed. São Paulo: 34, 2013. Original francês.

ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA. **Patrimônio em processo:** restauração do Espaço Comum Luiz Estrela. Belo Horizonte, 2015.Disponível em: https://espacocomumluizestrela.org/wp-

content/uploads/2019/07/PROJETO-Patrim%C3%B4nio-em-Processo_-Restaura%C3%A7%C3%A3o-do-Espa%C3%A7o-Comum-Luiz-Estrela.pdf. Acesso em: 2 fev.2021.

EVOÉ. **Salve o Espaço Comum Luiz Estrela em tempos de Coronavírus.** Disponível em: https://evoe.cc/luiz-estrela. Acesso em: 20 fev. 2021

FERREIRA, Maria Alice Silveira. **#BHNASRUAS:** Uma Análise do Confronto Político Contemporâneo a partir de páginas do Facebook. Revista Eletrônica de Ciência Política, v.7, n.2, p.67-90.2016. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/48546/30053. Acesso em: 5 mar.2021

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Lar Abrigado do Centro Psicopedagógico. Belo Horizonte: Fhemig, 1998. 5p. (impresso)

GOHN, Maria Da Glória. **A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais.** *Revista Caderno CRH*, Salvador: [*s.n.*], v.27, n. 71, p. 431-441. Maio/ago. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n71/a13v27n71.pdf. Acesso em: 02 fev. 2021.

GONDIM, Linda M.P. **Movimentos sociais contemporâneos no Brasil:** a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. *Polis Revista Latinoamericana,* Santiago, n. 44, p. 1-20. 2016. Disponível em : https://journals.openedition.org/polis/11944. Acesso em: 3 fev. 2021

INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTISTICO NACIONAL. **Finalistas da 30ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade são anunciados.** *In*: _____. *Iphan*, Brasília, DF, 11 ago. 2017. Disponível em: portal.iphan.gov.br/pa/noticias/detalhes/4261/finalistas-do-30a-edicao-do-premio-rodrigo-melo-franco-de-andrade-sao-anunciados. Acesso em: 03 fev. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5. Ed. São Paulo: Centauro, 2008. Original francês.

LIPPI, José Raimundo da Silva. **Pequeno Histórico da Psiquiatria Infantil em Minas Gerais, do médico feiticeiro à**

psiquiatria: a assistência, a pesquisa e o avanço científico. *Revista Psychiatry on line Brasil*, n.11,v.22, novembro de 2015. Disponível em: https://www.polbr.med.br/ano15/wal1115.php. Acesso em: dezembro de 2017

LOTT, Wanessa Pires; JESUS, Cláudio Roberto de. **As políticas preservacionistas da cidade de Belo Horizonte:** a questão do tangível e do intangível. In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina- PR. Disponível em: http://anais.anpuh.org/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1050.pdf> Acesso em: agosto de 2020

MAGNI, Teodoro. **O direito ao patrimônio em Belo Horizonte:** A institucionalização das práticas e a proteção do Bairro Floresta – Belo Horizonte / Minas Gerais. 2012. 262f. Dissertação (Mestrado em Ciências sociais e Gestão das Cidades) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2012. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_MagniT_1.pdf Acesso em: 2 fev.. 2021.

MARICATO, Ermínia. **Políticas Urbanas e os custos Sociais dos Megaeventos**. *Politizando*: Boletim do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPOS/CEAM/UnB), Brasília: Universidade de Brasília, DF, ano 6, n. 16. p. 4-5. abr. 2014. Disponível em: https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2014/07/politizando-n-16-abr-2014.pdf. Acesso em: 02 fev. 2021.

MAYER, Joviano G. Maia. **O comum no horizonte da metrópole biopolítica.** 2015. 288 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MMMD-A7TP7N/1/dissertacao_joviano.pdf. Acesso em: 3 dez abrev. 2020.

MENDES, Andreia Lanna, GONTIJO, Gerusa Guimarães. **Fragilidades do instrumento de tombamento da Serra** do Curral. In: III Colóquio Ibero Americano, Paisagem Cultural Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte 15 a 17 de setembro de 2014.Disponível em: https://docplayer.com.br/12205041-Fragilidades-do-instrumento-de-tombamento-da-serra-do-curral.html. Acesso em: dez 2020

MIGLIANO, Milene. **Praia da Estação como ação política:** relato de experiências, envolvimentos e encontros. *Revista Redobra*, ano 4, n. 11, Salvador: UFBA, p. 43-54. jun. 2013. Trabalho apresentado no Corporicidade, 3., maio 2012, Salvador, BA. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/redobra11_05.pdf. Acesso em: 03 fev. 2021.

MIGLIANO, Milene. **Praia da Estação nas Minas Gerais: enfrentamentos, criações e reverberações.** *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL COMUNICAÇÃO E CONSUMO, [São Paulo], 2016. *Anais [...]*, São Paulo [*n.5.*], outubro. 2016, Disponível em: http://anais-comunicon2016.espm.br/GTs/GTPOS/GT5/GT05-MILENE_MIGLIANO.pdfcities.net/working-papers/wp-. Acesso em: dez. 2020

MIRANDA, André de Souza. **A gênese da preservação do patrimônio municipal de Belo Horizonte: movimentos sociais e a defesa da Praça da Estação.** 2007.240 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Arquitetura) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/RAAO-7DZN3Q/1/disserta__o_de_andr__de_sousa_miranda.pdf. Acesso em: dez. 2020.

MOREIRA, Clarissa. **Da cidade cúmplice à cidade insurgente: sobre o Rio de Janeiro desde junho de 2013.** *Revista Redobra*, [*S.l.*]: UFBA, v. 1, n.13. p. 251- 262. 2014. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2014/10/RD13_R01_Da-cidade-c%C3%BAmplice-%C3%A0-cidade-insurgente.pdf. Acesso em: 02 fev. 2021.

MOREIRA, Juliana Maria Brandão. **Arquitetura que enlouquece:** Poder e arqueologia. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2015. Disponível em: arquitetura_que_enlouquece__juliana_brand_o.pdf. Acesso em: dez. 2020.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. **Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo.** *In*: VAINER, Carlos. *et al*. Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas

do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 13-18.

NUNES, F, Augusto. **Centro Psíquico da Adolescência e Infância – um desenho organizacional: saúde mental, educação cultura e inclusão social.** *Revista de Psiquiatria e Psicanálise com crianças e adolescentes*. Belo Horizonte, v.7, n.13 jan- dez 2007. Impresso

PENNA, Alícia Duarte. **Belo Horizonte:** um espaço infiel. *Revista Varia História*, Belo Horizonte: [*s.n.*], v. 1, n. 18. p. 101-121. set. 97. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/57279fa945bf214661714638/1462214570325/07_Penna%2C+Alicia+Duarte.pdf. Acesso em: 03 fev. 2021.

PIMENTEL, Thais Velloso Cougo. **Belo Horizonte ou estigma da cidade moderna**. *Revista Varia História*, Belo Horizonte: [*s.n.*], n. 18. p. 61-66. set. 97. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/57279f6645bf214661714330/1462214502766/04_Pimentel%2C+Thais+Veloso+Cougo.pdf. Acesso em: 03 fev. 2021.

RENA, Natacha; BERQUÓ, Paula; CHAGAS, Fernanda. **Biopolíticas espaciais gentrificadoras e as resistências estéticas biopotentes.** *Revista Lugar Comum*, Rio de Janeiro: [*s.n.*], v. 1, n. 41, p. 71-88, 2013. Disponível em: https://silo.tips/download/as-resistencias-esteticas-biopotentes. Acesso em: fev. 2020

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. **Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013.** Belo Horizonte: Letramento, 2014.

ROLNIK, Raquel. **As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações [Apresentação].** *In*: VAINER, Carlos. *et al*. *Cidades Rebeldes*: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 7-12.

SILVA, Regina Helena Alves da; ZIVIANI, Paula. **Temporalidades emaranhadas: desafios metodológicos da dinâmica dos protestos em rede de 2013 no Brasil.** *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [*S.l.: s.n.*]; v.1, n. 117, p. 27-46, dez. 2018. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/pdf/rccs/n117/

n117a02.pdf . Acesso em: fev. 2021

SOEIRO, José. **Da Geração à rasca ao Que se lixe a Troika:** Portugal no novo ciclo internacional de protesto. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Portugal: [*s.n.*], v.28. p. 55-79. 2014. Disponível em: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12735.pdf. Acesso em 02 fev. 2021.

SOUVIAT, Catherine. **Occupy Wall Street, um movimento social inédito nos Estados Unidos.** Unidos. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, n. 11, v.7 p.145-159, jul/dez. 2012. Disponível em: http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/192. Acesso em: fev. 2021

SOUZA, Rafael de. **Quando novos temas entram em cena: movimentos sociais e a "questão urbana" no ciclo de protesto de junho de 2013.***Revista BIB*, São Paulo, n.82, p. 127-152, 2º semestre 2016. Disponível em:http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-anteriores/bib-82/10584-quando-novos-temas-entram-em-cena-movimentos-sociais-e-a-questao-urbana-no-ciclo-de-protesto-de-junho-de-2013/file. Acesso em: jan. 2020

VAINER, Carlos. **Quando a cidade vai às ruas.** *In*: VAINER, Carlos. *et al*. *Cidades Rebeldes*: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 35 - 40.

TUFTE, Thomas. **O renascimento da Comunicação para a transformação social** – Redefinindo a disciplina e a prática depois da ''Primavera Árabe". *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo: [*s.n.*], v.36, n.2. p. 61-90. jul./dez. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/interc/v36n2/04.pdf. Acesso em: 02 fev. 2021.

FONSECA, Fernanda. *Jornal contramão*: Espaço Comum Luiz Estrela terá que desocupar imóvel onde funciona centro cultural, Belo Horizonte: out. 2013.Disponível em: https://contramao.una.br/espaco-comum-luiz-estrela-tera-que-desocupar-imovel-onde-funciona-centro-cultural/ Acesso em:jan mês abrev. 2020.

coletivos artísticos no espaço público: uma abordagem ator-rede

Mariane Cardoso de Santana

Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Federal de Sergipe (2017). Mestranda em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo no PPG/IAU-USP, membro do Núcleo de Estudos das Espacialidades Contemporâneas (NEC.IAU-USP) e bolsista do CNPq com a pesquisa em desenvolvimento "Espaço público em disputa".

David Sperling

Arquiteto, mestre e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela USP. Professor do IAU-USP, coordenador do Núcleo de Estudos das Espacialidades Contemporâneas (NEC.IAU-USP), bolsista produtividade CNPq com a pesquisa "Contracartografias: tecnopolíticas de espacialização da informação".

A formação de coletivos artísticos e sua atuação nas cidades, assim como tensionamentos do sentido do espaço público diante dos novos agenciamentos urbanos, são temas que vêm ganhando relevância em estudos nos campos da arte e do urbanismo. Do entrelaçamento desses fenômenos, emergem termos como intervenções urbanas, arte pública, arte relacional, arte participativa, arte colaborativa, apropriações urbanas, arte contextual, ativismos/artivismos, que têm de certa maneira tentado responder às imbricações entre arte e espaço público.

Em suma, "a Arte Contemporânea passa pela cidade, pelo urbano, pelas influências que o ambiente urbano causa na arte e vice-versa" (CARDOSO; MACÊDO in RENA; CUNHA; OLIVEIRA [Orgs.], 2015). Do interesse em problematizar esses entrelaçamentos, advém análises sobre os recentes espaços de urbanidade que apresentam escassez de projetos coletivos (PALLAMIN, 2000), sobre os agenciamentos autoritários da vida pública (LIMA, 2014), sobre as resistências recentes aos processos de massificação do uso dos espaços (FERREIRA; KAPANAKIS, 2015), e sobre uma experiência sensível e "[...] explicitadora de tensões do e no espaço público" (JACQUES, 2009, on-line).

Mais especificamente, as atuações de coletivos artísticos nos parecem ser um tema relevante para reflexão, exatamente pelos agenciamentos coletivos e urbanos que produzem. Segundo Campbell (2015, p. 23), "a ação coletiva marca fortemente o trabalho realizado nos espaços públicos. [...] Quando se trabalha no coletivo, amplia-se a potência de se trabalhar em rede. A produção coletiva no Brasil poderia assim ser entendida como um grande rizoma que se espalha por seu território". Considerando essa dinâmica rizomática, apreendemos a atuação desses coletivos a partir de uma perspectiva de redes, segundo a qual vários atores dissonantes se associam de modo a tensionar o espaço público — e sendo por ele tensionados.

É aqui, então, que inscrevemos uma correlação potente entre os processos que nos interessam acompanhar, a atuação dos coletivos artísticos no espaço público urbano, e a abordagem para esse acompanhamento, pautada na Teoria Ator-Rede (TAR).[1]

1 Essa investigação constitui parte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento no PPG-IAU da Universidade de São Paulo, "Espaço público em disputa: cartografia das apropriações artísticas em Aracaju", cujo interesse faz-se em acompanhar uma série de coletivos que atuam de forma estético-crítica nos espaços públicos da cidade de Aracaju, cartografando-os a partir de uma

A intenção, no entanto, não é esgotar a abrangência desse tema, mas apresentar sistematizações desenvolvidas até então, referentes à prática dos coletivos artísticos, a partir de um outro modo de olhar para o fenômeno. Acreditamos que essas contribuições sejam de especial interesse aos estudos urbanos, na medida em que colocam as dimensões artística e urbana como simbióticas, duas partes de uma associação mútua, constituintes de uma mesma rede. Pautamos, enfim, na Teoria Ator-rede, uma possível abordagem de investigação de coletivos artísticos que evidenciam espaços públicos colocados efetivamente em disputa.

A Teoria Ator-Rede

Advinda do campo da sociologia das associações, a Teoria Ator-Rede (TAR) surgiu com os estudos desenvolvidos por Bruno Latour, John Law e Michel Callon a partir da década de 1970. Usamos a TAR, antes de tudo, como um meio de aproximação dos pesquisadores em relação à questão da pesquisa. O principal aspecto constituinte dessa abordagem é que ela busca, simultaneamente, compreender o "ator e a rede a qual está incrustado" (LATOUR, 2012, p. 245), guiando o trabalho do analista[2] no campo dos estudos sociais para a constituição de relatos que indiquem como esse conjunto se constitui e a partir de quais elementos os agentes se conectam.

Em seu livro "Reagregando o social: uma introdução à Teoria ator-rede" (2012), o filósofo Bruno Latour compilou uma série de conceitos referentes a essa teoria que serviram como base para estudos nas mais diversas áreas. A partir desta abordagem, considera-se que ator e rede são inseparáveis: é impossível falar em rede sem que hajam atores conectando-se, ao mesmo tempo em que, "ao falarmos de ator, deveremos sempre acrescentar a vasta rede de vínculos que o levam a atuar" (ibid., p.313). Mas como se define, nesse viés, um ator? Ator se refere a qualquer agente que efetivamente produza alguma transformação na rede. Assim:

> [...] qualquer coisa que modifique a situação fazendo a diferença é um ator – ou, caso ainda não tenha figuração, um actante. Portanto, nossas perguntas em relação a um agente são simplesmente estas: ele faz diferença no curso da ação de outro agente ou não? (ibid., p.108).

abordagem advinda da TAR.

2 Termo utilizado por Latour para se referir ao pesquisador/cientista.

Ao mesmo tempo, quando falamos em rede, um vocábulo utilizado de modo tão corriqueiro na contemporaneidade, não estamos nos referindo às redes técnicas ou organizacionais. Como Latour observa, a partir da obra de Castells (1999), esses dois sentidos de rede se enlaçam: o sentido organizacional tem um novo alcance graças à expansão das redes ligadas à tecnologia da informação. No entanto, para a TAR, "[...] rede é uma expressão para avaliar quanta energia, movimento e especificidade nossos próprios relatos conseguem incluir. Rede é conceito, não coisa" (LATOUR, 2012, p. 192).

Ela aponta que os pesquisadores envolvidos em estudos sociais devem se atentar não apenas em descrever o funcionamento interno dos grupos estudados, nem tampouco procurar reflexos do contexto social a fim de explicar o comportamento desses grupos, mas essencialmente recompor as relações que se estabelecem entre os agentes envolvidos na ação. É preciso cartografar seus processos, dar nome, tempo e espaço a cada um dos elementos que participam da explicação dos fatos, visto que cada um desses atores elencados se constitui em conjunto com os demais elementos da rede. A partir disso, compreendemos que a TAR fornece elementos importantes para a compreensão do modo como os coletivos artísticos atuam no espaço público urbano.

O foco relacional

Um primeiro ponto que essa abordagem pode nos revelar concerne à origem da ação dos próprios coletivos. Para compreender as ações elaboradas pelos grupos, é necessário desafixá-las de uma identidade inerente ao grupo e encará-las de maneira relacional. O uso da palavra composta "ator-rede" comunica justamente uma indivisibilidade, uma justaposição entre o ator e a rede para que qualquer ação se materialize, sendo portanto incerta a origem desta ação.

Assim, a TAR nos aponta que, se é pretendido investigar a atuação de determinado coletivo no espaço urbano, essa atuação não pode ser encerrada apenas em seu processo individual. Tanto no momento de elaboração dessa ação quanto no desenrolar de sua execução, os atores são atravessados por outros acontecimentos e limitações que deslocam, em maior ou menor grau, a realização dessa ação.

Onde se daria uma certa análise do processo criativo dos grupos, passamos a encontrar um aglomerado de leituras diversas, uma polifonia que extrapola o controle dos próprios integrantes

do coletivo sobre aquilo que é materializado. As ações ressoam em uma multiplicidade de agentes urbanos que compreendem o espaço público a partir de suas próprias questões de interesse.

Nesse sentido, não há mais o aspecto binário entre causa (origem, motivo) e efeito (finalidade, resultado). Esses vetores são substituídos por um emaranhado de componentes que formam a rede. Há "[...] subdeterminação da ação, das incertezas e controvérsias em torno de quem e o que está agindo quando 'nós' entramos em ação" (ibid., p.74).

Isso é importante porque remete a determinadas discussões no âmbito da arte contemporânea, onde as práticas coletivas estão inseridas. Como falar, por exemplo, em autoria ou originalidade? Como falar sobre a autonomia da arte? Embora a Teoria Ator-Rede atue a partir do campo epistemológico, no campo estético encontramos certa similaridade com a noção de Estética Relacional proposta pelo curador e crítico de arte Nicolas Bourriaud, quando propõe que

> A essência da prática artística residiria, assim, na invenção de relações entre sujeitos; cada obra de arte em particular seria a proposta de habitar um mundo em comum, enquanto o trabalho de cada artista comporia um feixe de relações com o mundo, que geraria outras relações, e assim por diante, até o infinito. (BOURRIAUD, 2009, p.31)

Dentre outras questões, a diferença fundamental entre ambas é que a estética de Bourriaud centraliza a obra de arte como mediadora das dinâmicas relacionais que se desenvolvem a partir dela entre os sujeitos, sendo então a partir da obra que novas subjetividades humanas se fazem possíveis. Já a perspectiva proposta pela TAR dirige nossa atenção para uma rede descentralizada, composta pelos mais variados atores que tensionam a ação e seus efeitos no todo, como veremos no decorrer do texto. Não só artista e público se embaralham, mas toda uma cadeia de elementos que perpassam a feitura da intervenção artística. Não só em sentido contextual, da obra como sendo determinada pelo seu contexto histórico, mas em um sentido efetivamente associativo entre os atores agenciados nessa rede.

O importante neste aspecto é entender que o social não é capaz de explicar a ação dos grupos, mas que ele é a coisa a ser explicada através da reconstituição dos movimentos de reassociação e reagregação dos atores. Nesse sentido, analisando as intervenções artísticas realizadas no espaço público, o pesquisador passa a acompanhar a dinâmica dos coletivos como um movimento revelador das dinâmicas urbanas que atravessam a constituição de

um espaço público. A tarefa consiste, assim, em desdobrar essa rede de atores ao produzir um relato que abarque quanto mais agentes seja possível.

Rastrear as conexões que levam as ações de um ponto a outro, então, é o que mais se aproxima de uma tentativa de compreender os fenômenos, sem que seja necessário dar saltos explicativos. Para isso, o que a TAR sugere é seguir os próprios atores como organismos em movimento. Mas segui-los não para chegar à essência de suas ações, e sim para desvendar as relações que se estabelecem no processo em que a ação se materializa, a partir das associações e dissociações realizadas no interior da rede.

Atenção às controvérsias

Partindo do foco relacional, como então é possível falar em uma prática advinda dos coletivos artísticos? Seria o caso de substituir os coletivos que produzem as intervenções artísticas por uma rede inexorável de inúmeros sujeitos e elementos que estão imbricados? Definitivamente não, pois a supressão da identidade desses grupos ou de quaisquer actantes imbricados na vivência urbana implicaria em uma indeterminação irrastreável do fenômeno. A saída proposta pela TAR é que, em especial, o desenrolar das controvérsias configura os momentos em que as distinções entre identidades dos grupos se estabelecem.

É pela controvérsia que ocorre a diferenciação e os atores demarcam seus posicionamentos, suas questões de interesse. E, claro, esses posicionamentos não são fixos, pois dependem da manutenção da rede para se perpetuarem. Ou seja, quando um ator que está imbricado na questão se retira, toda uma rede precisa ser reconfigurada; o mesmo acontece quando um novo ator se coloca. O artigo "Diving in magma", de Tommaso Venturini (2009), é uma referência importante para entender o sentido de controvérsias para esta abordagem. As controvérsias representam desacordos entre os atores:

> Controvérsias começam quando os atores descobrem que não podem ignorar uns aos outros e controvérsias terminam quando os atores conseguem elaborar um compromisso sólido de viver juntos. Qualquer coisa entre esses dois extremos pode ser chamado de controvérsia (VENTURINI, 2009, p.3, tradução nossa[3]).

3 Trecho original: "Controversies begin when actors discover that they cannot ignore each other and controversies end when actors manage to work out a solid compromise to live together. Anything between these two extremes can be called a controversy" (VENTURINI, 2009, p.3).

Ao contrário do que se possa apreender do sentido usual dado a uma controvérsia como algo negativo, o autor demonstra que, na verdade, esta não é um aborrecimento a ser evitado no desenrolar da pesquisa. Pelo contrário, é a partir dela que se faz o desenvolvimento das redes e seus actantes, ou seja, que o social se configura em sua multiplicidade. Rastreá-la é também o modo pelo qual o social pode ser cartografado – a partir da Cartografia das Controvérsias.

Algo significativo, que é instaurado a partir dessa perspectiva de que as redes são reconfiguradas, é que os coletivos não são encarados como entidades autônomas no curso da própria prática que pretendem desenvolver. Adicionando o tempo nessa equação, é possível perceber que, ao passo em que os atores se colocam como integrantes da rede, eles são tensionados por outros atores, e nesse sentido as controvérsias são pontos de virada importantes para o entendimento dos caminhos que as ações tomam no espaço público.

Limitações impostas por parte do poder público, aparelhamentos legais que exigem a adequação das intervenções, caminhos de financiamentos possíveis, surgimento de novas tecnologias, o alinhamento às lutas sociais, desentendimento com moradores vizinhos, boicote de pontos de energia elétrica, reconfiguração dos espaços urbanos, todos estes são fatores que, uma vez inseridos na rede, são capazes de determinar o curso de uma intervenção artística no espaço público, modificando suas táticas, sua formação, sua localização, ou mesmo contribuindo para o seu apagamento. Por outro lado, a forma como os coletivos reagem às controvérsias inaugura frequentemente novas maneiras de se apropriar do espaço público, de modo que a reorganização dessas redes é necessária frente aos inúmeros desvios que atravessam esse território, configurando-se novas identidades coletivas.

Decerto, embora a descrição desta resolução de controvérsias faça parecer que esta é uma tarefa equânime entre os atores, sabe-se que ela não o é. Na resolução de uma controvérsia, reconhece-se que os atores não possuem o mesmo peso. Ou seja, a distribuição do poder dentro da rede é uma peça chave para o destino da ação. Aqui, faz-se necessário atentar-se a quais atores dentro da rede têm provocado mais desvios através das controvérsias em que se envolvem.

É nesse sentido que podem emergir campos de debate acerca de poderes coercitivos presentes no espaço público urbano, da centralidade de um poder institucional, em contraposição à capacidade desviante dos coletivos que possuem

certa fluidez e indeterminação em suas práticas. Não ignorando as situações que escapam às resoluções premeditadas e instauram delineamentos surpreendentes para o curso da ação, uma cartografia das controvérsias acompanha também as táticas capazes de reformular as redes de coletivos artísticos e garantir a sua continuidade. Em face da distribuição do poder dentro da rede, a cartografia revela seus elementos constituintes, e é nesse sentido que os não-humanos são ativados dentro da TAR.

O papel dos não-humanos

O quarto ponto que consideramos importante a partir da perspectiva da Teoria Ator-rede é o papel atribuído aos atores não-humanos dentro das redes, mudança que inaugura novas perspectivas frente a outras análises advindas das ciências sociais. A atenção dada aos agentes não-humanos como integrantes do social representa um ponto de virada para o desenrolar das pesquisas a partir da TAR, já que esta considera a potencialidade das coisas, e não apenas dos homens, em produzir efeitos no desencadear das ações. Partindo da sociologia das associações, propõe-se uma retomada dos não-humanos como parte da rede que formula o social, sendo estes também responsáveis pela determinação das ações que se desenrolam.

Essa é uma mudança radical porque evidencia que as redes, ou seja, aquilo que tece a malha do social, são compostas não apenas por pessoas, mas também por todo tipo de coisas que se possa imaginar: objetos, animais, máquinas, elementos químicos, arquiteturas, textos... Todos potenciais actantes dentro de uma rede, desde que façam a mediação de determinada ação.

Essa é uma grande mudança inclusive comparada à proposta da estética relacional, que, embora aparentemente dote a prática artística de certa agência — e portanto revelaria nas coisas uma possibilidade do exercício da mediação[4] — ainda concentra especial interesse em torno das relações humanas correlatas. Em entrevista, Bourriaud deixa claro essa diferenciação em relação à abordagem de Latour:

4 Há uma distinção feita por Latour entre mediador e intermediário. Por mediadores, refere-se àqueles que, ao entrarem em contato com determinado elemento, transformam-no, agregando um significado diferente a este, adicionando ou retirando traços, distorcendo-o, traduzindo-o. O mediador modifica a ação em algum grau, possui alguma agência. É diferente do conceito de intermediário, que transporta o significado sem produzir alterações, funcionando como um mero veículo. Neste, "[...] definir o que entra já define o que sai" (LATOUR, 2012, p.65)..

> [...] eu certamente diferiria dele sobre o papel central que ele dá às "coisas". Sim, elas estão dominando a nossa existência, mas observando essa evolução desde o campo artístico, tenho uma firme posição contra ele, e imploro por uma reinserção do humano onde quer que seja possível. (BOURRIAUD, 2013, on-line)

Apesar do posicionamento do autor, acreditamos que a composição de uma rede que agrega atores para além dos agentes humanos desvela uma compreensão mais aprofundada acerca das práticas artísticas estudadas, assim como a TAR sugere. Tal postura supera as dicotomias entre sujeito e objeto, entre sociedade e natureza, propostas pela Modernidade (LATOUR, 1994), sendo o conceito de ator-rede um exemplo dessa revisão.

Em "Jamais fomos modernos" (1994), Bruno Latour apontou a problemática desconexão que a constituição moderna provocou no campo analítico do social, visto que, ao tentar separar os elementos em sua autonomia e pureza, o social passa a ser retalhado, impossibilitando o entendimento da multiplicidade de sua organização. "Nós, pobres sujeitos-objetos, humildes sociedades-naturezas, pequenos locais-globais, nos encontramos literalmente esquartejados entre regiões ontológicas que se definem mutuamente mas que não se assemelham mais a nossas práticas" (ibid., p. 120).

Este é um ponto importante para explicar a abordagem, uma vez que ela se apresenta como uma antropologia simétrica. Isso rendeu aos teóricos da TAR diversas críticas a respeito de supostamente desconsiderarem as assimetrias e injustiças sociais. Tal crítica, no entanto, advém de uma confusão sobre o propósito da Teoria, que pretende refletir acerca da postura condizente ao pesquisador em estudos sociais, e não fornecer por si mesma a definição desse social. É o pesquisador quem deve, para a TAR, partir de uma posição simétrica, e não o social que a efetiva.

Isto posto, encara-se os objetos como agentes que têm política (LATOUR; WEIBEL, 2005). Ou seja, eles não só influenciam o resultado da ação, como também possuem um papel fundamental na perpetuação do exercício do poder. Para explicar as assimetrias sociais, nesse contexto, não bastaria recorrer à presença de macroestruturas pré-estabelecidas que formatam os agentes em prol de sua ação. Seria preciso, na verdade, estabelecer uma cartografia que abarque a rede de atores humanos e não-humanos elencados na estabilização

das desigualdades.

Os objetos, nessa cartografia, são mais do que meros coadjuvantes. Ao abordar as assimetrias, a TAR as reconhece como uma possibilidade ampliada pela agência dos não-humanos na rede, já que a propagação de um poder que depende unicamente dos vínculos sociais seria rapidamente enfraquecida. Os objetos, por sua vez, ajudam a propagar e a ramificar esse poder.

> Para os sociólogos das associações, o que é novo não é a multiplicidade de objetos mobilizados por um curso de ação [...]. Novo é o fato de os objetos surgirem de súbito não apenas como atores completos, mas também como aquilo que explica a paisagem variegada pela qual começamos, os poderes supremos da sociedade, as notórias assimetrias, o rude exercício do poder (LATOUR, 2012, p.109).

No entanto, não significa que os objetos tenham a capacidade de determinar de maneira definitiva as ações. "Além de 'determinar' e servir como 'pano de fundo' para a ação humana, as coisas precisam autorizar, permitir, conceder, estimular, ensejar, sugerir, influenciar, interromper, possibilitar, proibir etc." (ibid., p. 108-109). Ou seja, há nisso um leque de possibilidades que seguem por caminhos diferentes à medida que se superpõem outros mediadores que fazem parte da rede, não havendo determinação *a priori*.

Faz-se imprescindível, assim, compreender que atores não-humanos estão imbricados no desenrolar das ações que ocorrem no espaço público, revelados a partir da atuação das coletivos artísticos — transportes, mídias, aparatos legais, paisagens, editais, redes sociais, financiamentos coletivos, materiais utilizados, energia elétrica, iluminação, infra-estrutura urbana — pois é através desses objetos que linhas de poderes podem ser rastreadas.

Questões de interesse

O que define e diferencia cada uma das linhas de poderes que atravessam o delineamento das práticas são exatamente as questões de interesse. Decerto, no espaço público, as intervenções não acontecem sem a instauração de uma espécie de disputa pelo sentido desse espaço por diferentes interesses e setores sociais. É possível pensar em uma sobreposição de redes que configuram esses espaços oriundas de cada intenção: ao mesmo tempo em que a rede

de uma prática artística atua no sentido de heterogeneizar o espaço, outras redes podem atuar no sentido de homogeneizá-lo novamente.

Esse é outro ponto importante para a compreensão da atuação de coletivos artísticos no espaço urbano, adotado a partir da TAR, pois faz uma diferenciação entre questão de fato e questão de interesse. Isso porque a Teoria Ator-rede coloca a natureza dos fatos como uma fonte de incerteza, do mesmo modo como faz com a origem da ação.

Falar em incerteza dos fatos parece certamente contraditório, pois o significado de fato é justamente aquilo que é indiscutível, que é parte inquestionável da realidade. O que Latour propõe, entretanto, não é uma dissolução dos fatos no sentido tradicionalmente relativista, como se o fato mudasse de figura a depender dos atores que o observam, mas sim uma afirmação sobre a natureza múltipla do fato, que pode ser reivindicada por diferentes atores de modo bastante distinto.

Face ao debate das práticas artísticas e seus rebatimentos no espaço urbano, e mais ainda no cenário político-social no qual se constitui, de um lado, como frente de resistência e, de outro, como elemento a ser cooptado em torno da retroalimentação do próprio sistema, faz-se natural perguntar-se que lugar ocupam em meio a essas conexões rizomáticas. Frente a uma sociedade espetacularizada, à produção de subjetividades comercializáveis, aos processos de gentrificação que intervenções artísticas premeditam, como podemos compreender a partir das lentes da TAR as relações de resistências advindas de uma arte crítica se, dentro de sua rede, encontram-se também as reificações que ela própria busca combater?

Diríamos não apenas que a arte ocupa um lugar ambíguo, mas um lugar múltiplo: arte como uma coisa e outra ao mesmo tempo, porque infere-se em uma rede cujos diferentes atores podem orbitar em torno de interesses distintos. Por isso, Latour se volta para as questões de interesse em detrimento das questões de fato. Enquanto as últimas são fixas, não apresentando qualquer resposta relacionada ao movimento da rede, as questões de interesse são "assembleias" (LATOUR, 2012, p. 168). O autor usa o termo *assembleia* como uma reunião de actantes na rede, capaz de mobilizar seus interesses na estabilização de determinada situação.

A assembleia não necessariamente reflete um espaço físico ou mesmo representativo, mas resgata, na verdade, o conceito de enxameamento dos vários actantes que convergem em um ponto para sustentá-lo. Assembleias são a possibilidade de reunir

os interesses de vários actantes e, portanto, são essas que ainda podem ser rastreadas, desdobradas e colocadas em debate.

Interesse — de questão de interesse — deve ser entendido como aquilo que norteia os actantes em seus posicionamentos diante das possibilidades de escolhas existentes. O interesse de cada actante, assim, demonstra muito sobre as suas conexões traçadas em rede, por quais mediações passou, que humanos e não-humanos se agruparam para atingir objetivos em comum. E as práticas artísticas que ocupam os espaços públicos da cidade, nesse sentido, constituem-se de interesses múltiplos.

> Em relações de resistência e inelutável conivência, a arte responde de modo diverso a seus impasses. E não apenas porque ela alimenta o marketing cultural (e dele também se sustenta), conferindo visibilidade a empresas, governos ou causas sociais. Mas porque, como já disse, as potências (o mercado e as religiões, o espetáculo e a mídia) não são exteriores; a resistência da arte torna-se assim uma resistência a si mesma. Entretanto, de certa forma, é nessa contradição que a arte parece hoje sustentar o seu mais fecundo exercício (FLÓRIDO, 2015, p.176).

A resistência da arte, assim, não se faz em uma relação de exterioridade, contra determinados agentes, mas em seus processos internos de constituição nessa rede de atores. Uma questão de interesse gira em torno de uma coisa (*thing/ding*[5]) — seja esta coisa um computador, um espaço urbano ou o aquecimento global — cujas conexões e controvérsias devem ser mapeadas para que, uma vez identificadas, possam tornar a coisa pública novamente (LATOUR, 2005). Isso significa que os agentes em torno da coisa podem se reunir para colocá-la em disputa a partir de seus interesses. Uma controvérsia, afinal, só é possível a partir de interesses divergentes.

Nesse sentido, inferir as práticas coletivas a partir do rastreamento dessas controvérsias aponta para os interesses múltiplos que permeiam a arte e o espaço público nas cidades. Isso recoloca, inclusive, o próprio sentido da coisa pública como aquilo que só se apresenta a partir dessa reunião de interesses que a disputam. O espaço público, nesse contexto, se configura como elemento dessas disputas. E ele próprio, de certa maneira, disputa, como um ator dentro da rede, os sentidos e os delineamentos das práticas artísticas que pretende conter, configurando-se como um híbrido.

---

5 Daí surge a retomada do neologismo germânico Dingpolitik pelo autor (2005), uma política que se baseie na discussão pública em torno das coisas, conceito que também se relaciona à ideia de "democracia estendida às coisas" (LATOUR, 1994, p.140) abordada também em Jamais Fomos Modernos.

Híbridos

De forma assertiva, pretendendo superar as dicotomias instaladas na modernidade entre sujeito e objeto, a abordagem latouriana percebe um ofuscamento da fronteira entre humanos e não-humanos, de modo que nem sempre a distinção entre estas duas categorias se faz de modo claro na figuração de um ator presente na rede. A existência dos híbridos, assim, seria a prova de que esse dualismo não é praticável.

Como exemplo, um dos grandes dilemas contemporâneos é identificado por Latour como híbrido: as questões climáticas relativas ao efeito estufa. Há nisso uma junção entre componentes essencialmente naturais e componentes culturais. Assim, os não-humanos seriam inseparáveis das dimensões humanas de política, economia e de seus ordenamentos sociais, haja vista que ambos confluem na materialização de uma mudança climática. "Impossível separar claramente o que representam as nações e o que representam as nuvens, a circulação atmosférica, as correntes marinhas e as florestas" (LATOUR, 1997, on-line).

De fato, uma grande preocupação nas ciências humanas é a forma como o pesquisador dá espaço às pessoas envolvidas na pesquisa, buscando retratar com integridade seus pontos de vista. Calar humanos é um ato passível de fortes objeções, ao passo em que não é possível e nem necessário calar objetos. Considerá-los enquanto elementos que produzem agência e compõem a rede, então, é também uma colocação política e que pode implicar em novas perspectivas, inclusive, para a Arquitetura e o Urbanismo.

Nesse aspecto, encontramos na obra de Milton Santos uma ressonância a partir de sua colocação acerca do espaço. Em A Natureza do Espaço (2006), o autor demonstra a influência decisiva do pensamento latouriano em sua produção, embora não se refira especificamente à Teoria Ator-Rede para compor as formulações:

> [...] propomos que o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. [...] Nossa secreta ambição, a exemplo de Bruno Latour, no seu livro Aramis ou l'amour dês techniques (1992), é que esses conceitos, noções e instrumentos de análise apareçam como verdadeiros atores de um romance, vistos em sua própria história conjunta (SANTOS, 2006, p.12).

Nesse sentido, o espaço em Milton Santos também se apresenta como o que denominamos de híbrido. Tradicionalmente, tem-se que o sentido de espaço foi relegado a um olhar euclidiano, imutável, material, de modo que essa posição se inverte a partir do momento em que o espaço se configura como um híbrido. Para a nossa abordagem, em consonância com o autor, o espaço é formado ao mesmo tempo por natureza e cultura, objeto e sujeito, natural e político.

O espaço público e os coletivos artísticos

Além de Santos, diversos autores com um olhar mais voltado para o campo disciplinar em que estamos inseridos referiram-se à Teoria Ator-rede, visto que a TAR consiste em uma abordagem bastante ampla, aplicável em diferentes contextos ao considerar o acontecimento dos fenômenos como uma subdeterminação provocada por redes de atores humanos, não-humanos ou híbridos.

O próprio Latour abordou a cidade na forma ator-rede. Sua obra "Paris: *ville invisible*" (1998), em colaboração com a fotógrafa Emilie Hermant, conta com um volume significativo de imagens da cidade de Paris para demonstrar a possibilidade de pensá-la enquanto uma série de espaços que emergem pelas redes de atores que operam nesses locais. O que é global na cidade, afinal? Como podemos descrevê-la? É esta a questão que a obra procura desconstruir, demonstrando que a totalidade da cidade está em sua multiplicidade: ela é a proliferação de seus diversos espaços.

A obra de Ignacio Farias e Thomas Bender, *Urban Assemblages* (2010), composta por uma coletânea de artigos que utilizaram a TAR para compreender como essa abordagem pode modificar os estudos urbanos, propõe leituras muito relevantes, à contrapelo de algumas análises hegemônicas.

Já na introdução do livro indica-se que boa parte da literatura contemporânea (entre cidades globais, cidades criativas e competição entre cidades) tem tratado o elemento cidade como um ator fundamental no desenvolvimento da economia global.Em contrapartida, seria necessário assumir a cidade além de sua dimensão espacial euclidiana, como um ator-rede: não é a cidade em si que estabelece posições na economia, mas determinados grupos que se desenvolvem dentro dela/com ela. Em um dos exemplos, os autores citam estudos acerca da competição de cidades para a alocação das Olimpíadas, entendendo que quem compete, na verdade, são

determinadas redes de atores, ao passo em que outras redes (inclusive localizados no mesmo espaço físico urbano) podem naturalmente contrapor-se a esse posicionamento.

A noção de *urban assemblages* (FARIAS, BENDER, 2010), no plural, representa bem o entendimento do urbano como um dinamismo emergente, que se faz através da multiplicidade e, portanto, pode vir a existir de diversas maneiras, coexistindo, através de corpos e associações, como:

> [...] cidade turística, como sistema de transporte, como um playground para skatistas e corredores livres ('parkour'), como uma paisagem de poder, como um palco público para a ação política e demonstração, como uma área proibida, como um festival, como uma área de vigilância, como um espaço de socialização, como memória privada, como meio criativo, como grande superfície para grafite e artistas de rua, como mercado consumidor, como jurisdição etc. (FARIAS; BENDER, 2010, p. 14, tradução nossa[6])

Para nós, interessa a *urban assemblage* que se forma a partir dos coletivos artísticos. Isso aponta para um caminho de dupla investigação, que é simultâneo: faz-se importante pensar, no caso da atuação de coletivos artísticos, de que maneira a propagação desses grupos se relaciona com as recentes transformações no espaço urbano em duas direções, tanto relacionado a de que modo eles modificam a essência desse espaço, quanto a de que modo são modificados por ele.

O primeiro sentido compreende que as práticas artísticas, como vimos antes, modificam os espaços em que se inserem. A partir da TAR, reconhece-se que estes passam por inúmeras transformações ao longo do tempo, na medida em que são modificados e renovados por seus usuários e estão inseridos corriqueiramente em processos controversos.

> Conhece-se mal, a bem da verdade, os mecanismos pelos quais uma cultura popular, eventualmente uma contracultura, modifica os objetos urbanos constituídos ou os modela. [...] Seria preciso criticar de novo a lógica do lugar muito frequentemente admitida pelos urbanistas e questionar, ao contrário, como os grupos sociais, nos atos e pensamentos produzem seu meio" (RONCAYOLO apud PALLAMIN, 2000, p. 23)

6 Trecho original: "[...] as a tourist city, as a transport system, as a playground for skateboarders and free-runners ('parkour'), as a landscape of power, as a public stage for political action and demonstration, as a no-go area, as a festival, as a surveillance area, as a socialization space, as a private memory, as a creative milieu, as a huge surface for graffiti and street-artists, as a consumer market, as a jurisdiction etc" (FARIAS; BENDER, 2010, p. 14).

Infere-se a partir dessas retro-modificações entre práticas e espaços que, na cidade, as formas materiais construídas – embora mantendo suas mesmas dimensões e características – constituem espaços diferentes à medida que são ocupados por ações diversas. É nesse sentido que pensamos as atuações dos coletivos artísticos no contexto urbano enquanto ações que compõem a forma-conteúdo do espaço público. Ao ser ocupado por tais ações, o espaço muda de significação "[...] porque a teia de relações em que está inserido opera a sua metamorfose, fazendo com que seja substancialmente outro" (SANTOS, 2006, p.62).

No entanto, a partir da TAR, não apenas o espaço é composto pelo material e pelo social, como ele mesmo é parte da composição de outras redes. Ou seja, se podemos dizer que o espaço é formado, também, pela ação dos coletivos, o mesmo pode ser dito ao inverso: os coletivos artísticos são formados, também, pelo espaço público. A relação associativa, enfim, se faz a partir dessa rede. Tanto o que emoldura (o espaço), quanto o que é emoldurado (as práticas artísticas) operam em relação simbiótica: "Moldura" e "visitante", eis duas formas de falar perfeitamente intercambiáveis" (LATOUR, 2009, *on-line*).

Entende-se que, sem o espaço público, a composição dos coletivos formulada através de suas questões de interesse muda integralmente, visto que mudam também as controvérsias e os atores, humanos ou não-humanos, que permeiam o desenrolar dessas práticas. Assim, o espaço público não é meramente um intermediário para os coletivos, mas um mediador, sobre o qual pairam os discursos de prática estética e crítica dos grupos.

Assim, a abordagem fornecida pela TAR nos permite pensar em influências mútuas entre prática artística e espaço público, sem deixar de considerar uma sobreposição de redes que configuram esses espaços oriundas de cada interesse, nas quais há dimensões de poder que também se estabelecem. O que a Teoria Ator-rede sugere é uma leitura baseada nessas múltiplas vozes, nas diversas entradas e linhas de forças que se configuram em torno do espaço público urbano.

Considerações Finais

A atuação dos coletivos artísticos no espaço público descortina novos olhares referentes às práticas artísticas e aos agenciamentos na produção de cidades. À luz de nosso interesse em relação a essas dinâmicas e da compreensão de seu caráter rizomático, a sistematização de alguns conceitos

da Teoria Ator-rede se mostra muito pertinente, permitindo inferir rebatimentos que podem interessar aos campos da arte e do urbanismo.

A abordagem fornecida pela TAR sugere uma análise que se baseia em uma perspectiva de redes, cujos atores se relacionam de modo associativo e mútuo. Isso implica não apenas em atentar-se para as práticas desenvolvidas internamente aos coletivos, mas também considerar outros agentes implicados no processo, que direta ou indiretamente podem promover mediações no curso da prática desses mesmos coletivos. Visto que tais práticas possuem uma relação justaposta ao espaço público, faz-se necessário encarar a multiplicidade de vozes dissonantes, cujas assimetrias de poder implicam na perpetuação de determinadas questões de interesse.

Esse foco relacional é uma das grandes contribuições que identificamos na TAR face à investigação de tais práticas, posto que visibiliza relações desenvolvidas ao longo dos processos na tentativa de compreender diferentes linhas de forças que modulam o curso da ação. Embora possua certas similaridades com a Estética Relacional, a abordagem via Teoria Ator-rede não evidencia a centralidade da prática artística a partir da qual as relações humanas se desenrolam. Ela busca, em contrapartida, compor uma cartografia de diferentes vozes que dê conta de assimilar os diferentes agenciamentos que compõem a prática, mesmo aqueles que ultrapassam os interesses propostos pelos coletivos artísticos.

Principalmente no que concerne ao papel dado aos agentes não-humanos, há uma mudança significativa, pois estes são encarados como portadores de agência na medida em que perpetuam os exercícios de poderes. Junto aos atores humanos, as coisas também trabalham para a manutenção das redes existentes, incluindo aquelas onde perpassam as disparidades socioeconômicas no espaço urbano. As coisas, assim, precisam também entrar na equação para que uma relação entre coletivos artísticos e espaço público se estabeleça de fato.

Assumindo a cidade a partir das *urban assemblages*, assim como o espaço como um híbrido, um conjunto de formas e ações conforme propunha Milton Santos, tem-se que as práticas artísticas dos coletivos e o espaço público estão mutuamente imbricados. A mudança no sentido deste espaço pode modificar, consequentemente, a ação que os coletivos artísticos estabelecem em torno dele, ao passo em que a ação dos coletivos pode estabelecer, da mesma forma, novos espaços públicos, modificando a teia de relações em torno destes.

Isto, no entanto, não confere às práticas artísticas potencialidade autônoma para modificar as acepções dos espaços urbanos, pois o que a abordagem fornecida pela TAR nos indica é que há, na formulação das redes, confluência de atores diversos, cujos pesos na determinação do curso da ação são desiguais. Os coletivos artísticos, ao atuarem no espaço público, estão em uma constante relação mútua com outros agentes urbanos, de onde se inferem as controvérsias. E é a partir dessa disputa interna pelas linhas que configuram suas redes, como em um cabo de guerra de várias direções, que uma efetiva transformação urbana co-agenciada por coletivos artísticos seria possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURRIAUD, N. **Estética Relacional.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURRIAUD, N. **Para onde vamos?** [Entrevista concedida a] Paula Alzugaray e Giselle Beiguelman. Select, *on-line*, 2013. Disponível em: <https://www.select.art.br/nicolas-bourriaud-para-onde-vamos/>. Acesso em Jan. 2021.

CAMPBELL, B. **Arte para uma cidade sensível**. Belo Horizonte: Formato Press, 2015.

CARDOSO, R. L.; MACÊDO, R. Prefácio. In: RENA, Natacha; OLIVEIRA, Bruno; CUNHA; Maria Helena [Orgs.]. **Arte e espaço**: uma situação política do século XXI. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

FARÍAS, Ignacio; BENDER, Thomas (Eds.) **Urban Assemblages**: How Actor-Network Theory Changes Urban Studies. London: Routledge, 2010.

FERREIRA, M. L.; KOPANAKIS, A. R. A cidade e a arte: um espaço de manifestação. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 22, n. 44, p. 79-88, 2015.

FLÓRIDO, M. Diálogo: Marisa Flórido. In: CAMPBELL, B. **Arte para uma cidade sensível**. Belo Horizonte: Formato Press, 2015.

JACQUES, P. B. Notas sobre espaço público e imagens da cidade. ***Projetos***, São Paulo, ano 10, n. 110.02, Vitruvius, jul. 2009. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/12.133/41>. Acesso em jan. 2021.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos:** ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 1994.

_____. O futuro da Terra é decidido no concílio híbrido de Kyoto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Caderno Mais!, 7 dez. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/12/07/mais!/23.html>. Acesso em Jan. 2021.

_____. From Realpolitik to Dingpolitik. In: LATOUR, B.; WEIBEL, P. (eds.). **Making Things Public**. The MIT Press: Cambridge, 2005.

_____. Paris, Cidade Invisível: O Plasma - Bruno Latour, **Ponto Urbe** [Online], 5, 2009, posto online no dia 31 Dezembro 2009. Disponível em: http://pontourbe.revues.org/1632. Acesso em: Jan. 2021.

_____. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria do ator-rede. Salvador/Bauru: EDUFBA/ EDUSC, 2012.

LATOUR, B.; HERMANT, E. **Paris ville invisible**. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond & Le Seuil, 1998.

LATOUR, B.; WEIBEL, P. (eds.). **Making Things Public**. The MIT Press: Cambridge, 2005.

PALLAMIN, V. M. **Arte urbana**: São Paulo, Região Central (1945 - 1998), obras de caráter temporário e permanente. São Paulo: FAPESP, 2000.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

VENTURINI, T. Diving in magma: How to explore controversies with Actor-Network theory. **Public Understanding of Science**, v. 19, n. 3, 2009.

arte contemporânea e ocupações culturais - centro cultural ocupa ouvidor 63

Mariana Angelis Ferreira

É mestre em Artes pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, possui graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2013) e cursou um ano de História da Arte na Université Paris-Sorbonne -Paris IV (em 2012). Tem experiência nas áreas de Comunicação, Design, Pesquisa e Produção Cultural.

Introdução

O período atual, ou contemporâneo, indica confluências, divergências e percursos desempenhados por uma possível reformulação da sociedade, seus modos de produzir, pensar, sentir, se relacionar e (con)viver. Ainda que sem absoluto consenso, essas reconfigurações que se lançaram sobretudo a partir dos anos 1960 e 1970, alastraram-se por todo espectro da vida social e individual, instituições, política, cultura, artes e outros. Assim, se essa pós-modernidade, para usar outro termo comumente empregado em estudos teóricos, reconfigura a organização social e política como um todo, esses processos também se refletem no campo artístico.

Retornos, apropriações e repetições, rompimentos, tentativas de superação ou mesmo subversão do pensamento moderno parecem instaurar uma diferente, porém não inteiramente inédita, forma de "experimentar, interpretar e ser no mundo":

> a experiência do tempo e do espaço se transformou, a confiança na associação entre juízos científicos e morais ruiu, a estética triunfou sobre a ética como foco primário de preocupação intelectual e social, as imagens dominaram as narrativas, a efemeridade e a fragmentação assumiram precedência sobre verdades eternas e sobre a política unificada e as explicações deixaram o âmbito dos fundamentos materiais e político- econômicos e passaram para a consideração de práticas políticas e culturais autônomas. (HARVEY, 1993, p. 293)

Assim, o pensamento pós-moderno suscita um abandono das perspectivas totalizantes para a busca de um olhar mais complexo, capaz de abranger as contradições inerentes à época. Onde fronteiras simbólicas assumem um caráter cada vez mais híbrido, percebem-se dissoluções entre a chamada alta cultura, ou erudita, e a que seria considerada baixa, "das massas".

No âmbito dos movimentos sociais insurgentes, "as forças que resistem" demandam por aquilo que lhes foi tomado, a vida, manifestando-se nas mais diversas afirmações de direito, tais como "direito à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à autorrealização, à satisfação das necessidades, etc." (SANTAELLA, 2016, p. 24).

Os anos 2000, principalmente a partir da "crise mundial" econômica de 2008 desencadeada em grande parte pelo mercado imobiliário norte-americano, viu surgir uma onda, em escala global, de movimentos de ocupação: praças, parques, ruas e avenidas transformaram-se em acampamentos, uns mais outros menos efêmeros. *Occupy Wall Street* no pólo financeiro de Nova Iorque; manifestações em países do Oriente Médio em 2011 na chamada Primavera Árabe e jovens espanhóis que, graças à articulação em rede pela internet, ocuparam as ruas de Madrid no intitulado Movimento 15-M, ou *Indignados.* Inspirados pelo manifesto *Indignai- vos!,* do autor francês Stéphane Hessel, demandavam uma democracia real: *Democracia real Ya* foi uma plataforma civil, digital e colaborativa desenvolvida durante as manifestações.

No Brasil, desde 2013, no contexto da Copa do Mundo de Futebol que aconteceria no ano seguinte, o país presenciou a insurgência de uma série de protestos heterogêneos e difusos. Com a presença de alguns discursos apartidários, cobravam melhorias do sistema quanto à educação e à garantia de serviços como saúde e transportes. Este último, após o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo, teria sido um dos pontos de partida para uma série de protestos e manifestações organizadas pelo movimento Tarifa Zero.

A movimentação política que circulava o país parece impulsionar – ou ao menos fortalecer e dar mais visibilidade – (a) os movimentos, já existentes, das ocupações urbanas. Prédios e casarões que estavam sem utilização e função social passaram a garantir, seja como moradia ou como espaço público para produção artística e vivência comunitária, o que o Estado não foi capaz de cumprir. São movimentos insurgentes, tais quais as ocupações culturais, que refletem modos contemporâneos de resistência, organização e ação desenvolvidos e projetados a partir do mundo da arte, da estética e da produção de subjetividades.

Arte para quê(m)

No campo das artes, a contemporaneidade viu o enfraquecimento de um modernismo artístico formal e institucionalizado. A arte pós-moderna critica a "arte institucionalizada" dos museus e galerias, assim como as "hierarquias críticas acadêmicas de gosto e a consagração das obras de arte enquanto objetos de exposição claramente demarcados." Como relembra Mike Featherstone (1990), esse embate não seria algo inédito, pois:

> ocorreu com a vanguarda histórica da década de 20 e sua rejeição do esteticismo. Nesse contexto, é interessante observar que na década de 60 houve um ressurgimento de interesse pelos movimentos dadaísta e surrealista, especialmente pela obra de Marcel Duchamp (FEATHERSTONE, 1990).

Esse atravessamento entre alta cultura e cultura de massa incide também, entre outros aspectos, na perspectiva do(a) artista como autor(a) único(a) e autônomo(a), "bem como (n)a definição artesanal de arte perpetuada pelo modernismo, para mostrar que a arte está em toda parte". Essa apropriação da então tida como degradada cultura de massa emerge sobretudo no contexto da pop arte da década de 1960 e "sua caracterização como uma ruptura cultural associada à emergência de uma forma de 'contracultura'" (FEATHERSTONE, 1990).

Assim, procura-se na diversidade e ocasionalidade da vida comum marcas, temas, materiais e elementos para produção e expressão artística, e subjetiva. Ao se aproximar do cotidiano, a arte pós-moderna traz à tona a questão do sensorial em que obras são, segundo Gilles Deleuze e Félix Guattari, "blocos de sensação, compostos de perceptos e afetos." (DELEUZE, GUATTARI, 2010).

Dessa forma, desenvolvem-se manifestações tais como a *Body Art*, os *Happenings* - que serão mostrados posteriormente -, as performances e outras. São formas artísticas marcadas pela heterogeneidade e descontinuidade - assim como por uma carga de sentidos e significações. Por vezes efêmeras, possuem "subsistemas desconexos, matérias primas aleatórias e impulsos de todo tipo" (JAMESON, 1989, p. 53):

> a heterogeneidade inerente a isso (seja na pintura, na escritura ou na arquitetura) nos estimula, como receptores do texto ou imagem, "a produzir uma significação que não poderia ser unívoca nem estável". Produtores e consumidores de "textos" (artefatos culturais) participam da produção de significações e sentidos (daí a ênfase de Hassan[1] no "processo", na "performance", no happening" e na "participação" no estilo pós-moderno (HARVEY, 1993, p. 55).

No entanto, ainda que rompendo as barreiras que distinguem a arte do cotidiano subjetivo e buscando resistir à sua transformação em "objeto-mercadoria" de museu, a arte pós-moderna também teve quem "a conduzisse às instituições

1 Ihab Habib Hassan (1925-2015) - teórico literário e escritor árabe-americano nascido no Egito.

artísticas por meio de fotografias, livros, filmes e exposições". (FEATHERSTONE, 1990).

Com uma visão crítica sobre uma possível missão da arte política, Jameson (1989) relembra seu destaque no "novo e desconcertante espaço mundial do capitalismo tardio ou multinacional". Submetida à lógica financeira, a produção estética é obrigada a explorar cada vez mais o novo, a fim de favorecer os sistemas de mercado. Essa relação é apontada pelo autor também pelos "vários tipos de apoio institucional disponíveis para a arte mais nova, de fundações e bolsas até museus e outras formas de patrocínio" (JAMESON, 1989, p.79).

Posto isso, a arte política pós-moderna, se de fato viável, deveria concentrar-se em "seu objeto fundamental – o espaço mundial do capital multinacional, ao mesmo tempo que realizar a façanha de chegar a uma nova modalidade". Essa modalidade de expressão a qual se refere o autor, deveria fazer-nos "entender nosso posicionamento como sujeitos individuais e coletivos e recuperar nossa capacidade de agir e lutar, que está, hoje, neutralizada pela nossa confusão espacial e social" (JAMESON, 1989, p.79).

A relação de artistas com as lutas sociais, que assumem em seu trabalho uma postura política e militante, todavia, não pertence exclusivamente ao período pós-moderno. Desde o século XVIII, "artistas lutaram nas barricadas da Revolução Francesa e na Comuna de Paris em 1871; atuaram na Revolução Soviética de 1917 e nas vanguardas artísticas europeias". Passando também pelas revoltas de maio de 1968 na França e os movimentos latino-americanos, "foram fundamentais para o surgimento da contracultura dos anos (19)70 e (19)80" (SESC/SP, 2014).

Assim, a contestação política e social viria também por meio de rupturas estéticas e de linguagem. Pois, rompendo as fronteiras entre arte, cotidiano, subjetividade e política, o questionamento da ordem vigente incitaria novas formas artísticas e sociais.

Hibridismo entre arte e ativismo, como aponta Teresa Vieira (2007), as mediações artivistas buscam "articular estratégias de resistência ao pensamento hierárquico, subvertendo formas de experiência privilegiada e desestabilizando as regras do poder dominante." (VIEIRA, 2007, p. 20). Na tentativa de buscar algumas origens mais recentes para aplicação do termo, a autora afirma que:

> Escolhemos como ponto de partida a revolução estudantil de Maio de 1968 (e os situacionistas) porque nos surge como um dos primeiros paradigmas de resistência cultural e artística aplicados à pós-modernidade, que se apresenta como modelo de união colectiva activista em torno de ideais que, mais do que conquistados pelas promessas do projecto moderno, permanecem em contínua construção e problematização (VIEIRA, 2007, p.12).

Ao que tange esssa origem dos movimentos de contracultura da pós-modernidade na Europa, em *Provos: Amsterdam e o nascimento da contracultura*, Matteo Guarnaccia (2015) apresenta essa outra manifestação, com certas similaridades, que se desenvolveu em Amsterdam (Holanda), de 1965 a 1967 – pouco antes de maio de 1968 – denominado Provos (GUARNACCIA, 2015). Com ideais anarquistas e antiautoritários, "à diferença do maio francês, que queria levar a imaginação ao poder, o Provo utilizou a imaginação contra o poder", pois:

> compreenderam que, no mundo moderno, o instrumento de luta mais temível já não é a dinamite, mas a imaginação. Com a imaginação, é possível arrebentar os planos de controle social, expor o verdadeiro rosto da "benévola" sociedade de consumo, ridicularizar o poder, reivindicando o direito de todo ser humano a gerenciar a própria vida (GUARNACCIA, 2015, p. 73).

Composto em sua maioria por jovens, artistas e dissidentes, exploravam linguagens como as artes gráficas, sobretudo sob a forma de panfletos políticos e contestatórios que inseriam em jornais de circulação pública. No contexto da "crise pós-guerra", "novas formas expressivas" emergiram: seria preciso liberar quaisquer sentimentos reprimidos resultantes das guerras, conflitos e opressões "por meio de um gestual mais relaxado, enfatizar o ato criativo e o signo em detrimento da obra são as novas palavras de ordem" (GUARNACCIA, 2015, p. 25).

Museus, galerias e instituições artísticas não mais comportam a amplitude de sua expressão criativa e o artista, então, ao levar sua produção para espaços abertos, percebeu que, na realidade, "o que estava fazendo não eram obras de arte, mas ambientes que deveriam ser vividos. Da interação entre as atividades orquestradas para entreter os espectadores e sua reação, surge o *happening*". Manifestando-se em 1959 em Nova Iorque, nasce do anseio do artista em

expandir as barreiras da instituição e aproximar a arte da vida, do efêmero, inconstante e flutuante (GUARNACCIA, 2015, p. 29- 30).

Em busca de um "novo e generoso estilo de vida antiautoritário e ecológico", o movimento holandês visava permanecer "'dentro' da sociedade, para provocar nela um curto- circuito" (GUARNACCIA, 2015, p. 13). Dessa forma:

> Os Provos foram a primeira tentativa de organizar a delinquência, forneceram à experiência marginal sua primeira forma política. Os Provos constituem-se de uma aliança entre dois elementos distintos: um punhado de carreiristas regressando do mundo degenerado da "arte" e uma massa de beatniks em busca de novidades. Os artistas forneceram a ideia do jogo, embora revestida de desgastados trajes ideológicos. Os delinquentes nada mais tinham a oferecer que a violência de sua rebelião (GUARNACCIA, 2015, p. 139).

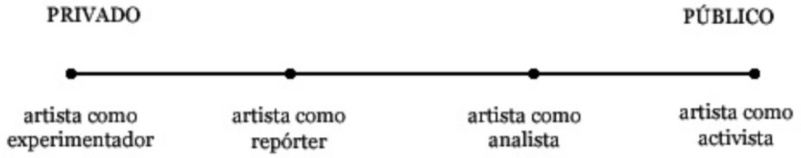
Ainda que com um potencial de transformação porventura atingível, o artista artivista pode, quando mínimo, propor uma reflexão ou mesmo apresentar uma nova perspectiva sobre determinada questão, afetando os agentes envolvidos. Desse modo, a "arte activista, mais do que pretender transformar o mundo ou transformar a vida através da arte, procura abrir espaços de crítica, interrogar, e quem sabe até resolver questões pendentes ou descobrir respostas" (VIEIRA, 2007, p. 23).

Para Hal Foster (1996), a questão política na arte contemporânea pode aparecer como práticas de transgressão ou mesmo resistência, sendo a primeira responsável por transformar e a segunda contestar o sistema vigente de produção e circulação artística e cultural (FOSTER, 1996). Assim, nesse paradigma da arte atuante, as intervenções artivistas sob a forma de projetos comunitários visam intervir poética e performaticamente para a construção de espaços de produção, compartilhamento e comunicação no campo político e social. Segundo Vieira (2007), por exemplo, tais intervenções e projetos se classificariam como uma resistência a partir do conteúdo, pois "todo o processo se desenrola em função e no contexto de produção sócio-cultural" (VIEIRA, 2007, P.17).

Sobre a relação com o espaço em que se insere, a curadora e arte educadora de origem sul-coreana Miwon Kwon (1997 apud BERQUÓ, 2015) aponta que:

> A "arte comunitária" configura um desdobramento tardio do movimento site-specific, surgido em meio ao Minimalismo, no final da década de 1960. Trata-se de uma ampliação da ideia do site, o qual deixa de referir-se apenas ao caráter espacial ou locacional da obra (como ocorria nas décadas de 1960-1970), passando a incluir, nas realizações site-oriented da década de 1990, a comunidade e os conflitos sociopolíticos a ela relacionados (KWON apud BERQUÓ, 2015, p. 114).

Usada para investigar e contextualizar tais estratégias estéticas, sociais e territoriais, o esquema ilustrativo abaixo, desenvolvido por Suzanne Lacy em 1995 e apresentado por Vieira (2007), mostra diferentes modos de atuação do artista em relação aos espaços público e privado, uma vez que esses âmbitos e práticas não são fixos e estáticos e é possível que o mesmo percorra transitoriamente entre eles (VIEIRA, 2007, p.22).



A criação artística atua então como mediadora entre artistas ou produtores culturais, em suas realidades e subjetividades, e as comunidades as quais se inserem. Assim, o artivismo pode invocar uma participação e um envolvimento mais direto, por vezes até prático, que demanda outro tipo de mediação, não inteiramente nova, mas efetivamente comprometida com processos de transformação sociocultural. Nos quais, de acordo com Caio Honorato e Diego Moraes (2016), a pluralidade não se resuma à "coexistência indiferente das diferenças", mas possibilite a "construção de um comum dissensual, efetivamente político, radicalmente democrático" (HONORATO; MORAES, 2016).

Esse movimento consiste em "uma crítica à homogeneidade da cultura dominante corporativa, que serve apenas muito poucos enquanto afecta a todos". Deste modo, caberia a essa arte engajada uma defesa "dos limites dessa democracia." A verdadeira democracia cultural, portanto, deveria garantir a "visibilidade em igualdade de circunstâncias a minorias ou dominados porque a sua auto-expressão promove o seu desenvolvimento pessoal" (VIEIRA, 2007, p. 24).

Sobre esse caráter diverso e heterogêneo das práticas culturais, sobretudo coletivas, em forma de "arte comunitária", Paula Berquó (2015) lembra que:

> com efeito, o ato não dá origem, como aqueles, a uma obra artística autoral e tampouco a uma oficina única em torno da qual a comunidade, mediada pelo artista, se reúne com um objetivo específico, mas a uma experimentação coletiva aberta baseada na ação de singularidades múltiplas que, apesar de agirem em comum, partem de estratégias e interesses heterogêneos. A "unidade" que nela se forma parece ser, assim, precária ou lacunar: o encontro que se produz entre as partes não pretende promover fusão, mas manter-se fragmentário e contingencial. Não se trata, finalmente, de uma ação centrada em torno de uma identidade unívoca de forma a afirmá-la, mas de um ato em rede, de conexão e agenciamento (BERQUÓ, 2015, p. 124).

A partir sobretudo dos anos 1990, ampliam-se as associações e atuações artísticas em redes, colaborativas e cambiantes. Diluindo-se a posição autoral do artista, a questão do coletivo e da construção comunitária ganha relevância no campo artístico. Dessa maneira, certas ações coletivas poderiam reconfigurar simbólica e materialmente o espaço, tópico primordial da pós-modernidade. Para Judith Butler e Athena Athanasiou (2013), *performativity in plurality* são "novas formas de organização e resistência incluindo práticas de arte de guerrilha", ocupações artísticas de espaços – principalmente do Estado – tais como fábricas, prédios ou casas abandonados, protestos em praças e vias públicas, "boicotes de instituições de arte e educação, (...) hacktivismos", assembleias e espaços comunitários emergentes, assim como "publicações e coletivos artísticos autogestionários, estruturas participativas relacionais e performances experimentais críticas" (RAPOSO, 2015, p. 7).

Sob a perspectiva da relação com o espaço no qual se insere, acrescenta-se, ainda, que tais formas de arte *site-oriented* se pautam prioritariamente em questões sociais, podendo contar também com uma participação e construção colaborativa para definição e desenvolvimento dos trabalhos. São consideradas maneiras de "fortalecer a capacidade da arte de penetrar a organização sociopolítica da vida contemporânea com impacto e significado maiores." Dessa maneira, o sentido de *site* deve remeter a algo que seja "mais do que um lugar – uma história étnica reprimida,

uma causa política, um grupo de excluídos sociais", o que acabaria por redefinir também o "papel 'público' da arte e dos artistas" (KWON, 1997, p. 8 apud BERQUÓ, 2015, p. 116).

Em narrativas fragmentadas e transitórias, a arte e o artista, se deliberadamente engajados, se mostram como catalisadores ou mediadores de processos que, além de questionarem a norma e trazer à tona questões, pautas e *sujeit@s invisibilizad@s*, buscam o afeto e a mobilização social.

Na década de 1970 o artista plástico e performer brasileiro de aspirações anarquistas, Hélio Oiticica, desenvolveu a proposição artística-social "Crelazer". Definido como um "sonho comunitário", o artista defende que práticas coletivas "inventivas (e não repressivas) incluídas no âmbito do lazer seriam formas políticas por si só, por expressarem uma forma de não subestimação da vida cotidiana a instâncias regulatórias" (BERQUÓ, 2015, p. 118). Baseada nas ideias de heterogeneidade e abertura:

> o tipo de dinâmica que a caracteriza, em que o papel do artista como ator ou mediador encontra-se fortemente diluído, parece apontar para outras e profícuas possibilidades de interseção entre arte, política e cotidiano, baseadas justamente na tomada de ação direta pelo "qualquer um" (BERQUÓ, 2015, p. 124).

Ao pensar nessa arte como agenciadora de outras formas de vida, seja pela criação ou pela fruição, mediadas por "qualquer um", deve-se ressaltar que, na contemporaneidade, a apropriação das tecnologias e das novas mídias também atuam de forma relevante tanto para as articulações sociais e coletivas em desenvolvimento, como para as expressões artísticas, sua difusão e compartilhamento.

No entanto, se no virtual as redes articulatórias e mediações artivistas se expandem e ganham visibilidade momentânea ao redor do globo, no território da cidade elas encontrariam a materialidade de um meio pelo qual também podem potencialmente se expressar. Visto que o planejamento das cidades não levou em consideração a "autodiversificação espontânea entre as populações urbanas", ela se impõe através de discursos coletivos que clamam pelo "direito à cidade", não se limitando ao acesso "àquilo que já existe, mas sim a um direito ativo de fazer a cidade diferente". Ou seja,

um lugar não exclusivamente subordinado aos interesses do capital financeiro, mas que possa atender às "necessidades coletivas (por assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano." Pois "se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito." (HARVEY, 2013, p. 58).

Como um sistema dinâmico e relacional, constituído por esses territórios constantemente (des/re)feitos, a cidade contemporânea é uma extensa rede cambiante de interconexões, onde imprimem-se e exprimem-se simbologias, significados e sensações distintas. Nesses processos de (des/re)territorialização, não forçosamente físicos porém nitidamente simbólicos, as ações coletivas como movimentos reivindicatórios urbanos possuem grande expressividade:

> Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. (...) Ele é conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização no sentido em que seus territórios 'originais' se desfazem ininterruptamente (...) A reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um engajado num processo desterritorializante (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.388).

Assim, provocando curtos-circuitos e fissuras no ordenamento hierárquico da cidade e da vida social disciplinada, devem "desterritorializar-se do construído e sedimentado e reterritorializar-se com outros sujeitos, coletivamente, inventando novos modos de [com]viver." (LEITE, 2014, p. 13).

Para além das já comentadas obras *site-oriented* e a arte pública, a cidade também é suporte para múltiplas vozes que se expressam criativa e subjetivamente, seja por meio dessas obras, seja pelos grafites, pichações, intervenções urbanas e demais enunciações.

Ao possuir relação intrínseca com o espaço, a arte urbana encontra nas cidades contemporâneas um meio para se propagar e atingir um amplo espectro de observadores

e transeuntes. Para Renata Marquez (2000), deslocar a arte do espaço institucional para a cidade implicaria em duas direções:

> A primeira não apresenta nada de novo no panorama histórico: o espaço público converte-se em museu e os trabalhos funcionam como objetos estetizantes – no sentido decorativo – desse espaço. Mas as obras são as mesmas obras; objetos que não trabalham as potencialidades específicas da cidade, como o acesso de um público não especializado, a dimensão social e política da intervenção ou a percepção distinta da contemplação tradicional. A segunda direção tenta revelar, através do filtro conceitual do artista, as contradições em que estamos inseridos (MARQUEZ, 2000, p. 7)

Nesse segundo sentido, a experiência da rua mediada pelas práticas artivistas poderia atuar como um contrafluxo à rotina e à organização hierarquizada da cidade moderna. Uma espécie de colagem ou sobreposição de referências por meio das quais transita-se, segundo Maria Angélica Melendi (2016) como "sonâmbulos através de uma floresta gráfica, na qual podemos reconhecer uma vontade de afirmação da imagem e da escrita como elementos significantes do espaço urbano" (MELENDI apud NAVARRO, 2016, p.8).

Essa floresta gráfica a qual a autora se refere, e que se mostra visivelmente nas imagens urbanas, para além da diversidade de vozes, linguagens e formatos, revela anseios e críticas distintas de uma sociedade, ou ao menos de uma parcela desta, que encontra na rua espaço para tal manifestação. Para Luiz Navarro (2016):

> O processo artístico da arte no espaço urbano vai além de conceitos estéticos, funcionais ou materiais e está muito mais próximo a questões de criação e derivação de sentidos a partir da experiência de quem cria e de quem compartilha o espaço urbano (NAVARRO, 2016, p.42).

Para o historiador de arte Hans Belting (2012), "há muito tempo, a antiga cultura burguesa da modernidade não representa os interesses de grupos particulares no interior da sociedade", a arte dita universal (e ocidental) não reflete de fato a diversidade global e cultural. Com a diluição de tais referenciais, impostos seja pela ordem seja pelo fetiche mercantil, minorias e grupos deslegitimados como enunciadores e autores "utilizam o espaço livre recentemente

surgido (...) e "inventam" a sua própria história da arte, na qual os artistas podem encontrar-se com um público animado pelos mesmos sentimentos" (BELTING, 2012, p. 129).

Em uma nova "geografia da história da arte", como assim propõe, habita-se num mundo como uma "diáspora", "segundo a qual se vive sempre no estrangeiro e se tem de procurar para si uma identidade". A expressão artística aparece, então, como um possível meio para essa identidade. Desse modo, "a 'arte da diáspora' (...) é a contrapartida da assim chamada arte universal e usurpa exatamente aquela consciência de identidade que durante muito tempo estava associada à *história da arte* ocidental" (BELTING, 2012, p. 129-130).

Em suma, a cidade e suas marcas, inscrições e intervenções artísticas e urbanas, não são meros cenários para a vida individual e coletiva, mas um sistema simbólico de mediações e recriações diversas do espaço urbano, que também revelam uma nova dinâmica cultural e de sociabilidade na metrópole. Uma atribuição de sentidos para a ocupação visual da cidade que reflete novos modos de habitar, usar e transgredir seus espaços que remodelam e ressignificam a experiência estética e política dentro das cidades.

Na interseção entre manifestações sociais como práticas que reivindicam a apropriação e compartilhamento do espaço urbano, e a arte, principalmente em sua versão artivista, encontram-se as ocupações artísticas como relevante expressão nesse sentido:

> As ocupações culturais representam uma via de escape a essas forças, propondo transformar sua energia contida em possibilidades de expressão, sem perder sua perspectiva de antagonismo e crítica social. O terreno da luta, enfim, passa a ser o da subjetividade, isto é, o embate pela representação do mundo. (MARINO, SILVA, 2019, p. 358)

Além de atuarem como formas de produção criativa e reinvindicação social, as ocupações artísticas também poderiam contribuir para uma resistência à homogeneização e padronização da cultura, sobretudo comercial e mercadológica, revelando uma miríade de possibilidades, tanto para fruição como criação.

As ocupações artísticas, com suas dinâmicas intencionalmente autônomas e libertárias, se assemelham ao que Hakim Bey (1985) nomina, porém não define, de

Zona Autônoma Temporária - TAZ. Essas zonas mencionadas por Bey correspondem a espaços, virtuais ou reais, de redes independentes do Estado ou demais órgãos de controle, para vivência e criação coletiva. Em convergência com as concepções de Deleuze e Guatarri (1996) sobre desterritorialização e reterritorialização, propõem formas não hierarquizadas como espaços de produção de conhecimentos que permitem uma crítica à ciência oficial e aos "métodos canônicos e repressivos de produção do conhecimento, questionando as autoridades" (LEITE, 2018, p. 22). Dessa maneira, as ocupações urbanas – sobretudo artísticas , ações coletivas ou "zonas autônomas temporárias" atuam como mediadoras dessas vidas, conflitos e demandas - sociais e culturais.

No Brasil, muitas cidades viram germinar distintos movimentos de ocupações culturais, dentre os quais destacam-se para a presente discussão o Centro Cultural Ocupa Ouvidor 63, localizado no centro de São Paulo, e o Espaço Comum Luiz Estrela, abrigado em um casarão histórico em Belo Horizonte, próximo a região central.

Arte para ocupar - exemplos e desdobramentos

Saindo do Terminal da Bandeira, um dos maiores de ônibus da capital São Paulo, passando pela passarela, chega-se a uma pequena rua chamada Ouvidor. No número 63 é possível ver um prédio que se destaca entre a multidão cinza. O Centro Cultural Ocupa Ouvidor 63 (FIG 1.) possui toda a sua fachada e laterais cobertas por intervenções artísticas, grafites, pinturas, pichações, entre outras.

Figura 1 - Fachada do Centro Cultural Ocupa Ouvidor 63.

Fonte: BONILLA, Rafaela, 20171

A Ouvidor 63, como é chamada, insere-se no coração da maior cidade do país, um centro fragmentado, diverso e multifacetado, onde construções históricas de estilo neoclássico se misturam aos grandes frutos do progresso modernista - prédios, viadutos, longas avenidas, vias de passagem para ônibus, carros, pedestres e algumas poucas ciclofaixas, o que favorece os transportes rodoviários em detrimento aos pedestres e

ciclistas. Nessas mesmas vias a natureza plural permanece: trabalhadores, empresários, turistas, caminhantes, a lazer ou praticando esportes, uma expressiva parcela de pessoas em situação de rua, dentre outros corpos que circulam diariamente por ali. Como aponta Clarisse Ximenes (2015) "hibridismo e tensão são duas características enraizadas na história da cidade de São Paulo. São tantas as culturas sobrepostas, entrelaçadas, que a cidade se torna um caleidoscópio identitário." (XIMENES, 2015, p. 12).

O edifício, composto por treze andares, abriga um coletivo diverso de aproximadamente 60 artistas ocupantes, residentes e atuantes advindos de múltiplas áreas, tais como: artes visuais (pintura, escultura, audiovisual...), artes cênicas (sobretudo circo - artistas de rua que trabalham com malabares e acrobacias), artesãos, dentre outras linguagens e atuações, a maior parte atualmente mora no prédio, enquanto outros o utilizam como espaço para produção artística. Fruto de uma cidade cosmopolita, o grupo é constituído não apenas por residentes ou nascidos na capital, mas aproximadamente a metade é oriunda de outras partes do Brasil, além de países como Chile, Bolívia, Argentina, Uruguai e Venezuela. O fluxo de artistas no prédio se mostra oscilante, posto que vários estão de passagem temporária - curto ou médio prazo, o que inviabiliza a delimitação precisa de ocupantes.

A antiga construção, que foi desapropriada em 1950 para ser incorporada ao Patrimônio do Estado, abrigou diversos órgãos governamentais e até 1998 era a Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo, onde funcionava, curiosamente, no quarto e quinto andar, o Instituto de Museologia do Estado. Após esse primeiro abandono, o prédio funcionou durante sete anos como uma ocupação social por moradia, até que seus habitantes foram contemplados por um programa de política pública de habitação popular, o Minha Casa Minha Vida. Em 2007, dois anos depois, foi cedido à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo - CDHU, a quem ainda pertence formalmente. Passaram-se mais alguns anos sem que o prédio tivesse uso formal até que em 1o de maio de 2014, por volta das 11h, foi feita a primeira entrada que daria origem ao Centro Cultural Ocupa Ouvidor 63, dentro das atividades do que foi nomeado de Festival de Revitalização Artística19 do Centro Histórico de São Paulo (FIG. 2), que seguiu com programações diversas sendo no dia 31 de maio apresentado o Manifesto Holístico de Revitalização Criativa do Centro Histórico de São Paulo.

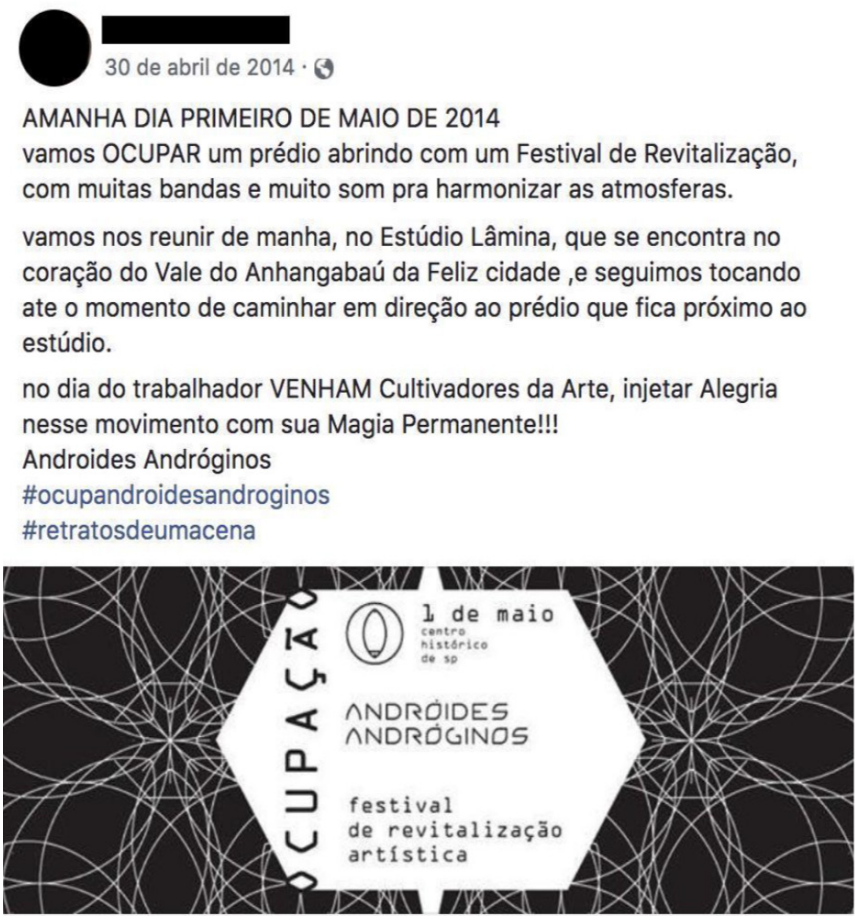


Figura 2 - Publicação/ convite para Festival/ ocupação. Captura de tela.
Fonte: Facebook, 2018.

No documentário Universo63, realizado pela produtora Orsu Filmes, um dos residentes da ocupação afirma que é difícil constatar quem tenha iniciado de fato tal movimento, mas que talvez fosse possível apontar alguns atores. Seriam eles alguns grupos gaúchos, como o chamado Andróides Andróginos que assinam a chamada acima (FIG.2) , que vieram juntamente com outros artistas do sul em um ônibus com 30 pessoas, e alguns coletivos paulistas como Ônibus Hacker, Mamba Negra, Voodoohop, Tanq_Rosa_Choq, Estúdio Lâmina, dentre outros, totalizando em torno de 200 artistas e artivistas reunidos para essa primeira entrada (ORSU, 2018).

Em tom de cortejo, o grupo que saiu da sede do Estúdio Lâmina, a poucos metros da Rua Ouvidor no 63, percorreu as ruas caminhando e performando até chegar ao edifício (FIG. 3)., pelo lado oposto ao que se chega pelo Terminal da Bandeira. Nesse momento, foi necessária uma conversa, anteriormente à entrada, para "negociação" com o porteiro que fazia a guarda do local.

Figura 3 - Cenas do vídeo Ocupa São Paulo – 01 maio. Captura de tela.

Fonte: MELLO Thiago de; MAZIEIRO, Aretha; CAJE, Sandro. Youtube, 2014

A performatividade do ato de entrada, que também pode ser verificada em outros contextos, como foi por exemplo na ocupação artística Espaço Comum Luiz Estrela[2] (FIG. 4), parece ilustrar o que Fernanda Gomes (2015) define como "a cidade como um grande teatro vivo". Deslocando os estudos do teatro para a observação das práticas sociais na cidade, a autora observa que "cada vez mais a cidade passou a se apresentar como um grande teatro de ação, como um imenso espaço expositivo e uma infinita fonte de inspiração para a articulação de novas formas, práticas e conceitos artísticos (GOMES, 2015, p. 2). O artista estaria, assim, deslocando "a performance para outros lugares, identificando-a com a tomada de posse da rua, da cidade ou da vida" constituindo-a "em disposições de corpos, em recortes de espaços e tempos singulares que definem maneiras de ser, juntos ou separados, em coreografias próprias da cidade em ação" (GOMES, 2015, p. 8).

2 A UTP foi formada com grande influência da antiga FTFBH (Federação de Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte), que era atuante no período anterior ao Golpe Militar de 1964 (CONTI, 2004, p. 191).

Figura 4 - Cenas do vídeo Espaço Comum Luiz Estrela: Teaser de Inauguração. Captura de tela
Fonte: MELLO Thiago de; MAZIEIRO, Aretha; CAJE, Sandro. Youtube, 2014.

Por se tratar de um local que funcionava comercialmente, a construção possui em sua estrutura original salas amplas e abertas, que foram adaptadas para moradia, ateliês, estúdios ou espaços para ensaio. As escadas e paredes internas são quase inteiramente cobertas por intervenções artísticas, pichações, grafites e lambes que reproduzem a colagem de diferentes estilos, técnicas, formas e cores, são observados em seu exterior.

Ainda que com uma possível reintegração iminente, existe um intuito por parte dos residentes em permanecer movimentando o espaço e suas produções artísticas enquanto estiverem lá. Em 28 de dezembro de 2018, por exemplo, o Centro Cultural Ocupa Ouvidor 63 recebeu o selo de Ponto de Cultura do Estado de São Paulo:

> A contribuição da Ouvidor para a arte contemporânea em São Paulo tem atraído a atenção de curadores e é parte de uma discussão de bastidores sobre o desinteresse do público em visitar galerias de arte convencionais. “Hoje existe uma crise nas grandes instituições de arte. Temos artistas incríveis aqui na Ouvidor, é um recorte da sociedade e uma referência de espaço alternativo, de como fazer com poucos recursos. A proposta é tornar a arte mais acessível para o público” (REIS, 2018).

A partir de 2016, por exemplo, artistas da Ouvidor 63 juntamente com colaboradores externos desenvolveram uma bienal de artes que acontece de forma paralela à Bienal de São Paulo e busca alternativas ao mercado artístico tradicional.

O centro revela uma significativa experiência local na interseção dos campos da arte, do social e da política. As ocupações artísticas brasileiras parecem, diferentemente daquelas emergidas na contracultura europeia, expressar especificidades de sua

história e cultura local: o passado colonial; a desigualdade social e a especulação imobiliária sobretudo em grandes centros urbanos; o intercâmbio "latino- americano"; dentre outras questões.

Assim, nesta justaposição de fluxos (des)contínuos de discursos, imagens e sentidos, em um reflexo caleidoscópico a Ouvidor 63 espelha essa unidade de fragmentos diversos. São múltiplas formas, pautas e reivindicações incitadas por seu conjunto de mediações artivistas: a questão indígena e dos negros; machismo estrutural; fluxos migratórios; modos de vida mais sustentáveis; dentre outras.

Sobre esse intercâmbio de culturas e linguagens, é possível perceber na Ouvidor 63 um território – forçosamente físico e simbólico – mediador de heterogeneidades que se sobrepõem em um "comum dissensual". Cada um(a), em sua especificidade, contribui e agrega para o todo. Os músicos se unem com os instrumentos aos espetáculos circenses. Aqueles que trabalham com moda sustentável colaboram e expõem seus trabalhos em eventos e atividades que, muitas vezes, evocam temáticas reivindicatórias, como por exemplo o Sarau das Bichas (que é uma festa LGBTQI+), e assim se expandem as redes de compartilhamentos e trocas.

Trocas essas que também se dão com outras esferas do entorno e do município, levando o que é produzido internamente para outros espaços – como por exemplo as exposições em galerias de São Paulo e projetos como a Galeria na Bike, que já foram levados para outras cidades do país. Na via inversa, também acolhem projetos, artistas, proponentes e propostas de partes distintas. Essa dinâmica de agenciamentos, ao desburocratizar o processo artístico, parece por vezes contribuir para uma efetiva democratização do acesso à cidade e à cultura – fruição e criação. Acerca das práticas sustentáveis tais como brechós e recicles, também parecem buscar um sentido de subverter ou atuar de forma autônoma em relação à lógica dominante dos mercados. Assim, reflexo dessas contradições do período contemporâneo, as ocupações artísticas ainda enfrentam esse desafio de estar "dentro da sociedade", para nela provocar um "curto-circuito".

Reconhecer que outras práticas e saberes que não apenas aqueles validados pelas normas e instituições é vital para a diversidade cultural. Assim se segue o desafio de refletir de que forma lidar com essa questão, que vai além do respeito às particularidades, mas pensa de que maneira elas se agenciam e se agregam. Ainda que, como visto, essa malha de interconexões diversas nem sempre segue de forma fluida, são das interações e mediações que o novo e potente surge.

REFERÊNCIAS

BERQUÓ, Paula. **Arte e espaço**: Aproximação táticas. In: CUNHA, Maria Helena; OLIVEIRA, Bruno; RENA, Natacha (Orgs.). Arte e espaço: uma situação política do século XXI. DUO Editorial. Belo Horizonte. 2015, p. 100-127.

BEY, Hakim. **TAZ** : Zona Autônoma Temporária. Tradução: Patrícia Decia e Renato Resende. Digitalização: Coletivo Sabotagem - ContraCultura. 41p. Disponível em Acesso em 20 jan. 2019

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola. São Paulo. 1997. 383 p.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Da geografia às geo-grafias**: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECENA, A.; SADER, E. (org). La guerra infinita. Hegemonía y terror mundial. Clasco. Buenos Aires. 2002. p. 217-256.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão** - Guerra e Democracia na Era do Império. Tradução: Clóvis Marques. 1 ed. Editora Record. 2005. 532 p.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2 ed. Edições Loyola. São Paulo. 1993.

HARVEY, David. **A liberdade da cidade** . In: MARICATO, E. et al. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Boitempo - Carta Maior. São Paulo. 2013. p. 47-61.

IASI, Mauro Luis. **A rebelião, a cidade e a consciência.** In: MARICATO, E. et al. Cidades
rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Boitempo - Carta Maior. São Paulo. 2013. p. 73-85

LEITE, Luciana de Lima Lopes. **Ocupar é rexistir! Práticas**

Artísticas como Tática de Resistência nas Ocupações do Coletivo OcupARTHE, em Teresina. Dissertação. Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/1358> Acesso em 20 abr. 2019

MARICATO, Emília. **É a questão urbana, estúpido!** In: MARICATO, E. et al. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Boitempo - Carta Maior. São Paulo. 2013. p. 32-46

MARINO, Aluízio; SILVA, Gerardo. **As ocupações culturais na cidade de São Paulo e as lutas contra a cidade neoliberal**. Revista Indisciplinar, v.5, n.1 (2019). Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. 2019. p. 342-364

MEKARI, Danilo. **Mesclando arte, cultura e resistência, Casa Amarela se estabelece como "quilombo urbano" no centro de SP**. Blog Aprendiz Uol. 2 fev. 2016. Disponível em <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2016/02/02/mesclando-artecultura-e-resistencia-casa-amarela-se-estabelece-como-quilombourbano-centro-de-sp/> Acesso em 20 mai. 2019

NAVARRO, Luiz. **Pele de Propaganda:** Lambes e stickers em Belo Horizonte [2000-2010]. Ed. do Autor. Belo Horizonte. 2016. 120 p.

NEGRI, Antonio. **Cinco lições sobre o Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 279 p. Tradução Álvaro Lorencini.

ORSU Filmes. **Universo 63 | Documentário Completo.** (29m16s). Youtube. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=UAaToEBO3pE> Acesso em 20 mai. 2019

PAIVA, Raquel e GABBAY, Marcello. **Cidade, Afeto e Ocupações:** ou a transfiguração do espaço público no Brasil contemporâneo. In:RUA [online]. no. 24. Volume 1 jun. 2018. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8652511>
Acesso em 19 nov. 2018.

QUEIRÓS, Amanda. **Ocupações Artísticas**. Revista Murro em Ponta de Faca. n. 10. Ago. 2014. p. 10-19. Disponível em <http://www.ciacarneagonizante.com.br/sis/pageflip/id-420/murro_em_ponta_de_faca__10> Acesso em 20 fev. 2019.

RAPOSO, Paulo. **Artivismo**: articulando dissidências, criando insurgências. Cadernos de Arte e Antropologia. Vol. 4. n. 2. 2015. p. 3-12. Disponível em <https://journals.openedition.org/cadernosaa/909?file=1> Acesso em 20 dez. 2018.

REIS, Sté. **Por dentro da Ouvidor 63, a maior ocupação cultural da América Latina**. Blog Urban Taste. 20 jun. 2017. Disponível em <https://asfalto.blogosfera.uol.com.br/2018/07/10/por-dentro-daouvidor-63-a-maior-ocupacao-cultural-da-americalatina/?cmpid=copiaecola> Acesso em 20 fev. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** 1 ed.: Letramento: Justificando. Belo Horizonte. 2017. 114 p.

SABBATH, Wanessa. **Arte, Resistência e Ocupação** - Wanessa Sabbath é Artista Negra Latino Americana, Quilombola e Mãe. Blog VideoCamp. 14. abr. 2017. Disponível em <http://blog.videocamp.com/talks/2017/07/14/arte-resistencia-eocupacao-wanessa-sabbath> Acesso em 22 fev 2019.

SANTAELLA, Lúcia. **Temas e dilemas do pós-digital**: a voz da política. 1.ed. Editora Paulus. São Paulo. 2016. 277 p.

SESC/SP. Artivismo.Disponível em <https://www.sescsp.org.br/online/artigo/7330_ARTIVISMO>

VEIGA, Edison. **Ouvidor, 63, há 3 anos nas mãos de artistas.** Jornal O Estado de S. Paulo. 27 abr. 2017. Disponível em <https://saopaulo.estadao.com.br/noticias/geral,ouvidor-63-ha-3-anos-nas-maos-de-artistas,70001756912> Acesso em 20 fev. 2019.

XIMENES, Clarisse Teixeira. **Desvios Urbanos**: Um olhar sobre as ocupações artísticas de São Paulo. Especialização em

Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos. Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo. 2015. Disponível em:
<http://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/desvios_urbanos_ocupacoes_artisticas_da_cidade_de_sao_paulo_revisado.pdf> Acesso em 20 mai. 2019

ocupar não rima com gerenciar! processos de resistência ou ativações de experiências automatizadas nas cidades contemporâneas.

Rafael Goffinet de Almeida

Doutorando no Programa de Pós-graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU.USP-São Carlos), desenvolvendo pesquisas sobre as relações entre Arte, Cidade e Cultura junto ao Núcleo de Estudos das Espacialidades Contemporâneas (NEC).

Fábio Lopes de Souza Santos

Professor Doutor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU.USP-São Carlos) e pesquisador do Núcleo de Estudos das Espacialidades Contemporâneas (NEC), liderando o eixo de pesquisa Arte, Design, Arquitetura e Cidade Contemporânea.

Ocupações, participação social e agenciamento espacial

Em 2014, a imprensa internacional, dos cadernos de cultura às páginas de investidores, celebrava a inauguração do segundo trecho do projeto urbano mundialmente conhecido como *High Line Park*[1]. Parte de uma extensa restauração e conversão em parque linear da antiga linha ferroviária elevada, que desde 1933 paira sobre o West Side de Manhattan, o "*High Line*" tornou-se um dos ícones de Nova Iorque, pelo que representa de inovador em termos de urbanismo, de gestão público-privada e de ganhos financeiros. Desde 2009, data da inauguração de seu primeiro trecho, a paisagem de degradação associada ao abandono da linha e à presença de populações marginalizadas foi sendo rapidamente modificada pela instalação de unidades hoteleiras, marcas de consumo de alto-padrão e instituições culturais, levando à valorização dos imóveis vizinhos. Por outro lado, no mesmo ano de 2014, a organização não-governamental e mantenedora do parque, "*Friends of the High Line*", iniciava uma campanha contra a gentrificação que acompanhava seu sucesso turístico e econômico. A criação da subsidiária *High Line Network*, reunindo 19 projetos de parques urbanos similares nos Estados Unidos e Canadá, foi uma das tentativas de recuperar a ideia original de um "jardim suspenso" como "reuso de diferentes tipos de infraestrutura para criar espaços públicos que representem diversidade geográfica (...) e desenvolvimento igualitário" (JACOBS, 2017).

De fato, o que havia surgido anos antes, em 1999, como uma mobilização em defesa de sua preservação durante as consultas públicas que caminhavam para a sua demolição, representa hoje, 20 anos depois, um novo e atrativo vetor de especulação e geração de lucros; de expulsão e elitização populacional. Convém reproduzir a "típica história nova-iorquina" (o mito midiático americano das "fábricas de garagem"): o inesperado e criativo encontro entre dois desconhecidos, Robert Hammond e Joshua David, que levou à conversão do *High Line Park*, mas para capturarmos as contradições envolvidas.

Hammond e David tiveram grande protagonismo na mudança radical da linha férrea obsoleta, nas mobilizações que pautaram a construção do parque e em sua transformação em novo fenômeno urbano. Atribui-se à

dupla a poderosa imaginação que fez a incômoda infraestrutura sublimar-se como poesia, conquistando os sonhos dos moradores locais e de grande parcela da população nova-iorquina (muitos ilustres, generosos ou apenas interessados) em como a cidade poderia ser. A fundação da "*Friends of the High Line*", da qual são hoje "diretores executivos", foi passo importante para a organização de visitas, manifestações ou ocupações temporárias da linha, a convocação de encontros e debates, a arrecadação de recursos e doações e, aos poucos, construir a agenda coletiva de reivindicação da construção do parque público junto à administração municipal (MENKINGS, 2011; JACOBS, 2017). O êxito na conversão do *High Line Park* significou também a conversão da *Friends of the High Line* de agente político-social em entidade gestora, responsável pelo gerenciamento de $11,5 milhões, orçamento anual reservado ao parque pela *New York City Council* (KATZ, 2017).

Como pretendemos explorar, trata-se de uma maneira peculiar de canalizar a participação social, sobretudo através de mobilizações comunitárias, como um novo vetor de produção e gestão do espaço urbano. A irradiação das experiências do *High Line Park* para outras situações similares em contextos diversos, como a idêntica reforma da *Bloomingdale Trail*, em Chicago (2015), ou a passarela The Tide, um indisfarçável pastiche do "jardim suspenso" nova-iorquino cruzando o Greenwich, em Londres (2019), apenas reforçou as contradições presentes na retórica de um "outro urbanismo", mais afetivo, diverso e sustentável que, em verdade, desdobram em novas formas velhos processos de controle e empresariamento das cidades.

No Brasil, o leitor lembrar-se-á dos embates que cercam a demolição do Elevado João Goulart, viaduto que desde 1971 atravessa 3,5km da região central de São Paulo, e sua conversão em infraestrutura de lazer e cultura. A atuação da Associação Parque Minhocão e os diversos encontros, debates e eventos culturais que continuam sendo organizados no viaduto, não deixam dúvidas de suas influências. No entanto, a capital paulista foi sede de outro processo de transformação urbana, entre 2013 e 2016, que amplificou questões identificadas em *High Line Park*: o ativismo urbano praticado pelo coletivo A Batata Precisa de Você, no histórico (e renovado) Largo da Batata.

Objeto de estudo por diferentes campos de pesquisa interessados em compreender as recentes formas de produção e de transformação do espaço urbano, o Largo

da Batata é ponto central na Operação Urbana Faria Lima (OUFL), projeto de reconversão urbana iniciado ainda em 1994. Com a atuação do coletivo, já ao final das obras, o Largo (agora uma esplanada) tornou-se também palco de novas experiências de organização político-cultural. Formado em 2014 por frequentadores da região onde se localiza o Largo, o movimento logo atraiu indivíduos, organizações e instituições interessados em, segundo seus próprios organizadores:

> fortalecer a relação afetiva da população local com o Largo da Batata; evidenciar o potencial de um espaço hoje ainda árido como local de convivência; testar possibilidades de ocupação e reivindicar infraestrutura permanente que melhore a qualidade do Largo como espaço público (A BATATA PRECISA DE VOCÊ, 2013, online).

Entre negociações com gestores públicos e privados e manifestações na rua, as formas de atuação mais representativa d´A Batata Precisa de Você articulavam mobilização social, forte presença nas redes sociais e ações artístico-culturais. Assembleias, rodas de conversa, debates, encontros e eventos, quase sempre convocadas desde a *internet,* se misturavam com a realização de *performances*, *happenings*, instalações ou a construção de mobiliários no Largo mobilizando um variado grupo - ativistas, artistas, *designers* e arquitetos-, todos interessados na "gestão compartilhada" da cidade.

Estamos diante da emergência, não menos contraditória, de "práticas urbanas híbridas" sob as insígnias do *placemaking*, *tactical urbanism*, *botton-up*, *peer-to-peer* ou de guerrilha. Se, por um lado, derivam do ativismo inaugurado pelas "possibilidades auto-comunicativas" da *internet*, como argumenta Javier Toret (2013), e cujos "espaços de socialização" rapidamente se estenderam para os espaços públicos; por outro, tem sido canalizadas através de políticas públicas setoriais, na forma de editais e parcerias público-privadas, apresentando fortes limitações enquanto alternativas a processos hegemônicos de urbanização. Críticas ao Planejamento Urbano, tais práticas têm exaltado a participação das pessoas na construção, manutenção e experiência da cidade, sobretudo através de suas capacidades criativas mobilizadas por ações coletivas como a troca de conhecimentos e o compartilhamento de recursos. Contudo, em pouco tempo, atividades que promoviam apropriações do Largo, como os "Jogos de Rua" e os chamados "*Batatalab*", laboratórios para a criação de equipamentos artísticos ou de

lazer, passaram a dividir espaço com eventos corporativos, como a instalação do "Jardim *PopUp*" patrocinado pela *Design Week*, em 2015.

Paralelamente, o declínio das atividades do coletivo A Batata Precisa de Você coincidia com a sua transformação em uma organização sem fins lucrativos (ONG), o instituto "A Cidade Precisa de Você", expandindo as formas de atuação através de parcerias com instituições públicas e organizações privadas em projetos relacionados à "coprodução do uso" e à "gestão" de espaços públicos. Já ao final de 2016, estava cada vez mais evidente a consolidação da reconversão do Largo, pautada pelo entretenimento e consumo de alto padrão: paulatinamente, o público anterior, "popular", dava lugar a à nova população "cosmopolita". O que nos coloca, uma vez mais, diante de um fenômeno urbano marcado pela participação social e "comunitária" como fatores que não destoam de processos de exploração econômica e exclusão social.

Entre *High Line Park* e o ativismo d´A Batata Precisa de Você nos deparamos com um território comum de discursos e práticas apontando para uma transformação significativa no pensamento e produção das cidades. O traço distintivo que permite unir a heterogeneidade de projetos e iniciativas, e que atravessam contextos não menos diverso, diz respeito à crítica quase unânime do urbanismo "*top-to-down*" e a um profundo desejo de repensar os modelos de construção das cidades e de suas formas de vida; a defesa da ação política e criativa dos indivíduos na produção de seus lugares de convívio na cidade.

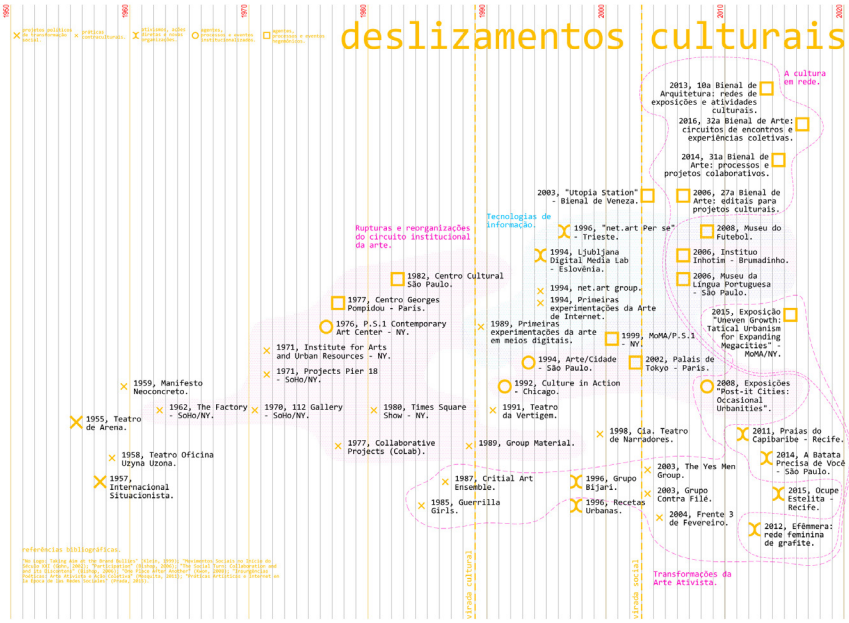
Neste mesmo sentido, porém, se o panorama de elitização do espaço urbano e expulsão de antigos moradores, tendo como um dos principais motores a cultura, remeteria às análises de Otília Arantes (2000) sobre a "virada cultural" do planejamento estratégico em meados da década de 1980, as novidades de "*High Line*" e "d´A Batata" representam uma mutação no interior deste processo hegemônico de produção das cidades.[2] De um lado, como Davis e Grey (2019) recobram

2 Guardadas as especificidades, os discursos e práticas urbanas que procuramos analisar tem revelado anseios e contradições que permitiriam aproximações aqueles observados pela autora em relação às buscas de arquitetos e teóricos da arquitetura e urbanismo das décadas de 1980 e 1990, alardeados à época como a "terceira geração", pelo resgate ou recriação do "espaço coletivo" e da "escala pública" (ARANTES, 2000; 2015). Para estes, o "Planejamento Estratégico" associado a um "culturalismo de mercado" seria capaz de promover a "animação urbana" através da valorização da autenticidade dos lugares. As conclusões que Otília já acumulava em textos anteriores, como a redação de "Os Novos Museus" (1993), não

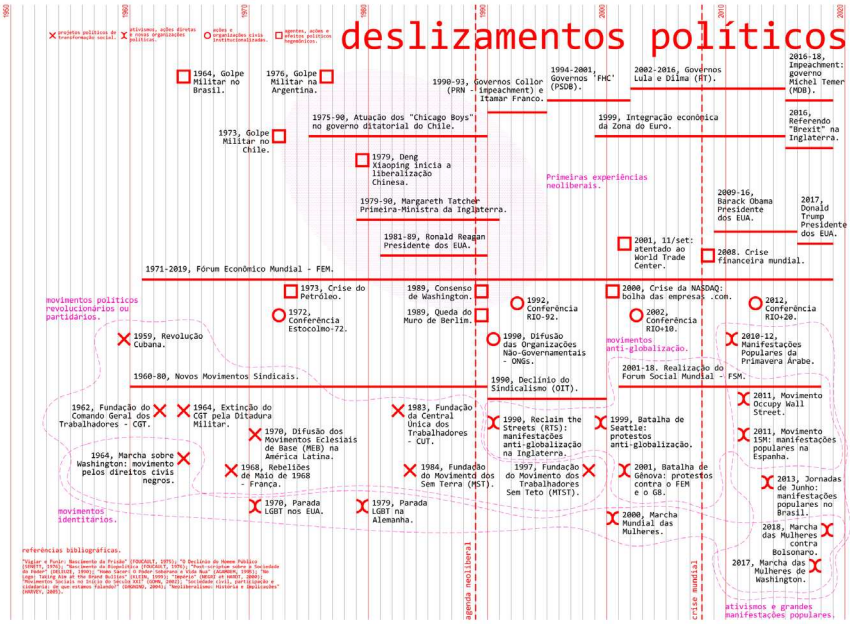
em relação ao *High Line Park*, seu sucesso e efeitos colaterais não podem ser compreendidos se não levarmos em conta a mobilização comunitária que alavancou o prestigiado projeto. Neil Brenner, crítico ferrenho do urbanismo neoliberal, se detém sobre este fenômeno quando analisa a difusão entre urbanistas e planejadores de discursos sobre a "Cidade Aberta", cuja "concepção orientada para a expansão e ativação da esfera pública urbana", contraditoriamente, "acelera os processos de gentrificação, deslocamento e exclusão à escala do bairro e da cidade" (2013, p. 44). De outro, como no caso da atuação do coletivo paulista, a defesa da produção do espaço urbano *botton-up* e a ênfase em processos como criatividade e ações e apropriações coletivas, no lugar de oferecerem alternativas críticas, como Brenner (2015) aponta, tem reproduzido o apelo ao "anti-planejamento", à "retórica anti-estatal" e à "informalidade que a lógica privatizante da empresa vem submetendo as cidades e o tecido da vida urbana". Nesta perspectiva, a "animação cultural" analisada por Arantes desdobra-se em "ativação social".

Sob o termo guarda-chuva da "participação", processos sociais de toda ordem têm constituído um elemento-chave na nova ordem da produção, econômica, política, cultural, tecnológica, mas também subjetiva, levada a cabo ao redor do mundo. Nisso que estamos chamando de "deslizamentos de categorias históricas", a partir do cruzamento entre autores como Chiapello e Boltanski (2008), David Harvey (2008) e Maurizio Lazzarato (2014), estas formas sociais emergentes de colaboração e interação (ações coletivas criativas, compartilhamento e empoderamento, entre outras) tem se convertido em senha para a governamentalidade biopolítica – na qual a racionalidade dos mercados se expandiu para a totalidade da vida social (Dardot & Laval, 2016).

poderiam ser mais premonitórias para nossa análise: "a criação de lugares públicos que não passam de cenários para uma sociabilidade fictícia e, por isso mesmo, expressão eloquente do atual processo de estetização do social" (ARANTES, 2015, p. 13).

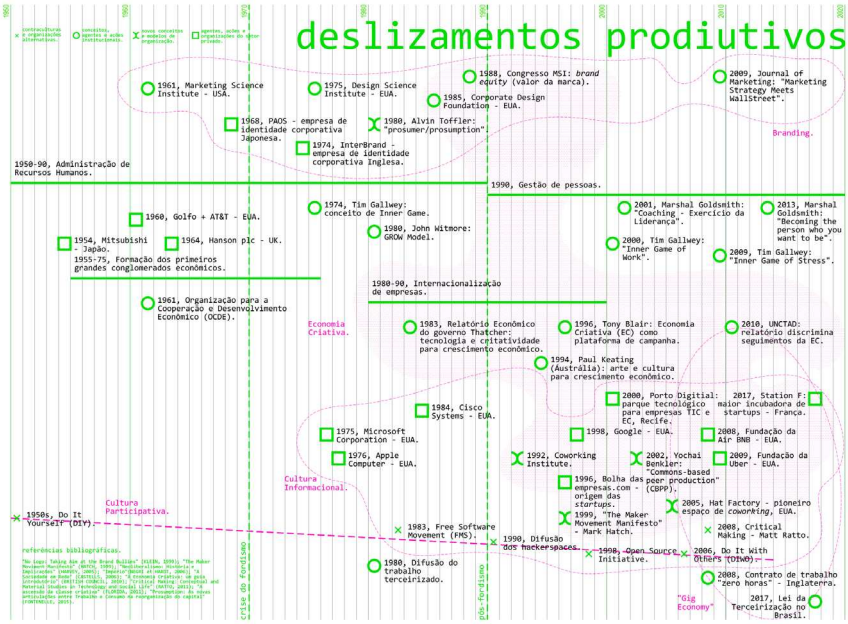


Mapa 1: Deslizamentos Políticos.
Fonte: Autoral.

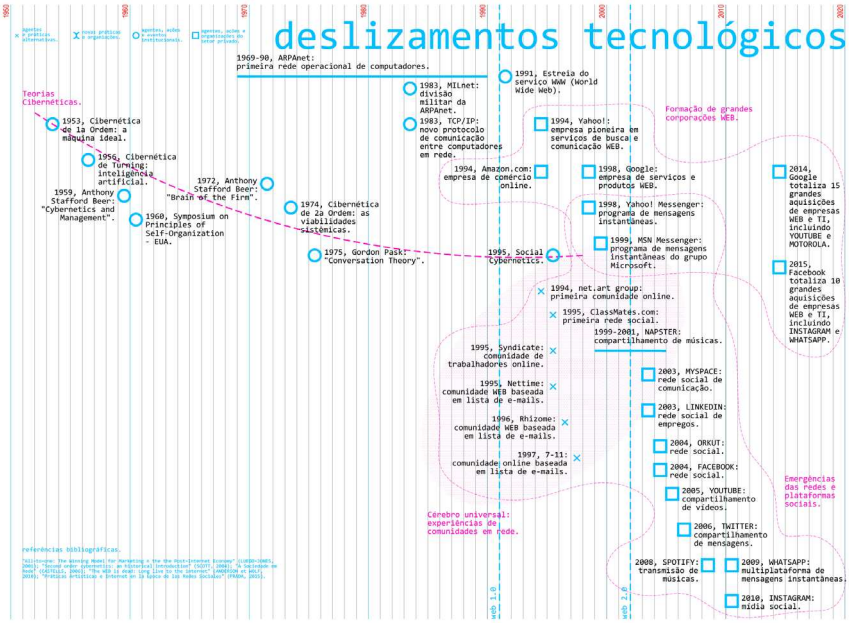


Mapa 2: Deslizamentos Culturais.
Fonte: Autoral.

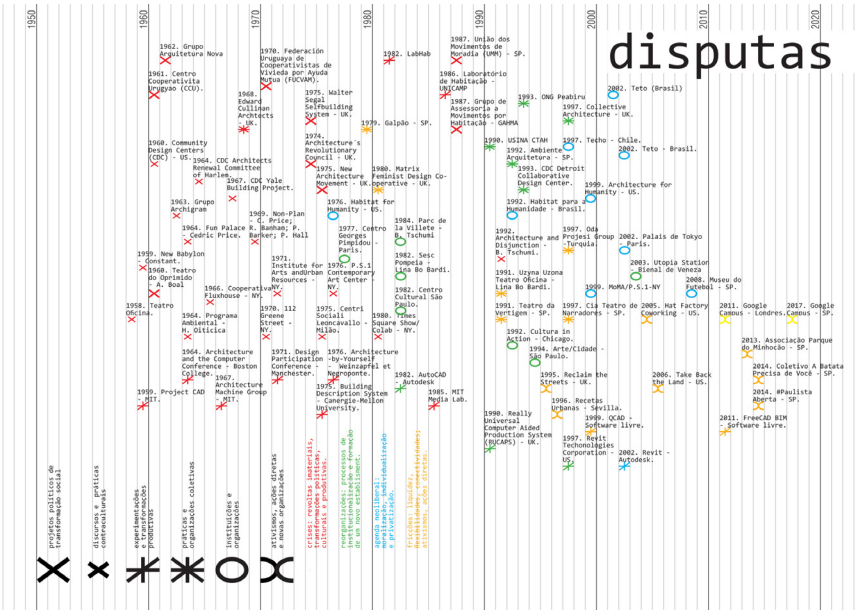
Mapa 3: Deslizamentos Produtivos.
Fonte: Autoral.



Mapa 4: Deslizamentos Tecnológicos.
Fonte: Autoral.

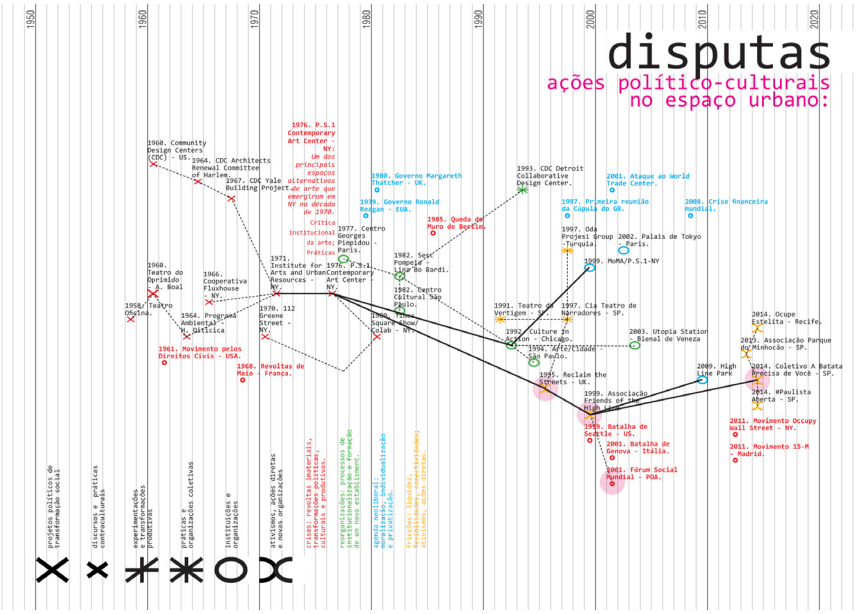


Se quisermos compreender os problemas inaugurados pela emergência e institucionalização dos discursos e práticas localizadas entre a "Cidade Aberta" e o "Urbanismo Híbrido", será preciso deslocar o olhar, encarando-os como a formação específica de um agenciamento político-cultural e subjetivo. Extraído das reflexões de Gilles Deleuze, em diálogo com a genealogia de Michel Foucault, o conceito de "agenciamento" nos leva a historicizar os exemplos de *High Line Park* e d´A Batata Precisa de Você em relação às formas de organização política e ações coletivas de que são tributárias. É a partir deste reposicionamento analítico que se torna possível identificar as "emergências biopotentes" ou as rupturas do "biopoder" (DELEUZE, 1994); ou pensar as disputas sobre os significados da participação social entre experimentações que desafiam a ordem hegemônica e a configuração de dispositivos de produção e controle do espaço urbano. Mais especificamente, as transformações nas formas de organização social e de produção cultural desenvolvidas nas últimas três décadas – em que focalizaremos os impactos provocados pela vinculação entre as possibilidades abertas pela *internet* ("cultura das redes") e formas de política pública neoliberais (entre nós, tucano-lulista).



Mapa 5: Disputas sobre os significados semânticos da Participação.
Fonte: Autoral.

Mapa 6: Disputas sobre os significados semânticos das Ocupações.
Fonte: Autoral.



Políticas do espaço urbano.

Nosso ponto de partida é o "resgate das ruas", termo pelo qual Naomi Klein (2012) descreveu como, entre 1995 e início dos anos 2000, eventos iniciados em diversas cidades do Reino Unido, e rapidamente estendidos a outros países, convergiram no movimento "Reclaim the Streets" (RTS). Organizado como uma coalizão entre grupos sociais distintos – "*ravers*, assentados, viajantes Nova Era, ecoguerreiros, *DJ´s*, militantes anti-corporações, artistas políticos" (2012, p. 226) – apresentavam como pauta comum a realização de eventos espontâneos que irrompiam e interrompiam os espaços públicos e o cotidiano das cidades, como verdadeiras festas de rua (2012, p. 227):

> Eis como funciona. Como a localização das raves originais, o local das festas RTS é mantido em segredo até o dia em que acontece. Milhares se reúnem no lugar de encontro escolhido, do qual partem em massa para um destino conhecido somente por uns poucos organizadores. Antes de a multidão chegar, uma van equipada com um potente sistema de som é sorrateiramente estacionada na rua a ser resgatada. Em seguida, são planejadas algumas formas teatrais de bloquear o trânsito - por exemplo, dois carros velhos deliberadamente batem e uma falsa luta é encenada entre os dois motoristas. Outra técnica é plantar tripés de andaimes de 6 metros no meio de uma rodovia com um corajoso militante pendurado no alto - a base do andaime evita que os carros passem, mas as pessoas

> podem circular entre elas livremente; e uma vez que esbarrar no tripé mandaria a pessoa que está no topo direto para o chão, a polícia não tem alternativa a não ser ficar a postos e observar o desenrolar dos acontecimentos. Com o trânsito bloqueado de forma segura, a rodovia é declarada uma "rua aberta". São erguidas placas que dizem "Respire", "Sem carros" e "Resgate o espaço". A bandeira do RTS – um relâmpago com fundo em diversas cores - é hasteada e o sistema de som começa a berrar de tudo, do último hit eletrônico a "What a Wonderful World", de Louis Armstrong.

Nas festas da RTS, ação política se confunde com intervenção artístico-cultural. Uma maneira de mobilizar indivíduos e comunidades para questionarem, através da experiência direta na cidade, as políticas do espaço público. Originado do encontro inusitado entre as mobilizações de cunho ambientalista, contra a construção de rodovias em reservas naturais em Londres, e da reação da comunidade da música eletrônica à onda de violência policial contra a realização das festas em espaços abertos e públicos (as populares "*raves*"), o movimento foi rapidamente congregando novos públicos, politizando-se cada vez mais. O sequestro de avenidas movimentadas, cruzamentos e até trechos de rodovia funcionavam como táticas para o exercício, ao menos por algumas horas, do "direito ao espaço não-colonizado – para morar, para as árvores, para se reunir, para dançar" (KLEIN, 2012, p. 226).

A certa altura, quando o movimento reunia dezenas de milhares de pessoas em cidades tão distantes como Utretch, Sidney, Toronto, na Califórnia e na Finlândia, a desobediência civil, a aposta em ações diretas e a busca por alternativas às cidades existentes aproximavam a atuação da RTS a um contexto político mais amplo. Não por acaso, a maior e mais politizada das festas RTS, a *Global Street Party*, foi marcada para ocorrer no dia 16 de maio de 1998, data da reunião da cúpula do G-8, em paralelo à série de manifestações organizadas por movimentos sociais de diferentes países, críticas dos efeitos perversos da globalização econômica. Durante a festa realizada em Birmingham, sede da reunião, uma "imensa pipa vermelha foi içada entre os andaimes placas e bandeiras, portando os nomes de todas as cidades em que as festas de rua estavam acontecendo simultaneamente em vinte países em todo o mundo", e uma placa foi instalada anunciando: "A resistência será transnacional como o capital" (KLEIN, 2012, p. 33).

De fato, as críticas ao avanço da privatização e

mercantilização sobre todas as esferas da vida, e também o caráter diverso, massivo e global que foi delineando a agenda política da RTS, são potencializadas quando as observamos desde a perspectiva do alter-globalismo que marcou a história dos movimentos sociais nas décadas de 1990 e 2000. A realização dos dois primeiros Fóruns Sociais Mundiais (FMS), em 2001 e 2002, na cidade de Porto Alegre, é representativa dos desdobramentos ocorridos nas formas de luta política e organização social no espaço urbano desencadeados por estes movimentos. Ambos demarcam uma inflexão nas políticas de participação social, com implicações nas formas de atuação e intervenção nas cidades, bem como na formação de novas subjetividades políticas.

Reunindo movimentos sociais, entidades, ONGs e sindicatos de países e de matizes ideológicas diversas para debater a conjuntura global, apresentar alternativas e realizar protestos, o FSM constitui um marco na história recente. De acordo com Maria da Gloria Gohn (2001), podemos entendê-lo como um desfecho para as formas de luta social desenvolvidas durante a década de 1990. Se, por um lado, o FSM é produto das formas de organização experimentadas durante os protestos antiglobalização (Seattle, 1999 e Genova, 2001), por outro, o formato de um evento para uma multidão heterogênea e propositiva inaugurou o que a autora chamou de um novo "modo de representação e mobilização sociocultural" (2001, p. 55): às atividades de formação e divulgação das pautas de luta que sempre acompanham protestos políticos, o FSM também promoveu eventos como oficinas, palestras, debates, apresentações, mostras e exibições diversas. Em suma, um conjunto diversificado de ações, sistematizado em formas que promovem, que se não chega a promover a convergência de saberes, experiências e proposições heterogêneos, ao menos os justapõe conjuntamente.

No entanto, já no segundo FSM estavam claros os limites dessas ações. Se, por um lado, esta edição aproveitou a experiência e o impacto causado pela primeira, aperfeiçoando o funcionamento da estrutura em rede, horizontal e flexível, por outro, passava a enfrentar severas cisões entre a heterogeneidade de agendas políticas. A presença cada vez mais relevante de figuras e entidades provenientes da política institucional e, algo mais problemático, das organizações do Terceiro Setor (as organizações não-governamentais e as instituições sem fins lucrativos) trazia à tona, para a novidade política do FMS, a dificuldade de alcançar o equilíbrio entre

a celebração da diversidade e fomentar lutas globais e ações coletivas duráveis. Embora sua tarefa mais importante seria a construção de consensos setoriais fortes a partir das diferenças ideológicas e políticas, porém, o que se observou foi uma transformação profunda das formas de organização e de ação política.

Parte deste problema deriva das implicações comunicativas ou relacionais inauguradas pela "rede de redes" do FMS, mas que se tornarão evidentes nas revoltas eclodidas a partir de 2010, como o *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos, os *Indignados* de Madrid e mesmo as Jornadas de Julho de 2013, no Brasil. Embora estejam relacionadas a um contexto de crise financeira e política que atravessou o mundo a partir de 2008, estas mobilizações mais recentes catalisaram práticas advindas do alter-globalismo em direção a muitas daquelas realizadas pelo "Urbanismo Híbrido" como o conhecemos hoje. Em "Cidades Rebeldes" (2012), por exemplo, David Harvey procurou atualizar o conceito lefebrviano de "direito à cidade" no calor destas manifestações, mas indagando se a força dos protestos superaria a espontaneidade para galgar, de fato, novas lutas urbanas. Uma vez mais, Harvey nos lembra que as táticas de ocupação de um espaço público central e representativo do poder hegemônico, e a sua transformação em "comum político" através da "ocupação de corpos humanos" depende ainda de sua capacidade de construir e de expandir agendas de transformação estruturais, em direção a uma "cidade alternativa" para os 99% da sociedade (HARVEY, 2012, p. 282). A velocidade de mobilização massiva nas ruas, tanto quanto de sua dispersão; a articulação em escala global; a crítica ao pensamento único neoliberal; e o desejo de experimentar criativamente novas formas de viver a cidade foram potencializadas por uma aposta inédita no encontro social da troca, compartilhamento e colaboração – e, como veremos, cercada de profundas contradições.

A tecnopolítica das redes e a automatização da esfera pública.

Em 2013, Javier Toret, participante ativo das mobilizações dos *Indignados*, avaliou junto ao grupo de pesquisa *Internet Interdisciplinar Institute* (IN3) o novo fenômeno político que emergia desde 2011 em Madrid e em outros centros urbanos da Espanha, enfocando as profundas relações com os ambientes relacionais desenvolvidos pela expansão da

comunicação em rede da *internet*. Para o autor, os processos sociais da rede são encarados como "hábitos tecnosociais", capazes de constituir um conjunto próprio de "valores da rede" associados à liberdade e à colaboração, especialmente através da emergência de uma "cultura de buscar e compartilhar informações", de "comunicar-criar informação". Curiosamente, os protestos e as ocupações realizados nesse período parecem ter ofuscado o que hoje, quase uma década depois, configura um fenômeno de profundas contradições. Ecoando o mesmo entusiasmo que Manuel Castells manifestou diante dos então recentes levantes populares da Primavera Árabe (CASTELLS, 2012), a vertiginosa expansão das redes sociais não apenas teria contribuído para a "aceleração da interconexão da sociedade" como também representava a configuração de um novo campo político frente à "sensação de privatização e imparcialidades progressivas do espaço público metropolitano" (TORET, 2013, p. 36). No entanto, a tecnopolítica assim descrita não resiste aos desdobramentos políticos se observarmos, por um lado, o enfraquecimento dos *Indignados* como sujeitos da construção de uma esfera pública para o enfrentamento e o dissenso; e por outro, a acentuação dos conflitos e do autoritarismo no mundo Árabe e, indo mais além, as mais recentes implicações do uso das redes para manipulação de dados sobre, por exemplo, no processos do *Brexit* ou nas eleições estadunidenses e brasileiras (PASQUALE, 2017).

De fato, as experiências políticas da última década enunciam como formas de ativação dos sujeitos estão desencadeando transformações no cotidiano das relações sociais, sobretudo em meio à expansão corporativa da *internet* na virada do século XXI, quando se formaram os primeiros grandes conglomerados empresariais de serviços *web*, como os grupos *Yahoo!*, *Amazon* e *Google*.

Quando analisa este momento das práticas artísticas no contexto da *Internet*, Juan Martín Prada emprega a metáfora da "*web 2.0*" para descrever a conversão em "um modelo de negócios centralizado" o que antes despontava como um "arquipélago disseminado de iniciativas independentes" (2015, p. 31-33). Afetividade e interações vitais constituem, hoje, a base de um novo circuito de produção econômica, mediante a profusão de plataformas colaborativas que canalizam o desejo coletivo de expressão e de contato.

Neste contexto, novos recursos técnicos desenham dispositivos sofisticados de controle da esfera privada. Trata-se do que Frank Pasquale chamou de "esfera pública automatizada"

(2017, p. 19): uma "mudança estrutural da esfera pública" provocada pela sujeição das "possibilidades comunicativas" da "*web participativa*" ao imperativo da exploração econômica e do mercado concorrencial, convertendo a promessa do "livre exercício da liberdade" em um dispositivo de "controle da atenção". Se a expansão de um novo circuito midiático, estruturado em torno das redes sociais e dos sistemas de busca, resultou em uma "economia de cliques", da produção e reprodução constante de situações sociais, devemos nos perguntar se os impactos observados anteriormente nas esferas da política institucional se fazem sentir também nas esferas dos conflitos urbanos. O que nos leva a indagar se não estaríamos diante de um mesmo tipo de "engajamento" praticado pelos "novos urbanismos". Afinal, a esta altura, mobilizar pessoas ou comunidades, dentro e fora das redes, confunde-se com tecnologias sociais que vinculam de maneira automatizada determinados grupos a determinados produtos e conteúdos urbanos.

Vejamos mais de perto as transformações nas dinâmicas sociais reorientadas também a partir do ativismo d´A Batata Precisa de Você e dos eventos corporativos que se seguiram (todos fixados à epistéme do encontro social e criativo; do lazer e consumo): embora o coletivo se esforçasse em manter o espaço público como o lugar de deliberação, restringindo as redes sociais para divulgação, não impediu, por exemplo, que o movimento se centrasse em um grupo social específico – i.e. o "público-alvo" almejado pelos interesses da especulação imobiliária e da expansão de mercados na região (BENATTI, 2018). Enquanto o Largo da Batata se tornava palco para experimentações em *design* de espaço público e propaganda de modos "alternativos" da "experiência da cidade", semelhante ao que tornou o *High Line* tão celebrado, questões ligadas à permanência da população local, às políticas de preço dos imóveis, à força desmedida dos investidores interessados em expandir seus negócios na região, se não ficaram de fora das rodas de conversa, não resultaram nas ações práticas explicitamente almejadas.

De certa forma, as mobilizações do coletivo permaneciam no Largo enquanto fossem subsidiados pelos novos editais públicos financiados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, à época liderada por Fernando Haddad, entusiasta deste ativismo (BENNATI, 2018, p. 156). Porém, a rápida dispersão que se seguiu aos cortes de recursos ao longo de 2016 revela sua fragilidade enquanto ação política. O mesmo vale para a

limitação do comunitarismo praticado pela associação *Friends of the High Line*, cuja competência em pautar o espaço público foi efetiva até o momento em que a "reimaginação" da cidade deu lugar ao gerenciamento de sua transformação.

Grosso modo, a "modulação" deleuziana que atribui a cada indivíduo um lugar específico na rede ("bolha"), enquanto política pública o classificam dentro de um público-alvo (OLIVEIRA, 2018). É neste sentido em que a dificuldade de construir e expandir pautas permanentes e de formar novos sujeitos políticos, configura outro elo entre as ocupações da última década e os movimentos antiglobalização. Naomi Klein, quando discute o alcance político das festas RTS, indaga se o "apelo popular (...) não tenha ficado demais na moda, [se a] teoria sutil de 'aplicar poesia radical a políticas radicais' [não estava] sendo dominada pelas batidas e pela mentalidade da plebe" (2012, p. 230), pouco contribuindo para uma transformação das formas de comportamento social capazes de não somente resistir ao avanço da lógica privatizante do neoliberalismo sobre o espaço público, mas também de construir novos processos de produção da cidade. Resta compreendermos as transformações políticas, culturais e também subjetivas envolvidas.

A questão do "ativismo".

Em publicação mais recente, Gohn (2010) reconstruiu sua perspectiva de análise sobre as reconfigurações políticas ocorridas na virada deste século a partir de uma oposição central: o declínio dos "movimentos sociais" e o crescimento do chamado "ativismo" das "mobilizações sociais". Enquanto o primeiro se estabeleceu em torno de um "campo de conflito", o segundo tem estruturado, desde a formação do alter-globalismo e realização dos FSM, um "campo de cooperação e integração social" (GOHN, 2010, p. 13): ações radicais dão lugar a um repertório de políticas públicas, fóruns temáticos e conselhos gestores; a utopia da transformação política e social, de um novo "mundo possível", é substituída pela eficiência na execução de metas específicas; os militantes, suas bandeiras e agendas políticas se tornam ativistas ou até gestores de causas ou programas sociais localizados; a política como espaço de enfrentamento e dissenso, enfim, converte-se em "processos de institucionalização da ação coletiva, de forma normativa, com regras e enquadramentos" (GOHN, 2010, p. 17). Orientados pela lógica de mercado, as organizações não-governamentais e as instituições sem-fim lucrativos, em parceria com agentes

públicos e privados, governos locais ou regionais, fundações empresariais ou agências internacionais, se ocupam da mesma tarefa de combate a processos de exclusão social e injustiças diversas, mas como um serviço terceirizado para o cumprimento eficaz de uma demanda social circunstancial.

"Políticas sociais", analisa Paulo Arantes, "é o nome genérico de um desses dispositivos (...) um conjunto de práticas e conhecimentos cujo objetivo é governar, num sentido que se supõe útil, os gestos e o pensamento dos homens" (2014, p. 537). Através deste dispositivo, a participação social não é eliminada. Pelo contrário, ela passa a ser agenciada, condição necessária para a governamentalidade dos sujeitos, uma forma de "gestão da vida" (ARANTES, 2014; RIZEK, 2011). Na mesma esteira de crítica de Paulo Arantes, Evelina Dagnino nos alerta que o projeto neoliberal "requer uma sociedade ativa e participativa", não enquanto exercício da emancipação e tomada de consciência sobre o devir no mundo, mas desde a perspectiva "privatista e individualista" (DAGNINO, 2004, p. 102).

É neste aspecto que alinhamos a mobilização comunitária tanto da "Cidade Aberta" representada pelo *High Line Park*, como o "Urbanismo Híbrido" experimentado no Largo da Batata, mais especificamente: a promoção da "*Friends of the High Line*" de associação comunitária à entidade gestora do parque público; e da conversão do coletivo "A Batata Precisa de Você" em instituto "A Cidade Precisa de Você". Em primeiro lugar, como vimos no início, o engajamento ou envolvimento social praticado em ambos os casos pouco foi capaz de desafiar os processos hegemônicos de produção do espaço urbano em Nova Iorque ou São Paulo. Tal como Neil Brenner analisa, as transformações desencadeadas nestes lugares demonstram que tais práticas pouco representaram a "interrupção dos sistemas mais amplos de uso-do-solo orientado para o mercado" (2013, p. 45). Em verdade, a defesa de uma cidade mais diversa, criativa e afetiva contribuiu para a "programação de um design de intervenção" utilizando uma epistemologia fixada sobre o "consumismo", a "qualidade de vida" e a promoção de "amenidades urbanas". Não surpreende o fato de que Mike Lydon e Anthony Garcia, autores do "livro-manual" intitulado "*Tactical Urbanism: Short-term Action for a long-term change*" (2015), destacarem que o "uso criativo da interação social" e a "abordagem de ativação comunitária" são extremamente úteis para "preencher lacunas entre cidadãos e planejadores no processo de desenvolvimento urbano" (LYDON

et GARCIA, 2015, p. 14). "Para os empreendedores", continuam, "[tais práticas] fornecem um meio para coletar inteligência de projeto do mercado em que pretendem intervir" (2015, p. 03).

Importante reiterar, neste ponto, que a emergência de conceitos como "Cidade Aberta" ou "Urbanismo Híbrido" enquanto produto das transformações mais amplas observadas nas formas de organização política e social, está, por isso mesmo, longe de ser um fenômeno exclusivo do campo do urbanismo e da arquitetura. Curiosamente, a difusão de uma "arte-ativista" desde meados da década de 1970, mas com maior força na virada deste século (LIPPARD, 1999; KWON, 2004), mais do que espelhar os mesmos deslizamentos semânticos, é parte estrutural desse mesmo fenômeno, tornando-se imprescindível se quisermos compreender o agenciamento político, cultural e subjetivo destes "novos urbanismos".

Basta observarmos as transformações político-estéticas entre as formas de atuação desenvolvidas por artistas da assim chama "neovanguarda" das décadas de 1960-70 e seu deslizamento em direção a uma "arte para comunidade" entre as décadas de 1980-90, ou uma "arte social", já nos anos 2000.[3] Tomaremos emprestado da historiadora e crítica de arte Miwon Kwon o exemplo da artista nova-iorquina Mierle Laderman Ukeles, bastante representativo do que a autora descreveu como um processo de "expansão do engajamento com a cultura", melhor dizendo, de "intenso engajamento [da arte] com o mundo exterior e a vida cotidiana" (2004, p. 24). Se no início deste processo, com a sua série de "*maintenance performances*", como a *Hartford Wash: Washing tracks, maintenance inside*" (1973), Uekeles decide limpar, literalmente, as áreas de exibição e acesso público das galerias e museus de arte para expor as políticas do espaços institucionais – neste caso específico, as relações de gênero e de trabalho reproduzidas também pelas instituições de arte, pretensamente neutras –, já nos trabalhos produzidos enquanto artista residente da *New York Department of Sanitation*, entre 1980 a 1986, o enfoque recairá sobre uma curiosa espécie de "trabalho social". Em *Touch Sanitation*

3 O coletivo Usina foi fundado em junho de 1990 sob a influência do extinto Laboratórios de Habitação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Belas Artes de São Paulo e do Núcleo de Desenvolvimento de Criatividade da Universidade Estadual de Campinas. É uma organização não-governamental, que "persegue um desempenho profissional incondicionalmente engajado no aprimoramento técnico e no apuro das atividades de ofício relacionados à produção do ambiente habitado. (...) Dessa forma, a articulação entre a defesa da autogestão e o empreendimento técnico parecem assegurar uma composição mais harmônica entre técnica e política: não existe ação técnica que não seja política ou ação política que não seja instruída pela ação técnica." (VILAÇA; CONSTANTE, (Org.), 2015, p. 207)

Performace (1980), por exemplo, Ukeles cumprimentou os 8,5mil trabalhadores sanitários de seu distrito com um aperto de mãos acompanhado pela frase: "Obrigado por você manter Nova Iorque viva". Como Miwon Kwon observa, a referida expansão da arte como prática de engajamento (ou empoderamento) social através da cultura antecipou o desdobramento, já na década de 1990, de uma corrente de produção comprometida não mais com a integração entre "arte e vida", mas com o enfrentamento de "problemas sociais" específicos, incluindo o envolvimento de e com comunidades locais. No entanto, como a *performance* social de Ukeles explicita, "o grupo comunitário específico parece desempenhar um relativo papel incidental" (KWON, 2002, p. 124).

Não por menos, toda uma nova cultura de mobilizações sociais, de ativismo e de ocupações experimentadas na última década tem constituído um novo contexto de conflitos políticos no espaço urbano, a provocar novas expectativas nas formas de transformação social e novos ceticismos. De volta à discussão proposta por Gohn sobre as transformações que acompanham a emergência destas formas de organização e de ação sociais, a autora chama atenção para as condições de fragmentação e efemeridade que dificultam a tomada dos espaços públicos como o lugar da "reivindicação da parte dos que não tem" (RANCIÈRE apud GOHN, 2010, p. 16). Para a autora, mesmo as novas manifestações que anunciam uma atualização das lutas antiglobalização da década de 1990 e que também desafiam o ativismo do Terceiro Setor, parecem reproduzir o modelo de "intervenção de expedientes" (2010, p. 16). Esse giro em falso pode ser explicado pelos processos sociais automatizados de mobilização e participação, em grande parte influenciados pela "cultura das redes" e quase sempre baseados na convocação para atividades circunstanciais – incluídas a ativação de praças em processos de desuso ou de ferrovias elevadas prestes a serem demolidas.[4]

Considerações para ativações não-automatizadas do espaço urbano.

Imprescindível reconhecer, neste ponto, os alinhamentos que ocorrem entre os "dispositivos de controle privado da esfera pública", produzidos sob o novo contexto tecnológico das

4 Toda ocupação na cidade pode ser lida como uma ocupação urbana. Porém, o termo Ocupação Urbana, com letras maiúsculas, refere-se a um tipo de ocupação com características em comum.

redes; os "dispositivos de controle dos gestos e pensamento dos homens", a que Paulo Arantes se referiu em relação às "políticas sociais"; e aos projetos culturais para empoderamento de "comunidades incidentais", desencadeados pela "virada social" da arte contemporânea. Eis o agenciamento biopolítico das ocupações: transformações de ordem política, cultural e tecnológica convergindo para uma mesma racionalidade governamental, baseada no gerenciamento de conflitos sociais, especialmente através de ações setoriais, enfocando públicos-alvo e pautadas pela lógica privatizante do resultado, ganhos e benefícios econômicos.

O apelo à participação social e às ações comunitárias não estão apenas contornando um novo território comum de discursos e práticas localizados entre a "Cidade Aberta" e o "Urbanismo Híbrido", como também novos processos de instrumentalização e de hegemonização. Embora procurem anunciar o espaço urbano como um campo de enfrentamento das políticas urbanas, tem ao mesmo tempo configurado deslocamentos em direção ao aprofundamento das contradições do modelo da cidade-empresa. Nos termos de

David Harvey, as formas de organização e os espaços de representação social que vem sendo experimentados, se por um lado estendem aqueles provenientes de momentos anteriores de disputa pelos espaços públicos e formas alternativas de vida nas cidades, muito se distanciaram da indispensável articulação de "amplas coalizões" entre diferentes sujeitos políticos (estudantes, trabalhadores criativos e artistas, subempregados, imigrantes) que, segundo o autor, levariam à reinvindicação comum de uma cidade alternativa, do direito de "regulamentar o espaço público e dele dispor" (HARVEY, 2013, p. 283).

Sem uma perspectiva mais ampla de luta e transformação políticas, a corporativização do ativismo de *Friends of the High Line* e da, agora, A Cidade Precisa de Você representam, no limite, um novo vetor de produção do espaço urbano baseado em identificar lugares de interesse, ativá-los através de processos sociais e relacionais, cercar de pautas específicas os novos públicos forjados nesse processo e assim convertê-los em responsáveis técnicos "legítimos" sobre as ações de transformação local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas**. A Cidade do Pensamento Único. Petropolis: Vozes, 2000.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **Urbanismo em fins de linha**: e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. São Paulo: Edusp, 2015.

ARANTES, Paulo Eduardo. **O novo tempo do mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

BENNATI, Nayara Araujo. (2018). **Redes e Ruas**: Ocupações híbridas na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, São Carlos.

BISHOP, Claire. **Artificial Hells:** Participatory art and the politics of spectatorship. Londres: Verso, 2012.
BRENNER, Neil. **Urbanismo Neoliberal**: La Ciudad y El imperio de Los mercados in Temas Sociales, março, 2009.

BRENNER, Neil. "Is Tatical Urbanism an alternative to Neoliberal Urbanism?". In: MoMA. **Uneven Growth:** Tatical Urbanism for Expanding Megacities, online, 2015.

CHIAPELLO, L. et BOLTANSKI, E. **O novo espírito do capitalismo.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

DAGNINO, Evelina. "Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?" MATO, Daniel (org.). **Políticas de ciudadania y sociedade civil em tempos de globalización.** Caracas: Faces, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110.

DAVIS, D. E. et GREY, S. F. "Beyond appearances**:** Community activism and New York City's High Line". **Journal of Landscape Architecture**. Londres: Routledge, n. 14, março/2019, p. 74-81.

DARDOT; C. et LAVAL, P. **A nova razão do mundo:** Ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2013.
FIFTH STATE COLLECTIVE. "Tales from the Planet". **Fifth Estate.** N. 348, Fall, 1996. Disponível em: https://www.fifthestate.org/wp-content/uploads/2018/05/fe-348-2-reclaim-london-96.jpg.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

JACOBS, Karrie. "The High Line Networks Tackles Gentrification". **Architect Magazine**. October, 2017. Disponível em: https://www.architectmagazine.com/design/the-high-line-network-tackles-gentrification_o.

KATZ, Mathew. "Critics Question $5mi City Donation to High Line Expansion". **DNAinfo New York**. May, 11, 2017. Disponível em: https://www.dnainfo.com/new-york/20120719/chelsea/critics-question-5m-city-donation-high-line-expansion/.

KLEIN, Naomi. **Sem Logo**: a tirania das marcas em um planeta vendido, Rio de Janeiro: Record, 2012.

KWON, Miwon. **One place after another:** site-specific art and locational identity. Cambridge: The MIT Press, 2004.

LAZZARATO, Maurizio. Signs and Machines: Capitalism and the production of subjectivity. Los Angeles: Semiotext, 2014.

LIPPARD, Lucy. "Trojan Horses: Activist art and Power". WALLIS, Brian (org.). **Art after modernism:** Rethinking representation. New York/Boston: New Museum of Contemporary Art, 1999, p. 341-358.

OLIVEIRA, Carla. "Aprendizado de máquina e modulação do comportamento". SOUZA, J. et al. (org.). **A Sociedade de**

Controle: Manipulação e modulação nas redes sociais. São Paulo: Hedra, 2018, p. 71-104.

PASQUALE, Frank. "A esfera pública automatizada". **Líbero**. Ano XX, no. 39, jan/ago 2017

RIZEK, Cibele Saliba "Práticas Culturais e ações sociais". **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, Ano 10, no. 01, 2011, pp. 127-132.

PRADA, Juan Martin. **Prácticas Artísticas e Internet en la época de las Redes Sociales**. Madri: Ediciones Akal, 2015.

TORET, Javier (org.). **Tecnopolítica: la poética de las multitudes conectadas**. El sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuida. Barcelona: IN3 Working Papers Series, 2013.

as ocupações verticais e a moradia popular no centro de belo horizonte

Carina Castro Pedro

Doutoranda em arquitetura e urbanismo e mestre em ambiente construído e patrimônio sustentável (2019), ambas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Possui graduação em engenharia de produção mecânica pelo Centro Universitário de Sete Lagoas (2016) com período sanduíche na University at Buffalo, State University of New York (2014 - 2015). Faz parte dos grupos de pesquisa Indisciplinar (CNPq/UFMG) e GUARÁ – Grupo de Pesquisas Descoloniais em Arte Contemporânea (CNPq/UDESC). É também parceira do BrCidades.

Maria Cristina Villefort Teixeira

Arquiteta e urbanista. Doutora em Planejamento Urbano pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004). Professora Titular aposentada Voluntária no Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PPG-ACPS) da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisadora do Laboratório da Paisagem (LaP) na mesma instituição.

INTRODUÇÃO

No dia 14 de abril de 2021, completaram-se seis anos da existência da ocupação Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia no centro de Belo Horizonte, o que configura um novo marco para essa que é a ocupação vertical organizada por movimentos populares com o maior tempo de permanência na cidade. Sua coordenação é realizada por quatro entidades históricas do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU): a Central de Movimentos Populares (CMP), a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e a União Nacional por Moradia Popular (UNMP).

Já em setembro do mesmo ano, as ocupações verticais Carolina Maria de Jesus e Pátria Livre, ambas criadas em 2017 na capital mineira, completaram quatro anos de resistência com a coordenação do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), respectivamente.

Este capítulo trata da luta pela moradia popular no centro de Belo Horizonte, buscando resgatar as experiências desde os chamados movimentos clássicos de moradia originados nos anos 1980 até o ciclo das ocupações que resistem em meio à conjuntura pós-golpe de 2016 que consiste em uma guinada ultraneoliberal nas esferas de governo estadual e federal, caracterizada pelo desmantelamento de políticas públicas e pela retirada de direitos sociais.

Moradia popular, reforma urbana e as ocupações verticais

Como ponto de partida para a discussão que se segue, é necessário destacar que na sociedade capitalista, "a escassez de moradia não é um acaso; é uma instituição necessária" (ENGELS, 2015, p. 71). O acesso à habitação pela população de baixa renda não provém da produção do mercado imobiliário formal, embora seja afetado continuamente por sua lógica especulativa, mas é realizado ou por meio de políticas públicas ou pela informalidade.

Esse acesso, conforme demonstra Bonduki (2006) a partir de Oliveira (2003), é ao mesmo tempo causa e consequência da baixa de salários que sustentaram o processo brasileiro de industrialização. Causa porque, como aponta o autor, reduzir o custo da reprodução da força de trabalho, como foi o efeito da lei do inquilinato nos anos 1940, fez com que os salários passassem a ter como referência valores menores para esse custo, enquanto o estoque de moradia formal se esgotou rapidamente frente ao acelerado crescimento da população urbana e ao desinteresse de uma produção pouco lucrativa para o mercado. Consequência porque uma vez que os salários se tornaram cada vez menores e a moradia digna escassa, era necessário que o trabalhador, especialmente o migrante para as grandes cidades, encontrasse uma solução de baixíssimo custo, restando então os assentamentos precários e a autoconstrução (BONDUKI, 2006, p. 239-240). Esse processo de urbanização, somado ao direcionamento de investimentos para os interesses da classe dominante e aos séculos de segregação violenta das populações negras e indígenas, serviu a ampliação das desigualdades sociais que marcam as cidades brasileiras.

Diante disso, na década de 1980, abriu-se um novo capítulo no cenário urbano brasileiro com a crise econômica e a redemocratização do Estado ao final do regime militar iniciado em 1964. De acordo com Gohn (1991, p. 13), o desemprego, a alta dos aluguéis e das tarifas do transporte público, a dificuldade de acesso a loteamentos populares, a saturação das favelas, dentre outros, geraram o mote necessário para a eclosão de diversos movimentos de moradia e de ocupações urbanas.

O Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) de 1987, que posteriormente se transformaria no Fórum Nacional de Reforma Urbana em 1989, representou um importante papel nesse período. Operando como uma articulação de movimentos populares e entidades sindicais, profissionais e acadêmicas, o MNRU reuniu as reivindicações desses setores às pautas discutidas no Seminário de Habitação e Reforma Urbana de 1963 e ao apoio da população para conduzir um projeto popular às assembleias constituintes (FERNANDES, 2008; BASSUL, 2010; SOUZA, 2010; BONDUKI, 2018). De acordo com Marcelo Lopes de Souza (2010, p. 158), a proposta consistia

em "um conjunto articulado de políticas públicas [...] voltado para o atendimento do seguinte objetivo primário: reduzir os níveis de injustiça social no meio urbano e promover uma maior democratização do planejamento da gestão das cidades".

O MNRU conquistou com a Emenda Popular 63/1987, através de uma intensa mobilização popular reunindo mais de uma centena de milhares de assinaturas, a inclusão do Capítulo II da Política Urbana na Constituição Federal de 1988, composto por parte das reivindicações e da introdução do conceito de função social da propriedade, ainda que fossem necessárias regulamentações e o comprometimento da esfera municipal com a questão por meio dos planos diretores (FERNANDES, 2008; SOUZA, 2010).

A força da mobilização popular gerada no período das assembleias constituintes serviu de base para a formação do Fórum Nacional de Reforma Urbana, que permaneceu na luta pela incorporação das demais pautas da Emenda Popular nas políticas públicas (BONDUKI, 2018). A partir do FNRU, a luta pela moradia ganhou fôlego, originando ou reforçando as estruturas de seus movimentos populares[1]: a CONAM, de 1982; a UNMP, de 1987; o MNLM, de 1990 e a CMP, de 1993[2].

A década seguinte foi caracterizada pelos desdobramentos das conquistas anteriores especialmente em nível dos municípios, onde se seguiu uma série de inovações por meio de gestões comprometidas com a reforma urbana, que buscavam fomentar a participação popular no processo. Nesse período, os projetos-piloto em São Paulo (1989 – 1992) e o Programa Novas Alternativas (1996) no Rio de Janeiro abriram caminho para a moradia popular no centro da cidade, uma vez que demonstraram

1 Esses movimentos também receberam importante apoio de setores da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e a Cáritas Brasileira (GUSSO, 2012), e organizações profissionais que os assessoravam, como a Articulação Nacional do Solo Urbano (MARICATO, 1996). Outros fatores de destaque na origem desses movimentos, apontados por Gohn (2013), foram o trabalho junto às entidades sindicais, como na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), que posteriormente se diluiu, e a orientação político-partidária, que determinou a geração de novas organizações a partir da proximidade em relação a cada um dos partidos PT, PMDB e PC do B.

2 O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), outro grande movimento de luta por moradia em nível nacional, foi criado em 1999 em Belo Horizonte e passou a fazer parte do FRNU mais tarde, em 2014. Já o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) foi fundado em 2000 e se juntou ao FNRU em 2017.

ser possível a reabilitação de imóveis nessa região a custos próximos aos da produção tradicional (BONDUKI, 2018). Essa possibilidade chamou a atenção dos movimentos de luta por moradia que até então centravam suas ocupações em terrenos ociosos onde, de acordo com Luiz Kohara (2013, p. 151), expunham "a existência de grandes glebas de terra sem função social em áreas intermediárias da cidade à espera da valorização fundiária".

O ano de 1997 é considerado o marco da adoção das ocupações verticais como estratégia de mobilização e repertório de ação política e sistematizada pelos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo[3], fato que acabaria por impulsionar também outras experiências ao redor do país. Isso se dá após inúmeras tentativas de demonstrar a viabilidade técnica de reabilitar os imóveis ociosos e abandonados no centro sem uma resposta efetiva do poder público (KOHARA, 2013). As ocupações dos imóveis abandonados funcionariam como forma de pressão social por políticas públicas que atendessem a demanda habitacional, de denúncia do descumprimento da função social desses edifícios, de abertura de canais de diálogo com o poder público e de abrigo emergencial para as famílias vítimas de despejos (ibidem). Além dos fatores citados, as ocupações também reivindicam o direito de acesso ao centro da cidade, território historicamente inacessível para as populações de baixa renda, especialmente no que diz respeito à moradia. O centro também é o maior ponto de visibilidade da vida urbana, recebe maior cobertura na mídia e investimentos do setor público, o que abre o espaço para os movimentos disputarem narrativas e, ao mesmo tempo, intensifica os conflitos, tanto com o capital (pela terra urbana) quanto com o Estado. Os governos, que antes corroboraram com a periferização e formação de favelas em áreas de mananciais, encostas de morros e demais áreas desvalorizadas da cidade, agem com rapidez para conter as ocupações que formam nos espaços de interesse imobiliário.

Ao passo que os centros urbanos amontoam imóveis subutilizados e ociosos que acumulam dívidas de IPTU (o que interfere na arrecadação dos municípios), gastos com manutenção, retirados dos cofres públicos (a depender da

3 No último levantamento realizado pelo Grupo de Mediação de Conflito, da Secretaria Municipal da Habitação de São Paulo, há 53 ocupações na região central da cidade que abrigam cerca de 3300 famílias (SANTIAGO, 2018).

titularidade) e/ou apresentam riscos para a sociedade (na forma de foco de doenças e infestações, possibilidade de incêndio e desabamento ou como pontos de ação do crime organizado), os movimentos buscam, a partir das ocupações verticais, fazer cumprir a sobreposição do direito à moradia em relação ao direito à propriedade privada, destacando que o último não é irrestrito e está sujeito ao cumprimento da função social, e transformar esses edifícios em espaços dignos para abrigar milhares de famílias desassistidas pelo Estado.

A luta pela moradia em belo horizonte

A questão da moradia em Belo Horizonte é um problema que se origina desde o planejamento da cidade, realizado no final do século XIX com inspirações em Paris e Washington D.C. para substituir a histórica Ouro Preto como capital de Minas Gerais. O antigo Arraial do Curral Del Rey foi destruído e sua população despejada para dar lugar a uma cidade com donos definidos: as classes dominantes e o Estado. A Avenida 17 de Dezembro, atual Avenida do Contorno, traçava os limites entre a cidade formal e a cidade autoconstruída pelos trabalhadores que ergueram a capital, mas não tiveram acesso a ela. Com o passar do tempo, essas fronteiras foram expandidas, novos bairros foram formados, alguns circundando as favelas e assentamentos próximos à região central, outros expulsando cada vez mais a população de baixa renda para os entornos da cidade.

Com o fortalecimento e a eclosão de novos movimentos de moradia nas décadas de 1980 e 1990, a luta pela causa em Belo Horizonte é marcada principalmente por dois tipos de atuação. Os grupos com maior influência da Igreja Católica e ligados ao PT, que tendem "ao investimento em parcerias institucionais, com organizações governamentais ou não governamentais, e no processo de formação das famílias participantes" (BEDÊ, 2005, p. 64), e o setor ligado ao PC do B, que "caracteriza-se como um movimento de massa que privilegia as grandes mobilizações e ocupações organizadas" (ibidem). Podem-se destacar nesse período os loteamentos associativos coordenados pelo Padre Piggi, a criação do Centro de Apoio aos Sem Casa (CASA), a ocupação da Igreja São José no centro e a construção do bairro do Taquaril pelo movimento de favelas (BEDÊ, 2005; BITTENCOURT, 2016).

Outro marco importante no histórico da cidade foi a gestão Frente BH Popular, com Patrus Ananias do PT como prefeito da capital entre 1993 e 1996, quando foram constituídos o Fundo Municipal de Habitação (FMH), o Conselho – Municipal de Habitação (CMH), o Orçamento Participativo da Habitação (OPH) e a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL).

Os movimentos se voltam para a nova política habitacional implementada, parte com a ocupação de terrenos para a reivindicação das moradias, parte em parceria com o poder público para construção de unidades através da autogestão. Esse contexto enfraquece as mobilizações em certa medida, pois há uma expectativa de que o Estado possa prover a moradia através de uma demanda formal cadastrada na URBEL. Ao mesmo tempo, a escassez de recursos municipais impõe limites ao atendimento dessa demanda crescente, tornando-se perceptível que a ação pública não seria capaz de mitigar a crise habitacional.

Ao final desse período, destaca-se a experiência da ocupação Corumbiara, em 1996, que deu origem ao MLB e serviria de modelo para as ocupações que surgiriam após 2008 na capital utilizando estratégias como a "demarcação regular de lotes, [...] cercamento da área, vigilância constante e revista de visitantes" (BEDÊ, 2005, p. 221). Posteriormente, a ocupação se consolidou como bairro, mas as grandes mobilizações para ocupações de terrenos arrefeceram por mais de uma década.

As primeiras experiências nos prédios da cidade

A ocupação do Cardiominas entre 2002 e 2003 é outra experiência emblemática na história dos movimentos de moradia de Belo Horizonte por configurar uma ampla articulação envolvendo entidades de origens e atuações diversas, dentre eles a CMP, o MLB, a FAMOBH (Federação das Associações de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte) e núcleos de bairro do CASA, e por ser a primeira ocupação organizada[4] realizada em um edifício ocioso na área central.

4 A ocupação João de Barro II se localizava no antigo hospital Cardio Centro, na Avenida Antônio Carlos, na região da Pampulha. Por ser uma ocupação organizada por movimentos de moradia, em datas próximas e também em um hospital, essa muitas vezes se confunde com a ocupação do Cardiominas. Vale colocar que as duas ocupações tiveram motivações e destinos diferentes.

Com cerca de 440 ocupantes, a ação se deu num imóvel que consistia na obra inacabada de um hospital que estava abandonado por 15 anos no bairro Santa Efigênia, dentro dos limites da Avenida do Contorno, reivindicando o término da construção, tanto para atender a população quanto para resolver a situação do prédio em condições de abandono e precariedade. Apesar de se diferenciar de outras ocupações realizadas por movimentos de luta pela moradia, uma vez que os militantes não tinham a intenção de permanecer no imóvel no longo prazo, a organização se deu de forma semelhante com a formação de uma cozinha coletiva, creche e revezamento na portaria.

Após quatro meses, os movimentos deixaram o local com um acordo para concessão de terrenos para atendimento da demanda dos núcleos de moradia por meio da Companhia de Habitação do Estado de Minas (Cohab-MG) para 79 famílias (AGÊNCIA MINAS, 2019) e a conquista da conclusão do Centro de Especialidades Médicas do estado. No entanto, os movimentos alegam que o acordo com a Cohab-MG não foi cumprido até hoje.

Poucos anos depois, em 2006, são retomadas as mobilizações para se ocupar imóveis com o objetivo de reivindicar a moradia. Esse ciclo, que dura até 2008, é composto por quatro ocupações verticais apoiadas principalmente pelas Brigadas Populares (BPs), sendo elas a ocupação Caracol, iniciada em 2006 com 30 famílias em um prédio no bairro Serra, a ocupação João de Barro I, articulada em 2007 com apoio do Fórum de Moradia do Barreiro e as Assembleias Unificadas dos Sem-Casa em que 200 famílias habitaram um edifício inacabado também no Serra, a ocupação João de Barro II, também em 2007, dessa vez sem a participação das Assembleias, com 70 famílias em um hospital abandonado[5] na Pampulha, e, por último, a ocupação João de Barro III, já em 2008, coordenada unicamente pelas BPs com 40 famílias em um casarão no centro da cidade (BITTENCOURT, 2016). As quatro ocupações acabaram desmobilizadas ou despejadas, não perdurando mais que seis meses.

5 "Trata-se do segmento econômico, assim denominado pelo mercado imobiliário, que se voltou para a produção de imóveis residenciais com valores de até R$ 200.000,00, destinados às famílias com renda mensal entre três e dez salários mínimos" (SHIMBO, 2012, p. 24).

No mesmo ano em que se iniciaram as ocupações verticais das BPs, começaram a emergir novas possibilidades para a produção de moradia popular nas edificações ociosas do centro de Belo Horizonte. Uma delas é a Resolução nº 21 de 16 de agosto, em que o INSS autorizou a alienação de sete imóveis ociosos do instituto, sendo um deles um prédio na rua Caetés, 331. De forma complementar, em maio de 2007, é promulgada a Lei Federal nº 11.481, que permite a concessão de uso de imóveis do patrimônio União para moradia popular. Já no nível municipal, foi sancionada a Lei nº 9.326/2007, que permite a flexibilização das normas previstas no Código de Obras e na Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte dentro dos limites do Hipercentro para reabilitação de imóveis voltados ao uso cultural, residencial ou misto, acrescidos de benefícios específicos no caso de empreendimentos voltados para a moradia popular. Além disso, foi publicado pela prefeitura o Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte (PBH/PRÁXIS, 2007), documento que apontava a presença de 92 imóveis completamente desocupados nesse perímetro com a orientação para a "reocupação estratégica de imóveis vazios ou subutilizados com potencial de reocupação para uso residencial" (ibidem, p. 38) de 19 dessas edificações e a recomendação da criação de um "Plano de Habitação de Interesse Social para o Hipercentro" (ibidem, p. 57).

Apesar da ampliação das possibilidades para a reabilitação de edifícios no período, houve poucas iniciativas no setor privado, em geral voltadas ao segmento econômico[6], nenhuma produção por parte do poder público e um hiato nas mobilizações para ocupações de imóveis verticais na cidade que só é encerrado em 2015, com a ocupação Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia no edifício da Rua dos Caetés, inaugurando um novo ciclo. Surgem então as ocupações Carolina Maria de Jesus pelo MLB e Pátria Livre pelo MTD, ambas em setembro de 2017, e por último a ocupação Vicentão, no final de 2018, organizada com apoio das Brigadas Populares, Associação de Moradores de Aluguel de Belo Horizonte (AMABEL), Associação Morada de Minas Gerais e a Central da Classe Trabalhadora (Intersindical).

6 "Trata-se do segmento econômico, assim denominado pelo mercado imobiliário, que se voltou para a produção de imóveis residenciais com valores de até R$ 200.000,00, destinados às famílias com renda mensal entre três e dez salários mínimos" (SHIMBO, 2012, p. 24).

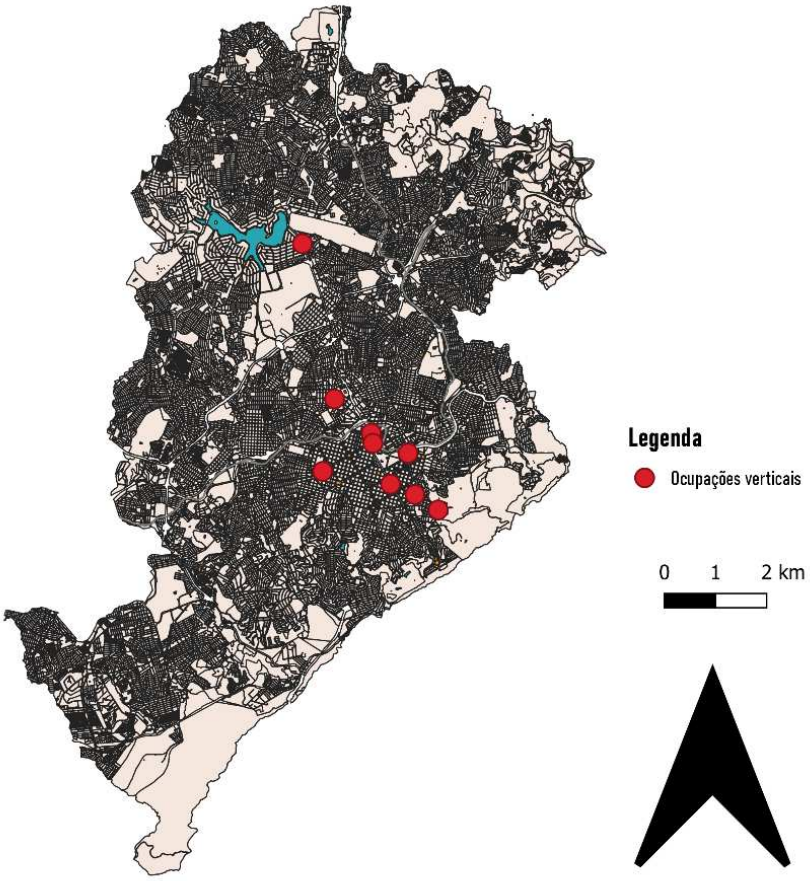


Figura 1: Mapa das ocupações verticais organizadas entre 2002 e 2018 em Belo Horizonte. Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir das bases cartografias do BH Maps, 2019.

A luta pela permanência nas ocupações verticais

As ocupações nascem do grande esforço coletivo de dar novo uso a um imóvel que carrega as marcas do abandono de anos ou, às vezes, décadas. Lixo, entulho de construção e demolição, infestação de animais e depredação são alguns dos elementos que os ocupantes se deparam ao entrar nos prédios que se encarregam a reabilitar. Para produzir o espaço da moradia é necessário torná-lo habitável: assim, se iniciam os trabalhos de limpeza, reparo das instalações elétricas, hidráulicas e outras manutenções diversas, redivisão dos espaços e a ocupação propriamente dita. Ocupar, dessa forma, é também a prestação de um serviço a toda a comunidade no entorno.

No entanto, é importante compreender as limitações desse processo, realizado a partir dos recursos disponíveis

que são sempre escassos, o que não retira a importância das ocupações como moradia possível para a população sem-teto atendida pelos movimentos de moradia. Pelo contrário, os problemas encontrados devem receber o aporte de recursos necessários para eliminar as precariedades. Casos como o da ocupação do Wilton Paes de Almeida, edifício em São Paulo onde moravam cerca de 300 pessoas que ficaram desabrigadas após o incêndio e desabamento do mesmo, que resultou na morte de nove dos ocupantes, poderiam ter sido evitados com o direcionamento correto das políticas públicas para mitigar os riscos encontrados nesses espaços, ao invés do enfoque em remover famílias que voltam para as ruas ou para outras ocupações.

As ameaças de despejo são obstáculos recorrentes no cotidiano das ocupações, especialmente as localizadas em áreas centrais, onde se acirra a disputa pela posse do imóvel com os interesses imobiliários. Para além das condições adversas impostas pela situação dos prédios ocupados e da própria vulnerabilidade socioeconômica das famílias, a insegurança da posse da moradia é central para o direcionamento das estratégias de luta dos movimentos que ocupam imóveis.

A ocupação Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia, coordenada pela CMP, CONAM, MNLM e UNMP, movimentos do Fórum Nacional de Reforma Urbana, nasceu em abril de 2015 junto com várias ocupações em todo país como parte das atividades de uma grandiosa articulação em 20 capitais brasileiras em torno da Jornada Nacional de Luta pelo Direito à Moradia, por Reforma Urbana, pela Função Social da Cidade e da Propriedade, da qual participaram movimentos populares e entidades de diversos tipos. Das ocupações organizadas na jornada, apenas a Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia não foi desmobilizada ou sofreu reintegração de posse até os dias atuais.

Cerca de 150 famílias ocuparam o imóvel da Rua dos Caetés, 331, vazio desde o início dos anos 2000 e marcado pela destinação à moradia popular na Resolução nº 21/2006 do INSS. Em 2007, o prédio também é citado no Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte com a recomendação para reabilitação adaptando ao uso residencial e, posteriormente, em 2013, receberia um projeto da PBH para a conformação do prédio em 69 apartamentos (FIJII, 2016). De acordo com as lideranças dos movimentos,

o INSS pagava 80 mil reais mensais para a manutenção do imóvel, que ainda assim se encontrava em situação de precariedade no momento da ocupação. O custo foi utilizado como argumento em defesa da ocupação, uma vez que ele seria evitado com o cuidado dos próprios ocupantes, uma despesa a menos ao patrimônio dos trabalhadores brasileiros.

Os primeiros dias que se sucederam após o ato da ocupação foram caracterizados pela institucionalização da Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia frente aos órgãos competentes, especialmente em Brasília, para onde os movimentos da Jornada se dirigiam, dando início às negociações que podem viabilizar a execução de um projeto de reabilitação do prédio e que correm simultâneas à ação de reintegração de posse protocolada na mesma semana pelo INSS junto à Justiça Federal.

As tentativas de alavancar a reforma do prédio se deram inicialmente a partir das propostas da URBEL, que deram lugar ao trabalho realizado pela assessoria técnica dos movimentos para o enquadramento no programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades, que ampliaram o número de unidades habitacionais no projeto para 88, atendendo um maior número de famílias. Apesar dos encaminhamentos dados pelas entidades e da própria consolidação da ocupação, passaram-se mais de seis anos e o contrato ainda não foi assinado por uma série de entraves nos órgãos públicos, o que mantém a insegurança da posse do imóvel e as famílias em permanente risco de despejo, uma vez que a contratação da obra é a condição definida em acordo judicial para evitar a reintegração de posse.

Passados dois anos do início da ocupação Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia, a ocupação Carolina Maria de Jesus nasce em um prédio de propriedade privada na Avenida Afonso Pena, 2300, no bairro Funcionários, região centro-sul da capital e um dos metros quadrados mais caros da cidade. A mobilização envolveu 212 famílias provenientes de despejos de outras ocupações do MLB e pessoas sem condições de arcar com o aluguel. Seguindo o modelo das ocupações horizontais altamente organizadas do movimento, a Carolina, como é chamada, possuía portaria com caderno de registro, cozinha coletiva, creche, cronograma de atividades do dia, escalas do trabalho de segurança e limpeza do imóvel.

Os amplos espaços do edifício, com grandes salões no térreo, e a localização eram aproveitados cotidianamente na ocupação para a realização de atividades diversas envolvendo cultura popular, grupos de leitura, festas, shows, teatro, exibição de filmes e seminários de diversas pautas. A proximidade com a Escola de Arquitetura da UFMG também ajudou no envolvimento com a classe estudantil e os professores, que muitas vezes atuaram como corpo da assessoria técnica. Apesar da forte mobilização, o despejo se mostrou inevitável frente à forte pressão dos proprietários do imóvel e do próprio estado. Dessa forma, foi realizado um acordo com o Governo do Estado por meio da Cohab-MG, em junho de 2018, para a concessão de terrenos para a construção de moradias, providência de moradias na região central para parte das famílias e pagamento de auxilio pecuniário temporário pelo prazo de dois anos, período definido para as moradias definitivas serem disponibilizadas.

Através do recurso pago mensalmente, o movimento locou um dos imóveis ociosos que constam no Plano de Reabilitação do Hipercentro de BH, transferindo parte das famílias para a nova ocupação. Dada a precariedade das condições do edifício, parte do dinheiro foi utilizada para reformas que adequassem o antigo Internacional Plaza Palace Hotel, localizado na Rua Rio de Janeiro, 109, ao novo uso. No entanto, após a mudança da gestão estadual em 2019, a Cohab-MG vem sofrendo desmonte e o cumprimento do acordo sendo prejudicado. Os terrenos não foram liberados e a falta de pagamento das mensalidades levou a ocupação a sofrer uma nova ação de reintegração de posse, dessa vez no imóvel do hipercentro da cidade, enquanto as famílias restantes da primeira desocupação passam por despejos e/ou se veem obrigadas a morar de favor.

Já a ocupação Pátria Livre nasceu um dia após a mobilização da ocupação Carolina Maria de Jesus, no 7 de setembro de 2017, data utilizada pelos movimentos populares de Belo Horizonte para as manifestações do Grito dos Excluídos. 70 famílias coordenadas pelo MTD ocuparam o imóvel de propriedade privada abandonado há mais de 25 anos em frente à Pedreira Prado Lopes (PPL), antiga favela de BH a dois quilômetros do centro da cidade. A região é definida como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Sua articulação teve início em 2016, quando um grupo de mães da PPL decidiu ocupar uma creche desativada para

reivindicar a reforma e o funcionamento da unidade. Logo foi identificado o prédio ocioso de seis andares do outro lado da rua.

O apoio da comunidade da PPL foi essencial na resistência contra a tentativa de reintegração de posse realizada pela polícia militar no início da ocupação. Conforme relatam as lideranças, os moradores da região facilitavam a entrada de água e alimentos para as famílias dentro do prédio que ficaram cercadas. Após as tensões iniciais, a ocupação se consolidou no local e utilizou os espaços do imóvel, um galpão na frente do prédio e um grande pátio na lateral, para a realização de eventos em moldes semelhantes aos da ocupação Carolina, que também fortaleceram a relação com o entorno. As atividades organizadas na ocupação, que passam por eventos em parceria com outros movimentos como MST e até ensaio de blocos de carnaval, ajudam a arrecadar recursos para as reformas necessárias no prédio.

A ocupação Vicentão é a última mobilização desse ciclo, realizada no dia 15 de janeiro de 2018, dez anos desde a última ocupação vertical organizada pelas Brigadas Populares. Em uma articulação de quatro movimentos de moradia, 120 famílias ocuparam a antiga sede do Banco Hércules na Rua Espírito Santo, 461, que também consta no Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte. Os ocupantes da Vicentão, em grande parte, eram trabalhadores informais da região central, que atuavam como vendedores ambulantes e camelôs. O prédio, de antigo uso institucional, apresentava alta precariedade para o estabelecimento dos moradores, uma vez que o lote era estreito com ventilação e iluminação muito prejudicadas no interior do edifício. Mesmo assim, o imóvel contava com um pátio no sexto andar que recebia eventos, na maioria voltados para a juventude.

Apesar da ação judicial de reintegração de posse do imóvel ter sido frustrada pelo TJMG, já que a ação foi feita associada ao processo de falência do banco, no final de dezembro do mesmo ano, as entidades e a Cohab-MG assinaram um acordo semelhante ao realizado com a ocupação Carolina Maria de Jesus. Em janeiro de 2019, o prédio foi desocupado e as famílias se deslocaram para várias regiões da cidade com o auxílio pecuniário e a expectativa de realocação para moradias definitivas. No entanto, assim como na outra ocupação, o acordo passou a ser descumprido e as famílias enfrentaram despejos nos imóveis que foram alugados individualmente.

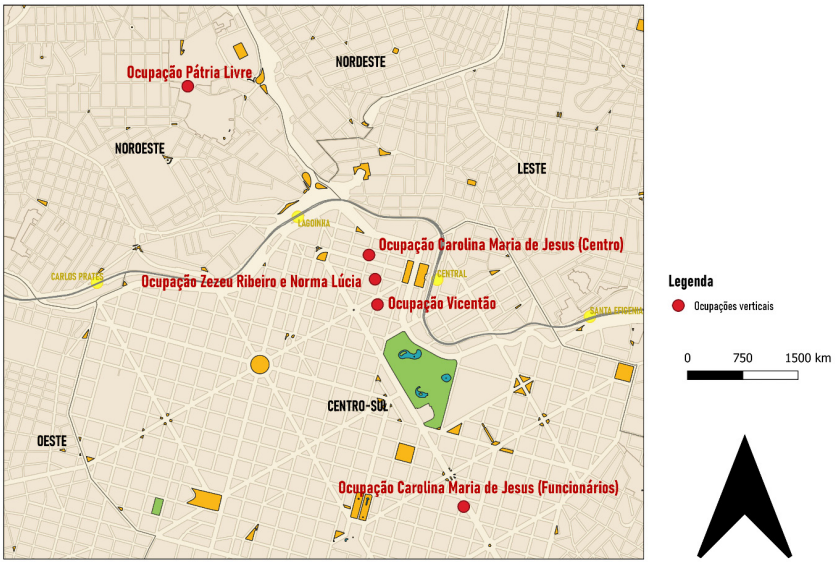


Figura 2: Mapa das ocupações verticais organizadas por movimentos de moradia desde 2015. Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir das bases cartografias do BH Maps, 2019.

Os casos das quatro ocupações demonstram diferentes estratégias que os movimentos podem utilizar para resistir frente às tentativas de despejo e a desmobilização devido às dificuldades de se ocupar um imóvel abandonado com famílias em situação de desamparo social e sem a execução de políticas habitacionais por parte do poder público. Enquanto a ocupação Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia busca a via institucional, dada a experiência dos movimentos envolvidos construída por anos de atuação em conselhos participativos e na produção de moradias por meio de políticas públicas, as ocupações Carolina Maria de Jesus e Pátria Livre buscaram com mais afinco a mobilização da opinião pública na mídia, nas redes sociais e no próprio espaço da ocupação, além de promoverem iniciativas para angariar recursos de fontes diversas, através do auxílio pecuniário do estado, no caso da primeira, e por meio de eventos, no caso da segunda, para realizarem reformas e manutenções necessárias nos imóveis.

Conclusões finais

O histórico das lutas por moradia popular, desde a formação do Fórum Nacional de Reforma Urbana nos anos 1980, passando pelas primeiras ocupações verticais no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 e chegando até as experiências mais recentes, que perduram em Belo Horizonte desde a metade da década de 2010, demonstra que a produção de moradia para a

população de baixa renda no centro da cidade só existe através das ocupações, mesmo quando há um horizonte de atuação conjunta com o Estado por meio de políticas públicas.

Nesse sentido, é essencial rememorar a atuação dos movimentos de moradia em processos como o da ocupação do Cardiominas, experiência pioneira e emblemática em um imóvel verticalizado na capital mineira e muitas vezes esquecido ou não mencionado nos registros das lutas da cidade. O resgate histórico dessas experiências torna possível a interpretação da trajetória dos movimentos populares, recupera o acúmulo de conhecimento gerado por essas lutas e ilumina a compreensão das articulações presentes atualmente.

As ocupações Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia, Carolina Maria de Jesus e Pátria Livre resistem ainda hoje na luta pela permanência, mesmo em um cenário de tentativa de criminalização dos movimentos populares e de ameaça de remoção, como a promessa do governador Romeu Zema, eleito em 2018, de despejar todas as ocupações do estado. Em 2020, a pandemia da Covid-19 se impôs como uma nova batalha para essas coletividades com a necessidade do isolamento social e a ampliação da vulnerabilidade socioeconômica da população de baixa renda, o que reforçou a necessidade dessas famílias permanecerem abrigadas e motivou a criação da Campanha Despejo Zero contra as reintegrações de posse durante e crise sanitária. Essas ocupações também se engajaram em campanhas de solidariedade para o recebimento de doações e distribuição de refeições e cestas básicas, tanto dentro das comunidades como para o entorno, novamente sendo os únicos agentes a cumprir funções que caberiam ao poder público.

Por fim, os desafios que os movimentos populares têm enfrentado atualmente têm reforçado a importância da atuação dessas coletividades para a garantia de direitos desmantelados pela agenda neoliberal em curso, excedendo a questão da moradia e se estendendo cada vez mais para a articulação com outras pautas como a do trabalho, da cultura, da segurança alimentar e da saúde, desvelando novas possibilidades de resistências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA MINAS. **Cohab garante moradia a 79 famílias do Cardiominas**. 25 de abril de 2004. Disponível em: http://www.2005-2014.agenciaminas.mg.gov.br/noticias/cohab-garante-moradia-a-79-familias-do-cardiominas/. Acesso em: 20 maio 2019.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal (PBH). **Plano de reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: [s. n.], 2007. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamentourbano/plano_reabilita%C3%A7%C3%A3o_hipercentro_bh.pdf. Acesso em: 5 maio 2018.

BITTENCOURT, R. **Cidadania autoconstruída**: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006 - 2015). Dissertação. (Mestrado) Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

BONDUKI, N. Autoconstrução e Habitação: Memórias e Reflexões sobre a Contribuição de Chico de Oliveira. In: RIZEK, C. S.; ROMÃO, W. M. (org.). **Francisco de Oliveira**: a tarefa da crítica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

BONDUKI, N. Do governo Vargas ao Seminário de Habitação e Reforma Urbana: as tentativas pioneiras de enfrentar a questão urbana. In: BONDUKI, N. (org.). **A luta pela reforma urbana no Brasil**: do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018.

ENGELS, F. **Sobre a questão da Moradia.** Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

FERNANDES, E. Política urbana na Constituição Federal de 1988 e além: implementando a agenda da reforma urbana no Brasil. In: **Constituição de 1988**: O Brasil 20 anos depois - Estado e economia em vinte anos de mudanças. Vol. IV. 2008. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudoslegislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-iv-constituicao-de1988-o-brasil-20-anos-depois.-estado-e-economia-em-vinte-anos-de-mudancas. Acesso em: 10 jan. 2019

FIJII, N. M. **Ocupando Vazios Urbanos**: a ocupação Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia. Monografia. Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

KOHARA, L. T. **As contribuições dos movimentos de moradia do Centro para as políticas habitacionais e para o desenvolvimento urbano do centro da cidade de São Paulo**. 2013. Relatório (Pós-Doutorado em Sociologia Urbana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

GOHN, M. G. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

SANTIAGO, T. Cidade de São Paulo tem 206 ocupações onde moram 45 mil famílias. **G1 SP**, São Paulo, 02 mai. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/cidade-de-sao-paulo-tem-206-ocupacoes-onde-moram-45-mil-familias.ghtml. Acesso em: 14 jul. 2019.

SHIMBO, L. Z. **Habitação Social, Habitação de Mercado**: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. 2010. 361 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

pensar a autonomia a partir da problemática habitacional em belo horizonte

Luiz Felipe Velloso Leal

Arquiteto e urbanista formado pela PUC-Minas, em 2017. Aluno vinculado ao Escritório de Integração do Departamento do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas de 2013 a 2017. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da UFMG com a orientação da professora Marcela Silviano Brandão Lopes.

O contexto das políticas municipais de habitação

A partir do fim da ditadura militar, contexto de alguma liberdade para as lutas políticas, renascem os movimentos sociais semelhantes aos que se manifestam hoje, heterogênea e amplamente articulados na luta pela moradia, pelo direito à cidade[1] e pela reforma urbana[2] no Brasil. Em BH, esse contexto contou com os movimentos de favelados, que ao final dos anos de 1970, ampliaram sua capacidade organizativa em virtude das remoções forçadas pela Chisbel[3] e das fortes chuvas que ao final da década deixaram muitos desabrigados. As comunidades eclesiais de base (CEB's) ganham força com a criação da Pastoral da Favela (PF), que foi formada pela Arquidiocese de BH. A PF tinha como objetivo a ampliação das condições gerais de vida das comunidades faveladas na cidade, para isso, criou soluções que vão desde à organização e mobilização das pessoas até o estabelecimento de canais de negociação com o Estado (CONTI, 2004, p. 191).

A perspectiva crítica com a qual operava a PF esteve baseada no acesso à propriedade do solo. A lutas sociais que travaram tiveram como direção a noção de que o direito à propriedade não pode ser exclusivo às classes ricas e que ele é a condição fundamental para o desenvolvimento da cidadania (CONTI, 2004, p. 191). O apoio da PF às associações de vilas e favelas impulsionou a organização política desses moradores pela cidade, e foi fundamental para a criação da Federação de Bairros e Vilas (FBV) e a União dos Trabalhadores da Periferia

---

1 Direito que aparece em Henri Lefebvre também como direito à decisão política, já que o espaço tem componentes políticos (e a política tem componentes espaciais). Sua teoria do espaço trata da centralidade urbana "decisional" como cada vez mais centralizada à revelia das tendências de descentralização dos comércios e serviços. Existe uma política do espaço que é operada (também através do planejamento urbano) de modo que aprofunda as assimetrias de poder de decisão, reunindo espacialmente o poder político do Estado. Já na década de 1970, Lefebvre chamava atenção para uma espécie de semicolonialismo nas metrópoles, nas quais regiões pobres são submetidas à situação de colonos da centralidade espacial-decisional. (LEFEBVRE, [1972] 2006, p. 73)

2 "A reforma urbana (...) não se circunscreve a uma remodelação do espaço físico. Ela é uma reforma social estrutural, com uma muito forte e evidente dimensão espacial, tendo por objetivo melhorar a qualidade de vida da população, especialmente de sua parcela mais pobre, e elevar o nível de justiça social." (SOUZA, 2003, p.112)

3 Em seus seis primeiros meses de operação, a Chisbel removeu mais famílias do que seu órgão antecessor (Departamento de Bairros Populares) havia feito em cinco anos de operação. (CONTI, 2004, p.190)

(UTP) [4]. É justamente a porção mais distante dos poderes instituídos na cidade, as vilas, favelas e seus moradores, que se mobilizou para a luta por moradia, o que de fato é um esforço para tomar parte no exercício desses poderes.

Nesse contexto, é criado no governo de Minas Gerais o Programa de Desenvolvimento de Comunidades (Prodecom), que simboliza o primeiro passo para reconhecimento das favelas como objeto de políticas públicas habitacionais. Havia certa tendência à utilização do termo "planejamento participativo", já que nesse período de reorganização do aparato estatal seria necessário dar uma resposta aos anseios dos movimentos sociais. Assim, o atendimento do Prodecom priorizou favelas e vilas em que já havia alguma organização política, e que, por isso, teriam mais condições de criar estratégias para as negociações com o poder público. As intervenções do Programa ofereceram algum avanço nas políticas públicas e em seus canais de comunicação voltados para a população pobre, contudo, deixou de levantar pautas que ainda hoje são caras às frentes de luta, como o combate à racionalidade da terra privada, à cooptação de lideranças de movimentos e às situações conformadas pelo clientelismo (CONTI, 2004, p. 193).

Em janeiro de 1983 é criada a proposta para o Profavela, um programa municipal que tinha como objetivo intervir nas favelas efetivando sua "urbanização" e sua regularização. A ideia era de que fosse selecionado um parâmetro urbanístico[5] para caracterizar os territórios favelados e criar as condições legais para as intervenções. A Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) é criada em 1986, entre outras coisas, para alcançar a efetividade desejada no trabalho do Profavela. O objetivo foi que ela operasse desvinculada de outros setores do poder público, e que pudesse resguardar alguma autonomia para definir as prioridades do Programa e mediar o jogo de conflitos.

Para que o Programa fosse regulamentado foi necessária uma ampla articulação na cidade, que envolveu movimentos sociais, setores da igreja católica e organizações não governamentais. Mesmo que tenha sido importante para a trajetória das políticas públicas habitacionais e uma referência nacional de estratégias administrativas municipais, vale

4 A UTP foi formada com grande influência da antiga FTFBH (Federação de Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte), que era atuante no período anterior ao Golpe Militar de 1964. (CONTI, 2004, p. 191)

5 Esse parâmetro legal é o Setor Especial 4 (SE-4). É também desse período iniciativas semelhantes ocorridas no Recife, através do "Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social", o Prezeis. (CONTI, 2004, p. 194)

lembrar que foi somente a partir de um grande ato, em agosto de 1984, que o Profavela foi aprovado pelo poder legislativo de BH. O reconhecimento da diversidade das favelas realizado pelo Programa marca um ponto importante nos debates dos estudos urbanos, a favor da noção de que seria mais fácil encontrar soluções específicas e pontuais para demandas que são profundamente heterogêneas. Contudo, permaneceu intocado o reforço da lógica de domínio privado sobre a terra como condição para a cidadania, e mesmo em relação à titulação da propriedade, gerou resultados insatisfatórios[6].

É importante salientar que o Profavela teve forte influência de ONGs estrangeiras no que diz respeito às metodologias de intervenção pública. No início dos anos 1990, a discussão entre técnicos da prefeitura e técnicos da cooperação internacional gerou estudos que trataram de perspectivas mais estruturantes e envolveram aspectos socioeconômicos, infraestruturais e jurídicos para as iniciativas do poder municipal. Desse processo, desdobrou-se a implementação do Programa Alvorada (PA).

O PA previa três momentos para intervenções na cidade: diagnóstico, prognóstico e implementação. O ponto central era defender melhores condições de vida para as pessoas que viviam em assentamentos informais, de modo que tanto a regularização fundiária, as melhorias infraestruturais e a organização social fossem contempladas. Este último ponto é marcado pela narrativa de "integração" das vilas e favelas à "cidade formal". Nessa visão, elas seriam áreas remanescentes do processo de urbanização, e que, por ainda serem setores "não regularizados", restaria formalizá-los segundo o modelo "adequado". O discurso de "integração" serve-nos para desvelar o modo como as desigualdades sócio-territoriais seguem reproduzindo-se sem que um fator apontado como fundamental à sua sustentação, a saber, a lógica da propriedade individual, seja de fato enfrentada.

A participação das comunidades nos projetos do PA, no momento do diagnóstico, expressou-se em discussões com associações e com representantes das coletividades implicadas, o que serviu de base para as etapas de prognóstico e implementação. Nestas, também houve participação da sociedade civil, o que foi chamado à época de execução participativa[7].

6 Das 221 favelas em BH no período, 15 foram regularizadas, compreendendo um total de 3.989 lotes. (CONTI, 2004, p. 194)

7 Ver CONTI, 2004, p. 200.

É notório como não é apontado, quando o Estado chama à participação, as decisões que já foram tomadas. Quem participa de algo, participa porque já houve planejamento e escolhas já foram feitas. De uma perspectiva autonomista, a autogestão é mais efetiva que a participação. Ou seja, as pessoas afetadas pelo empreendimento habitacional seriam as mesmas a controlar a forma pela qual serão afetadas, o que ultrapassa a participação em um programa previamente proposto. Na organização de um programa municipal de habitação, o campo de forças em jogo no interior da gestão municipal eleita é determinante para a escolha pela participação e como ela funcionará. Mesmo no interior do grupo de famílias interessado no empreendimento há campo de forças que atravessam disputas etárias, de gênero e de ordem burguesa, por exemplo, o que sugere obstáculos à autogestão plena em seus empreendimentos habitacionais. Nesse sentido, mesmo que, milagrosamente, consigamos operar a máquina municipal de planejamento com abertura total para a autogestão, as disputas dos agentes na escala da vizinhança também precisariam tomar outro rumo. Seria então uma operacionalização a partir do Estado a dar as condições para a autogestão? Ou é o conjunto da sociedade civil quem impulsionaria o surgimento de outra configuração do poder público?

Conti (2004) mostra como a disposição do PA tem influência direta dos mesmos técnicos estrangeiros[8] que atuaram no Profavela. O eixo rígido na forma diagnóstico-prognóstico-execução não deixou margens, portanto, para distinções metodológicas diante dos diferentes setores da cidade. A partir de um único procedimento técnico, não haveria como levar em conta os diferentes modos vida e campos de disputas nos espaços urbanos de BH. É também marcante no PA a aposta no reforço da lógica de propriedade individual. A ênfase na melhoria da qualidade de vida a partir de uma cidadania conferia pela propriedade privada da habitação aparece no Programa por meio do esforço pela regularização fundiária. De forma geral, acreditava-se que a partir da legalização da terra e da habitação seria possível diminuir as desigualdades territoriais.

A experiencia da gestão municipal Frente BH Popular (FBHP), realizada de 1993 até 1996 e liderada por Patrus Ananias (PT), ficou marcada por maior presença das

8 Segundo o autor, a cooperação internacional era chefiada por duas ONGs: a alemã Gesellshaft für Technische Zuzamenarbeit (GTZ) e a italiana Associazione dei Volontari del Soccorso Internzionale (AVSI). (CONTI, 2004, p. 197)

organizações populares nas políticas públicas da cidade. No âmbito da habitação de interesse social, e diante de uma ampla articulação, em dezembro de 1994, foi criado o Sistema Municipal de Habitação (SMH) no qual a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), vinculada à prefeitura, passaria a ser o órgão gestor do Fundo Municipal de Habitação (FMH) e executor da Política Municipal de Habitação (PMH). Com a criação da Resolução II do Conselho Municipal de Habitação (CMH), a URBEL poderia atribuir às associações de moradores, cooperativas, fundações ou outros tipos de associações da sociedade civil, o papel de prestadores de serviços para a implementação da Política. Ou seja, aqueles beneficiados com a produção de moradias poderiam se organizar e assumir também o papel de executores da proposta. É nesse ponto que se concentram as perspectivas autogestionárias da questão habitacional desse contexto (BEDÊ, 2005, p. 90).

Para apoiar a URBEL como gestora do FMH e executora da PMH, o coletivo Usina[9] teve papel fundamental, dentre outros agentes:

> Assim como a USINA outras organizações – entre empresas, instituições públicas e organizações não governamentais –, que haviam participado de ações e projetos em outras administrações de caráter democrático e popular, destacadamente em municípios paulistas, também apoiam a experiência de Belo Horizonte no campo da política habitacional na gestão Patrus Ananias. (BEDÊ, 2005, p. 88)

A criação da Resolução II foi resultado de um trabalho articulado ao longo de dois anos que ampliou a quantidade de territórios caracterizados como assentamento de população de baixa renda, para além daqueles previstos no SE-4 do Profavela. As noções que serviram de base para a promoção da "participação democrática" prevista no programa giram em torno de pautas levadas adiante tradicionalmente pelos movimentos sociais, a saber, a moradia digna e o direito à cidade (CONTI, 2004, p. 202). Toda a reestruturação do aparato de planejamento urbano municipal gerou melhorias na qualidade

9 O coletivo Usina foi fundado em junho de 1990 sob a influência do extinto Laboratórios de Habitação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Belas Artes de São Paulo e do Núcleo de Desenvolvimento de Criatividade da Universidade Estadual de Campinas. É uma organização não-governamental, que "persegue um desempenho profissional incondicionalmente engajado no aprimoramento técnico e no apuro das atividades de ofício relacionados à produção do ambiente habitado. (...) Dessa forma, a articulação entre a defesa da autogestão e o empreendimento técnico parecem assegurar uma composição mais harmônica entre técnica e política: não existe ação técnica que não seja política ou ação política que não seja instruída pela ação técnica." (VILAÇA; CONSTANTE, (Org.), 2015, p. 207)

de vida e nas situações corriqueiras de parte da população belo-horizontina. Havia a expectativa de que o SMH seria o fim das intervenções firmadas por critérios clientelistas, e que este seria o caminho para alcançar o caráter democrático das políticas habitacionais. O desafio para os envolvidos consistiu no fato de que não existia, como ainda não existe, alternativa que sirva de referência a esse caráter democrático buscado.

O PA serviu de laboratório para que os setores técnicos da gestão petista adquirissem as condições necessárias ao êxito das políticas da FBHP (CONTI, 2004, p. 203). Contudo, assim como no PA e no Prodecom prevaleceu a visão de que a informalidade é uma condição inadequada e que precisa ser "integrada" à formalidade. Esse pressuposto indica as tendências de controle do espaço, e consequentemente, de controle das pessoas. De uma perspectiva autonomista, não parece possível defender que a atividade controladora busque algum caráter democrático; talvez possamos apreender a experiência da FBHP como menos controladora, ou, menos antidemocrática. Ainda assim, o período de vigência da gestão ficou marcado como o tempo de uma proposta em que as políticas públicas habitacionais fomentaram a autogestão.

Autogestão e autoconstrução

O seminário realizado em outubro de 2004, "Políticas Habitacionais, Produção de Moradia por Mutirão e Processos Autogestionários: Balanço Crítico de Experiências em São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza" realizou uma importante discussão de caráter marxista sobre as práticas dos mutirões autogeridos, marcados pelas experiências do coletivo Usina, organizador do Seminário.

Neste, o debate entre o sociólogo Francisco de Oliveira (2004) e os arquitetos Sergio Ferro (2006) e João Marcos Lopes (2006) levanta uma diferenciação fundamental entre autoconstrução por mutirão e autogestão. Os arquitetos enfatizam que o mutirão autogerido, e não apenas o mutirão, é uma ferramenta de investigação e práxis orientadas para a transformação social, enquanto o sociólogo defende que a autoconstrução não deve ser considerada uma "alternativa" para o conjunto da sociedade, porque é uma base de sustentação da reprodução do capital.

Oliveira entende que não há um mercado de habitações entre famílias pobres, e que por isso, a moradia de interesse social teria apenas seu valor de uso. Com isso, a habitação

autoconstruída não entraria no mercado de moradias; não haveria um mercado imobiliário informal em nossas cidades. Mas isso não é verdade. Os loteadores populares em Belo Horizonte, por exemplo, há muitas décadas trabalham como agentes desse mercado "inexistente". Ferro e Lopes são contundentes em discordar de Oliveira nesse ponto:

> É sintomático que Chico não nos explique por que a moradia produzida pelo seu futuro morador não é valor de troca (...) a casa autoconstruída também é acometida pelo "piedoso desejo" de se tornar ouro. Na impossibilidade de assim se transubstanciar, a casa na periferia, na favela ou o cômodo num cortiço há de achar um lugar no mundo das mercadorias onde casa ou cômodo atraem ouro (LOPES, p. 220, 2006).

> No começo, o autoconstrutor só pensa em si e sua família. Mas, pouco a pouco, espremido pela miséria, seu valor de uso passa a contar também como valor de troca. (...) A dificuldade para nós, é imaginar que sobre algum "excedente" na miséria para trocar no mercado. Mas não se pode deduzir que não há mercado porque a miséria é muita. Não há mercado, isto sim, para as barbaridades que o mercado oficial pode propor. E há, infelizmente, porque há autoconstrução (FERRO, p.232, 2006).

A família autoconstrutora utiliza sua força de trabalho para a produção de um valor de uso que é também valor de troca em potencial. Esse é um ponto já debatido entre acadêmicos e movimentos sociais. Existem casas que são autoconstruídas exclusivamente para se tornar valor de troca. E isso se torna muitas vezes uma contradição ideológica para os atores engajados na superação da estrutura de produção capitalista. Nota-se que essa estrutura não é produtora apenas de objetos na sua forma de mercadoria, mas produz também racionalidades, produz sujeitos. Afinal, a força de trabalho dos arquitetos, dos técnicos do Estado, dos advogados etc. também é valor de troca. Isto é, se vivemos numa sociedade que produz sua riqueza segundo o modo capitalista, nossa sujeição a ela, é também seu produto.

Ainda segundo os argumentos de Oliveira, o cálculo do salário mínimo realizado pelo Estado deixa de incluir uma parte considerável do valor da mão de obra para construção de moradias, já que ela é empregada sem remuneração, por ser de caráter autoconstrutivo. Assim, a acumulação se reproduz forçando a redução do salário, e nesse sentido, o mutirão difundido em larga escala se tornaria para o trabalhador um

sobretrabalho, mesmo quando empregado e recebendo salário, e um trabalho quase obrigatório para os desempregados. O exército de reserva de mão obra, de que trata Marx, é a base para a superacumulação capitalista. Isto é, o aumento da força produtiva (capitalista da habitação, no nosso caso), na forma de sobretrabalho, dá condições para que o modo de produção capitalista possa contínua e "indefinidamente" se reproduzir.

Assim, o sociólogo elabora uma consistente crítica de cunho marxista à difusão das práticas de ajuda mútua. Para ele, o "povo" que se engaja em mutirões não permanece engajado depois da casa pronta, ou seja, não é uma atividade voltada para a formação de cidadania, e nesse sentido, não deve ser considerada uma opção universalmente viável.

Diante do argumento, os arquitetos invertem a relação linear de causalidade que acompanha o raciocínio de Oliveira. Para eles, é exatamente pelo fato de o modo de produção capitalista manter sempre abundante sua reserva de mão de obra é que a autoconstrução se torna uma prática comum nos grandes centros urbanos. A queda do salário não é resultado apenas da autoconstrução de moradias, mas de todas as "auto-atividades" que são realizadas como consequência de uma renda insuficiente.

> E tem mais, a mulher remenda as surradas roupas da família (autocostura), cria, se tem quintal, galinha e planta chuchu, faz sopa de osso (autocozinha), trata da saúde com chá de ervas (automedicina)... tudo isso também faz cair o salário (FERRO, 2006, p. 231).

Ou seja, não é a defesa do mutirão ou da autoconstrução que faz cair o salário. Mas é a manutenção do modo de produção capitalista que não deixa opção para a população pobre, senão "auto-realizar" suas necessidades.

A crítica de Oliveira é válida no interior da sociedade capitalista. De certo, não conhecemos uma sociedade pós-capitalista, mas, isso não quer dizer que nossas ações não podem impactar as situações futuras e que, por isso, tudo que nos resta é adotar soluções "consagradas" pelo eficiente combate ao modo de produção em questão. O trabalho de arquitetos e arquitetas junto aos mutirões autogestionários é uma tarefa de seguir pistas que possam apontar a superação dessa produtividade heterônoma. Mas não existem garantias quanto a isso, apenas entrevisões. Obviamente, não há nenhuma revolução em curso em

nenhum dos canteiros periféricos em BH ou em SP. Mas podemos nos deter ao fato de que o conhecimento para a resolução dos problemas "constatados" nos territórios autoconstruídos (vilas, favelas, bairros pobres, Ocupações Urbanas etc.) é produzido cotidianamente pelos próprios autoconstrutores. As soluções com que lidam não dizem respeito apenas à uma determinação técnica, mas também não a exclui, de modo que é a própria compreensão local que, em maior medida, dá conta do que insistimos em chamar de "insuficiência habitacional".

Nosso olhar e nosso tempo técnico e teórico sobre os territórios "precários" não permite nossa apreensão e valorização desse conhecimento, que não se realiza sob o paradigma da representação (embora ele também não esteja totalmente ausente). A questão que me parece fundamental a esse eixo de investigação e práxis da arquitetura urbana é: como desenvolver ferramentas que permitam a (auto) ampliação do investimento, engajado e crítico, dos autoconstrutores em seus próprios problemas habitacionais cotidianos? Mais adiante, gostaria de mostrar outro ponto de vista sobre as implicações da noção de autonomia (o grupo de auto-atividades) como horizonte normativo das frentes técnicas (e das lutas sociais) de caráter habitacional.

Autonomia e propriedade de si

As Ocupações Urbanas[10], difundidas em BH no período recente, podem ser lidas como estratégias para realizar política habitacional nos moldes das ações, organizações e movimentações populares, muitas vezes, em contraposição à política habitacional institucionalizada. São situações em que um determinado grupo organizado, majoritariamente vinculado a um movimento social amplo, toma para si a responsabilidade da provisão habitacional ocupando um imóvel ocioso na cidade. Os diferentes movimentos sociais e as diferentes Ocupações por eles organizadas (bem como as diferentes relações entre Ocupações e movimentos), ainda no interior mesmo da sua heterogeneidade, chamam a atenção por conduzir práticas que parecem estar vinculadas à noção de autonomia, de autogestão, de autoplanejamento

10 Toda ocupação na cidade pode ser lida como uma ocupação urbana. Porém, o termo Ocupação Urbana, com letras maiúsculas, refere-se a um tipo de ocupação com características em comum.

etc.

Em BH essa estratégia se multiplicou a partir de 2006, com a Ocupação Caracol, organizada pelas Brigadas Populares[11]. Contudo, existe uma espécie de mito de fundação[12] das Ocupações na cidade, que foi a criação da Ocupação Corumbiara, ainda durante a gestão FBHP, em 1996. A partir dessa experiência, se forma mais tarde, em 1999, o Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB).

As Ocupações, muitas vezes, podem sugerir uma ação que se realiza sem a presença do Estado, totalmente apartada de seu domínio jurídico-político. De fato, o nível de independência da organização e planejamento com que operam os movimentos é importante para considerar o que está em jogo nas disputas que envolvem uma Ocupação em BH. Porém, não há como isolar a ação do Estado das práticas dos movimentos sociais. Por vezes, essas duas instâncias trabalham conjuntamente num esforço comum para alcançar um objetivo que de fato resulta em melhores condicionantes distributivos tanto econômica quanto politicamente. Ainda assim, faz sentido levar em conta situações nas quais os movimentos ultrapassam o rigor heterônomo da democracia representativa, dando origem a instrumentos novos. Também há situações em que as mobilizações e ações se contrapõem a determinado governo ou setor estatal, abertamente "contra o Estado".

Por esse ângulo, indo além da perspectiva de que o Estado é o "comitê executivo da burguesia", Souza dá nitidez às formas de atuação dos movimentos em relação ao Estado através dos termos "contra o Estado", "com o Estado" e "para além do Estado". Segundo o autor, o planejamento crítico, operado por técnicos e agentes de Estado quando pressionados pelos movimentos, pode ser importante para enfrentar a especulação imobiliária mais ampla ou atenuar diferenças infraestruturais, por exemplo, mas os movimentos são os agentes mais capazes de operar o autoplanejamento[13] como uma estratégia de se contrapor

11 "As Brigadas Populares se constituíram como movimento social a partir do Núcleo de Estudos Marxistas, fundado em 2003 e composto por intelectuais e estudantes de diversas áreas, particularmente do Direito. O objetivo do movimento é reunir militantes interessados em compreender a realidade brasileira à luz das teorias de Marx e buscar ações políticas concretas nas periferias das cidades brasileiras, a começar por Belo Horizonte." (LOURENÇO, 2014, p. 26)

12 Expressão utilizada por Lourenço no Seminário de 25 anos da Política Municipal de Habitação de Belo Horizonte, realizada na Escola de Arquitetura da UFMG, em setembro de 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Y3OFVCk9Nek&feature=emb_title&ab_channel=Semin%C3%A1rio25HBeloHorizonte>

13 Se a autogestão se opõe à diferença salarial e à hierarquização do trabalho no tempo presente, o autoplanejamento seria a dimensão da isonomia de renda e de

à propriedade privada e ao mundo da mercadoria. Assim, o planejamento poderia deixar de ser um aparelho exclusivo do Estado, no sentido de que, mesmo com margem de ação infinitamente inferior, são os movimentos e suas ferramentas criadas pela forma "para além do Estado" que sugerem maior proximidade com uma perspectiva de democracia direta (SOUZA, 2012, p. 70).

O termo "autonomia", hoje utilizado nos meios acadêmicos, militantes e técnicos, em alguma medida, herda seu sentido das décadas de 1970 e 1980, após a eclosão das movimentações operárias e estudantis em maio de 1968, na Europa. Contudo, não existe uma autoridade legítima sobre a utilização do termo, ele é apropriado de distintas maneiras[14], o que reforça uma espécie de incompletude nos esforços de esgotar sua exposição. Souza vê em Castoriadis uma referência importante para a práxis de perspectiva autonomista. Assim, descrevo uma interpretação do filosofo franco-suíço, que por sua vez parece estar sendo posto em dúvida pelas considerações de Safatle. A associação entre estes autores é uma elaboração de minha responsabilidade, de modo que eles não conversam diretamente entre si em seus textos, como fizeram Oliveira, Lopes e Ferro.

No plano do indivíduo Castoriadis descreve a subjetividade humana, de maneira aproximada e sintética, como circunscrita a duas estruturas: o Ego e o Id. O Ego associa-se ao consciente geral, ao plano da convicção e da vontade. O Id é tomado como origem e lugar das pulsões ("instintos") e representa o inconsciente no sentido amplo do termo. Se considerarmos autonomia como sendo a capacidade de dar a si as próprias regras, de governar-se pelos próprios meios, oposta a ela está a heteronomia, ou seja, "a legislação ou regulação pelo outro". Nesse sentido, a autonomia está vinculada à característica voluntarista do Ego, está vinculada à "minha lei, oposta à regulação pelo inconsciente que é uma lei outra, a lei de outro que não eu" (CASTORIADIS, 1982, p. 124).

O autor não pretende, com isso, ressaltar novas noções reguladoras a partir de uma situação impossível, em que as pulsões seriam suprimidas pelo Eu. Não se refere a um sujeito ideal cujo objetivo-fim seria tornar-se seu Ego, que alcançaria

iguais relações de poder nas atividades empenhadas em se precaver dos possíveis problemas futuros (ainda que não se possa prevenir-se de todos eles). (SOUZA, 2012, p. 69).

14 Souza indica referências para salientar algumas vertentes de tradições anarquistas do Ocidente, usuários heterogêneos da noção de autonomia, como "o 'mutualismo' inspirado em Proudhon, a intuição e o exemplo de Bakunin, o 'comunismo libertário' de Kropotkin, o anarcossindicalismo" e ainda neoanarquistas como Murray Bookchin e autonomistas como Cornelius Castoriadis. (SOUZA, 2012, p. 63)

um discurso exclusivamente seu e que jamais produziria "fantasmas". Mas descreve uma situação ativa, na qual o discurso do Outro é continuamente reconhecido e significado. Um estado cujo sujeito é capaz de revelar a si seus "fantasmas" num exercício constante de reintegração do Eu. Ele não aponta apenas a retomada permanente da consciência, mas o estabelecimento de "uma *outra relação* entre consciente e inconsciente, entre lucidez e função imaginária", e que promova "*outra atitude* do sujeito relativamente a si mesmo, em uma modificação profunda da mistura atividade-passividade, do signo sob o qual esta se efetua, do respectivo lugar dos dois elementos que a compõem" (CASTORIADIS, 1982, p. 126).

Tendo em vista que o Outro, na perspectiva psicanalítica, associa-se à dimensão social, ele não é desconhecido e indiferente, mas "um outro *em* mim", um outro parental, que por uma série de articulações evidentes, alude à sociedade inteira e sua história. Autonomia não é, então, a eliminação do discurso do Outro, mas a sua elaboração. É a constatação de uma relação na qual os outros estão sempre presentes como expressão do estado que é o outro (alteridade) e como expressão do estado próprio do sujeito, daquilo que ele é, que o difere dos demais (ipseidade). Nesse sentido, a dimensão da autonomia pode ser concebida como um problema e uma relação social (CASTORIADIS, 1982, p. 130).

Assim, autonomia individual e autonomia coletiva não tem sentido se pensadas separadamente. Isso porque um indivíduo autônomo é aquele que teria a capacidade psicológica e as condições materiais e institucionais de dar a si as próprias regras. Nesse sentido, as regras da sociedade seriam as suas próprias regras, e vice-versa. Só existiria sociedade autônoma num contexto de igual autonomia das individualidades que a compõem, contudo, é a condição de existência dessa individualidade, no horizonte emancipatório, que Vladimir Safatle vê como problemática.

O indivíduo autônomo, correlato à sociedade autônoma da qual faria parte, estaria, para Safatle, ainda no interior de um campo normativo em que a propriedade persiste como expressão das afirmativas de autopertencimento e autodeterminação. Se considerarmos a expressão de Souza, na qual "a autonomia individual refere-se à capacidade e à possibilidade de indivíduos adultos para estabelecer fins (projetos, metas) para a sua existência e persegui-los de modo

lúcido"[15], Safatle insistiria que essa autonomia exige que se tome o comando de si, que a partir de uma auto-identificação, torne-se proprietário de si. Esse comando poderia ser visto como pertencimento e determinação ainda no interior do modelo de relações de propriedade tipicamente predominantes nas sociedades capitalistas. Nesse sentido, existiria uma espécie de forma geral de pertencimento, ocidental por excelência, em que o sujeito autônomo afirma sua liberdade através da propriedade de sua própria pessoa (SAFATLE, 2019, p. 30).

Ainda que na perspectiva autonomista não haja qualquer esforço de eliminação do Outro (que é também parte do Eu), seria uma relação de si a si de caráter político a nos indicar que a liberdade como autonomia ainda aparece como uma voluntariedade inalienável dos sujeitos, enquanto a dimensão involuntária, a vontade tomada pelo Outro, não é igualmente enfatizada. É interessante notar como esse ponto vista autonomista, fortemente ocidentalizado, é constantemente apropriado, mas, para Safalte, não seria trivial superá-lo.

> A democracia efetiva não é a afirmação da propriedade de si. Ela é a emergência de sujeitos políticos desprovidos de relação de propriedade, mesmo de propriedade de si. Mas esta despossessão de propriedades é a condição para que eles encarnem processos que retiram continuamente os indivíduos de suas identidades supostas criando um campo de implicação genérica. Há uma plasticidade social no interior da democracia que ainda não conhecemos. Pois isto nos exigiria afetos políticos diferentes daqueles que nos orientam atualmente (SAFATLE, 2019, p. 35).

Por outro lado, e incontestavelmente, a liberdade como autonomia, da qual Safatle se esforça para apreender e repensar (mesmo que sem mencionar Souza ou Castoriadis),

> não se confunde com individualismo, esse valor (pequeno-)burguês (...) não se trata de nenhuma apologia da liberdade individual de um ponto de vista liberal, em que a liberdade é encarada como um simples atributo da vontade individual – uma vontade individual fundada sobre um individualismo egoísta, possessivo e ensimesmado. A liberdade é, também, sobretudo, liberdade para fazer com os outros (e para desfrutar a companhia dos outros), levando em consideração as necessidades coletivas (as quais, diversamente da 'sabedoria' liberal convencional pregada desde Adam Smith, não se reduzem a um simples agregado de vontades, necessidades e preferencias individuais) (SOUZA, 2012, p. 85).

15 SOUZA, 2012, p. 79.

Nas colocações de Safatle, não se trata apenas de uma adequação conceitual, a qual bastaria realizar para dar início aos processos de transformação real. Trata-se de colocar em questão o horizonte de emancipação herdado da visão ocidental para (re)pensar (e criar conceitos sobre) nossas próprias condições de ação e transformação do real.

Conclusão: como perseguir a transformação social?

Poderia a problemática habitacional em BH hoje, se debatida à luz de uma ótica de liberdade como heteronomia sem servidão[16], ganhar alguma amplitude? Os programas e iniciativas programáticas operadas pelo município (e outros agentes), desde a redemocratização, levam adiante alguma tendência autonomista quando utilizam o termo participação. Existem casos em que esta participação dá margem a operações de caráter clientelista e a processos caracterizados como pseudoparticipativos[17]; mas, talvez, essas avaliações de ganhos e perdas de autonomia não estejam questionando a noção de propriedade em sua totalidade. Se a ação política "ideal" esteve condicionada à soberania de si, ao lugar de proprietário de suas vontades enquanto indivíduo ou grupo de indivíduos, então, ampliar as condições para que sejamos donos de nós mesmos pode não ser exatamente o caminho para a transformação social na contemporaneidade.

A revisão do Plano Diretor e a criação da Resolução LII do Conselho Municipal de Habitação (CMH), em 1018/2019, buscaram atualizar alguns instrumentos de política urbana municipal e reestruturar linhas programáticas para atuação dos agentes. Chamando a atenção para o Programa de Locação Social (PLS), pertinente ao nosso debate, nele, as famílias poderão receber subsídios para pagar seu aluguel por tempo indeterminado. Essa indeterminação coincide com a situação

16 Heteronomia sem servidão é uma expressão de Jacques Derrida utilizada por Safatle para compor seu raciocínio: "O que deve ser pensado aqui é esta coisa inconcebível ou incognoscível, uma liberdade que não seria mais o poder de um sujeito, uma liberdade sem autonomia, uma heteronomia sem servidão, em suma, algo como uma decisão passiva. Seria necessário, para isto, repensar os filosofemas da decisão e do par fundador da atividade e da passividade, assim como da potência e do ato." (DERRIDA, 2003, p. 210 apud SAFATLE, 2019, p. 24)

17 Souza caracteriza a participação oferecida pelo Estado indo "desde uma centralização fortemente mitigada (nos poucos ou mesmo raros casos de planejamento consistentemente participativo) até uma centralização 'em estado puro' (não participação podendo chegar à hipercentralização totalitária), passando por uma centralização fracamente mitigada (pseudoparticipação, que provavelmente corresponde à grande maioria das experiências ditas 'participativas')." (SOUZA, 2012, p. 77)

de uma família sem-teto, que mesmo tendo sido proprietária de uma moradia retornou à situação de sem teto porque teve de vendê-la. A casa própria apareceu, na ótica dos programas habitacionais institucionalizados, como suposto fim da condição de sem teto, mas, em alguns casos, foi contribução para retorno a essa mesma situação. A propriedade como condição para cidadania dificulta a existência de moradias de interesse social em regiões em que o solo é altamente valorizado e as condições de vida (oportunidades de emprego, renda, cuidados com a saúde, educação etc) são abundantes.

Obviamente, o PLS não é prerrogativa exclusiva da superação da desigualdade sócio-espacial em BH; não há garantias quanto sua eficiência nesse sentido. Mas o raciocínio é interessante porque entende como contínua a situação de renda insuficiente para moradia e abandona a perspectiva de eliminação dessa situação pela aquisição da casa própria; pode, assim, ser considerado um avanço levando-se em conta as propostas de intervenção municipal em territórios pobres desde a redemocratização. Vale perguntar: é possível que haja alguma correlação entre a propriedade de si, base para a emancipação ocidental, e a predominância da propriedade da moradia como suposta ferramenta de diminuição da desigualdade sócio-espacial?

Na Resolução LII foi criado um conjunto de programas, ainda não regulamentados, voltados às iniciativas de assessoria e assistência técnica para habitações de interesse social. É também nesse sentido, que a pergunta feita anteriormente ganha importância: como desenvolver ferramentas que permitam a (auto)ampliação do investimento, engajado e crítico, dos autoconstrutores na resolução dos seus próprios problemas habitacionais cotidianos?

O engajamento prévio de moradores tende a facilitar o trabalho das assessorias, essencialmente aquelas que atuam segundo o horizonte autonomista da emancipação. Ainda assim, nos processos de mobilização e engajamento há sempre pessoas que "ficaram de fora", que ocupam a posição de representados dos "representantes da comunidade" na presença dos técnicos, assessores e burocratas. Mesmo nos movimentos sociais esse debate não é trivial. Ainda que possamos concordar com Souza, no fato de que os movimentos são os mais capazes de criar situações que se aproximam da noção de democracia direta, o paradigma da democracia representativa ainda é o mais recorrente norteador dos campos de disputa populares.

Poderíamos então, diante desse impasse, inverter o

enunciado inicial: como desenvolver noções a partir das quais se torne possível apreender que somos parte dos problemas habitacionais cotidianos que tentamos superar? Isto é, questionar a propriedade de si não implicaria apenas atrelar autonomia individual e autonomia coletiva para enfrentar as concepções liberais de liberdade, mas colocaria em xeque a própria convicção de um horizonte emancipatório em que a individualidade exista como tal. A partir daí, autonomia e heteronomia apareceriam no mesmo horizonte de transformação social, em que a dimensão moderno-capitalista da propriedade das coisas, e mesmo a propriedade de si para um si coletivo, não mais existiria. Poderíamos pensar, nesse sentido, numa espécie de emancipação dos objetos, como se não mais existissem na qualidade de possessão, não mais como "propriedade individual nem coletiva, mas [como] a expressão de que vivemos em um circuito de objetos que nos afetam e não nos são próprios" (SAFATLE, 2019, p. 37).

Não há clareza na forma como poderia ser possível às sociedades ou aos indivíduos existir sem identificar-se ou pertencer-se a si mesmos, mas, há, em alguma medida, o indício de que nos faltam esforços de reflexão sobre o impossível, e de que esse empenho possa vir a ser fundamental para repensar o horizonte de transformação social que dá sentido às ações técnicas e políticas emancipatórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEDÊ, Mônica Maria Cadaval. **Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1975] 1982).

CONTI, Alfio. **A política de intervenção nos assentamentos informais em Belo Horizonte nas décadas de 1980 e 1990 e o "Plano Global Específico".** Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, pp. 189-216, dez. 2004.

FERRO, Sérgio. **Notas sobre "o vício da virtude"**. Revista Novos Estudos, ed. 76, nov.2006, pp. 229-234.

LEFEBVRE, Henri**. Espaço e Política:** O direito à cidade II. Belo Horizonte: Editora UFMG, [2000] 2016.

LOPES, João Marcos de Almeida. **O anão caolho.** Revista Novos Estudo, ed. 76, nov. 2006, pp. 219-227.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. **Cidade Ocupada.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2014

OLIVEIRA, Francisco de. **O vício da virtude: a**utoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. Revista Novos Estudos, ed. 74, mar. 2006, pp. 67-85.

SAFATLE, Vladimir. **Crítica da autonomia:** liberdade como heteronomia sem servidão. Revista Discurso, v. 49, n. 2, 2019, pp. 21-41.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Autogestão, "autoplanejamento", autonomia: atualidade e dificuldade das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos.** Revista Cidades v.9, n. 15, pp. 59-93, 2012.

VILAÇA, Ícaro; CONSTANTE, Paula (Org.). **Usina:** entre o projeto e o canteiro. São Paulo: Edições Aurora, 2015.

ocupa cultura

ocupa cidade

Este ebook propõe um debate sobre a relação entre as lutas urbanas brasileiras e latinoamericanas com as insurgências em escala global, tendo como base cartográfica os diferentes atores e narrativas presentes na disciplina e webinário Cultura e Lutas Urbanas, realizado em meses de fevereiro e março de 2021. Ainda, objetiva promover uma discussão sobre as novas possibilidades de ensino e pesquisa em rede, a transdisciplinaridade entre esses múltiplos atores e a implementação do Método Cartográfico Indisciplinar frente o contexto pandêmico marcado pela SARS-Cov-2.

ocupa cultura

ocupa cidade

indisciplinar
grupo de pesquisa | cnpq-eaufmg
Geopolitica e cidades
Cartografia das lutas
NPC AU
PROEX PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
UFMG